

PORTO ALEGRE 250 ANOS

De uma vila escravista a uma cidade de imigrantes
(séculos XVIII e XIX)



Este livro foi organizado para celebrar os 250 anos de Porto Alegre. Nos vários capítulos que compõem esta coletânea se percebe o empenho dos proponentes, Ana Sílvia Scott e Fábio Kühn, em reunir autores cujas pesquisas sistematizam e atualizam ao público interessado os resultados de investigações recentes que sinalizam os caminhos pelos quais esta cidade-porto se diversificou e se converteu em um espaço de convivência entre etnias e imigrantes de diferentes procedências. Um porto de muitos navegantes, espaço de sociabilidades diversas.

Nesta obra coletiva composta por quinze artigos está registrada a diversidade das suas gentes, – étnica, econômica e social –, as dificuldades enfrentadas pelos povoadores desde os seus primórdios (guerras, cercos, epidemias), condições estas que operaram para conferir uma singularidade que caracteriza esta cidade, curiosamente, a capital mais meridional da América Portuguesa. Uma cidade mais valorosa que rebelde, que moldou a sua identidade em meio aos embates de fronteira e nas disputas sociais e políticas durante os séculos XVIII e XIX.

Eduardo Neumann

Professor do Departamento de História
e do Programa de Pós-Graduação
em História da UFRGS

Como podemos conhecer uma cidade que possui centenas de anos, ocupada por populações de diferentes procedências as quais deram origem a clivagens étnico-raciais, econômicas e outras, pois nasceu quando a escravidão era um fato no país e incorporou também modernos regimes de mão de obra?

Como conhecer, de modo diacrônico, uma capital estadual perpassada por diferentes formas de poder e instituições, que também não foram eternas e não estão mais presentes? São vários passados a serem conhecidos e reconhecidos. Grupos sociais evidenciados em um século, são relegados ao esquecimento em outro. Os modos de abastecimento e de geração de riquezas, as doenças e até os mapas têm seu contexto histórico.

O que pode restituir a memória destes tempos, desconhecidos ou lembrados parcialmente, é o trabalho metucioso de pesquisadores que têm sempre algo a dizer que não sabíamos e conseguem nos surpreender com novas interpretações. O livro *Porto Alegre 250 anos* é uma oportunidade de conhecer e reconhecer a cidade para aqueles que aqui nasceram, para os que a adotaram e para todos que queiram tomá-la como um caminho para conhecer a sociedade humana.

Regina Weber

Professora do Departamento de História
e do Programa de Pós-Graduação
em História da UFRGS

Porto Alegre 250 anos

**De uma vila escravista
a uma cidade de imigrantes
(séculos XVIII e XIX)**

Fábio Kühn
Ana Silvia Volpi Scott
Organizadores

Porto Alegre 250 anos
De uma vila escravista
a uma cidade de imigrantes
(séculos XVIII e XIX)

2ª edição
E-book



São Leopoldo
2023

© Dos autores – 2023

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Planta da Cidade de Porto Alegre (1833). Lívio Zambecari. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005.

Revisão: Geraldo Korndörfer

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

P853 Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX). 2. ed. [E-book]. / Organizadores: Fábio Kühn e Ana Silvia Volpi Scott. – São Leopoldo: Oikos, 2023.

272 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-177-9

1. História – Porto Alegre. 2. História – Formação urbana – Porto Alegre. 3. População – Porto Alegre. 4. Território – Grupo étnico – Porto Alegre. 5. Escravidão – Porto Alegre. I. Scott, Ana Silvia Volpi. II. Kühn, Fábio.

CDU 981.651

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Fábio Kühn</i>	
<i>Ana Sílvia Volpi Scott</i>	
DISPUTAS PELA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO URBANA DE PORTO ALEGRE	17
<i>Charles Monteiro</i>	
PARTE 1: POPULAÇÕES	31
OS PRIMEIROS CEM ANOS DA POPULAÇÃO PORTO-ALEGRENSE (1772-1872)	33
<i>Dario Scott</i>	
A CIDADE E A PESTE. EPIDEMIAS, INSTITUIÇÕES E SUJEITOS EM PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX	52
<i>Jaqueline Hasan Brizola</i>	
“GENTES DO MAR” EM PORTO ALEGRE: INTERLIGANDO REGIÕES E NAÇÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA (1790-1805)	69
<i>Denize Terezinha Leal Freitas</i>	
ASSISTÊNCIA E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS: REFLEXÕES A PARTIR DOS EXPOSTOS EM PORTO ALEGRE (1772-1810)	87
<i>Jonathan Fachini da Silva</i>	
PARTE 2: TERRITÓRIOS & GRUPOS ÉTNICOS	103
PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX: TERRITORIALIDADES E ARTICULAÇÕES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO	105
<i>Daniele Machado Vieira</i>	
ALEMÃES EM PORTO ALEGRE: SUA PRESENÇA NO TRABALHO, NA CULTURA, NO COMÉRCIO, NA INDÚSTRIA ..	120
<i>René E. Gertz</i>	
A PORTO ALEGRE DOS IMIGRANTES ITALIANOS	135
<i>Antonio de Ruggiero</i>	

PARTE 3: INSTITUIÇÕES & REPRESENTAÇÕES	155
NOS PAPÉIS PÚBLICOS: ADMINISTRAÇÃO E CAPITALIDADE EM PORTO ALEGRE (1772-1822)	157
<i>Adriano Comissoli</i>	
IRMANADOS SOB O MANTO DE NOSSA SENHORA: ELITES PORTO-ALEGRENSES E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	173
<i>Pedro von Mengden Meirelles</i>	
UMA INSTITUIÇÃO AO LONGO DO TEMPO: O JUÍZO DOS ÓRFÃOS DE PORTO ALEGRE	187
<i>José Carlos da Silva Cardozo</i>	
OS MAPAS ANTIGOS DE PORTO ALEGRE E SUAS RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES	200
<i>Daniela Marzola Fialho</i>	
PARTE 4: ESCRAVIDÃO	223
AFRICANAS, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA FORMAÇÃO DE PORTO ALEGRE: ESCRAVIDÃO, PLEBE NEGRA E COMUNIDADES DE MATRIZ BANTO ENTRE 1772 E 1802	225
<i>Luciano Costa Gomes</i>	
“QUE DESPACHA PARA PORTO ALEGRE”: TRÁFICO NEGREIRO, REDES MERCANTIS E SEUS AGENTES (SÉCULOS XVIII-XIX)	242
<i>Gabriel Santos Berute</i>	
DESVENTURAS DE LIBERTOS NUMA SOCIEDADE ESCRAVISTA: ALFORRIA, CONTROLE SOCIAL E EXPERIÊNCIAS NEGRAS EM PORTO ALEGRE (SÉC. XIX)	257
<i>Gabriel Aladrén</i>	
SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS	271

APRESENTAÇÃO

Fábio Kühn

Ana Silvia Volpi Scott

Diante da efeméride dos 250 anos da fundação da freguesia de Porto Alegre, origem do núcleo urbano que mais tarde se tornaria capital da capitania e depois província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a obra que aqui se apresenta propõe uma reflexão sobre a história da cidade desde seus primórdios coloniais, passando pelas transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no século XIX. Para tanto, procurou-se trazer as contribuições da nova historiografia do século XXI.

No texto de abertura deste volume, o historiador Charles Monteiro nos lembra que “a história de Porto Alegre tem sido contada, recontada e problematizada pelos historiadores e pelas historiadoras, escritore(a)s e cronistas em livros, revistas e jornais desde o final do século XIX”. Segundo o autor, temos “duas tradições principais de escrita da memória social da formação urbana da cidade”. Uma tradição relacionada às pesquisas dos historiadores, inicialmente reunidos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), e uma outra tradição, animada pelas obras dos cronistas da cidade. Diversas questões são propostas para tentar entender o significado dos 250 anos. A partir de quando existe essa data? Quem a instituiu e em que contexto? Como afirma Monteiro, “é necessário compreender que a própria comemoração tem também a sua história”. Para responder as perguntas propostas, o autor resgata a polêmica sobre o bicentenário para discutir a data de fundação da cidade. Mostra como o assunto surgiu no âmbito das comemorações sobre o bicentenário da “colonização” em 1940, assentado em um parecer de 1939 do Instituto Histórico que sugeria duas datas possíveis: 1740 e 1773. Anos mais tarde, o debate se tornaria acirrado, envolvendo alguns dos principais intelectuais porto-alegrenses, como Walter Spalding e Riopardense de Macedo, o que levou à definição da data atualmente em vigor: 26 de março de 1772.

Desde suas origens, Porto Alegre se caracterizou pela diversidade na composição de sua população, por diferentes comportamentos em relação às componentes demográficas (fecundidade, mortalidade, nupcialidade, migração), assim como pelas características específicas de cada segmento populacional.

Portanto, a reflexão sobre a cidade demanda uma análise desse universo populacional e suas transformações desde a sua fundação até o final do século XIX.

A longo das últimas décadas inúmeros estudos vêm dando sua contribuição a respeito dos contingentes populacionais que dividiam o espaço estratégico que deu origem à cidade, valendo-se do porto fluvial que se tornou vértice fundamental de ligação entre o porto de Rio Grande, a capital e o interior do território. A historiografia tem analisado vários segmentos desse contingente populacional, por exemplo a população escravizada ou a população originária do arquipélago dos Açores. No entanto, acompanhando a produção historiográfica do século XXI, os textos aqui reunidos trazem novas e instigantes abordagens, combinando a exploração de fontes já conhecidas, a partir de novos enfoques ou o uso combinado de fontes de caráter diversificado, através da aplicação de procedimentos metodológicos inovadores ou pouco utilizados para o estudo das populações em perspectiva histórica.

O texto que abre esta seção, de Dario Scott, é um exemplo da conjugação de fontes conhecidas, revisitadas e problematizadas a partir do arcabouço teórico-metodológico da Demografia Histórica. Analisando os primeiros cem anos da população porto-alegrense, no contexto em que a população era caracterizada por altas taxas de fecundidade e de mortalidade, dá uma contribuição para a discussão relativa ao regime demográfico das áreas urbanas. Explorando o período secular entre 1772 e 1872, com base em fontes seriadas e estatísticas variadas, aplicou métodos da Demografia para estudar a fecundidade e a mortalidade diferencial da população livre e população escravizada. A partir de uma análise geral da população porto-alegrense, trouxe resultados inéditos que indicam que já em meados do século XIX havia indícios do processo de queda da mortalidade e da fecundidade, inclusive mostrando uma melhora na esperança de vida entre a população adulta (livre e escravizada), assim como o maior espaçamento no ciclo de epidemias e crises de mortalidade, causadas por doenças infectocontagiosas como varíola, diarreia e enterite, sarampo, escarlatina, cólera, que fustigavam a população.

Sob outra perspectiva, Jaqueline Brizola também se dedicou a analisar o tema das epidemias na Porto Alegre oitocentista, para compreender a situação vivenciada pela população em relação à saúde e à doença. Sua contribuição parte de uma reflexão sobre os estudos que analisaram as várias epidemias que acometeram a população (varíola, sífilis, cólera), assim como a atuação que o estado implementou, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, com a instalação das Comissões de Higiene Pública. Especialmente interessante é a análise empreendida sobre a vacinação contra a varíola, explorando as informações sobre vacinados em Porto Alegre. São instigantes suas

análises sobre as tentativas de se implementar ações preventivas, como a própria vacinação e a resistência da população à mesma. Explorou ainda outras ações para minimizar os estragos das epidemias, como a criação do lazareto (1874), destinado a acolher a população infectada, composta em sua maioria por homens pobres ou escravizados que, até então, era atendida na Santa Casa de Misericórdia. Com enfoques diferentes, tanto Brizola quanto Scott mostram que as epidemias faziam parte da vida da população porto-alegrense, gerando terror e elevado número de óbitos, apesar de atingir de maneira diferenciada os distintos segmentos populacionais.

O fato de ser, desde finais do século XVIII, um importante porto fluvial e uma área urbana que se consolidou no território meridional, Porto Alegre se caracterizava por uma intensa circulação de mercadorias e, sobretudo, de pessoas. Gente de variada origem e estatuto social, gente que se fixava, mas também gente que integrava uma categoria de população flutuante, que, na virada para o século XIX, já deixava sua marca. A contribuição de Denize Freitas lança luzes sobre as “gentes do mar”, tema que vem contribuir para conhecermos mais sobre a população porto-alegrense, evidenciando que a capital, entre finais do século XVIII e primeiros anos do século XIX, acolhia percentual não desprezível de pessoas (sobretudo homens livres e escravizados) ligadas às atividades marítimas, interligando a região a distintos e distantes pontos da América portuguesa e além.

A partir da exploração da preciosa coleção de róis de confessados e comungados, a autora analisou os homens do mar, ou indivíduos que estavam embarcados ou trabalhavam naquelas atividades, revelando que poderiam somar mais de 10% dos habitantes, alcançando, pontualmente, quase 16% da população. Essa perspectiva vem reforçar a importância para Porto Alegre, de seu porto fluvial, e o papel das gentes do mar no transporte fluvial, interligando e dinamizando o mercado interno sul-rio-grandense com outras distantes paragens.

A população porto-alegrense, desde seus primórdios, também conviveu com outro segmento populacional muito específico, composto pelas crianças expostas ou enjeitadas, que eram personagens comuns por toda a América Portuguesa. Em Porto Alegre não foi diferente e elas estiveram presentes, gerando demandas específicas em relação à sua assistência. Esse é o tema tratado por Jonathan Fachini da Silva, no momento em que havia apenas uma câmara no Rio Grande de São Pedro, analisando o fenômeno da assistência aos expostos vinculado às dinâmicas demográficas da localidade. O autor aborda o contexto específico da virada para o século XIX, quando a câmara municipal era a instituição responsável pela criação daquelas crianças. Combinan-

do as fontes paroquiais (assentos de batismo) e os termos de vereança, Silva mostra o mecanismo que estava por trás da distribuição das crianças para as “famílias criadeiras” que recebiam salários pagos pela câmara. Os pagamentos representavam valores substanciais para a administração municipal, que, seguidas vezes, mencionava a dificuldade em arcar com aqueles custos.

Desde a sua fundação e ao longo das décadas subsequentes, os territórios de Porto Alegre foram sendo reconfigurados pela presença de diferentes grupos étnicos (além de lusos e descendentes), que ajudaram a (re)compôr o seu espaço. Essa é a temática da segunda parte do livro.

A reflexão sobre os territórios e grupos étnicos parte da presença de africanos e seus descendentes, analisada por Daniele Machado Vieira. A autora explorou as territorialidades e as articulações das populações negras que, apesar de estarem espalhadas por toda a vila/cidade, produziram espaços característicos que eram marcados não só pelo trabalho e moradia, mas pelos lugares onde expressavam sua religiosidade e realizavam seus batuques, identificando ambientes que, desde a primeira década do século XIX, estavam associados às camadas populares e pobres, majoritariamente formadas por população africana e descendente. Seja no núcleo central ou nas áreas mais distantes, ainda que dentro dos limites impostos pela sociedade hierarquizada em que se inseriam, os negros foram construindo seus espaços de ação, ligados à ampla gama de ofícios desempenhados por aqueles homens e mulheres, especialmente o comércio, onde a presença feminina era forte. Seja através dos ofícios, seja através dos festejos e da participação em irmandades, como deixa claro o estudo de Vieira, foi fundamental a agência dos africanos e descendentes para a construção de seus espaços de convivência, bem como da própria cidade.

Se a presença de africanos e descendentes vem merecendo a atenção das historiadoras e dos historiadores do século XXI, tem sido também marca desta historiografia estudar a imigração de origem europeia, sobretudo alemães e italianos. Muito se produziu sobre esses imigrantes, com destaque maior para a sua inserção nas zonas coloniais e sua atividade como trabalhadores rurais. No entanto, o enfoque privilegiado aqui buscou dar visibilidade para a presença de alemães e italianos na cidade.

René Gertz e Antonio de Ruggiero aceitaram o desafio de identificar os territórios citadinos em que esses grupos se estabeleceram, a partir das várias atividades profissionais desempenhadas e não só.

Gertz fez uma análise abrangente, recuperando a presença de alemães no trabalho urbano, no comércio, na indústria e na cultura na capital gaúcha. Mostrou as áreas onde houve uma ocupação mais densa de alemães, formada

por distintos segmentos sociais, incluindo grupos mais privilegiados, de elite, assim como grupos sociais médios, pequenos empreendedores, trabalhadores do comércio, integrantes do proletariado industrial. As várias facetas da presença alemã em Porto Alegre, entre os meados do século XIX e primeiras décadas do século XX, revelaram, ainda, a paulatina conquista de espaço político, nas várias instâncias de poder, sua importante contribuição na arquitetura, artes, educação, imprensa, ciências e gastronomia. Para mais, vale ressaltar que, embora Porto Alegre tenha sido, inicialmente, um ponto de atração para alemães instalados na zona colonial, gradativamente, a capital passou a atrair imigrantes vindos diretamente do exterior, sem passagem pelas zonas coloniais, que se inseriam numa ampla gama de atividades.

Porto Alegre também acolheu contingente expressivo de italianos, tema analisado por Antonio de Ruggiero. Como no caso dos alemães, Ruggiero também mostrou que a presença dos italianos estava longe de se circunscrever às áreas coloniais. A capital, por ser o principal centro comercial, já contava, a partir das décadas de 1840 e 1850, com uma coletividade permanente de italianos, que se inseriam no comércio, nas indústrias nascentes, nas artes, integrando-se ao centro mais moderno e cosmopolita que se consolidou em Porto Alegre já na década de 1880. Tal como ocorreu com os alemães, havia territórios na cidade em que os italianos se concentravam e, mais importante, também se registrava a vinda de imigrantes diretamente da Itália, muitos dos quais médicos, farmacêuticos, engenheiros, artistas, enfim com uma gama variada de formação profissional, que ajudaram a compor cerca de 10% da população residente na capital, já naquele período. Nas primeiras décadas do século XX, mesmo com a mudança do regime político, os italianos continuavam a chegar à cidade. Ainda assim, como revela o autor, conflitos e divisões internas na comunidade dificultaram a construção de uma “consciência de italianidade”, apesar dos esforços das elites locais italianas.

Na terceira parte do livro destaca-se o processo de institucionalização de Porto Alegre ao longo dos séculos XVIII e XIX, deflagrado pela sua condição de capital da capitania, como sede do Palácio do Governador, da Câmara Municipal, da Provedoria da Fazenda, do Juizado dos Órfãos, da Ouvidoria e da Misericórdia, espaços de poder fundamentais para a nascente povoação. O estabelecimento de um núcleo urbano gerou a necessidade de criação de um aparato administrativo que seria responsável pelo governo e pelo bem comum da vila/cidade. Também foram analisadas as representações cartográficas da cidade, que ajudaram a definir o território da cidade de Porto Alegre.

No texto de Adriano Comissoli, coloca-se em primeiro plano a formação de Porto Alegre enquanto povoação e seu desenvolvimento enquanto cen-

tro articulador da administração e do governo da capitania do Rio Grande de São Pedro. Resgatando Bettamio (1780), que definiu a capital como “povoação a que muitos chamam vila, e nos papeis públicos se diz”, o autor desenvolve a hipótese de que “Porto Alegre foi escolhida para nova capital por dispor das condições para desenvolver a capitalidade”. Uma característica que não seria intrínseca, mas que “necessitava de ação humana para existir e ser mantida”. Sua população estava concentrada na península, tendo possibilidades de crescer devido à condição portuária, que a dotava de perfil estratégico, comercial e militar. Daí que seu espaço passasse a abrigar os poderes de governo e administração: entre 1773 e 1822, Porto Alegre recebeu novas incumbências que fizeram dela o ponto nevrálgico da administração, sediando não somente a residência do governador da capitania, mas também a Provedoria da Fazenda, a Câmara e a Ouvidoria.

Consideradas um dos “pilares gêmeos” do Império português, juntamente com as câmaras, as Misericórdias se disseminaram pela América portuguesa durante o período colonial. A de Porto Alegre foi uma das últimas a ser criada antes da Independência, tendo recebido atenção do historiador Pedro von Mengden Meirelles, que resgata a importância dessa instituição de caridade. Desde o começo do século XIX já existia um hospital para atender aos desvalidos, mas, como afirma o autor, “é só a partir de 1815 que se pode falar na existência de uma Santa Casa em Porto Alegre”. Isso porque para existir uma Misericórdia era necessário um maior grau de urbanização e uma sociedade civil já estruturada, que pudesse atender as obras de caridade. Como todas as Misericórdias, era formada exclusivamente por homens de destaque social, político e econômico na povoação. O pertencimento à irmandade funcionava como uma “vitrine” que firmava e sustentava as posições de mando daqueles que eram irmãos. Meirelles mostra ainda uma transformação que ocorre a partir de 1850, quando a Santa Casa passa a ser a responsável pela administração do novo cemitério público de Porto Alegre. Uma enorme mudança na vida social e confrarial de Porto Alegre: se a Misericórdia até então só exercia as suas ações sobre dois grupos muito específicos de pessoas – por um lado, os despossuídos, e, por outro, a mais alta camada da sociedade, os seus irmãos –, a partir de abril de 1850 ela passaria a ter o monopólio exclusivo do transporte funerário e do enterramento de cadáveres em Porto Alegre. Ainda hoje existe o cemitério da Santa Casa, assim como o hospital, prova da longevidade dessa instituição, firmemente enraizada na cidade.

Outra instituição criada no começo do século XVI em Portugal e que também se espalhou pelo Brasil colonial foi o Juízo dos Órfãos. A criação desse juízo deveu-se à necessidade de definir normas que regulamentassem a

proteção dos menores, no que competia à administração de seus bens. Como destacou no seu texto José Carlos da Silva Cardozo, “o cuidado e a administração dos órfãos, por parte de um adulto legalmente constituído, eram necessários em vista dos processos de separação de bens (partilha/inventário) ou mesmo de herança em virtude de falecimento do pai do menor”. O Juizado de Órfãos foi, no período Imperial e no início da República, uma das instituições mais importantes para a regularização das questões relativas à família e – principalmente – à criança. O autor ressalta ainda que o Juiz de Órfãos tinha sob sua responsabilidade um bom capital financeiro advindo dos processos que administrava e a ele eram afeiçoados recursos que poderiam ser emprestados ao Estado ou a particulares. Analisando os Livros de Entradas da Câmara de Porto Alegre do período de 1850 a 1870, o autor mostra a dimensão dos recursos recebidos no Cofre dos Órfãos, um “montante substancial para uma instituição não bancária no período”. Ressalta, portanto que as atividades do Juizado de Órfãos impactavam na organização social (com a atenção sobre os menores de idade e sua família) e econômica (com os empréstimos) de Porto Alegre.

Fechando essa parte, o texto de Daniela Marzola Fialho aborda como a cidade de Porto Alegre foi representada nos mapas produzidos desde o final do século XVIII. A autora parte do pressuposto de que “os mapas não podem mais ser considerados como objetos de referência imparciais”, pois eles corporificam e projetam os interesses dos administradores e dos seus criadores. Os mapas seriam ferramentas poderosas de afirmações políticas, administrativas e econômicas. Neste sentido, Fialho pretende demonstrar como os mapas antigos de Porto Alegre, ao produzirem a cidade ao longo do tempo, foram utilizados para administrar a cidade e sua população e com quais instituições e poderes eles se relacionaram. Nesse percurso, ela analisa os primeiros mapas que foram supostamente produzidos, dizendo que “os primeiros traçados e plantas da cidade (1772-1825) visavam especificamente à demarcação de lotes, quadras e o alinhamento urbano”. Os primeiros mapas que sobreviveram da cidade seriam as quatro plantas feitas durante o período da Revolução Farroupilha (1835-1845), período em que a cidade começa a despertar maior interesse. Analisa também a planta de 1868, que teria ampliado a perspectiva, destacando os novos espaços, mostrando uma cidade já sem muralhas e com os novos aterros. Conclui observando que a cartografia de Porto Alegre “demonstra uma grande diversidade não só em seus objetivos, como também nos responsáveis pela sua elaboração”. Os objetivos identificados na feitura dessas diversas plantas de Porto Alegre teriam a ver com “questões de poder e de interesse”.

Na última parte do livro, destaca-se a presença de escravizados e escravizadas, que integraram a sociedade porto-alegrense desde a sua fundação até o final do século XIX. A capilaridade de sua inserção social é objeto das diversas análises, revelando, além de sua importância demográfica, a relevância do tráfico, assim como o “deslocamento” de sua condição jurídica de escravizados(as) para alforriados(as).

No capítulo escrito por Luciano Costa Gomes, o autor se propõe a responder duas questões centrais: qual a importância da escravidão na formação de Porto Alegre? Como africanas, africanos e descendentes se relacionaram com a escravidão, fossem eles livres, libertos ou escravizados? Para tanto, ele vai dimensionar o tamanho da população negra na virada do século XVIII para o século XIX, ponderando que, “ao se considerar o fato de um mínimo de um terço da população ver-se sob o cativo e se encontrar a trabalhar nas atividades portuárias, urbanas e rurais, vislumbra-se a importância indiscutível do trabalho de africanos e descendentes na formação da freguesia de Porto Alegre”. No entanto, chamando a atenção para a expressiva presença de libertos, alerta-nos “para o equívoco de resumir as experiências negras ao cativo”. Diante destas evidências, Gomes irá trabalhar com o conceito de “plebe negra” para entender este grupo e suas possibilidades de mobilidade social, demonstrando que foram mobilizados recursos “provenientes das instituições de Antigo Regime” e “obtidos por meio do mercado de pessoas escravizadas”. Por fim, discute a existência de comunidades parentais ou religiosas construídas a partir de concepções africanas, as quais integravam indivíduos escravizados, libertos e livres.

Na capitania do Rio Grande do Sul, assim como em outras regiões do Brasil dos séculos XVIII e XIX, a escravidão dependia do tráfico de cativos para sua reprodução. Avançando sobre o tema, Gabriel Berute resgata os resultados das pesquisas realizadas para o seu mestrado e doutorado, sintetizando parte das conclusões a respeito do comércio e seus agentes, com destaque para o tráfico de escravizados. O autor nos apresenta um panorama do tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul com base nas características demográficas dos escravizados, nas rotas mercantis e nos agentes envolvidos, destacando a participação de Porto Alegre nessas transações. Para tanto, Berute valeu-se dos registros de transporte de escravizados, além das escrituras públicas de Porto Alegre, que contêm as transações de bens rurais, urbanos e embarcações, além de registros de sociedade e crédito registradas na primeira metade do século XIX. Tais fontes permitiram ao autor avaliar a importância do tráfico negreiro no conjunto de atividades dos agentes mercantis atuantes a partir de Porto Alegre. Entre as principais contribuições do capítulo, destacamos o

estabelecimento das características demográficas do tráfico negreiro para o extremo sul da América portuguesa e a constatação de que Porto Alegre e Rio Grande possuíam grupos mercantis distintos.

Ocupando-se do universo dos libertos, Gabriel Aladrén analisa a experiência de trabalhadores negros livres em Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XIX. O estudo do autor permite “explorar a cultura política e a experiência de trabalhadores negros num cenário econômico e social complexo e variado”, levando em conta “duas dimensões que condicionavam as possibilidades de ação dos negros livres, suas relações de trabalho e as políticas de controle social”. As informações extraídas de processos criminais demonstram alguns aspectos das vivências e experiências de libertos empregados ao ganho, sobretudo na ocupação de quitandeiros, pombeiros e remeiros. Aladrén destaca também o caráter coletivo do trabalho dos forros, evidenciando a articulação de redes sociais orientadas e construídas a partir das suas atividades econômicas. Ademais, o controle social sobre os libertos era realizado para assegurar que eles tivessem um amo ou patrono, tentando impedir o contato e as relações entre forros e cativos e coibindo os “ajuntamentos” de pretos forros, restringindo os momentos de lazer e convivência. Concluindo, o autor afirma que “os pretos libertos possivelmente eram o principal alvo da repressão policial e judiciária” em Porto Alegre.

Esperamos que a leitura dos textos aqui reunidos possa ajudar a descortinar aspectos menos conhecidos da história porto-alegrense, contribuindo também para a divulgação da pesquisa científica feita nas Universidades brasileiras. Neste sentido, agradecemos muito aos autores e autoras que aceitaram o desafio proposto, sem os quais essa obra literalmente não existiria. Agradecemos também aos colegas do Departamento de História da UFRGS, professores Eduardo Neumann e Regina Weber pela redação dos textos de apresentação, assim como a Pedro Meirelles, pela formatação e revisão inicial dos textos. Por fim, os organizadores agradecem o apoio financeiro do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, que viabilizou a publicação desse livro com os recursos do PROEX/CAPES.

DISPUTAS PELA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO URBANA DE PORTO ALEGRE¹

Charles Monteiro

Neste ano de 2022, a administração municipal convida os porto-alegrenses a comemorar os 250 anos da cidade através de uma ampla programação que visa a envolver diferentes públicos e grupos sociais da população. Nestes momentos comemorativos, os historiadores e historiadoras são chamados a contribuir com o esforço de mobilização coletiva e se colocam a pensar sobre a trajetória da cidade no tempo. Os historiadores e historiadoras cumprem aí o seu papel de gestores da memória coletiva e construtores de um saber científico verificável e teoricamente bem fundamentado a partir de questões colocadas pelas dinâmicas e embates políticos da própria sociedade. Empreendem uma viagem do presente ao passado para pensar as experiências sociais no espaço urbano, retornando com algo que convida a própria sociedade a refletir e problematizar tanto a lógica urbana de hoje quanto as práticas das gerações passadas. Pierre Nora (1993) alerta sobre a relação problemática entre história e memória, bem como sobre as disputas políticas envolvidas nas práticas comemorativas.

Mas por que 250 anos? A partir de quando começamos a contar essa data? Quem a instituiu e em que contexto? E, finalmente, por que comemorá-la? Aí estão algumas perguntas que se colocam ao historiador e ao cidadão. Nesse sentido, é necessário compreender que a própria comemoração tem também a sua história.

A história de Porto Alegre tem sido contada, recontada e problematizada pelos historiadores e pelas historiadoras, escritore(a)s e cronistas em livros, revistas e jornais desde o final do século XIX. Observam-se duas tradições principais de escrita da memória social da formação urbana da cidade bem definidas. Uma tradição relacionada às pesquisas dos historiadores, inicial-

¹ O presente capítulo foi publicado em uma versão preliminar em MONTEIRO, Charles. Políticas da Memória: reformas urbanas e polêmicas acerca das comemorações da fundação de Porto Alegre. In: POSSAMAI, Zita R. (org.). *Leituras da Cidade*. Porto Alegre: Evangraf, 2010. p. 37-54.

mente reunidos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) e, posteriormente, nas universidades, e uma outra tradição, animada pelas obras dos cronistas da cidade, em artigos de jornais depois publicados em livro. Antônio Alvares Pereira Coruja (1806-1889) foi um dos primeiros a escrever um conjunto extenso de crônicas sobre Porto Alegre (CORUJA, 1983), falando sobre os antigos moradores, os tipos populares, as ruas, os becos e os largos da cidade que estavam em transformação no final do século XIX.

Em 1906, o jornalista e historiador Augusto Porto Alegre (1871-1947) escreveu o livro *A Fundação de Porto Alegre* (1906), onde tentava explicar a criação do novo núcleo urbano através da chegada dos casais açorianos e das iniciativas dos administradores da Coroa Portuguesa. Este autor fixou a data de fundação de Porto Alegre em 24 de julho de 1773, quando ela se torna capital. Essa foi a versão tradicionalmente aceita, ensinada e seguida pelos órgãos públicos, pela imprensa e pela elite letrada até os anos 1930.

Porém, em 1935, Walter Spalding (1901-1976) foi convidado pela administração municipal a preparar uma mostra fotográfica sobre a história da cidade para o centenário da Revolução Farroupilha. Para isso, ele reuniu um grande conjunto de documentos oficiais, mapas, fotos e começou a escrever um ensaio sobre o tema. Com o golpe de 1937, que dá início ao Estado Novo, Loureiro da Silva (1902-1964) assumiu a prefeitura (1937-1943) e nomeou Walter Spalding diretor do Arquivo e da Biblioteca Municipal.

Este contexto foi marcado por uma administração autoritária e centralizada assessorada por uma comissão técnico-consultiva (a Câmara Municipal fora dissolvida), por reformas urbanas com a abertura de grandes avenidas (Farrapos e 10 de Novembro, atual Salgado Filho) que rasgaram o centro da cidade, que exigiram a demolição de antigos casarões do período colonial e causaram a modificação do perfil urbano pela construção de altos prédios de escritório e de apartamentos privilegiando empresas construtoras. Tais transformações profundas no espaço urbano, especialmente na área central e mais antiga da cidade, geraram a necessidade de repensar e reescrever a história de Porto Alegre.

Loureiro da Silva consulta o Instituto Histórico e Geográfico sobre a fundação de Porto Alegre, pois pretendia fixar oficialmente a data de “aniversário da cidade” e assinalá-la com grandes comemorações. O que Loureiro da Silva pretendia era legitimar a sua administração, mobilizar a opinião pública a favor das reformas urbanas e projetar-se no cenário político regional. Este é um momento importante no percurso de produção da história da cidade. Walter Spalding, como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal, forneceu a legitimação de

tais pretensões através da “descoberta” de um novo documento numa publicação do Arquivo Histórico de Minas Gerais. Ele descobriu a cópia de uma carta de doação de sesmária da Coroa Portuguesa para Jerônimo de Ornelas, com data de 5 de novembro de 1740. Para Spalding, se naquela data já havia se fixado o tal estancieiro com a família, agregados, escravos e gados no local da futura povoação, então se poderia considerar tal data a de fundação de Porto Alegre.

Cabe dizer que o parecer do Instituto Histórico não foi unânime, e sua conclusão apontou para duas datas passíveis de comemoração: 5 de novembro de 1740, início da colonização, e 24 de julho de 1773, quando se ordenou a transferência da capital para Porto Alegre. O prefeito Loureiro da Silva recebeu o parecer da Comissão de História do IHGRGS, que legitimava as comemorações do bicentenário de “colonização” de Porto Alegre em 5 de novembro de 1940. Aqui caberia lembrar os usos políticos da comemoração do centenário da “Guerra dos Farrapos” com a Exposição Farroupilha realizada no Parque da Redenção em 1935, que foi urbanizado e transformado no Parque Farroupilha.

Para organizar a programação das atividades visando às comemorações do Bicentenário, formou comissões especiais reunindo intelectuais, escritores, artistas, comerciantes e autoridades políticas. Entre outras atividades, as festividades envolveram: corrida de carros e de bicicleta, competição de remo, bailes públicos, concurso de *miss*, 3º Congresso de História e Geografia do IHGRGS, 2ª Sessão Solene da Academia Riograndense de Letras, exposição de objetos antigos, missa solene, fogo simbólico, hasteamento de bandeiras nacionais, revoada de pombos em frente à Prefeitura e, claro, a inauguração das grandes obras viárias da Administração Loureiro da Silva (Avenida Farrapos e 10 de Novembro, canalização do Arroio Dilúvio e construção da Ponte da Azenha) com a presença do Presidente Getúlio Vargas. As comemorações duraram quase dois meses, tendo sido iniciadas em 5 de novembro e encerradas em 31 de dezembro de 1940.

Os jornais locais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e a *Revista do Globo* cobriram as comemorações em reportagens de página inteira com o uso de fotografias. O 3º Congresso de História e Geografia foi realizado reunindo convidados nacionais, tais como Gilberto Freyre e Alfredo Ellis Júnior entre outros, e internacionais. A administração municipal publicou vários livros, em especial um grande volume ricamente ilustrado com aquarelas, fotografias, mapas, textos e quadro estatísticos: *Porto Alegre: Biografia de uma cidade*. Publicou também a História Popular de Porto Alegre, que reunia crônicas selecionadas do jornalista, escritor e historiador Aquiles Porto Alegre (1848-1929).

Observa-se a partir destas publicações o trabalho de “fabricação” de uma história de Porto Alegre, que privilegiou determinados sujeitos sociais, tempos e espaços, silenciando outros, promovendo uma visão parcial e comprometida da história local com foco nas realizações das elites políticas e econômicas que dominaram o poder municipal e estadual. Elabora-se uma epopeia que começaria com a concessão de uma sesmaria (grande propriedade de terra pela Coroa Portuguesa) a Jeronimo de Ornellas e a criação da Estância Sant’Anna, em 1740. Depois, em 1752, a chegada dos casais açorianos e a transferência da capital de Viamão para Porto Alegre em 24 de julho de 1773, ordenada pelo brigadeiro José Marcelino de Figueiredo. Logo, 5 de novembro era a data em que teria se iniciado a colonização e Jerônimo de Ornellas seria o herói fundador. Nenhuma palavra sobre os grupos indígenas aqui estabelecidos quando os portugueses chegaram para ocupar o território, nem sobre os homens e as mulheres escravizados que os acompanhavam.

Apressaram-se em criar uma imagem para o fundador, que aparece retratado como um bandeirante vicentino. Os sócios do Instituto Histórico estavam preocupados demais com o “mito de origem”, com as questões relativas à fundação, para refletirem sobre os dilemas da sociedade local naquele contexto, que crescia nas suas áreas periféricas com vilas de habitações autoconstruídas e carecia de postos de trabalhos para migrantes recém chegados devido ao êxodo rural. Pois, uma cidade não se forma e se constrói de uma só vez, é um corpo coletivo dinâmico, composto por vários grupos e sujeitos sociais, que está em constante fazer-se e refazer-se, atravessado por disputas e conflitos pela posse do solo urbano, pelo uso dos recursos públicos em obras de infraestrutura, educação, saúde, segurança, etc. A cidade somos nós, nossas práticas cotidianas, nos passos que constroem espaços, nossos projetos, nossas ações, lutas e derrotas.

Não houve preocupação em discutir o conceito de fundação, o de núcleo urbano ou de cidade. Naquele momento comemorativo não pareceu estranho aos sócios do Instituto Histórico considerar a doação de terras para a criação de uma estância como marco de fundação de uma cidade. A historiografia da época considerava em geral a instalação de fortes (Rio Grande), a criação de capelas ou as ordens expressas da Coroa Portuguesa para povoar como fatos geradores de novas povoações no período colonial. A definição da criação de uma estância como célula inicial da povoação e de um estancieiro branco português como agente civilizador era a tentativa de impor a ótica e a versão dos grandes proprietários de terras para a explicação da gênese da sociedade local. Persistência de uma visão mítica sobre a história da formação da sociedade sul-rio-grandense em um momento de perda de hegemonia polí-

tica das elites tradicionais, que enfrentavam a crise da agropecuária e o esgotamento de um modelo econômico devido ao crescimento urbano-industrial.

Esta produção historiográfica valorizou apenas o elemento povoador português e açoriano na formação da sociedade local, relegando ao silêncio e ao esquecimento outras contribuições socioculturais e econômicas como a dos grupos negros e indígenas de várias etnias, bem como das sucessivas correntes imigratórias e migratórias que formaram a população regional. As classes populares, os trabalhadores e trabalhadoras também estavam excluídas desta equação histórica “vista de cima”, a partir do discurso das elites dirigentes, baseada em uma cronologia político-administrativa construída a partir da utilização acrítica de relatos e documentos oficiais da Coroa Portuguesa.

É no sentido de deslocar esse olhar elitista sobre a história local, pelo menos de forma parcial, que ganham importância as crônicas de Aquiles Porto Alegre, selecionadas e publicadas sob o título *História Popular de Porto Alegre* (PORTO ALEGRE, 1940). Nesta obra que reúne crônicas escritas entre 1905 e 1925, surgem outros sujeitos, tempos e lugares da memória. Aquiles narra pequenos acontecimentos e descreve lugares da pequena cidade de Porto Alegre na segunda metade do século XIX, cercada de chácaras, que guardava traços da cultura rural e escravista, onde os habitantes se conheciam pelos nomes. Ele evoca a memória dos tipos populares (vendedores ambulantes de balas, jornais e bilhetes), de alguns indígenas descendentes daqueles reduzidos nas Missões, de negros e de negras (quitadeiras, carregadores, vendedores ambulantes, capoeiristas etc.), das mulheres (lavadeiras, benzedadeiras, prostitutas etc.), dos imigrantes (alemães, italianos, espanhóis) e também das elites e camadas médias letradas (jornalistas, professores, advogados, médicos e políticos). A história que emerge de suas crônicas estava mais próxima da memória coletiva e das práticas cotidianas do que a história político-administrativa produzida pelos membros do Instituto Histórico, muitas vezes laudatória da ação civilizadora das elites brancas e grande proprietária de terras. É verdade que muitas vezes este passado aparece idealizado, como os tempos mais felizes e harmoniosos de sua juventude, mais simples e autênticos frente à cidade que se modernizava nos anos 1920 destruindo as pegadas de sua história.

O tema da fundação voltaria a ser discutido somente na década de 1950, quando o prefeito Ildo Meneguetti (1895-1980) consultou o Instituto Histórico sobre a data “exata” da fundação da cidade, devido à controvérsia existente entre os historiadores locais. A Comissão de História do IHGRGS (Moyses Vellinho, Guerreiro Lima e Othelo Rosa) se reuniu e decidiu: “Em conclusão: a cidade de Porto Alegre, cujo povoamento teve começo mais ou menos em 1732, foi fundada em 26 de março de 1772, em que foi elevada à categoria de

freguesia e desmembrada de Viamão”. O prefeito agradeceu a resposta e deu por encerrada a questão da data da fundação. Ela só viria a ser retomada no final da década de 1960, em artigos de jornal, junto com a preocupação e a necessidade de preservação do patrimônio histórico diante da onda de demolições que assolava a cidade.

Telmo Thompson Flores (1921-2008) assumiu a prefeitura em momento de ruptura, de reurbanização e de reconstrução social do espaço urbano extremamente rico para compreender a “fabricação” da história de Porto Alegre. A administração municipal de Thompson Flores (1969-1974), naquele contexto de censura, prisões, cassações, de repressão política e desaparecidos, pretendeu legitimar a sua administração como sucessora das reformas urbanas de Loureiro da Silva, o “grande remodelador da cidade”, que também havia governado em um momento de ditadura e de autoritarismo político.² Trabalhou visando à adoção de um plano de conjunto para o crescimento da cidade, cujo eixo central era a remodelação do sistema viário a partir da abertura de grandes avenidas perimetrais, elevadas e túneis que modificaram profundamente a paisagem urbana. Nesse contexto de transformação profunda do espaço urbano se recolocou a questão da fundação de Porto Alegre.

Em 1970, o prefeito Flores inicia a preparação dos festejos dos 230 anos da cidade e da 11ª Semana de Porto Alegre com solenidades e a publicação do livro *A Praça do Portão e o Viaduto Loureiro da Silva* de autoria de Leandro da Silva Telles (1970). A inauguração do viaduto reuniu autoridades civis, legislativas, militares e religiosas. Segundo os discursos das autoridades presentes, a inauguração assinalaria uma nova era de modernidade urbana. A nova era foi marcada pela desapropriação e despejo sumário de muitos prédios antigos, de velhos casarões de estilo colonial, bem como pela retirada de circulação dos bondes elétricos e a construção do calçadão da Rua da Praia, que recobriu os desenhos formados por paralelepípedos de pedras coloridas. Reformas urbanas que causaram um grande impacto sobre a geração que havia vivido a cidade nos anos 1930 e 40, levando a criação de um movimento de escritores, jornalistas e artistas pela preservação dos últimos prédios considerados históricos e construídos no século XIX e início do século XX. Alberto André (1915-2001), Francisco Riopardense de Macedo (1921-2007) e Sergio da Costa Franco (1928-), entre outros, defenderam a preservação de um conjunto de prédios representativos do processo de formação urbano da cidade e a criação de um museu histórico (GIOVANAZ, 1999; ZUBARAN, 2012).

² Comércio saúda Thompson Flores e o compara a Loureiro da Silva. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 8, 12 nov. 1970.

Logo após as comemorações aparecem nos jornais os primeiros artigos do Padre Ruben Neis (1925-2003), Arthur Ferreira Filho (1899-1996) e Francisco Riopardense de Macedo³ apontando para a incorreção da data comemorada em 1940 e para a existência de um novo parecer da Comissão de História do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul de 1953, que assinava como data correta da fundação 26 de março de 1772. Em resposta a esses artigos, Walter Spalding reafirma a sua versão sobre a fundação da cidade em 5 de novembro de 1740. A Câmara de Vereadores convoca um representante do Instituto Histórico para esclarecer a questão. O Instituto designa Arthur Ferreira Filho que fez uma conferência no dia 20 de abril de 1971 na qual explicou que fundar significa dar foros de autonomia a uma nova povoação. O que teria acontecido em 26 de março de 1772 com a criação da freguesia de Porto Alegre e seu desmembramento de Viamão. Os vereadores fizeram uma série de perguntas sobre a chegada dos açorianos, o local do início da povoação e sobre a razão de existirem dois pareceres conflitantes elaborados pelo IHGRGS. Ferreira Filho tinha o apoio da maioria dos sócios do Instituto, que ratificaram o parecer de 1953. A Câmara resolve, então, convidar Walter Spalding para explicar a sua tese sobre a fundação em 11 de maio de 1971. Spalding defendeu seu conceito de fundação a partir da existência do documento expedido pela Coroa Portuguesa, que concedia em 5 de novembro de 1740 uma sesmaria a Jerônimo de Ornellas.⁴

Paralelamente a isso, o Padre Ruben Neis, responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana, publica uma série de artigos no jornal *Correio do Povo* sobre suas pesquisas nas certidões de batismo e de casamento dos filhos de Jerônimo de Ornellas.⁵ Nesses artigos, ele fala da transferência do estancieiro para Triunfo, onde se estabelece com a família, agregados e escravos, após a chegada dos casais açorianos e a venda das suas terras. Logo, segundo Neis, ele não poderia ser considerado o fundador da cidade. A data correta da fundação seria a criação da nova freguesia, em 1772, quando as crianças nascidas passaram a ser registrados em Porto Alegre.

A Câmara termina convidando o Padre Ruben Neis em 1º de julho de 1971 para explicar a sua versão sobre a fundação, que corroborava a apresentada feita por Arthur Ferreira Filho. Devido ao número de evidências apresen-

³ MACEDO, Francisco Riopardense de. Nem fundador, nem povoador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, s. p., 29 nov. 1970.

⁴ SPALDING, Walter. Jerônimo, o fundador. *Correio do Povo*, Porto Alegre, s. p., 22 nov. 1970.

⁵ NEIS, Ruben. A Fundação de Porto Alegre (I-IV). *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 mar. a 17 abr. 1971. Caderno de Sábado, p. 15; 6; 13;13, respectivamente.

tadas, a Câmara decide adotar o 26 de março de 1772 como data da fundação da cidade. O prefeito Thompson Flores sancionou, em 29 de dezembro de 1971, a Lei Municipal número 3.609 que consagrou “como data de Fundação de Porto Alegre, o dia 26 de março”.⁶ Porto Alegre deve ter sido uma das únicas cidades que em plena Ditadura Civil-Militar mobilizou a opinião pública ao redor de um debate historiográfico na Câmara de vereadores com a participação da sociedade civil. A administração municipal programa, então, as comemorações de um “novo” Bicentenário da Fundação de Porto Alegre para 26 de março de 1972.

Mais uma vez a historiografia produzida pelo Instituto Histórico se limitou a discutir e a revisar as questões ligadas à fundação da cidade, perpetuando o “mito das origens” e a supervalorização de uma colonização europeia, branca, patriarcal e militar do território sulino. Um discurso alinhado com o conservadorismo e o autoritarismo das elites políticas no poder no contexto da ditadura civil-militar e em detrimento da participação de outros grupos sociais (indígenas, negros e negras, mulheres, operariado, classes populares, movimentos sociais etc.) e uma série de outros tempos e espaços no processo de formação da sociedade e do espaço urbano porto-alegrense.

Novamente seriam as crônicas nos jornais que trariam um pouco de arejamento sobre a possibilidade de escrever outras histórias da cidade, considerando outros temas, sujeitos, tempos e espaços da experiência social urbana. Nilo Ruschel (1911-1975), em uma série de 40 crônicas intituladas *Rua da Praia*, foi um dos que criticou a polêmica árida sobre a fundação.

Ele relembra a cultura urbana porto-alegrense entre os anos 1920 e 1950, marcada pelas sociabilidades nos cafés, confeitarias, bares, restaurantes, livrarias e conversas no circuito boêmio da Rua da Praia e seus arredores. Uma outra cidade evocada com nostalgia dos tempos dourados de sua juventude frente uma cidade que se tornava uma metrópole cheia de contradições, marcada pela segregação social e espacial que expulsava as classes populares para as periferias da cidade sem infraestrutura de acordo com os projetos de zoneamento funcionalista de Planejamento Urbano dos anos 1950 e 1970. Uma cidade que apagava rapidamente os vestígios de seu passado e transformava o centro em uma área administrativa, bancária e comercial. Modernização autoritária e violenta que instituía uma nova temporalidade na experiência social urbana marcada pelo fluxo rápido dos automóveis nas grandes avenidas em lugar dos pedestres, que cada vez mais perdiam espaço e direitos de cidadania.

⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Lei Nº 3609*, Porto Alegre, 29 dez. 1971.

Ruschel escreveu uma primeira crônica sobre a Rua da Praia no *Correio do Povo*.⁷ Inicialmente, projetara apenas uma crônica, mas ao final o autor pediu licença ao editor do “Caderno de Sábado” para continuar as suas recordações na semana seguinte. Depois, com o título “Rua da Praia” e numeradas em romanos, essas crônicas sucederam-se semanalmente por um ano nas páginas do “Caderno de Sábado” do *Correio do Povo*. Posteriormente, a Prefeitura Municipal publicou essas crônicas em livro como parte das comemorações da XII Semana de Porto Alegre em novembro de 1971. Ruschel afirmava que sua preocupação era “retratar a expressão que a rua tem... que resulta no que de mais expressivo e definidor a cidade tem”. Para isso, evocava “retalhos de vida, figuras e tipos” que aí viveram. Rua que é um lugar de memória – “ilha de recordações para cada um” – da experiência urbana de Porto Alegre. Afirmava que sua narrativa devia fluir sem se ater à disciplina ou ao método da historiografia.

A sua escrita responde à demanda de memória, naquele contexto de demolições e reformas urbanas. Os sujeitos das memórias de Ruschel compreendem um amplo leque, desde os tipos populares que percorriam as ruas centrais da cidade às elites políticas e intelectuais que se reuniam em grupos seletos ao redor das mesas de certos cafés e restaurantes da Rua da Praia. Os tipos populares surgem como elementos característicos da identidade urbana de Porto Alegre, como vozes que atravessavam a Rua da Praia dando-lhe uma nota pitoresca. Entre os mais característicos estavam os vendedores de jornais, como o Adãozinho, a Maria Chorona e o João da Balas. Mas, também, músicos e vendedores de rua, cujos verdadeiros nomes e histórias eram desconhecidos e que ganham um lugar na memória afetiva da Rua da Praia. Ruschel recordava da presença negra no carnaval de rua em Porto Alegre no início do século. O autor lembrava o preconceito racial da sociedade local, já que os negros deviam ficar do “outro lado” da rua nos desfiles de carnaval. Apesar de evocar principalmente espaços e formas de sociabilidade masculinas, as mulheres também têm seu lugar de memória nas crônicas de Ruschel. Tanto aquelas que pertenciam às elites e ao meio artístico, quanto as pertencentes às camadas populares. Entre elas Maria Chorona, cuja voz ecoava na memória do cronista. Maria Chorona representava as mulheres das camadas populares em sua faina diária pelas ruas da cidade, exercendo pequenos ofícios na luta pela sobrevivência. Seu pregão soava como um lamento aos ouvidos de Ruschel, mistu-

⁷ RUSCHEL, Nilo. Rua da Praia. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 dez. 1971. Caderno de Sábado, p. 12-13.

rando-se à voz de outros vendedores de rua nas noites frias de inverno, testemunhando a difícil condição de vida das mulheres das camadas populares. O autor também lembrava as “mariposas”, que à noite das portas e janelas das casas modestas do Beco do Oitavo, iluminadas por luzes vermelhas, abordavam os passantes. As mulheres da elite frequentavam as confeitarias da Rua da Praia, acompanhadas pelas filhas ou marido. A nova cultura urbana possibilitou a conquista de novos espaços de sociabilidade, maior liberdade para as mulheres. Porém, existiam espaços, como o ensino superior, em que as mulheres não tinham acesso nos anos 1920 e 30.

Ruschel evocava a presença dos imigrantes entre os sujeitos que animavam a Rua da Praia e contribuíram para a formação da nova cultura pública que se articulava ao redor de cafés, confeitarias, bares e restaurantes. A etnia de imigrantes mais citada pelo autor são os alemães, que aparecem como introdutores do hábito de tomar chope após o expediente nos bares do centro. O cronista não idealiza a presença dos imigrantes na sociedade local, recorda-os também entre as camadas populares e menos privilegiadas da sociedade porto-alegrense, embora lembrasse principalmente os bem-sucedidos, como o italiano Nicolau Rocco, dono da Confeitaria Rocco.

Ruschel tratava de formas de sociabilidade que caracterizavam uma determinada cultura urbana que se organizava ao redor desses cafés no centro da cidade. Uma forma de cultura pública que englobava as elites e as camadas médias urbanas que circulavam pelo centro da cidade. A Rua da Praia surge nas crônicas de Nilo Ruschel como algo mais do que uma simples rua. Ela é na verdade um território afetivo e existencial com limites imprecisos, cujas margens se estendem bem além das quadras que figuram nos mapas. Um espaço síntese de todo o centro da cidade, mas também um porto do qual é possível zarpar ou no qual se pode aportar trazendo histórias de outros lugares. Um lugar de memória de um grupo socioprofissional (jornalistas, escritores, advogados, políticos) e de formas de sociabilidade de uma cultura pública urbana nos anos 1920, 1930 e 1940, que se articulava ao redor de cafés, bares, restaurantes, alfaiatarias, engraxatarias, casas comerciais, redações e hotéis do centro da cidade.

Observa-se uma dinâmica nestes dois contextos, de 1940 e 1970-1972, entre as demolições de prédios e alterações pela reurbanização de espaços urbanos ligados a memória coletiva, provocavam o esquecimento e criavam uma demanda de memória, ou melhor, de história da cidade, como afirma Pierre Nora (1993). De um lado, os administradores municipais, a especulação imobiliária, os grandes comerciantes e lojistas apoiadores de grandes reformas urbanas tentando legitimá-las através de usos e abusos da história, e, de outro,

a busca de uma “outra” história da cidade que valoriza a experiência coletiva cotidiana nas crônicas de Aquiles Porto Alegre e Nilo Ruschel, entre outros.

Mas, nos dias de hoje, ainda se tem o que comemorar? Certamente não um passado distanciado das origens cujos agentes históricos são grandes personagens de um drama épico. Mas, talvez, se possa comemorar uma maior mobilização e a participação mais plural da sociedade civil nas decisões que envolvem o futuro da nossa cidade.

Também se pode comemorar a democratização, diversificação e a pluralização da produção historiográfica nas universidades locais, que arrancaram do esquecimento sujeitos e lugares de memória até então silenciados, indo muito além das iniciativas dos cronistas do passado. Poder-se-ia citar um conjunto de temas e de estudos a título de exemplo desse processo de democratização do saber sobre a formação social urbana de Porto Alegre sem pretender ser exaustivo. O estudo sobre os territórios e a contribuição dos grupos negros (BONETO, 2018; KERSTING, 1998; ROSA, 2014; XAVIER, 2018); a participação das classes populares (MAUCH, 2017) e dos operários na construção da cidade, fornecendo identidade a espaços urbanos (FORTES, 2004). O papel das mulheres (PESAVENTO, 2008) e da comunidade LGBTQIA+ para pensar as questões de gênero no espaço urbano (VALLE, 2016) e lutar contra o conservadorismo político na cultura local, manifestado no fechamento da Exposição de Arte Queermuseu no Espaço Santander Cultural em 2017 (SILVA, 2019). Os estudos sobre história, cultura visual e cidade que pensam os problemas sobre a construção da visualidade urbana de Porto Alegre (ETCHEVERRY, 2007; FIALHO, 2010; KOEHLER, 2015; MONTEIRO, 2007; POSSAMAI, 2005; SANDRI, 2007; STUMVOLL, 2014; STUMVOLL, MENEZES, 2007; TRUSZ, 2008). Além de muitas outras questões que envolvem a cultura, a literatura e a arte urbana, como o *hip-hop* (MAFFIOLETTI, 2010), o grafite (ANDREOLI, 2004; SILVEIRA, 2006), o pixo (JAEGER, 2019) entre outras manifestações no espaço urbano na busca de exercer e de defender a democratização do direito de todas, de todos e de todes à cidade.

Referências

ANDREOLI, Giovani Souza. *Grafismos urbanos: Composições, olhares e conversações*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5140>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BONETTO, Helena. *A Invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Gra-

duação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189048>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

CORUJA, Antônio Álvarez Pereira. *Antigualhas*. Porto Alegre: ERUS, 1983.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. *Visões de Porto Alegre nas fotografias dos Irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11173>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FIALHO, Daniela. *Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25412>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: EducS, 2004.

GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: A Preservação Patrimonial na Cidade de Porto Alegre (1960-1979)*. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

JAEGER, Barbara Marques. *Falando alto para ser gigante: O pixo como forma de ocupação da cidade e fenômeno ativo na construção do imaginário urbano de Porto Alegre*. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de bacharelado em Comunicação Social) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<https://www.analuizakoehler.com/becodorosario/negros-e-a-modernidade-urbana-em-porto-alegre-a-colonia-africana-1890-1920/>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/139940>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MAFFIOLETTI, Cassio de Albuquerque. *Movimento Hip-hop em Porto Alegre: Rede de relações e protagonismo juvenil*. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28467>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MAUCH, Claudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

MONTEIRO, Charles. Imagens sedutoras da modernidade urbana: reflexões sobre a construção de um novo padrão de visualidade urbana nas revistas ilustradas na década de 1950. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 159-176, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100007>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

PESAVENTO, Sandra J. *Os sete pecados da capital*. Porto Alegre: Hucitec, 2008.

PORTO ALEGRE, Aquiles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940.

PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Cidade Fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 v. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5251>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RUSCHEL, Nilo. *Rua da Praia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1971.

SANDRI, Sinara Bonamigo. *Um fotógrafo na mira do tempo – Porto Alegre*, por Virgílio Calegari. Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/11384>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVA, Sara Raquel de Andrade. *Reação, Mobilização e Produção de Sentidos na Arte: um olhar sobre a trajetória da exposição Queermuseu*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/9088/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVEIRA, Fabrício. Grafite revisitado: Estética e comunicação de rua em Porto Alegre *ArquiteturaRevista*, São Leopoldo, v. 2, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1936/193616282003.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

STUMVOLL, Denise. *Fotografia e aproximações com a arte no início do século XX: Um olhar para as narrativas visuais de Lunara*. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes Vi-

suais) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114657>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

STUMVOLL, Denise; MENEZES, Naida (org.). *Memória Visual de Porto Alegre 1880-1960*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 2007.

TELLES, Leandro da Silva. *A praça do Portão e o viaduto Loureiro da Silva*. Porto Alegre: Gabinete Municipal de Planejamento e Coordenação – GAPLAM, 1970.

TRUSZ, Alice Dubina. *Entre lanternas mágicas e cinematógrafos: As origens do espetáculo cinematográfico em Porto Alegre (1861-1908)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15547>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

VALLE, Maurício Nardi. *Fios e Tramas: Entre paradas livres e movimentos pela diversidade sexual da cidade de Porto Alegre*. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213178>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

XAVIER, Regina. *Africanos, afrodescendentes: imagens de Porto Alegre*. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=106>. Acesso em: 05 set. 2021.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os intelectuais e a defesa da preservação do patrimônio em Porto Alegre (1970). *Diálogos*, Maringá, v. 16, supl. esp., p. 113-131, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36057/18666>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

PARTE 1

POPULAÇÕES

OS PRIMEIROS CEM ANOS DA POPULAÇÃO PORTO-ALEGRENSE (1772-1872)

Dario Scott

Como a população de Porto Alegre evoluiu ao longo dos primeiros 100 anos? Como era a sua composição? Havia diferenças entre livres e escravizados? Houve melhora na esperança de vida ao nascer? Neste capítulo serão apresentados e discutidos alguns indicadores demográficos relativos à mortalidade e à fecundidade, que afetam significativamente a estrutura da população. Analisaremos as mudanças e permanências que caracterizaram o período secular entre 1772 e 1872, arco temporal demarcado entre a criação da freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre e o ano de realização do primeiro recenseamento geral da população brasileira.

O aporte teórico da Demografia analisa as mudanças que ocorrem ao longo do tempo nas diferentes populações, no que diz respeito às variáveis relacionadas à natalidade/fecundidade, mortalidade e migração, isto é, aquelas que afetam a estrutura e a composição de uma dada população. Uma das mais importantes teorias é a Teoria da Transição Demográfica, que analisa o processo pelo qual as populações do passado, que eram caracterizadas por altas taxas de natalidade e mortalidade passaram a ter baixas taxas tanto de natalidade quanto de mortalidade. Nesses dois pontos do tempo (antes e depois da transição e que variam conforme cada população), há um momento específico (o da *transição*) em que se registra primeiro uma baixa na mortalidade, seguida por um intervalo de tempo (mais curto ou mais longo) em que a natalidade também começa a baixar. Vasta literatura tem analisado esse processo, que foi proposto tendo em conta o caso das populações europeias, entre eles o demógrafo italiano Massimo Livi Bacci.

Livi Bacci (1993, 2013a, 2013b), ao analisar esse processo, considerava que as sociedades europeias do Antigo Regime eram ineficientes, pois, de modo a garantirem baixos índices de crescimento, precisavam produzir muitos nascimentos para recuperar o desperdício que era gerado pela grande quantidade de óbitos que eram registrados, usando uma metáfora para definir o processo complexo da transição, afirmando que haveria a passagem da desordem para a ordem e do desperdício para a economia, isto é, a desordem marcada pelas altas

taxas de mortalidade, que “subvertiam a ordem natural”, com elevada mortalidade, especialmente infantil, que “desperdiçava” muitas vidas, para um regime demográfico em que a ordem natural era, na generalidade, mantida (mais velhos morrem antes dos mais jovens) e se “economizaria” nas perdas de vidas.

Suas reflexões sobre o esquema do processo de transição demográfica acrescentam outros elementos importantes. Em primeiro lugar, o fato de que a redução da mortalidade na Europa compreendia, além da diminuição da curva relativa à mortalidade, também a diminuição da amplitude das crises e dos “picos” da mortalidade. Em segundo lugar, a questão relacionada à consequência direta e natural da queda da mortalidade, enquanto a natalidade se mantivesse em patamares elevados, o que geraria, por conseguinte, o aumento da população.

Ocorre que a Teoria da Transição Demográfica foi proposta a partir da reflexão sobre a sociedade europeia, que tem processos históricos diferentes, por exemplo das sociedades latino-americanas, ou da sociedade brasileira, que foi caracterizada pela composição multiétnica de sua população, assim como pela vigência da escravidão, ao longo de mais de três séculos.

Desde a segunda metade do século XX, estudiosos da população têm procurado analisar os diferentes processos, características e velocidade da transição demográfica em populações não europeias.

No caso brasileiro, essa questão ainda permanece como um desafio para os pesquisadores, diante da diversidade e da desigualdade que caracteriza a história da nossa população. Entre os vários autores que vêm analisando a população brasileira, José Eustáquio D. Alves mostra, em trabalho publicado há quase duas décadas, que o declínio mais acentuado das taxas de mortalidade e natalidade se deram em meados do século XX, situando-se a mortalidade em torno de 30 por mil e a natalidade girando próximo aos 43 por mil (ALVES, 2002).¹ Outros estudos também indicam que a redução mais significativa da fecundidade se deu na década de 1970, quando também ocorre uma melhora significativa na mortalidade infantil (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

Mas, e no passado mais distante? Como se comportariam esses indicadores? Afinal, a escravidão se prolongou até finais do século XIX. Assim, os historiadores demógrafos se dedicam a estudar e problematizar o passado demográfico anterior ao século XX. E, exatamente por conta da complexidade e

¹ Entre 1900 e 1940, a taxa bruta de mortalidade (TBM) no Brasil passou de 27,8 para 24,8 por mil para chegar, em 1998, a 5,8 mortes por mil habitantes. Enquanto a transição da natalidade só começou apresentar uma redução significativa após 1960 (entre 1900-1960 teve uma redução de aproximadamente 6%), quando o número de nascidos vivos estava em 43,3 por mil e atingiu 21,8 por mil em 1998, o que representou uma queda de 50% (ALVES, 2002).

da diversidade da sociedade escravista no Brasil, discutem a coexistência de diferentes regimes ou sistemas demográficos que teriam caracterizado esse período pré-transicional (MARCÍLIO, 1984; NADALIN, 2003, 2004, 2014).

Várias são as interrogações que têm estimulado os estudos, especialmente relacionadas às características distintivas que poderiam emergir, ao se considerarem as variáveis demográficas e suas mudanças no contexto de uma sociedade marcada pela presença estrutural da escravidão. O processo (nível e velocidade) seria diferente? A redução da mortalidade e da natalidade/fecundidade seriam diferentes para livres e escravizados? Ainda que a hipótese de partida seja que há diferenças entre os distintos segmentos populacionais, resta identificar concretamente tais diferenças, buscando analisar casos de localidades, áreas ou regiões específicas, considerando a hipótese de coexistência de vários regimes demográficos.

Esse é o objetivo principal que está por trás das reflexões desenvolvidas nas páginas seguintes. Buscar, a partir da análise de uma área urbana, situada no Brasil meridional, problematizar o chamado período pré-transicional, isto é, aquele em que a população brasileira se caracterizava, do ponto de vista demográfico, pelas altas taxas de mortalidade e de natalidade.

Nesse contexto analisa-se a cidade de Porto Alegre, nos seus cem primeiros anos. A cidade, assim como a Capitania-Província² do Rio Grande de São Pedro foram objeto de estudo de muitos autores e autoras, e vários deles trazem aportes importantes para as reflexões que serão desenvolvidas, especialmente no tocante à mortalidade, destacando-se os estudos de Weber (1992), Witter (2007, 2021), Brizola (2014, 2021), Alberton (2019), Oliveira (2013, 2015a, 2018), Scott (2020, 2021).

De outra parte, a componente da natalidade/fecundidade, a nosso ver, deve também ser analisada neste cenário que antecede a Transição Demográfica e que, de acordo com Livi Bacci, teria como elementos centrais a desordem, o desperdício e a ineficiência. Mas até que ponto estes elementos seriam distintos entre livres e escravizados? Esse é o fio condutor das análises que se seguem.

Isto posto, buscamos estudar a fecundidade e a mortalidade diferencial entre livres e cativos, nos cem anos entre 1772 e 1872, que partiu da análise da freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, e que agora incorpora as outras duas freguesias que compunham a capital provincial até o ano de 1872, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores.

² Adoto o termo Capitania-Província, pois o estudo abrange o período da Capitania Geral de São Pedro entre 19/09/1807 e 25/03/1824 e da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul entre 25/03/1824 e 15/11/1889 (FEE, 1981, p. 8).

Da freguesia da Madre de Deus à cidade de Porto Alegre

A freguesia da Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, localizada na antiga capitania/província do Rio Grande de São Pedro, nasceu a partir de desmembramento da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Viamão, em 1772. Diante da conjuntura de conflitos e disputas entre as coroas ibéricas, foi alçada à capital no ano de 1773.

Anos depois, na virada do século XVIII para o XIX, a Madre de Deus já havia se consolidado como importante núcleo urbano e portuário. Ao longo de sua história, como toda a capitania-província, conviveu com a conjuntura bélica típica do extremo meridional e passou momentos especialmente difíceis durante a Guerra dos Farrapos, quando permaneceu sitiada nos primeiros anos do conflito. A partir do final da guerra, e ao longo do terceiro quartel do século XIX (até o ano final de nosso estudo) passou por uma recuperação econômica, aumento populacional e pelo processo de extinção do tráfico negreiro (1850) e os impactos da lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre,³ bem como vivenciou um dos maiores conflitos armados brasileiros, a guerra contra o Paraguai (1864-1870).

Para analisar a evolução da população ao longo dos cem anos estudados, é possível contar com as informações disponíveis em várias fontes coevas, que foram exploradas em profundidade em trabalho anterior, incluindo róis de confessados e estatísticas de população (SCOTT, 2020, 2021). É importante retomar alguns elementos para avançar na discussão, incorporando ainda elementos relativos às mudanças de cunho administrativo que foram registradas e que colocam questões a serem consideradas aqui.

Começamos pela análise mais abrangente da população. No ano de 1780, a população da Madre de Deus de Porto Alegre representava 8,4% do total da população da capitania. Do total de habitantes da freguesia, 36% eram escravizados (SCOTT, 2021), o que revela a importância da mão de obra escrava na comunidade, ainda nos seus anos iniciais.

Além de contabilizar a população, é importante saber como ela se distribuía pelo território. Para aceder a tal informação, utilizamos os róis de confessados, que agrupam os habitantes da freguesia, indicando a sua distribuição em cada “fogo” (domicílio). Em 1780, a sua população se espalhava por 217 fogos, e, cerca de duas décadas depois, em 1799, o número de fogos já

³ Para a construção desta caracterização da Madre de Deus, utilizamos um conjunto de fontes produzido pelo Estado e pela Igreja católica. Aliás, a caracterização aqui apresentada está discutida com mais profundidade em outros trabalhos (SCOTT, 2020, 2021, 2016; SCOTT; SCOTT, 2017; SCOTT *et al.*, 2015).

havia saltado para 549, mais que o dobro. Sua população também havia aumentado, partindo de 1.713 habitantes (6,1 pessoas por fogo) para 3.133 habitantes (5,7 pessoas por fogo). Como se pode observar, no último quartel do século XVIII, registrou-se um grande crescimento da freguesia, seja em número de habitantes como em número de domicílios.

Ao longo dos primeiros vinte anos do século XIX, o desenvolvimento urbano da freguesia teve continuidade e ficou explicitado, por exemplo, através de medidas administrativas impostas pela Câmara, como a criação do cargo de “arruador”, em 1805, que tinha a função de zelar para que não se construíssem casas sem que primeiro o local fosse medido e demarcado, para a posterior concessão das licenças (WEBER, 1992).

O crescimento constatado também se manteve, ao considerarmos a capitania como um todo. Se, em 1780, a freguesia representava pouco mais de 8% da sua população, em 1805, a Madre de Deus passava a representar 10,1% do total. Vale notar, no entanto, que o segmento dos escravizados se manteve em níveis semelhantes, em relação ao total da população da freguesia, ficando em 36,7%.

Verifica-se também que houve o aumento significativo no número de fogos, passando de 543 fogos (6,1 pessoas por fogo), em 1800, para 811 fogos (7,5 pessoas por fogo)⁴ em 1814. Isso revela um crescimento dos fogos, em torno de 50% em apenas 15 anos, enquanto a população quase dobrou no mesmo intervalo, passando de 3.227 para 6.111 habitantes.

Sinal inequívoco de seu crescimento populacional, importância econômica e administrativa no contexto do Brasil Meridional foi a elevação à condição de vila em 1809 e de cidade em 1822.

A partir de 1814, são pouco os indicadores sobre a população da vila, mas, através de métodos e técnicas da Demografia, foi possível fazer algumas estimativas, que indicam que, em 1820, a freguesia Madre de Deus representava 8,2% do total da população da província, enquanto os escravizados na localidade compunham 37,8% da população, percentual ligeiramente superior aos anos anteriores. Estima-se, ainda, que a Madre de Deus de Porto Alegre tenha passado de 825 fogos (7,6 pessoas por fogo) em 1820 para 896 fogos (7,9 pessoas por fogo) em 1849, apesar de ter sido sitiada durante parte da Guerra dos Farrapos (SCOTT, 2021). Vale ressaltar que existe uma correspondência do vigário Tomé Luiz de Souza que informava um total de 1.431 fogos em 1826

⁴ Devido ao mau estado de conservação dos róis, optamos por utilizar a informação do número de fogos do rol e o total de população dos mapas e estatísticas, quando existentes, para estimar melhor o número médio de pessoas por fogo.

para Porto Alegre (MEIRELLES, 2021). Acredito que, provavelmente, esse montante seja relativo a toda a cidade de Porto Alegre, que englobava as freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Viamão, Bom Jesus do Triunfo e Nossa Senhora dos Anjos da Aldeia, além da Madre de Deus (FEE, 1981, p. 30); isso explica a discrepância encontrada no número de fogos.

Nos anos seguintes, o crescimento esteve vinculado à vinda de imigrantes alemães, que se instalaram ao norte de Porto Alegre (próximo ao atual município de São Leopoldo). A primeira leva de imigrantes foi introduzida entre 1824 e 1825, com a chegada de pouco mais de 1.000 indivíduos. Posteriormente, outras entradas ocorreram: entre 1826 e 1829 (mais de 3.000 colonos) e entre 1844 e 1853 (2.636), atingindo quase 7.500 almas.

A posição portuária, que já marcava a vocação de Porto Alegre, desde as origens da freguesia Madre de Deus, viu-se complementada pela comercialização de gêneros variados, produzidos nos territórios onde se estabeleceram os imigrantes alemães, sob o raio de abrangência do porto de Porto Alegre, que centralizava, além da coleta da produção, a sua exportação, assim como a importação dos bens requeridos pelas novas populações que ali se fixaram (SOUZA; MÜLLER, 2007).

Em síntese, pode-se dizer que Porto Alegre foi uma área urbana e portuária, situada em um território delimitado entre o rio Guaíba e um conjunto de fortificações levantadas nas décadas finais do século XVIII e que marcaram os limites do espaço urbano até meados do século XIX, constituindo, portanto, um espaço urbano confinado entre o rio e a ‘muralha’. Nesse contexto, papel central assumiu o porto fluvial, bastante movimentado que gozava de posição privilegiada, na confluência de cinco rios navegáveis, permitindo a interligação com o interior do território. Por isso, Porto Alegre era um lugar de intenso trânsito e de passagem para o interior da capitania-província.

Além disso, uma alteração administrativa importante para entender a evolução de sua população foi a determinação de subdivisão da freguesia, definida através do Decreto Regencial s.n. de 24 de outubro de 1832, que desmembrou o território da Madre de Deus em duas outras freguesias, com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre e de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre. Contudo, esse decreto não teve efeito imediato, pelo menos do ponto de vista do registro dos assentos de batizado, casamento e óbito, pois os registros paroquiais só começaram a ser assentados em livros específicos daquelas freguesias em 1844 e 1859, respectivamente.⁵

⁵ Admite-se que os fregueses (os moradores da freguesia) continuaram a ser dependentes da Matriz e lá seguiram sendo registrados (RUBERT, 1998, p. 112-118).

A década de 1830 traria ainda profundas alterações no cotidiano da freguesia, com o início da Guerra dos Farrapos. Ao permanecer fiel ao império, a cidade de Porto Alegre sofreu os impactos causados pelo sítio imposto pelos rebeldes, que, como veremos, teve repercussões importantes na fecundidade e mortalidade da população. Durante os anos do conflito enfrentou três cercos impostos pelos rebeldes farroupilhas, entre os anos de 1836 e 1840. O primeiro entre junho e setembro de 1836; o segundo entre maio de 1837 e fevereiro de 1838 e, finalmente, o terceiro, entre junho de 1838 e dezembro de 1840 (FRANCO, 2011). Por sua posição no conflito, a cidade recebeu o título de “leal e valorosa”, concedido pelo imperador D. Pedro II em 1841.⁶

Ao longo do conflito contra os farrapos (1835-1845), a província enfrentou um decênio de estagnação econômica, que impactou também a cidade de Porto Alegre, pois não havia recursos para financiar construções e melhoramentos urbanos. Pelo contrário, os anos de conflito significaram o abandono das obras já realizadas, cuja falta de conservação tornou-se mais grave devido à extensão temporal da guerra (WEIMER, 2006).

Depois do fim da guerra, vale sublinhar a mudança no cotidiano do núcleo urbano e da sua população, quando as muralhas que compunham a linha de fortificação da cidade, construídas para defender a localidade dos avanços dos espanhóis, ainda no período colonial, foram demolidas, facilitando a extensão do perímetro urbano e o crescimento dos arrabaldes (MONTEIRO, 2006).

Uma visão geral da população porto-alegrense

A população de Porto Alegre cresceu significativamente ao longo dos seus primeiros cem anos de existência. De 1772 até 1835, a Madre de Deus cresceu em média 3,2% ao ano, sendo 3,3% para a população livre e 3,0% para a população cativa. Se considerarmos o crescimento médio para o período secular entre 1772 e 1872, temos uma taxa de 3,1% ao ano para toda a população, sendo 3,5% para a população livre e 2,2% para a população escravizada. Isso quer dizer que Porto Alegre manteve um crescimento anual sempre acima de 3% para a população total, ou seja, a queda no crescimento da população escravizada (a partir de 1850) foi compensada pela população livre ou liberta que estava radicada naquele espaço.

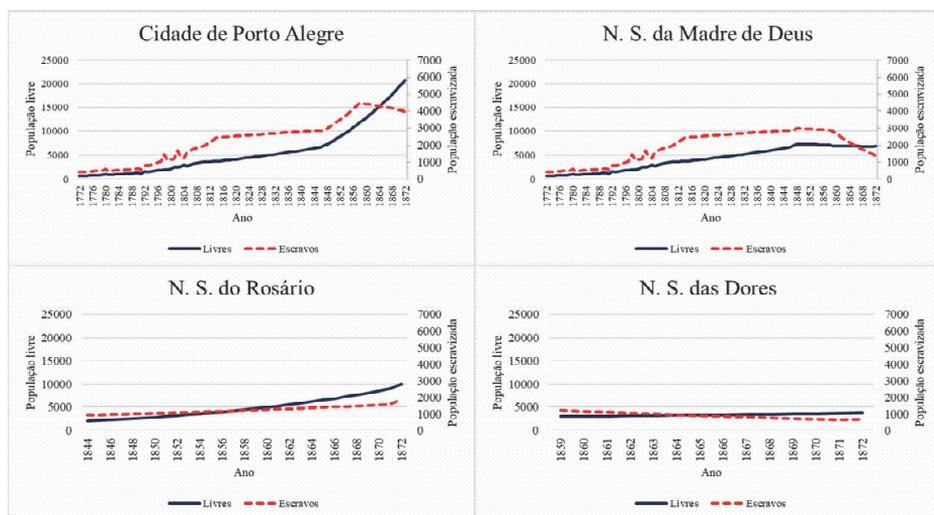
O Gráfico 1 apresenta a evolução da população livre e escravizada para Porto Alegre, incluindo as freguesias que a compuseram ao longo dos cem

⁶ Decreto 103, 10 de outubro de 1841.

anos, a partir de 1844. A curva de crescimento da população de Porto Alegre, mostra que, após a divisão, tivemos um crescimento para a cidade de Porto Alegre como um todo. Contudo, ele não foi uniforme entre as distintas freguesias. Houve maior crescimento da população escravizada no período que precede a proibição do tráfico atlântico, para depois retomar o padrão de crescimento relativo ao período anterior, entre 1812 e 1848.

A queda significativa dos escravizados, relativos à cidade de Porto Alegre como um todo, deve-se, com certeza, ao final do tráfico transatlântico de escravos em 1850.

Gráfico 1: Evolução da população livre e escravizada de Porto Alegre 1772-1872



Fonte: Dados reelaborados a partir de Scott (2020) e do Censo de 1872.

No entanto, deve-se destacar a informação que surgiu dos dados relativos a cada uma das freguesias. Percebe-se a tendência de concentração de escravizados na freguesia do Rosário, estimando-se em menos de mil (930 escravizados), em 1844, dobrando esse número até 1872 (1.883 escravizados). Observando-se os gráficos da Madre de Deus, percebe-se tendência de aumento sustentado até meados do XIX, seguido de queda acentuada da população escravizada a partir da década de 1850-1860, com quantitativos que caem de 2.819 cativos (1844) para 1.348 no final do período. Enquanto Rosário dobra a população escrava, a Madre de Deus reduz essa população pela metade. A freguesia de Nossa Senhora das Dores, por sua vez, tem um perfil bem mais estável, comparada às outras duas, ainda que mostre também a esperada dimi-

nuição dos escravizados, quase na mesma proporção da Madre de Deus, passando de 1.219 cativos em 1859 para apenas 708 cativos em 1872.

O crescimento médio anual de cada freguesia (Tabela 1) traz mais elementos que indicam as diferenças existentes para cada localidade da cidade. Se considerarmos a cidade de Porto Alegre desde a fundação da Madre de Deus em 1772, temos um crescimento médio de 3,1% ao ano. Nota-se também que, após 1848, houve um forte crescimento da população escravizada para o conjunto da cidade, apresentado no Gráfico 1, mas esse crescimento se concentra na freguesia do Rosário, tanto para população livre como escravizada. Esse crescimento deve ser em decorrência da expansão territorial com a queda da muralha.

A Tabela 1 mostra o ritmo de crescimento da freguesia Madre de Deus no início da formação de Porto Alegre, como vimos. Com a efetiva subdivisão da freguesia Madre de Deus, a Nossa Senhora do Rosário passa a ser a mais relevante para o contínuo crescimento da cidade de Porto Alegre no período, crescendo a taxa de 5% ao ano. Entre 1844 e 1872, a retração da população escrava na Madre de Deus se dá na proporção inversa ao crescimento apontado no Rosário. No entanto, é a freguesia das Dores que revela menor crescimento entre os livres e a maior queda no segmento dos escravizados.

Tabela 1: Percentual de crescimento médio anual

Localidade	Período	Livres	Escravizados	Total
Cidade de Porto Alegre*	1772-1872	3,5	2,2	3,1
N.S. Madre de Deus	1772-1844	3,1	2,7	3,0
N.S. Madre de Deus	1844-1872	0,2	-2,6	-0,4
N.S. Madre de Deus	1772-1872	2,3	1,2	2,0
N.S. Rosário	1844-1872	5,7	2,6	5,0
N.S. Dores	1859-1872	1,8	-4,1	0,5

*Porto Alegre passa a ser classificada como cidade em 1822 (Carta de Lei de 14 de novembro de 1822).

Fonte: De 1779 a 1814 dados a partir dos Mapas de população e Róis de confessados; de 1814 a 1859 relatórios do presidente de província e o censo de 1872. As correções de dados e estimativas de desmembramento estão apresentadas e descritas em Scott (2021).

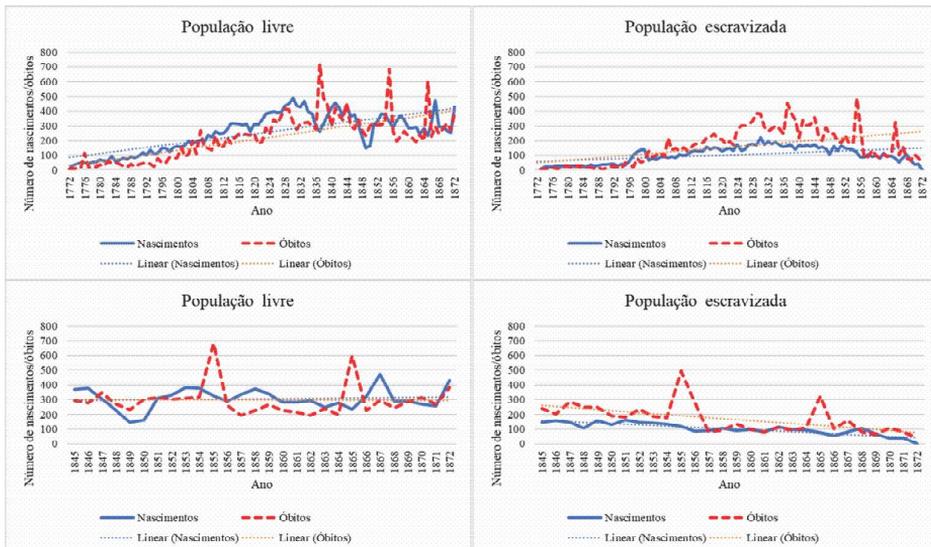
Tabela 2: População de Porto Alegre: distribuição por fogos, 1872

Localidade	População			Número de fogos	Média de pessoas por fogo		
	Livres	Escravos	Total		Livres	Escravos	Total
N.S. da Madre de Deus	6.936	1.348	8.284	957	7,2	1,4	8,7
N.S. do Rosário	10.048	1.883	11.931	2.259	4,4	0,8	5,3
N.S. das Dores	3.871	708	4.579	830	4,7	0,9	5,5
Porto Alegre	20.855	3.939	24.794	4.046	5,2	1,0	6,1

Fonte: Censo de 1872.

A Tabela 2, por sua vez, mostra que a maior concentração de pessoas por fogo se mantém na Madre de Deus, para os dois segmentos da população. Apesar da freguesia do Rosário representar 48% da população de Porto Alegre, ela é a que tem o menor número médio de pessoas por fogo, como apontam os dados coletados no recenseamento geral da população de 1872, relativos à cidade, que trazem a informação desagregada ao nível da freguesia.

Gráfico 2: Nascimentos e óbitos por condição jurídica da população de Porto Alegre 1772-1872



Fonte: Livros de óbito e batizado da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre 1772-1872, tabulados com o NACAOb; os números a partir de 1844 (desmembramento da freguesia) foram estimados conforme Scott (2020).

O Gráfico 2, por outro lado, revela que a população escrava só se mantinha com o tráfico atlântico, pois seu crescimento vegetativo é negativo, isto é, há mais óbitos que nascimentos. Isto se constata através dos dados das estatísticas de fluxo, compostas pelos assentos paroquiais de batizado e de óbito. A população livre possui saldo positivo por quase todo o período. Ao se verificar as linhas de tendência linear para todo o período, a tendência da população livre caminha para um equilíbrio entre nascimentos e óbitos; já a população escravizada apresenta um distanciamento entre os óbitos e nascimentos, reforçando a importância do tráfico para a manutenção dessa população. Fica evidente a estabilidade da população livre e a retração da população escravizada após o término da guerra dos Farrapos, em 1845, e o fim do tráfico atlântico, em 1850. Cabe ressaltar que os números relativos aos nascimentos e óbitos das freguesias do Rosário e Dores foram estimados conforme modelo utilizado em Scott (2020) para compor o total da cidade de Porto Alegre. Esperamos num futuro próximo trabalhar com os dados reais para validar ou corrigir a estimativa utilizada em torno de 33% (SCOTT, 2020).

Como veremos adiante, a mortalidade e a fecundidade da população de Porto Alegre sofreram alterações ao longo dos cem anos analisados, mostrando que a transição de um regime demográfico de alta mortalidade e alta fecundidade começa a mudar, gradativamente, já em meados do século XIX, quando se verifica uma melhora na esperança de vida da população adulta e, paralelamente, se vislumbram mudanças na fecundidade, que começa a indicar um leve declínio.

Mortalidade

O foco principal neste caso é o estudo da mortalidade na freguesia Madre de Deus. Seria muito importante (e pretendemos investir nisso futuramente) fazer a análise dos assentos de óbito das freguesias do Rosário e das Dores. Enquanto não é possível, retomamos os principais resultados para a freguesia que deu origem à cidade (SCOTT, 2021).

Duas informações vitais para o estudo da mortalidade são a idade ao óbito e a causa da morte. No caso da freguesia Madre de Deus, objeto de análise aprofundada, realizada em outra oportunidade, essas informações foram arroladas com regularidade desde os finais do século XVIII. No entanto, isso não significa que não haja problemas com esses dados, que foram coletados nos assentos paroquiais de óbito. Um indicativo dos problemas enfrentados é o fato de que a informação sobre a causa do óbito não era definida por médicos, mas sim declarada pelos párocos ou pessoas leigas, que informavam

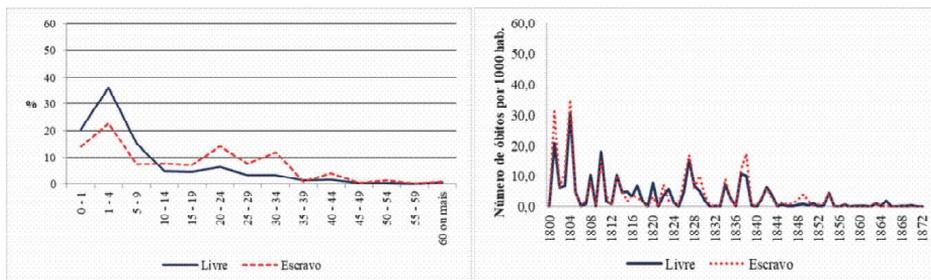
o falecimento. Para mais, em situações excepcionais pode haver lacunas significativas nesses assentos, como foi constatado no período em que Porto Alegre enfrentou a pandemia de cólera (WITTER, 2021), quando os assentos deixaram de ser efetuados. Nesse caso, foi necessário corrigir os dados paroquiais de óbito para calcular a magnitude da crise de mortalidade causada pela entrada do cólera na cidade, entre os finais de 1855 e inícios de 1856. De fato, sem a correção, o impacto do cólera não teria sido detectado, se a análise se limitasse apenas aos assentos de óbito (SCOTT, 2021).

Retornando à ideia de um regime demográfico caracterizado pela desordem e pelo desperdício de vidas, uma das explicações das elevadas taxas brutas de mortalidade está ligada às doenças infectocontagiosas e às recorrentes epidemias que fustigavam as populações. A história da população de Porto Alegre, nos seus primeiros cem anos, corrobora esse quadro desenhado por Livi Bacci. Não apenas predominavam doenças infectocontagiosas que levavam ao óbito (entre outras, sarampo, escarlatina, tuberculose, varíola, além das enterites e diarreia) ceifando vidas de livres e principalmente escravizados, mas a recorrência das epidemias era um fato.

No período de um século, entre 1772 e 1872, foram detectadas 25 crises de mortalidade,⁷ que tiveram impactos diferenciados nos distintos segmentos populacionais (SCOTT, 2021). Contudo, é necessário chamar a atenção para a mudança no ciclo das epidemias ao longo das décadas. Entre 1772 e 1845 registramos, em média, uma crise de mortalidade a cada 3,2 anos. Esse ciclo, no entanto, teve alteração significativa após 1845, quando o intervalo entre as crises se alargou, passando a ocorrer, em média, a cada 13,5 anos; ainda que a magnitude tenha variado, os maiores vilões continuaram a ser as mesmas doenças, especialmente a varíola que acometeu a população sucessivas vezes (1801, 1803, 1804, 1810, 1813, 1817, 1827 e 1838), acompanhada da diarreia e enterite (1816, 1824, 1825, 1826, 1829, 1838 e 1865), tuberculose (1810, 1813, 1815, 1816, 1817 e 1829), sarampo (1806 e 1828), escarlatina (1837) e cólera (1855, 1856); essa sucessão de crises reforça a ideia de “desordem” lançada por Livi Bacci.

⁷ Sobre a metodologia para o cálculo e definição das crises veja-se Scott (2021, p. 166-168).

Gráfico 3: Óbitos por varíola na Madre de Deus por condição jurídica e grupo etário (1772-1872)



Fonte: Scott (2020).

O Gráfico 3 apresenta o impacto da varíola na população livre e escravizada por idade e padronizado por 1.000 habitantes, possibilitando a comparação entre os dois segmentos da população. O gráfico da direita mostra como as crises eram recorrentes até 1844 e se tornam mais espaçadas e de menor intensidade nas décadas seguintes. A diferença encontrada no impacto por idade pode ser explicada pela diferença da estrutura etária da população livre e escravizada; por isso, atinge um percentual maior de escravizados entre 15 e 39 anos. Lembre-se que o tráfico dava preferência para os escravizados adultos, inflando, portanto, esses grupos etários.

Apesar de não identificarmos nenhuma melhora na mortalidade infantil ao longo do período, a mortalidade adulta diminuiu. Pode-se conjecturar que essa queda esteja ligada à disseminação da vacina contra a varíola e à preocupação com as questões sanitárias como coleta de água e uma melhor organização na ocupação do espaço “urbano”, que passaram a ser pauta cada vez mais importante nas discussões da câmara municipal e a ação das comissões de higiene (BRIZOLA, 2021; SCOTT, 2021; WITTER, 2021).

A mortalidade infantil ficou em torno de 300 por mil para as crianças livres e escravizadas, ao longo de todo o período. Mas, ao analisar a mortalidade adulta, verifica-se que, independentemente de sexo ou condição jurídica, entre 1779 e 1782, um homem de 15 anos tinha 90% de probabilidade de morrer antes de completar 60 anos. Já para o período entre 1859 e 1872, houve uma melhora significativa, indicando que os homens de 15 anos agora tinham 75% de probabilidade de morrer antes dos 60 anos, enquanto entre as mulheres a probabilidade passou para 59%. Essa mudança proporcionou um aumento na esperança de vida de toda a população, conforme podemos verificar na Tabela 3.

Tabela 3: Esperança de vida ao nascer na Madre de Deus

Período	E_0			
	Livres		Escravos	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
1779-1782	19,1	26,6	17,1	21,5
1859-1872	30,3	34,8	24,4	28,4

Fonte: Scott (2020).

Os dados coletados para a Madre de Deus apontam o impacto da instituição da vacinação antivariólica na cidade de Porto Alegre (SCOTT, 2021), em meados do século XIX nos anos posteriores à promulgação do decreto 464 de 17/04/1846 (Gráfico 3), que tornava a vacinação obrigatória em todo o Império (BRIZOLA, 2021). A varíola tinha graves repercussões entre livres e escravizados. Estudos recentes dedicaram-se a analisar a presença da varíola em Porto Alegre (ALBERTON, 2019; BRIZOLA, 2014, 2021; KÜHN; BRIZOLA, 2019; SCOTT, 2021) e trazem elementos para o debate sobre essa moléstia.

No caso da pandemia de cólera, por outro lado, que foi brutal entre dezembro de 1855 e janeiro de 1856, os dados mostraram um impacto muito maior sobre a população escravizada (SCOTT, 2021).

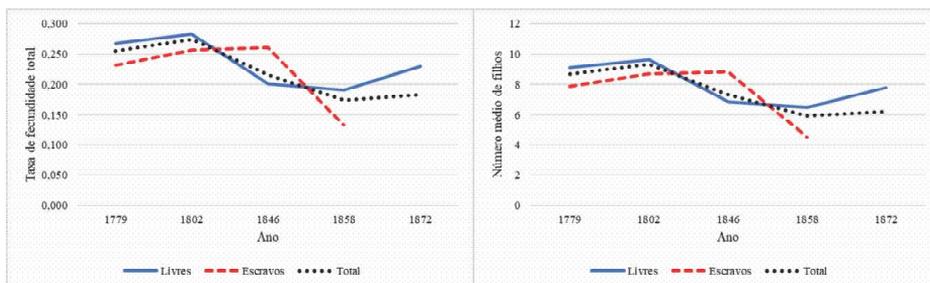
Fecundidade

Dando sequência ao estudo sobre a população em Porto Alegre em perspectiva histórica, trazemos dados relativos ao estudo da fecundidade para Madre de Deus (1772-1872), outra componente demográfica que possui um forte impacto sobre a estrutura da população.

Partindo dos dados inseridos no base de dados NACAOB,⁸ que reúne as informações sobre as três séries de assentos paroquiais entre 1772 e 1872, foi possível calcular a fecundidade das mulheres livres e escravizadas.

⁸ Programa desenvolvido por Scott inspirado na proposta de reconstituição de famílias de Louis Henry para coletar e padronizar os registros paroquiais. Para informações sobre o programa, veja-se (SCOTT, 2021, p. 169).

Gráfico 4: Taxa de fecundidade total e número médio de filhos de mulheres livres e escravizadas na Madre de Deus 1779-1872



Fonte: Livros de batizado e óbito da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre 1772-1872, tabulados com o NACAOB.

O Gráfico 4 apresenta as taxas de fecundidade total (TFT) para as mulheres livres e escravizadas em diversos recortes temporais e nos mostra que, no final do século XVIII e início do XIX, as taxas eram altas para ambas as categorias, sendo que as mulheres livres tinham pequena superioridade, quando comparadas às escravizadas. Chama-se a atenção para o cálculo do número médio de filhos registrados entre as mulheres livres e escravizadas (à direita no gráfico). Mais importante, ao analisar esse período pré-transicional, é a tendência de queda, comparando o início e o final do período, em 1872. Isso nos leva a refletir e relativizar as interpretações gerais sobre a transição demográfica no Brasil, que apontam queda mais substantiva apenas nos meados do século XX.

Já em meados do século XIX, a fecundidade das mulheres livres fica abaixo das escravizadas. Acreditamos que esse declínio na fecundidade das mulheres livres no ano de 1846 seja um reflexo da guerra dos Farrapos, e a queda da fecundidade das escravizadas em 1858 um reflexo do fim do tráfico atlântico.

Como a população escravizada representa em torno de 30% da população total ao longo do período, ela tem um impacto proporcional na fecundidade total da população. O importante é destacar que o cálculo direto da fecundidade total no início do período, era de aproximadamente 9 filhos por mulher em média, passando para menos de 8 filhos em 1872. Vale lembrar que, a partir de 1871, não se registram mais nascimentos de escravizados, que passaram a integrar a categoria jurídica de “ingênuo”. Por isso consideramos apenas a fecundidade das mulheres livres. Se considerarmos as mulheres escravizadas no cálculo da média de filhos, esse número fica um pouco acima de 6 filhos.

De toda forma, esses dados devem ser vistos com cautela, pois a população escravizada é pequena, o que pode trazer distorções nos dados. Seria o caso de ampliar a coleta para as demais freguesias (Rosário e Dores) e fazer uma análise global da cidade.

Conclusão

Por fim, os resultados apontaram que Porto Alegre se enquadra na proposta de um regime demográfico restrito às áreas urbanas no período colonial e imperial. Nesse contexto, as taxas de mortalidade são altas, havendo a predominância de doenças infectocontagiosas, que em momentos pontuais se elevavam ainda mais, agravadas pelas recorrentes crises de mortalidade. Para isso, também foi decisivo o fato de a freguesia ser um importante porto, através do qual se distribuía mercadorias, circulavam pessoas e doenças. Em relação às doenças, apesar de atingir livres e escravos de uma forma geral, as enfermidades infectocontagiosas, transmitidas através da água e alimentos, tinham maior impacto sobre os escravos, ao passo que as transmitidas pelo ar acometiam a todos indistintamente (SCOTT, 2021). Portanto, Porto Alegre, nesse período, começa a experimentar as mudanças demográficas apontadas por Livi Bacci sobre a transição demográfica, altas taxas de mortalidade e fecundidade, com tendência de queda, maior espaçamento das crises de mortalidade e menor intensidade das mesmas no final do período estudado.

Também é importante ressaltar que a grande variação ocorrida na fecundidade se deu em dois momentos distintos para a população. Num primeiro momento, a queda da fecundidade das mulheres livres que deve ser consequência do conflito que sitiou a cidade de Porto Alegre entre 1835 e 1845 (Guerra dos Farrapos), voltando a se recuperar posteriormente. Já para as mulheres cativas, a diminuição da fecundidade se dá entre 1846 e 1858; nesse período, acreditamos que o impacto na fecundidade seja consequência do final do tráfico atlântico, consequentemente, diminuindo as possibilidades de reprodução desse segmento da população.

Resta ainda a questão da queda das muralhas em 1845 que confinavam a população entre o muro e o rio Guaíba, o que permitiu um espalhamento da população, diminuindo a concentração de pessoas por fogo, também deve ter contribuído para uma melhoria nas condições de vida dessa população.

Portanto, os fatores que resultaram no crescimento da população de Porto Alegre nos primeiros cem anos estão relacionados com a melhoria na esperança de vida da população adulta, a manutenção de uma alta taxa de fecundidade, o aumento do espaço físico com a queda do muro e desmembramento da

freguesia da N. S. da Madre de Deus de Porto Alegre, além da imigração que não tratamos diretamente neste texto, mas certamente contribuiu para esse crescimento de pouco mais de 3% ao ano ao longo dos primeiros cem anos de Porto Alegre.

Referências

ALBERTON, Mirele. *Das providências que se tem dado a respeito da saúde pública. Enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7686/Mirele%20Alberton_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *A Polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2002.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A terrível moléstia. Vacina, epidemia, instituições e sujeitos. A história da varíola em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/116631>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRIZOLA, Jaqueline H. A vacina ao sul do Império: Combates, elaborações e resistências contra a varíola em Porto Alegre no século XIX. In: KORNDÖRFER, Ana Paula *et al.* (org.). *Em tempos de pandemia: reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 121-150. Disponível em: <<https://oikoseditora.com.br/files/Em%20tempos%20de%20pandemia%20-%20e-book.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, RS, 1981.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha (1836-1840)*. Porto Alegre, RS: Editora da Cidade, 2011.

KÜHN, Fábio; BRIZOLA, Jaqueline Hasan. Entre vacinas, doenças e resistências: os impactos de uma epidemia de varíola em Porto Alegre no século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 2, p. 537-554, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000200010>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

LIVI BACCI, Massimo. Notas sobre la transición demográfica en Europa y América Latina. In: CONFERENCIA LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 4., 1993, Ciudad de México. *Anais...* ABEP/CELADE/IUSSP/PROLAP/SOMEDE, 1993.

LIVI BACCI, Massimo. Low in fertility in historical perspective. *Population and Development Review*, New York, NY, v. 38, Suppl. 1, p. 72-82, 2013a.

LIVI BACCI, Massimo. *Breve história da população mundial*. Lisboa: Edições 70, 2013b.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. São Paulo, SP: Vozes, 1984. p. 193-207.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. Os Filhos da Mãe Santíssima: Os Terceiros das Dores e os irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850), 2021. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre, RS: Editora da PUCRS, 2006.

NADALIN, Sergio O. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.

NADALIN, Sergio O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

NADALIN, Sergio O. Questões referentes aos regimes demográficos no passado colonial brasileiro. In: SCOTT, A. S. V.; BERUTE, G. S.; MATOS, P. T. (org.). *Gentes das ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1740 e 1790*. São Leopoldo, RS: Editora Oikos, 2014.

OLIVEIRA, Daniel. Registros de mortes, traços de vidas: livros de óbitos e o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como fonte para a história social no final do século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA E SAÚDE, 5., 2013, Santa Maria, RS. *Anais...* Porto Alegre, RS: ANPUH/RS, 2013.

OLIVEIRA, Daniel. Morbidade e mortalidade de escravos no Brasil do século XIX. Reflexões sobre teorias, metodologias e fontes. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7., 2015, Curitiba, PR. *Anais...* Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015a.

OLIVEIRA, Daniel. Uma cidade mais que insalubre: mortalidade em Porto Alegre no final do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Rio Grande, v. 7, n. 14, p. 100-122, 2015b.

OLIVEIRA, Daniel. “*Os facultativos são obrigados a declarar [...] cor, [...] moléstia*”: mortalidade, atuação médica e pensamento racial em Porto Alegre, na segunda metade do século XIX. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189300>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

RUBERT, Arlindo. *História da igreja no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Editora da PUCRS, 1998. v. 2.

SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* Counting colonial populations: a comparative exercise between ecclesiastical and civil sources from the southernmost region of Portuguese America in the late colonial period. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 16, p. 281-312, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/19813/1/AHAM%20XVI%20%282015%29_ISSN%200874-9671.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SCOTT, Dario. Mortalidade de livre e escrava na cidade de Porto Alegre (Brasil) entre 1772 e 1839. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. *Anais...* Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2633/2550>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SCOTT, Dario. *Livres e escravos: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. 2020. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1129229>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SCOTT, Dario. *Livres e escravizados: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. 1. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

SCOTT, Ana Silvia V.; SCOTT, Dario. Mortality in the Far South of Brazil: free and slave population in the parish of Madre de Deus de Porto Alegre, Brazil (1772 -1854). In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE – IUSSP, 2017, Cape Town. *Anais...* Liège: IUSSP, 2017.

SOUZA, Célia Ferraz; MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda Forte. Transição demográfica: a experiência brasileira. *Epidemiologia & Serviços de Saúde*, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742012000400003>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1992.

WEIMER, Günter. A arquitetura. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (org.). *Império*. Passo Fundo, RS: Méritos Editora, 2006. p. 373-399. (História Geral do Rio Grande do Sul, v. 2).

WITTER, Nikelen. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007. 292f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_WITTER_Nikelen-S.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

WITTER, Nikelen. A Comissão de Higiene Pública e a pandemia de cólera de 1855 em Porto Alegre. In: KORNDÖRFER, Ana Paula *et al.* (org.). *Em tempos de pandemia: reflexões necessárias sobre saúde e doenças no passado e no presente*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. p. 67-96. Disponível em: <<https://oikoseditora.com.br/files/Em%20tempos%20de%20pandemia%20-%20e-book.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

A CIDADE E A PESTE. EPIDEMIAS, INSTITUIÇÕES E SUJEITOS EM PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX

Jaqueline Hasan Brizola

O ano era 1874, quando a capital mais ao sul do Império do Brasil enfrentou uma epidemia de varíola, a doença que ceifava a vida de um terço dos infectados e desfigurava os sobreviventes. Buscando uma solução para controlar a enfermidade, os vereadores da capital mandaram isolar os escravos e os livres pobres em um lazareto construído às pressas em uma chácara no caminho dos Moinhos de Vento. Para limpar os ares, a solução encontrada pelos mandatários locais foi queimar alcatrão nos “arrebaldes” da cidade. O surto de varíola chegou apenas dezenove anos depois da grande epidemia de cólera morbus, que levou ao cemitério 10% do total dos habitantes da Província no ano de 1855.¹

Este texto busca traçar um panorama das epidemias e seus impactos entre a população de Porto Alegre ao longo do século XIX, enfocando as doenças que provocaram altas taxas de contágios e óbitos entre os moradores da cidade e os meios de combate a elas elaborados. Além disso, buscaremos referenciar a historiografia sobre o tema, que, ao longo das últimas décadas, vem reconstituindo com detalhes a história desses eventos. Partindo da epidemia de varíola em 1874 e destacando as instituições e ações voltadas à “saúde” na Província de São Pedro, veremos que os surtos epidêmicos enfrentados pelos porto-alegrenses no século XIX não foram eventos isolados. Doenças como a varíola, cólera morbus, escarlatina ou febre amarela ocorriam com frequência, ocasionando rupturas nas relações sociais e econômicas da cidade, além de terror, isolamento de indivíduos, fugas e inúmeras mortes.

A importância dos estudos relacionados às doenças e epidemias do passado é ponto de consenso entre pesquisadores das mais diferentes áreas. Como afirmou Valderrama (2014, p. 52), o binômio doença/saúde não pode ser ana-

¹ Dados referentes à mortalidade na então Província de São Pedro durante a epidemia de cólera podem ser consultados em Witter (2007).

lisado de maneira unidisciplinar, ou seja, as questões que envolvem a vida ou a morte das pessoas em sociedade, em diferentes tempos e espaços, não são de domínio exclusivo da medicina, da antropologia, da sociologia ou da história. Esse singular status epistemológico abre caminhos nas mais variadas direções, conferindo atualidade a temas históricos.

Longe de ser um problema resolvido, as epidemias continuam sendo objeto de preocupação em todo o mundo. A pandemia de Covid-19 nos mostra que o fantasma dos contágios em massa segue vivo na era da tecnologia e dos antibióticos; são milhões de óbitos em todo o planeta, impactos profundos na economia dos países, um cenário que nos leva a rememorar eventos que pareciam perdidos no tempo, como a gripe de 1918 e seus mais de 50 milhões de mortos, ou as ondas de cólera morbus, que causaram impactos profundos entre as populações da Europa e das Américas no século XIX.² As antigas quarentenas, método de combate às epidemias inaugurado após a passagem da peste bubônica pela Europa do século XIV, foram novamente utilizadas pelas principais potências capitalistas da atualidade entre os anos de 2020 e 2021, mais de seiscentos anos depois do primeiro registro de navios isolados na Itália.³

Entre as muitas contribuições dos historiadores e historiadoras para a compreensão dos eventos epidêmicos no passado destacamos o estudo da movimentação dos sujeitos históricos dentro dos contextos em que estão inseridos e a influência desta movimentação para frear ou acelerar os contágios e óbitos. Como observou Charles Rosenberg (1992, p. 15), as doenças, que são fenômenos passíveis de serem revelados pela sociedade, em boa medida também ajudam a revelá-la. Ao iluminar os eventos epidêmicos que ocorreram ao longo do século XIX em uma cidade como Porto Alegre, observamos, também, as reações dos indivíduos, as estratégias utilizadas na preservação de seus próprios corpos, as formas com que conduzem as instituições, entre outras possibilidades de análise.

Nas últimas décadas vimos florescer uma nova perspectiva historiográfica no Rio Grande do Sul. Numerosos estudos, até então alheios à análise histórica, como saúde das mulheres em fins do século XIX (OLIVEIRA, 2012); epidemias (ALBERTON, 2019; BRIZOLA, 2014; WITTER, 2007); padrões

² Sobre a gripe de 1918 e seus impactos na cidade de Porto Alegre ver especialmente a pesquisa de Janete Abrão (1998, p. 27). Quanto à manifestação da doença em outras localidades do Brasil, como Salvador e Rio de Janeiro, ver Souza (2009) e Goulart (2005).

³ Mais detalhes sobre a introdução das quarentenas enquanto método de “prevenção” às epidemias no período posterior à eclosão da primeira onda de peste bubônica na Europa no século XIV, estão em Newman (2012).

demográficos (SCOTT; SCOTT, 2018); funcionamento de Hospitais ou Irmandades religiosas (MEIRELLES, 2016) problematizaram outros caminhos para a compreensão da história regional, que deixa de ser vista apenas pelo viés econômico ou político e passa a focalizar os atores sociais, aqueles e aquelas que buscavam as instituições de caridade no século XIX com a intenção de aliviar os sintomas de suas doenças, por exemplo. Mira-se, também, a atuação dos sujeitos, que se organizavam em Irmandades religiosas como forma de garantir a sociabilidade nos grupos aos quais pertenciam, fossem esses compostos por escravizados ou por membros da elite senhorial.

Neste cenário, a documentação paroquial e/ou hospitalar ganha importância. Registros de óbitos ou de entradas de enfermos em instituições hospitalares no século XIX foram incorporados às análises históricas, o que nos permitiu estabelecer conclusões sobre diferentes situações ligadas à saúde e ao adoecimento no passado. No caso de Porto Alegre, a partir de 1800, é possível apreender *a causa mortis* nos registros de óbitos que se encontram sob guarda do Arquivo da Cúria Metropolitana da cidade, o que garante uma análise mais precisa das razões que levavam os sujeitos ao óbito, das enfermidades mais frequentes ou das epidemias que ocorreram naquele período. Documentos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, em especial os Livros de Matrícula Geral de Enfermos, quando analisados em conjunto com a documentação administrativa da instituição, têm revelado as possibilidades de acolhimento que enfermos pobres e escravizados encontravam no Hospital, salvo em momentos de epidemias severas, quando os lazaretos eram os lugares adequados para abrigar os moribundos (BRIZOLA, 2014).

Relatórios de presidentes das Províncias ou jornais de época, por outro lado, mereceram papel de destaque em alguns estudos que enfocaram o problema das enfermidades na Província de São Pedro. Esses documentos apresentam as visões das elites locais acerca dos eventos epidêmicos e seus estragos, ou da resistência à vacina, manifestada por parte da população da cidade. Fazendo a devida crítica às fontes, que, como sabemos, são produzidas com determinadas intencionalidades, os historiadores (as) utilizam-se de metodologias diversas para abordarem os fenômenos relacionados ao adoecimento, gerando um maior entendimento sobre as epidemias do passado, suas causas e consequências.⁴

Para além dos impactos sociais verificados durante o descontrole de doenças na Porto Alegre oitocentista, aspectos relacionados às formas de cura

⁴ Para maiores detalhes sobre a crítica às fontes, aspecto necessário ao trabalho do historiador (a) ver Le Goff (1996. p. 538).

socialmente aceitas na Província têm despertado o interesse de pesquisadores(as) que nos mostram as múltiplas formas de tratamentos de doenças que existiram ao longo do século XIX. Como demonstrou Beatriz Weber (2004, p. 162), curandeiros, parteiras, barbeiros sangradores ou cirurgiões eram autoridades constituídas no universo das artes de curar; esses sujeitos, segundo a autora, não estavam apenas reagindo aos procedimentos impostos pela medicina científica supostamente dominante, antes disso, elaboraram seus próprios saberes, articulados com as trocas culturais presentes nas comunidades às quais pertenciam.

Para o século XIX, há que se considerar, ainda, que as soluções encontradas para frear as epidemias ocorrem em um contexto em que os agentes causais das enfermidades eram desconhecidos e as teorias mais aceitas sobre os contágios, entre os médicos diplomados, figuravam entorno dos miasmas e dos ares corrompidos. Em tempos de surtos epidêmicos, a solução era apelar para as antigas quarentenas, que levaram os pobres e escravos para o isolamento forçado, como ocorreu em 1874, ou organizar procissões aos santos católicos, que, hoje sabemos, mais contribuíram para disseminar os micro-organismos causadores das doenças do que combatê-los de fato. Observa-se, desta maneira, que a ignorância dos meios de contágio era compartilhada entre os diferentes setores ou classes sociais naquele período; em razão disso, os sujeitos mais abastados, senhores de escravos, barões ou senhoras que pertenciam às Irmandades de prestígio corriam o risco de morrer do mesmo mal que afligia os homens e as mulheres escravizados, embora estes últimos estivessem entre os mais afetados.

Mas, antes de analisarmos essa história especificamente, cabe destacarmos que os novos estudos sobre doenças e epidemias ao sul do Império do Brasil, apontam para crises de varíola (conforme ALBERTON, 2019; BRIZOLA, 2014; MIRANDA, 2000), escarlatina (segundo SCOTT & SCOTT, 2018) e cólera (WITTER, 2007) ao longo de todo o século XIX. Partindo da documentação paroquial da Madre de Deus de Porto Alegre, com especial atenção aos registros de óbito, Miranda (2000, p. 135) argumentou que os surtos de epidemias eram comuns no continente. A varíola, segundo a autora, aparece com frequência até a década de 1820, quando a vacinação animal ganhou maior destaque na agenda dos encarregados do Império na Província de São Pedro.⁵

Na esteira das conclusões de Miranda (2000), Mirele Alberton (2019) dedicou-se a enfocar a mesma enfermidade, reconstituindo os primórdios da

⁵ O método criado pelo médico inglês, Edward Jenner, que consistiu em retirar o pus de vacas infectadas com o *cowpox*, a varíola dos bovinos, e inocular em humanos saudáveis a fim de protegê-los contra o *smallpox*, a varíola dos humanos, era chamado à época de vacina animal. Para mais detalhes sobre o assunto, ver Fernandes (2010) Brizola (2014).

vacinação na capital. Sobre as doenças presentes nos oitocentos, Alberton afirma que a sífilis, o sarampo e as disenterias, além da varíola, foram comuns nos registros de óbitos da Madre de Deus. A autora identificou dois surtos de sarampo na primeira metade do século, um em 1806, outro em 1828. A varíola, contudo, teria sido a segunda doença que mais óbitos causou na capital no mesmo período, tendo apresentado situações de descontrole nos anos de 1801, 1804, 1810 e 1827 (ALBERTON, 2019, p. 76).⁶

A sífilis também atingiu os porto-alegrenses ao longo do século XIX. Como observou Daniel Oliveira (2012, p. 70), a partir das décadas finais dos oitocentos, a doença, que gerava um forte estigma social por ser considerada um “mal dos degenerados” vitimou principalmente os sujeitos livres pobres. Segundo a análise do autor, os escravizados foram minoria entre os sífilíticos e aqueles identificados como negros, após a abolição em 1888, apareceram em menor número nos registros de entradas de enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Sobre a grande epidemia de cólera no ano de 1855, a tese de doutorado de Nikelen Witter (2007) apresentou o terror gerado pelo flagelo, as estratégias dos sofrendores diante da ameaça colérica e a fragilidade das instituições voltadas à saúde na Província de São Pedro, que foram incapazes de oferecer resistência ao que se apresentava como uma tragédia anunciada. De fato, ainda que a epidemia causasse estragos em outros locais do Brasil, como o Rio de Janeiro, por exemplo, os agentes responsáveis pela administração da Província ou da cidade de Porto Alegre, mesmo sabendo do perigo, não foram capazes de se preparar adequadamente ou buscar os meios de alertar a população sobre os riscos que todos corriam. O resultado foi um massacre como nunca antes visto. A autora estima que 10% da população da Província tenha ido a óbito naquela ocasião.⁷

As instituições voltadas à saúde na Província também estão entre as preocupações de Witter, que pôs em relevo a atuação da Comissão de Higiene Pública, criada em meados do século XIX para fiscalizar as entradas de doenças nos portos, a limpeza das ruas e casas, a vacinação antivariólica, entre outras questões relacionadas ao controle dos surtos epidêmicos.⁸ Como demonstraram Cláudia Rodrigues (1999) e Sidney Chalhoub (1996), a trágica

⁶ Os sintomas da varíola eram muito característicos. Febre alta, fortes dores e bexigas, pústulas pelo corpo. As bexigas poderiam ser discretas, confluentes, benignas ou malignas. Ver mais detalhes sobre as manifestações físicas da varíola em Eugênio (2001) e Brizola (2014).

⁷ Sobre o impacto demográfico gerado pela epidemia de cólera na Província de São Pedro, ver a tese de doutorado de Scott (2020).

⁸ As comissões de higiene nas Províncias estavam subordinadas à Junta Central de Higiene pública, criada em 1850, com sede no Rio de Janeiro.

epidemia de febre amarela que dizimou a população do Rio de Janeiro entre os anos de 1849 e 1850 levou as autoridades imperiais a agirem de forma mais centralizada no combate a esses eventos; é neste momento que as Províncias são integradas às novas “políticas do Império”, e as Comissões de Higiene pública passam a cumprir ordens e oferecer informações mais detalhadas quanto à situação de salubridade dos lugares.⁹

Na Província de São Pedro, a Comissão de Higiene passou a funcionar apenas em 1854. A nomeação do Dr. Manuel da Silva Ubatuba, em janeiro daquele ano, como presidente da dita Comissão parece ter sido um divisor de águas na atuação daquele órgão, que já existia desde 1850. Segundo Witter (2007, p. 67-69), tanto a criação da Junta Central quanto a de suas congêneres nas Províncias foram forçadas devido às ameaças da febre amarela em 1849 e do cólera morbus na Europa a partir da década de 1850.

Além disso, na tentativa de obter maiores informações sobre a vacinação contra a varíola, o Império passou a exigir que as Províncias encaminhassem os mapas de vacinados todos os anos para o controle das autoridades. Alguns mapas referentes a Porto Alegre e as demais localidades da Província sulina encontram-se no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e podem ser acessados para os anos posteriores a 1845, época em que o governo Imperial retoma o controle do território por completo, após dez anos de conflitos com os estancieiros sul-rio-grandenses e os combatentes farroupilhas.¹⁰

Segundo Ana Silvia Scott e Dario Scott (2018) foi durante a guerra dos farrapos que Porto Alegre enfrentou outra epidemia, desta vez de escarlatina. Partindo dos registros de óbitos da paróquia da Madre de Deus em Porto Alegre, os historiadores afirmam, em estudo recente, que a doença ceifou a vida de 126 escravizados e 263 pessoas livres no ano de 1837. Ainda segundo os autores, a população infanto-juvenil foi a mais atingida, já que mais de 87% dos óbitos ocorreram entre pessoas de até 14 anos, sendo que as crianças de até 4 anos apresentaram 62,5% dos casos de morte registrados.¹¹

⁹ Em meados do século XIX, verifica-se a atuação de agentes do Estado imperial no sentido de centralizar ações anteriormente regidas pela esfera privada no âmbito do que estava se constituindo enquanto “poder público”. Sobre o período conhecido como centralização do Estado Imperial ver especialmente Dolnikoff (2005) Para uma melhor apreciação da epidemia de febre amarela e seu impacto no Rio de Janeiro consultar Chalhoub (1993).

¹⁰ Para mais detalhes do conflito farroupilha, ver Guazzelli (1998).

¹¹ Scott e Scott se dedicam à análise dos registros de óbitos da paróquia da Madre de Deus entre os anos de 1795 e 1872. Nesse intervalo de tempo é possível identificar surtos de varíola, sarampo, diarreia entre outras doenças. No que se refere à epidemia de escarlatina de 1837, os autores afirmam que as crianças, livres e escravas foram as grandes vítimas da epidemia, sempre mais escravos que livres (SCOTT; SCOTT, 2018, p. 16).

Diante do cerco farroupilha à cidade que permaneceu “leal” ao Império, as crianças foram as principais vítimas da escarlatina. As causas imediatas, tratamentos e eventuais reações das autoridades manifestadas durante a epidemia ainda estão por ser estudadas. Os méritos do trabalho realizado por Scott e Scott (2018), entretanto, vão muito além de trazer à luz uma epidemia, até então desconhecida pela historiografia sul-rio-grandense. Os dados apresentados pelos autores reúnem detalhes sobre os óbitos, mas também batismos e casamentos, o que contribui para o entendimento de outras questões ligadas à sociabilidade ou aos padrões demográficos verificados em Porto Alegre no século XIX.

A chegada da peste. Porto Alegre diante da epidemia de varíola de 1874

Como vimos, o século XIX foi palco de muitas epidemias. Isso porque a cidade de Porto Alegre, capital de uma Província estratégica para o Império do Brasil, recebia com frequência sujeitos oriundos de outras localidades. Esse contato com pessoas recém-chegadas se mostrou fatal para a população, que viu a doença colérica se espalhar com facilidade em 1855, a escarlatina ceifar a vida das crianças em 1837, e a varíola dizimar 1% da população em 1874. Mas as razões que concorreram para a chegada das epidemias são múltiplas e apresentam peculiaridades de acordo com cada contexto. No caso do morticínio provocado pelo cólera, a doença já estava no Brasil quando os mandatários da Província de São Pedro iniciaram as primeiras discussões acerca das medidas que deveriam ser tomadas, em junho de 1855.

Conforme Witter (2007, p. 73), enquanto a enfermidade tomava maiores proporções na Europa e nas Américas, as autoridades no sul se dividiam quanto às formas de combater aquele mal. Médicos como José de Pontes França, provedor de Saúde do Porto de Rio Grande, defendiam rigorosa quarentena com os navios que chegavam àquela localidade. O porto de Rio Grande era considerado a porta de entrada da Província, mas as recomendações de França, embora pertinentes, não lograram convencer as autoridades. A medida contrariava os interesses dos comerciantes sul-rio-grandenses, que viam com maus olhos o controle de toda e qualquer embarcação. O resultado foi a incorporação de medidas mais brandas como a inspeção de alguns navios e a nomeação de um médico para fiscalizar as embarcações.

De qualquer maneira, o Dr. Manoel da Silva Ubatuba viajou para Rio Grande já no primeiro semestre de 1855 para coordenar as ações preventivas. Chegando à cidade, mandou instituir algumas medidas, como a preparação de carroças que deveriam conter medicamentos para serem enviados aos locais afetados assim

que a epidemia se manifestasse.¹² Mas, em que pese os esforços do Dr. Ubatuba, em outubro daquele ano, a doença já era sentida na Província e, no mês de novembro, as regiões de Pelotas, Rio Grande, vila de Jaguarão e a capital Porto Alegre já contavam os mortos às centenas. Segundo os relatos das autoridades locais, em todas as regiões por onde o cólera passou, os escravos estavam entre os principais atingidos, com exceção da capital, onde a epidemia foi assoladora para todas as classes como demonstraram Witter (2007, p. 80) e Scott (2020).

De modo semelhante, a epidemia de varíola de 1874 arrasou a sociedade porto-alegrense ao longo de todo aquele ano. Mas, ao contrário do que ocorreu com o cólera, as autoridades provinciais não estavam aguardando a chegada da peste ou, pelo menos, não manifestaram a preocupação verificada por Witter (2007) na epidemia de 1855.¹³ Embora a varíola estivesse presente de forma epidêmica em outras Províncias no ano de 1873, a doença era uma velha conhecida dos sujeitos que vivenciaram aquele período, manifestando-se em diversos momentos nos anos anteriores (Alberton, 2019; Miranda, 2000). Além disso, era a única enfermidade para a qual existia a vacina, uma descoberta do final do século XVIII, que já era conhecida e aplicada no Brasil desde os primeiros anos do século XIX.¹⁴

Contudo, a aplicação da vacina enfrentou a resistência da população de Porto Alegre, que não aderiu em massa ao preventivo. Segundo demonstraram Kühn e Brizola (2019, p. 541), foi baixo o percentual de sujeitos vacinados nos anos anteriores à epidemia de 1874. Ademais, comparando os dados da vacinação contra a varíola com o padrão de crescimento da população, verificou-se que, à medida que a população aumentava, a vacinação decrescia, o que deve ter contribuído para a eclosão da epidemia.¹⁵ Ainda segundo os

¹² Manoel da Silva Ubatuba era o presidente da Comissão de Higiene Pública da Província no ano de 1855. Homem influente nas medidas de contenção das epidemias à época, é também um dos responsáveis pela vacinação contra a varíola na Província de São Pedro na segunda metade do século XIX. Para mais detalhes sobre a vida e atuação do médico, ver Witter (2007) e Brizola (2014).

¹³ Os termos “peste” e “pestilência” foram usados desde a antiguidade para referenciar enfermidades contagiosas, assim como, de forma metafórica, se aplicavam os termos para quaisquer outros tipos de calamidade (VALDEÓN, 1980).

¹⁴ Para mais detalhes sobre a descoberta da vacina pelo médico inglês Edward Jenner e a introdução do preventivo no Brasil, ver Fernandes (2010), Camargo (2007) e Portugal (2018, p. 111).

¹⁵ Segundo Fernandes (2010) a vacina era um procedimento seguro em meados do século XIX, ou seja, de fato garantia proteção contra a varíola, na maioria dos casos. O mesmo fato foi verificado por Moulin (1996), que analisou a mortalidade entre os variolosos na França, antes e após a introdução da vacina. Nota-se, contudo, que outras doenças poderiam ser transmitidas em razão do método utilizado à época, já que o pus era retirado de pessoas infectadas para posteriormente ser aplicado em outros, que não haviam contraído a doença.

autores, o número de indivíduos vacinados oscilou entre 1 e 4% da população total da cidade entre os anos de 1854 e 1871. Uma adesão inexpressiva frente à magnitude do problema.¹⁶ Concordando com Chalhoub (1996, p. 113), que constatou o mesmo comportamento de não adesão da população carioca à vacina regular, certamente era difícil convencer as pessoas a aceitarem o preventivo quando a varíola não se manifestava epidemicamente.

O resultado foi o aparecimento de surtos frequentes da doença. A presença da varíola em outras localidades como Rio de Janeiro, Pará e Minas Gerais no ano de 1873 indica que as autoridades não foram capazes de controlar os estragos causados pela enfermidade entre os diferentes estratos ou classes sociais.¹⁷ O caso da epidemia de varíola em Porto Alegre é emblemático neste sentido, já que, no ano de 1874, a população padeceu em massa. A análise do perfil social dos atingidos por meio dos registros de óbitos que ocorreram durante a epidemia nos mostrou que os locais de enterramentos, tanto dos ricos quanto dos pobres, ficaram lotados naquele momento.

Algumas pistas do passado daqueles que viveram em outros períodos históricos podem ser desveladas por meio do registro de seu enterramento. As pessoas que vivenciaram a tradição católica no Brasil do século XIX, em geral, preocupavam-se bastante com o destino que teriam após a morte, e também com o registro desse destino. Por isso, as informações provenientes da documentação confeccionada por ocasião da morte dos indivíduos nos auxiliam a pensar, também, aspectos de suas vidas.

Em Porto Alegre, desde a década de 1850, os enterramentos aconteciam em local distante do centro da cidade. O cemitério da Santa Casa, construído numa colina nos caminhos da Azenha, representava um lugar seguro para a sepultura de corpos. Ao que parece, essa transição do lugar de enterramento, que antes ocorria nas proximidades da principal igreja da cidade, fora mais tranquila na capital sulina do que em outras localidades do Império. Não temos notícias de resistências por parte da população, como ocorrera na Bahia ou no Rio de Janeiro, por exemplo, no momento da mudança.¹⁸

Deste modo, o cemitério da Santa Casa passou a funcionar em 1850, e todos os enterramentos oficiais ocorridos em Porto Alegre até 1888 foram re-

¹⁶ Ver detalhes sobre o crescimento da população de Porto Alegre entre os anos de 1854 e 1871 em Moreira (2003, p. 29). Segundo as estimativas do autor, a cidade contava, na década de 1870, com aproximadamente 43 mil habitantes.

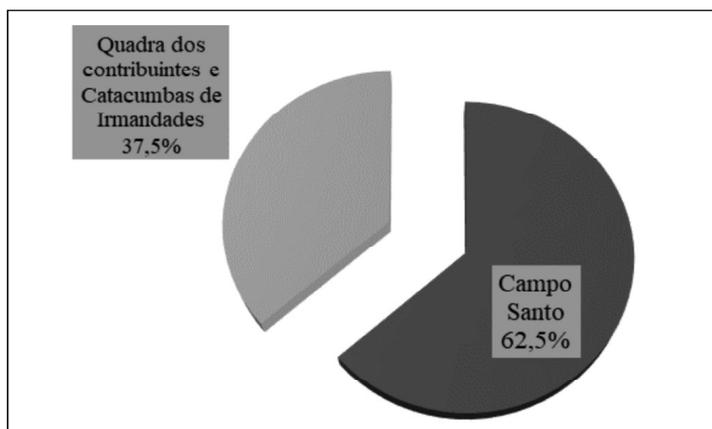
¹⁷ Sobre as epidemias de varíola em outras localidades no ano anterior ao surto que ocorreu em Porto Alegre, consultar Eugênio (2001, p. 28-31).

¹⁸ Uma abordagem sobre a mudança nos padrões de enterramento da população de Porto Alegre no decorrer do século XIX está em Meirelles (2010). Para uma maior compreensão deste processo em outras localidades do Brasil na mesma época, ver Reis (2009) e Rodrigues (1997).

gistrados pela instituição, o que possibilitou o conhecimento do universo da morbidade em função da varíola naquele período. Além do nome, idade e origem dos indivíduos que padeceram da doença, pudemos conhecer também o seu local de enterramento, um sinal de distinção social no Brasil do século XIX.

O lugar de descanso eterno era elemento de prestígio na sociedade porto-alegrense de meados do século XIX; os ricos e abastados eram sepultados em catacumbas juntamente com sua família. Quanto mais importante fosse um indivíduo, mais requinte havia em sua sepultura. Já os pobres ou escravos, na ampla maioria das vezes, eram enterrados em local pouco prestigiado. No Campo Santo foram sepultados muitos homens e mulheres escravizados, além de pessoas livres pobres quando a varíola atacou a cidade. Contudo, os lugares de enterramentos dos sujeitos mais abastados também foram rapidamente ocupados, como sugere o gráfico abaixo

Gráfico 1: Distribuição de enterramentos por varíola: cemitério da SCMPA (1874)



Fonte: ISCMPA – CEDOP – Livro de Óbitos: Escravos, v. 4 (1874); Livres, v. 11-12 (1873-1874).¹⁹

Esses dados são significativos para a análise do perfil social dos sujeitos que foram atingidos durante a epidemia e também de sua posição econômica. Não foram apenas os pobres e desvalidos que padeceram à época; homens e mulheres abastados, incluindo seus filhos, também foram vítimas da doença.

¹⁹ Gráfico retirado da obra de Brizola (2014, p. 134). As siglas ISCMPA e CEDOP significam, respectivamente, Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e Centro de documentação e pesquisa.

Afirmar, entretanto, que todos aqueles enterrados dentro dos muros do cemitério da Santa Casa eram indivíduos com posses seria precipitado. Sabe-se que irmandades, como a de Santa Bárbara, por exemplo, dispunham de recursos para auxiliar o enterramento dos irmãos mais pobres e, não raro, havia essa necessidade (NASCIMENTO, 2006). Mesmo assim, pertencer a uma irmandade ou ser enterrado em catacumbas específicas era um sinal de distinção que não pode ser ignorado, o que nos confere segurança ao afirmar que a varíola afetou duramente as classes mais abastadas da sociedade porto-alegrense no ano de 1874.

Nesse caso, tanto a epidemia de cólera, investigada por Witter (2007), quanto o surto gerado pela varíola, segundo os dados que ora apresentamos, são eventos que afetaram os mais distintos setores da sociedade, ceifando vidas independentemente da cor ou posição social. Essa constatação nos leva a refletir sobre os padrões de comportamento dos sujeitos que viveram o século XIX na hora de enfrentarem as enfermidades. Compartilhando a ignorância acerca dos meios de contágios, homens ricos e pobres, escravas e senhoras eram perturbados pelo mesmo mal quando as epidemias chegavam de forma avassaladora. Isso porque mesmo sabendo do perigo que rondava o Ocidente, em 1855, ou aplicando a vacina antivariólica, em 1874, autoridades e classes populares desconheciam os agentes etiológicos que causavam o adoecimento, e as medidas conhecidas para afastar as enfermidades nem de longe garantiam condições de segurança diante de uma epidemia.²⁰

Ao longo do século XIX, as teorias mais aceitas para a explicação das epidemias fundamentavam-se na visão miasmática. Os miasmas eram impurezas presentes no ar, originadas tanto de exalações de pessoas e animais doentes como de substâncias e dejetos em decomposição; daí a necessidade de queimar alcatrão nos arredores da cidade de Porto Alegre, pois acreditava-se, assim, que o ar seria purificado, livrando as pessoas dos contágios. Os vereadores da capital sulina, que recomendaram essa medida na epidemia de 1874, estavam informados acerca dos meios considerados mais apropriados pelos médicos da época para barrar as epidemias.²¹ Nikelen Witter reconheceu a

²⁰ A teoria microbiana das doenças desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX. Até esse período, as doenças eram explicadas pela teoria dos humores que remontava à concepção da tradição hipocrático-galênica, segundo a qual as doenças eram produzidas por um desequilíbrio dos humores do corpo (sangue, fleuma, bilis amarela e bilis negra). Desde a Antiguidade, a transmissão de doenças pelo contato físico era chamada de contágio, e a transmissão de doenças pelo ar, através dos miasmas, era chamada de infecção. Para mais detalhes sobre o assunto, ver Martins *et al.* (1997).

²¹ Detalhes sobre a medicina no Brasil imperial, as teorias vigentes no século XIX para o aparecimento de doenças e a circulação desses saberes entre os médicos diplomados estão em Edler (2011).

mesma ação durante o surto de cólera. Segundo as palavras da autora, “nas ruas, dia e noite, era queimado alcatrão, como forma de espantar os miasmas mortíferos” (WITTER, 2007, p. 82).

Outras ações visando a amenizar os estragos da peste foram levadas a cabo na capital sulina entre os anos de 1855 e 1874. Uma vez instalada a quadra epidêmica de 1855, as recomendações da presidência da Província e da Comissão de Higiene Pública era de que se suspendessem as procissões aos santos e se fechassem as escolas evitando, assim, maiores aglomerações. Além disso, exigiu-se dos responsáveis pelo cemitério da Santa Casa rapidez nos sepultamentos na tentativa de evitar mais contágios e óbitos. De qualquer maneira, entre os meses de outubro, novembro e dezembro, a cidade de Porto Alegre, que não passava, à época, de 40 mil habitantes, viu sua população diminuir pela chegada do cólera.²²

No caso da epidemia de varíola, em 1874, a principal ação tomada pelos mandatários locais foi a criação de um lazareto no caminho dos Moinhos de Vento (KÜHN; BRIZOLA, 2019). Diante da alta mortalidade de pessoas verificada entre os meses de maio, junho e julho, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre deixa de receber os variolosos. Sabemos disso graças aos registros de entrada de enfermos da Instituição. Enquanto a epidemia fazia suas primeiras vítimas, entre os meses de fevereiro e abril, a Misericórdia atendeu os necessitados, mas, uma vez que se multiplicaram os contágios e óbitos, o lugar adequado para receber aqueles que padeciam pela varíola não era mais o Hospital e sim o lazareto.²³

Construído às pressas em uma chácara nos caminhos dos Moinhos de Vento, o lazareto foi lugar de passagem para sujeitos livres pobres, como Maurícia da Conceição e seu filho Norberto, que estiveram no local antes de seus corpos terem sido encaminhados ao Campo Santo em 1874.²⁴ Mas o que nos interessa, de fato, é observar o nível de segregação social manifestado na polí-

²² Para uma estimativa do crescimento da população de Porto Alegre no século XIX, ver Moreira (2003, p. 29) .

²³ Os lazaretos eram locais pensados para abrigar e isolar pessoas doentes ou com suspeita de doença em espaços seguros, preferencialmente distantes da cidade; não obstante, em cidades portuárias, como o Rio de Janeiro, por exemplo, os lazaretos eram construídos próximos aos locais de desembarque de escravos para controlar as doenças supostamente trazidas pelos cativos oriundos do continente africano. Ver o caso do lazareto do Valongo estudado por Pereira (1997).

²⁴ Maurícia Maria da Conceição foi designada no livro de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre como de origem “china”, termo utilizado para classificá-la como mulher “não branca”, tinha 22 anos à época e foi enterrada junto ao seu filho, Norberto, de apenas quatro anos, no Campo Santo. Para maiores detalhes acerca do perfil social dos atingidos durante a epidemia de varíola ver Kuhn e Brizola (2019, p. 537).

tica de controle e combate à epidemia de varíola em 1874. De modo similar ao que ocorreu em outras localidades, a criação do lazareto em Porto Alegre cumpriria um papel fundamental no rol das ações sanitárias preventivas, o de isolar os pobres e escravos acometidos daquele mal. Este ato, entretanto, não garantiu as condições para o controle da epidemia por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, costumeiramente as pessoas recebiam tratamentos em casa, se possuísem recursos. Caso não houvesse esta possibilidade, a saída seria procurar a Santa Casa, jamais um lazareto.²⁵ Assim, muito provavelmente, os indivíduos que estiveram neste espaço foram forçados ao isolamento.

Em segundo lugar, aqueles e aquelas que foram enviados para o lazareto representavam apenas uma parcela da população, majoritariamente homens, pobres ou escravos. Ocorre que estes grupos não representavam a totalidade dos doentes, o que tornava inadequada a lógica pensada pelas autoridades locais para o combate à epidemia. Pela análise do perfil social daqueles que sofreram durante a epidemia, parece evidente que as medidas profiláticas vigentes, com destaque para o isolamento no lazareto, tinham razões bem definidas por aquela sociedade, mas em nada contribuíam para controlar a doença. As autoridades recolhiam alguns poucos pobres ou escravos infectados por varíola, mas não interferiam na vida de outros sujeitos, que também sofriam em função da moléstia e que, no entanto, não eram obrigados a deixar seus lares.²⁶

Como se pode observar, a sociedade porto-alegrense vivenciou inúmeras situações de descontrole de doenças no século XIX. Varíola, escarlatina, cólera morbus, sarampo foram enfermidades que estiveram presentes em diversos momentos. Sem maiores conhecimentos acerca do agente etiológico das doenças, as autoridades utilizaram os métodos elaborados ao longo de sucessivas gerações na hora de enfrentar epidemias: quarentenas, fugas e abandono das cidades, defumação dos ares, preparação de medicamentos, entre outras. No caso da epidemia de cólera, algumas ações para barrar a entrada da doença pelo porto de Rio Grande foram colocadas em prática (WITTER, 2007, p. 77), mas o mesmo não ocorreu com a varíola em 1874, pois atuações mais efetivas por parte dos poderosos locais só entraram em cena quando a epidemia já estava instalada.

²⁵ Uma apreciação sobre as formas de cura socialmente aceitas na região sul do Brasil no século XIX está em Weber (2004, p. 159).

²⁶ Segundo consta nos registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, a totalidade das pessoas que passaram pelo lazareto antes da morte foi enterrada no Campo Santo, lugar de sepultamento de pobres e escravos (BRIZOLA, 2014, p. 141).

Além disso, com a segregação social de alguns enfermos, quando muitos outros padeciam diante da epidemia, os vereadores de Porto Alegre não contribuíram para frear os contágios, apenas deram mostras de como eram tratados aqueles que não possuíam recursos nem posses em uma sociedade escravocrata e profundamente desigual como foi a capital da Província de São Pedro em meados dos oitocentos.

A análise que viabilizamos neste artigo buscou demonstrar que as epidemias foram uma realidade na vida dos porto-alegrenses durante praticamente todo o século XIX. Este cenário de descontrole era algo bastante comum em outras localidades do Brasil, sobretudo nas portuárias, como vem demonstrando a nova historiografia sobre o tema. Mas as razões que concorrem para isso devem ser buscadas em muitos fatores, entre os quais as quarentenas seletivas nos portos ou a resistência contra a vacina, no caso da varíola. De qualquer maneira, os sujeitos que viveram o dilema das doenças e do adoecimento no século XIX elaboraram medidas para enfrentar as epidemias e seus estragos nos mais distintos planos da vida social; é o que fica evidente após a análise de vasta documentação produzida por agentes da burocracia estatal no período.

Finalmente, importa ressaltar que os novos estudos que enfocam o tema da saúde e das doenças no Rio Grande do Sul e em sua capital demonstram a existência de uma sociedade hierarquizada no decorrer dos oitocentos, onde conviveram sujeitos de diferentes origens e onde frequentemente irrompiam surtos de doenças que geravam terror, além de inúmeros casos de óbitos entre a população. Ao descortinar esses eventos e seus impactos em sociedade, observamos as elaborações dos indivíduos, as ações levadas a cabo pelas autoridades, a segregação social manifestada contra os enfermos e, ainda, os padrões de comportamentos dos sujeitos que teciam relações dentro da cidade de Porto Alegre nos distintos momentos em que enfrentaram epidemias ao longo do século XIX.

Referências

ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre*, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

ALBERTON, Mirele. *Das providências que se tem dado a respeito da saúde pública*. Enfermidades e ações de combate à varíola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7686/Mirele%20Alberton_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. Aspectos sociais de contágio, isolamento e morte durante uma epidemia de varíola em Porto Alegre no século XIX. *Boletim da Sociedade brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, n. 11, dez. 2016. Dossiê: “Prêmio SBHC Melhor Tese e Melhor Dissertação-2016”. Disponível em: <https://www.sbh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=975>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. *A terrível moléstia*. Vacina, epidemia, instituições e sujeitos. A história da varíola em Porto Alegre no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CAMARGO, Luís Soares de. As “bexigas” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. Histórica. *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 28, p. 1-11, 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao28/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CHALHOUB, Sidney. The Politics of Disease Control: Yellow Fever and Race in Nineteenth Century. Rio de Janeiro. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 441-463, out. 1993.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

EDLER, Flávio Coelho. O debate em torno da medicina experimental no segundo reinado, *História, Ciências Sociais e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, ano III, v. 2, p. 284-299, jul./out. 1996.

EDLER, Flávio Coelho. *A medicina no Brasil imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro. Ed. FIOCRUZ, 2011.

EUGÊNIO, Alisson. A epidemia de varíola em Minas Gerais no ano de 1873. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES, 5., 2001, Mariana. *Anais [...]*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2001. P. 28-31.

FERNANDES, Tânia Maria. *Vacina antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens (1808-1920)*. Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz, 2010.

GOULART, Adriana da Costa. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan./abr. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000100006>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província*. A República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

KÜHN, Fábio; BRIZOLA, Jaqueline Hasan. Entre vacinas, doenças e resistências: os impactos de uma epidemia de varíola em Porto Alegre no século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 537-554, 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

LOPES, Myriam Bahia; POLITO, Ronald. Para uma história da vacina no Brasil – um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 595-605, abr./jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/VtJBwJcHSt8GdfpVmWZPNck/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; FERREIRA, Renata Rivera; TOLEDO, Maria Cristina Ferraz de. *Contágio: História da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997.

MEIRELLES. Pedro von Mengden. *Geografia social da morte: uma análise espacial do cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. 2010. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MEIRELLES. Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: o Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143120>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande. 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano – Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST, 2003.

MOULIN, Anne Marie. *L'aventure de la vaccination*. Lyon: Fayard, 1996.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEWMAN, Kira L.S. Shutt Up: Bubonic Plague and Quarantine in Early Modern England. *Journal of Social History*, Oxford, v. 45, n. 3, p. 809-834, 2012. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41678910>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

OLIVEIRA, Daniel. *Morte e vida feminina: mulheres pobres, condições de saúde e medicina da mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Revisitando o Valongo: mercado de almas, lazareto e cemitério de africanos no portal do atlântico (A cidade do Rio de Janeiro, no século XIX). *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 218-243, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/373/340>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

PORTUGAL, Filipe dos Santos. *A institucionalização da vacina antivariólica no Império Luso-brasileiro nas primeiras décadas do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/31042/2/dissertao_felipe_portugal.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMC, 1997.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-1850). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 53-58, mar./jun. 1999.

ROSENBERG, Charles E.; GOLDEN, Janet Lynne (ed.). *Framing Disease: studies in cultural history*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

SCOTT, Dario. *Livres e escravos: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. Tese (Doutorado em Demografia). IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2020.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; SCOTT, Dario. Demografia da Guerra. Porto Alegre e a guerra dos farrapos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas. *Anais [...]*. Disponível em: <<http://eventoexpress.com.br/sites/abep/anais/resumos/R0142-1.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A Gripe Espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

VALDEÓN, Julio Baruque. La muerte negra en la península. *Historia*, [s. l.], v. 16, n. 56, p. 60-66, 1980. Disponível em: <<http://www.vallenajerilla.com/berceo/valdeon/muertenegraenlapeninsula.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

VALDERRAMA, Jorge Márquez. Salud/enfermedad como problema histórico. In: BIERNAT, Carolina; RAMACCIOTTI, Karina (org.). *Historia de la salud y la enfermedad bajo la lupa de las ciencias sociales*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2014. p. 51-68.

WEBER, Beatriz. Fragmentos de um mundo oculto. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Ed. da FIOCRUZ, 2004. p. 157-216.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias. Sofredores, governantes e curadores no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul – Século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_WITTER_Nikelen-S.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

“GENTES DO MAR” EM PORTO ALEGRE: INTERLIGANDO REGIÕES E NAÇÕES NA AMÉRICA PORTUGUESA (1790-1805)

Denize Terezinha Leal Freitas

O presente texto tem por objetivo discutir a importância dos marinheiros que aportavam de maneira sazonal no cais do porto da freguesia Madre de Deus de Porto Alegre na virada do século XVIII para o XIX. A proposta é identificar quem eram essas “gentes do mar”, como eram denominados pelos párocos que registravam os Róis de Confessados da paróquia. Neste sentido, é essencial para compreendermos os mecanismos de inserção de pessoas vindas de outras partes da América Portuguesa, ou mesmo, de outras partes do mundo atlântico.

Além disso, conhecer quem eram esses navegantes nos permitirá adentrar no universo daqueles que foram fundamentais nas conexões atlânticas ao longo do período moderno. Para enfrentar este desafio, teremos como suporte teórico-metodológico a História Social das Populações e da Família e como principal fonte de análise os Róis de Confessados.

Para especificar melhor, o Rol de Confessados, ou *Libri Status Animarum*, é uma relação dos paroquianos que confessaram e comungaram durante os preparativos para a Páscoa e era uma documentação exigida pela Igreja para maior controle sobre o cumprimento dos deveres cristãos dos fiéis. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, que regia a vida religiosa no período colonial, definiam-se as instruções para elaboração destas listagens:

Para constar, que todos os fiéis cumprem com a obrigação da Confissão, e Comunhão na Quaresma, mandamos a todos os Vigários, e Párocos de nosso Arcebispado, que em cada um ano, passada a Dominga da Septuagésima, per si, e não por outrem, (salvo a distância for de seis léguas para cima, porque neste caso poderá ser por outrem) fação Rol pelas ruas, e casas, e fazendas de seus fregueses, o qual acabarão até a Dominga da Quinquagésima, sendo possível, e nele escreverão todos os seus fregueses por seus nomes, e sobrenomes, e os lugares, e ruas onde vivem.¹

¹ *CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA* (doravante CPAB). Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853. Título XXXVII, 1853, p. 61.

Um dos primeiros pontos que as normativas eclesiásticas tratam sobre os Róis de Confessados é a necessidade da realização de um rol pelo qual estejam catalogados todos os fiéis paroquianos a fim de que confessem e comunguem. A produção de tal levantamento deveria ser feita por todos os párocos, uma vez ao ano, especificamente dentro do período correspondente à “Dominga da Septuagesima, per si, e não por outrem, fação Rol pelas ruas, e casas e fazendas de seus fregueses, o qual acabarão ate a Dominga da Quinquagesima”. Além da obediência do tempo de produção do Rol, também “deveria constar o nome, sobrenome, os lugares e ruas” dos fregueses. Frisa-se que os religiosos procurem abranger o maior espaço possível correspondente à localidade, isto é, cuidando para acrescentar “Rios, Fazendas, e os nomes dela”, procurando separar cada uma por uma risca “entre casa, e casa, e assentarão cada casa de per si”.²

Assim, no caso de Porto Alegre há um conjunto de 24 Róis, mas pudemos analisar apenas 17 no período correspondente de 1779 a 1814. O processo de levantamento das fontes, digitalização e criação do banco de dados exigiu uma minuciosa metodologia, visto o precário estado de conservação da documentação; sete Róis de Confessados foram impossíveis de se manusear devido ao precário estado de conservação. Assim, o excesso de umidade, a corrosão e as marcas deixadas pelo tempo nas fontes exigiram um exercício de estar diante de um quebra-cabeça do qual algumas peças estão permanentemente perdidas.

Nesse sentido, apesar da riqueza e potencialidade dos Róis de Confessados para estudos sobre população e família no passado, o estado precário em que essa documentação se encontra impõe alguns limites para sua utilização. Parte desse conjunto documental encontra-se com as margens inferior e superior corroídas, impedindo a sua leitura integral. Conseqüentemente, o procedimento adotado foi estimar o sub-registro da população arrolada a partir da observação do padrão utilizado pelo pároco no arrolamento de cada fogo,³ servindo de parâmetro para o cálculo das estimativas. De toda forma, cabe salientar que, ao arrolarem toda a população nos Róis de Confessados, os párocos de Porto Alegre também incluíram as embarcações ancoradas no cais, o que possibilitou a presente análise.

O estudo desta parcela da população flutuante se torna interessante por considerarmos um dos eixos fundamentais para compreendermos a his-

² CPAB, Título XXXVII, 1853, p. 61.

³ A palavra fogo no vocabulário português do século XVIII e XIX está associada ao domicílio; por exemplo, no dicionário do Padre Raphael Bluteau, a palavra *fogo* pode estar ligada a “*família, Vila que tem cem ou duzentos fogos*” (BLUTEAU, 1712-1728, p. 433-434).

tória das formas de união e composição dos grupos familiares na localidade. A sazonalidade destes navegantes, a desigualdade da razão de sexo (predominância masculina nas embarcações) e a mobilidade geográfica masculina são fatores que nos direcionam ao estudo deste grupo populacional.

Para este texto pretendemos adentrar no universo destes homens a fim de mostrar seu importante papel na formação e ocupação das populações na América portuguesa como, sobretudo, sua função de interconexão de diversos lugares do mundo com os extremos confins da América lusa. Mais do que mercadorias, homens e mulheres das mais diversas características, estas “gentes do mar” deixaram e levaram consigo marcas indeléveis de suas relações humanas.

Para tanto, buscamos apresentar uma breve introdução referente às características desta dita população flutuante e da sua importância na história das outras relações na localidade. Em seguida, vamos realizar alguns apontamentos sobre as características destas embarcações registradas pelos párocos que confeccionaram os Róis de Confessados de Porto Alegre.

A Madre de Deus de Porto Alegre e a população flutuante

Aos 26 de março de 1772 é criada a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, a inauguração e constituição oficial da atual cidade de Porto Alegre e capital do Rio Grande do Sul. Desde a sua fundação, a localidade é marcada por suas características de destaque como centro econômico-comercial, portuário e político, sede administrativa dos extremos da América Portuguesa (COMISSOLI, 2008). Mais que apresentar ao leitor um emaranhado de informações sobre as características físicas e sociopolíticas, convidamos a pensar o tipo de população que compunha esta área e, sobretudo, a sua distribuição espacial.

A comunidade se organizou entre as margens do Lago Guaíba e o Alto da Rua da Praia, onde ficava a igreja. Recentemente (re)classificado como lago, o Guaíba era um importante elo fluvial com as demais freguesias, como a de Rio Grande, principal porto de ligação com o Atlântico. Essa posição portuária e a ligação com os principais afluentes que desembocam no Lago Guaíba e interligam também diversas e longínquas freguesias e vilas do interior privilegiavam a localidade como principal centro escoador de mercadorias vindas do exterior e interior da América Portuguesa. Além disso, os constantes conflitos com os castelhanos tornavam a freguesia um ponto estratégico para o abastecimento de armas e homens, bem como seu deslocamento em regimentos para a fronteira (REICHEL, 2006).

O crescimento e o desenvolvimento da freguesia vão gradativamente mudando o cenário político-administrativo e as dimensões demográficas da localidade. Em 1780, a Madre de Deus de Porto Alegre apresentava cerca de 1.512 habitantes, que, em 1803, transformaram-se em 3.937, indicando um significativo progresso demográfico que, em 1814, já apontaria 6.111 habitantes, para a agora, então, Vila de Porto Alegre, elevada a tal condição, desde 1810 (MACEDO, 1998). O crescimento demográfico de Porto Alegre já era notado até mesmo nos relatos dos viajantes, principalmente, conforme verificado por Saint-Hilaire, em sua passagem por Porto Alegre, em 1822. Segundo o viajante francês,

Fundada há cerca de cinquenta anos, já conta uma população de dez a doze mil almas, e alguém, aí residente; há dezessete anos, me informa que, nesse espaço de tempo, ela aumentou dois terços. Pode ser considerada como principal entreposto da Capitania, sobretudo, das regiões que ficam ao nordeste. Os negociantes adquirem quase todas as mercadorias no Rio de Janeiro e as distribuem nos arredores da cidade; em troca exportam, principalmente, couros, trigo e carne seca; é, também, de Porto Alegre que saem todas as conservas exportadas da província (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 46).

Conforme a população ia crescendo, novas demandas foram, gradativamente, acelerando a formação da localidade. A região que praticamente se configurava como uma aldeia caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX. A Vila tornou-se uma das principais sedes, onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da capitania.

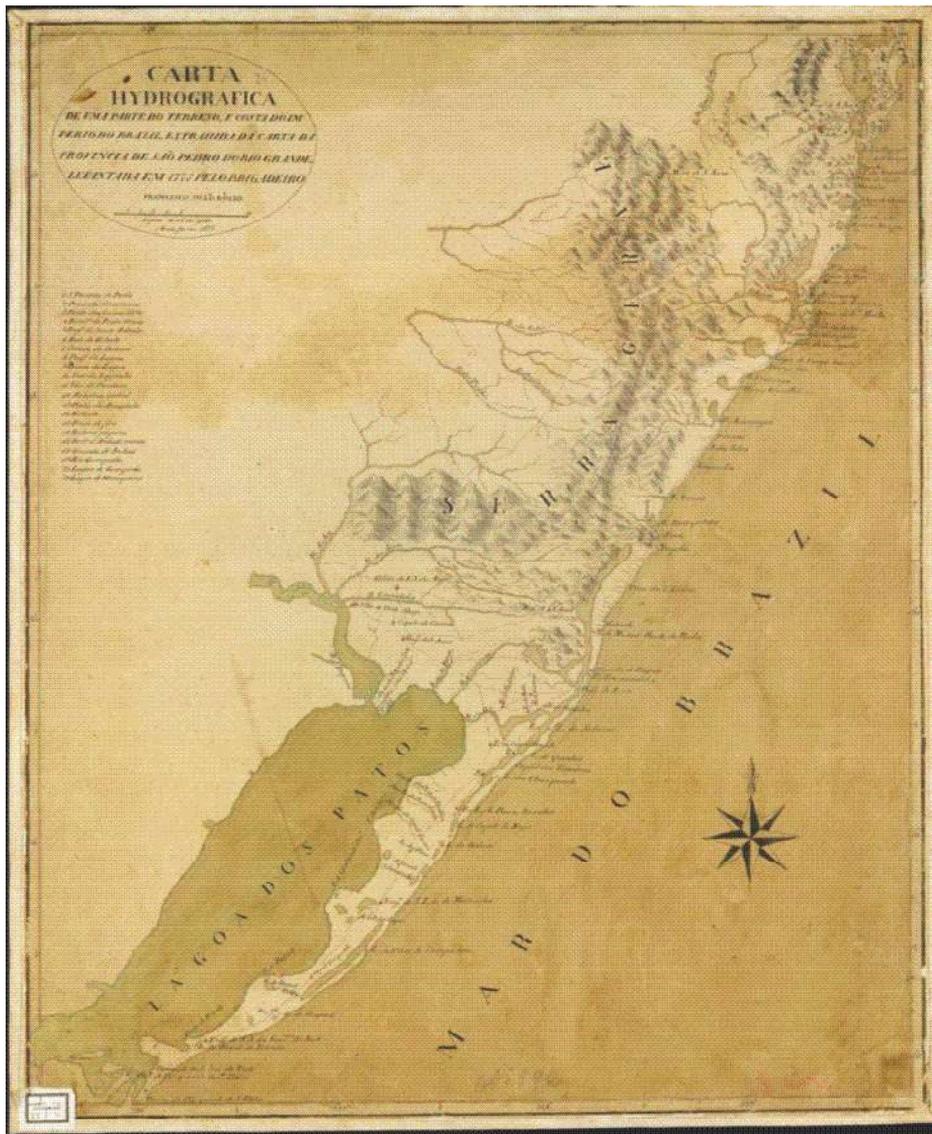
Esse contexto populacional, de uma localidade portuária, onde o fluxo de pessoas é constante, revela que a Madre de Deus era um lugar de passagem, caracterizado pela intensa mobilidade, principalmente masculina. Estudos recentes têm salientado a diversidade étnica da freguesia, a constante circulação de homens devido à presença de militares e o caráter de interposto comercial (GOMES, 2012; FREITAS, 2017; SILVA, 2014). Nesse sentido, mais do que se referir a uma Porto Alegre em processo de estabelecimento, devemos perceber este espaço em movimento, em constante e permanente estado de vir a ser. Isto é, os lugares pareciam estar definidos, mas, ao fim e ao cabo, nosso espectro temporal nos descortina uma localidade em

processo primordial de ocupação, os desembarques e embarques portuários e terrestres faziam parte da rotina de quem vivia na localidade.

Neste sentido, o estudo desses homens do mar, ajudantes ou capitães de embarcações é uma oportunidade para pensar esses atores e suas relações sociais com o restante da população, bem como as possíveis formas de união conjugal que estabeleceram na localidade. Dessa forma, mais do que perceber o impacto da constante chegada e partida desses atores sociais na formação de alianças lícitas e, sobretudo, ilícitas na freguesia, pretendemos compreender de que maneira a história local está profundamente marcada e entrelaçada com as marcas deixadas pela interlocução de mundos distantes trazidas por essas ditas “gentes do mar”.

Como temos visto, o crescimento populacional da freguesia foi constante na virada do século XVIII para o século XIX. O seu contexto de entreposto comercial, em sua grande maioria ligada às relações comerciais com o Rio de Janeiro, a região do Rio da Prata e demais relações internacionais tiveram grande peso para seu crescimento. Deve-se destacar a importância do estuário do Guaíba, pelo qual a região portuária serve de porto de chegada e partida de muitos navegadores que transitam entre os cinco principais rios da Capitania do Rio Grande de São Pedro: o rio Jacuí, Caí, dos Sinos, o Gravataí e o “riacho” (rio Dilúvio entre Porto Alegre e Viamão) que tinham como destino o estuário do Guaíba que, por sua vez, dava acesso à Laguna dos Patos e ao Porto de Rio Grande. Conforme podemos verificar na Ilustração 1 que mostra a vasta bacia hidrográfica que cobre a região da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre:

Ilustração 1: Carta Hidrográfica de uma parte do terreno e costa do Império do Brasil



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. ROSCIO, Francisco João. *Carta Hydrographica de huma parte do terreno e costa do Império do Brazil, extrahida da carta da Provincia de São Pedro do Rio Grande levantada em 1778 pelo brigadeiro Francisco João Roscio*. [S.l.: s.n.]. 1 mapa ms., col., em f. 53,6 x 41. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512343/cart512343.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

As distâncias e as dificuldades entre as localidades, que poderiam parecer intransponíveis aos nossos olhos contemporâneos, eram transpostos de modo bastante eficaz dentro das possibilidades da época, movidas pela necessidade de sobrevivência e comunicação e, sobretudo, pela intensa mobilidade geográfica que caracterizava as populações no período moderno.

Quanto aos envolvidos neste trânsito fluvial de mercadorias e pessoas, os Róis de Confessados nos indicam a presença predominante de homens livres e escravizados. Pelas informações colocadas pelos párocos, só podemos identificar o nome das embarcações, os homens livres (com sobrenome ou dois nomes, em sua grande maioria) e os homens escravizados. Não existem indicativos de agregados ou trabalhadores que sejam temporários, tampouco a função exercida.

De todo modo, sabemos que eles faziam parte da vida da comunidade, não apenas pelo cumprimento dos interditos religiosos, mas também porque encontramos em alguns autos de Justificação Matrimonial alguns marinheiros solicitando permissão para contrair matrimônio.⁴ Vinicius Oliveira (2009) argumenta que a escravidão e o trabalho realizado pelos cativos eram uma peça-chave para a dinâmica econômica e comercial tanto no âmbito terrestre como, sobretudo, no que diz respeito à navegação. Para a segunda metade do século XIX, o emprego de trabalho escravo na navegação de “longo curso” era de 29,7%; na de cabotagem, 48,8%, e na navegação interna representava 26,8%, dados referentes às análises realizadas pelo autor para a Cidade de Rio Grande (OLIVEIRA, 2009, p. 3).

Além disso, temos que pensar que tanto para Rio Grande, Rio Pardo e, sobretudo, para a Porto Alegre, os portos eram pontos de negócios, transações comerciais, mas também pontos de sociabilidade e fluxo constante de populações de várias partes do mundo. Portanto, acreditamos que seja campo fértil para que fornecessem os elementos necessários para os relacionamentos furtivos, transitórios, efêmeros ou sazonais entre estes homens do mar e as mulheres que habitavam nas freguesias, vilas ou cidades em que atracavam. Luciano Figueiredo (1993), ao tratar da localidade portuária do Rio das Mortes nas Gerais, mostra como esse local era apreciado pelas quitadeiras e prostitutas, já que todo tipo de comércio ilícito era tido nesses pontos. No caso de Porto Alegre, temos apenas indícios dessas ações pelo rol de culpados de devassa de 1815 pelos visitantes eclesiásticos (FREITAS, 2017).

⁴ Entre os anos de 1772 e 1822 há um montante de 4.084 processos de habilitações matrimoniais disponíveis no Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, nos quais foram realizadas análises prospectivas em outras oportunidades (FREITAS, 2017).

O desequilíbrio na razão de sexo,⁵ bem como o tempo de navegação – em alto mar e/ou nas sinuosidades dos rios – associados à possibilidade de obter outras condições de vidas alternativas além da vida sobre as águas, a circulação de quitadeiras, prostitutas etc. podem ter fornecido condições para a formação de relações conjugais não sacramentadas,⁶ sejam elas temporárias, sazonais ou permanentes. Acreditamos que para as solteiras ou casadoiras a possibilidade de encontrar um potencial cônjuge vindo de outras regiões poderia significar uma chance de sair das amarras de uma vida atrelada à família ou uma forma de agregar novos recursos à casa paterna e/ou materna.

Na sociedade paulista do século XIX, por exemplo, Eni Samara (2005, p. 95) destaca a importância dos genros nos casamentos das camadas sociais menos abastadas. Eles eram responsáveis pelo sustento e, muitas vezes, conseguiam “desafogar” os lares com várias moças em idade de casar-se. De acordo com a autora, uma vez “parentes, podiam receber um tratamento preferencial, com incumbências de maior peso em relação aos demais integrantes da família e na gerência do patrimônio. Em Porto Alegre, a valorização dos genros também era providente para casamentos entre famílias pobres. Eram comuns em autos de justificação matrimoniais em que o casamento era justificado pela necessidade econômica dos pais da noiva e porque o noivo estava a tirar “uma boca a mais para alimentar”. A noiva ainda “Justifica (que) seos pais são pobres tem trez escravos e tão bem vivem de lavouras mays tem sete filhos, quatro machos, e trez femeas e as não tem cazado pois não tem como lhes fazer dotes” (FREITAS, 2011, p. 173).

Muitas outras formas de trabalho estavam indiretamente atreladas aos navegadores. Estes realizavam uma espécie de ponte entre as embarcações atracadas e a área terrestre. Peter Linebaugh & Marcus Rediker (2008) ressaltam a importância dos lenhadores e aguadeiros que “tinham três funções importantes: fazer os trabalhos de expropriação; construir os portos e os navios e forne-

⁵ Falar da desproporção na razão de sexo exige pensarmos na quantidade de homens e mulheres que compõem o quadro populacional da freguesia e mensurarmos o seu impacto na promoção das uniões. Os Róis de Confessados nos permitem identificar a razão de sexo de acordo com a distribuição dos fogos daqueles que confessaram e comungaram na freguesia. Nos anos de picos, como os de 1793, a razão de sexo é de 165, ou seja, havia 165 homens para cada 100 mulheres (FREITAS, 2017, p. 141).

⁶ Isso acontece porque a grande maioria dos marinheiros “comuns provinham de etnias, raças e nações as mais diversas. Índios e negros de diversas tribos misturavam-se a mestiços e brancos livres do Brasil e de outros países, formando uma cultura popular diversificada na base da pirâmide social do navio”, conforme José Barreiros, portanto, possíveis propagadores de relacionamentos fora do casamento, visto pertencerem a grupos étnicos e culturais dos mais variados (BARREIROS, 2007, p. 4).

cer os homens do mar para o comércio atlântico; e manter diariamente as casas” (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 53). Além destes, temos os fiscais de mercadorias, os trabalhos atrelados ao processo alfandegário, serradores, carpinteiros, entre outras diversas atividades.

As idades, as condições sociais, econômicas, étnicas e jurídicas são as mais variadas. As motivações para a realização destes trabalhos nem sempre eram as melhores, muito menos voluntárias. Peter Linebaugh & Marcus Rediker (2008) ressaltam o fato de que boa parte da tripulação nem sempre era de trabalhadores regulares, profissionalizados e/ou empregados voluntariamente. Pelo contrário, os navios representavam o degredo, prisões, escravidão e/ou o descolamento de muitas mulheres infames, seduzidas e/ou órfãs casadoiras. Em outros casos, serviam como medidas paliativas para os “filhos de ninguém”, pois

Entre esses muitos estavam milhares de crianças, pois os rachadores e tiradores eram jovens. A Companhia da Virgínia fez arranjos com a cidade de Londres para a extradição de centenas de crianças pobres, com idade de oito a dezesseis anos, de Bridewell para a Virgínia. A câmara municipal de Londres aprovou o pedido, autorizou policiais a prender as crianças e despachou de navio os primeiros jovens trabalhadores no começo de 1619 (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 69-70).

As denominadas “gentes do mar” começam a aparecer a partir do Rol de 1790 e seguem até 1805.⁷ Dentre as características gerais presentes, destacamos a presença de homens livres (86,1%) e uma parcela de escravizados (13,6%) que seguem após o nome de cada embarcação; a parcela de homens denominados forros não chegou a 1%. Apenas no Rol de 1797 temos a inserção de uma pequena parcela da população (constituída de fogos pequenos) entre o apontamento das embarcações. Não existe nenhum indicativo presente que aponte qual o percurso direcionado pelo pároco no cais do porto para efetuar o Rol, tampouco a escolha ou abrangência de todas as embarcações no levantamento daqueles que comungaram e confessaram na quaresma.

As diferentes denominações das embarcações indicam uma movimentação no porto que só cresce ao longo do século XIX. Ainda mais porque a listagem das embarcações apenas se refere ao período delimitado pela quaresma. Isto é, o fluxo de navegação deveria ser mais intenso e sazonal, tanto

⁷ Jaime Rodrigues, em suas pesquisas sobre as embarcações mercantes com destino ao porto do Rio de Janeiro, mostra que a tripulação dessas embarcações era composta em sua maioria por reinóis (83%), e uma pequena parcela era nascida no Rio de Janeiro. Destes nascidos no Rio de Janeiro, eram homens engajados em funções manuais, exerciam trabalhos pesados na marinhagem e não ocupavam cargos mais elevados de oficiais (RODRIGUES, 2015, p. 18).

contemplando a navegação marítima como, sobretudo, a fluvial pelo interior do território. De acordo com o comerciante Manuel Antônio de Magalhães, no *Almanack da Vila de Porto Alegre* de 20 de julho de 1808, referente à movimentação no cais:

Entram pela barra adentro anualmente de 230 a 240 embarcações de 6-8 até 12.000 arrobas, e todas saem igualmente carregadas. Há continuamente navegando nos rios, acarretando as cargas para os ditos barcos mais de 100 iates, ou canoas que carregam de 1.000 a 1.500 arrobas e mais (MAGALHÃES, 2008, p. 130).

Ainda que os Róis de Confessados não informem com regularidade as idades, sabemos que se confessavam e comungavam as pessoas maiores de sete anos. Portanto, não descartamos a hipótese de que muitos trabalhadores braçais, sejam cativos ou livres pobres, fossem compostos de meninos que eram, muito provavelmente, frutos do abandono ou filhos de famílias pobres dos arredores. Mas alguma dimensão podemos ter a partir da Matrícula das embarcações, ou *Lista de equipagem*, documento que arrola embarcações para cobrança alfandegária no Rio Grande São Pedro; no ano de 1816, encontramos alguns casos que comprovam nossa hipótese. Por exemplo, citamos o arrolamento da *Sumaca Melenas*, que segue viagem para o Rio Grande do Sul. Um dos marinheiros que integra a tripulação é João de Souza Castro, natural de Cananéia de idade de 12 anos, estatura de rapaz alvo, cabelo cortado e, o mais interessante, nada ganha pelos seus serviços.⁸ Vinícius Oliveira (2013, p. 124-125) ainda salienta que o cotidiano dos marinheiros era marcado por uma “complexidade de saberes”, desde os códigos de comportamentos internos até a nomenclatura e manuseio dos instrumentos de trabalhos internos ao navio. O trabalho dentro e fora da embarcação ainda contava com uma série de restrições e todas as ordens de violência implícitas pela ordem e hierarquia da embarcação.

Para Ronald Raminelli (2008, p. 19), o comércio e a agricultura foram os grandes pilares da construção do sofisticado Império Ultramarino Português. Mas, para tanto, as relações entre o monarca e seus inúmeros súditos e, sobretudo, a circulação constante e perene de reinóis e filhos de reinóis nas colônias foram indispensáveis para a duração e a administração destes vastos territórios. Nos extremos da América Portuguesa não foi diferente. A presença de estrangeiros não impediu o controle da Coroa Lusa; pelo contrário, a mobilidade geográfica e a miscigenação foram os amálgamas desta estrutura.

⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Fundo Fazenda, Maço 111. *Matrícula das Embarcações*. Porto Alegre, 1816.

A partir das informações disponíveis no *Almanack da Vila de Porto Alegre*, podemos destacar a capacidade portuária da localidade, que pode “ancorar até 200 embarcações”. Além disso, Manuel Antônio de Magalhães chama a atenção para a variedade de embarcações que aportam, como: sumacas, iates, canoas, lanchas, embarcações de grande e pequeno porte (MAGALHÃES, 2008, p. 130-131). A funcionalidade da alfândega e seu aparato para o carregamento e descarga de mercadorias vindas de todas as partes do mundo também são enfatizados.

Assim nos Róis que referem as embarcações, observamos a presença predominante de homens livres, seguida de escravizados. Os primeiros a serem arrolados são os capitães das embarcações, sempre com o nome completo (exemplo: Capitão João Francisco ou Capitão Manoel Albuquerque); quanto ao restante da tripulação, segue arrolada apenas com o primeiro nome e por vezes sua função. Os escravizados bem como os marinheiros em geral são todos homens e são os últimos a serem relacionados das ditas “gentes do mar” e possuem apenas um nome seguido do indicativo: “escravo” ou da palavra “dito”. É interessante destacar que o registro do rol espelhava uma rígida hierarquia nas embarcações, conforme Jaime Rodrigues percebeu ao analisar as matrículas de Equipagens da Junta do Comércio.⁹

Os laços que uniram a população estabelecida e flutuante parecem ter sido mais poderosos que as âncoras que, por momentos, prendiam as embarcações aos cais. Não apenas como noivos, ou depoentes nos autos de justificação de matrimônio, mas também aqueles que passaram incógnitos pela paternidade de muitos filhos ilegítimos da localidade. A presença constante do fluxo migratório de homens pelo cais do porto e as promessas vãs de casamento podem ter proporcionado muitas oportunidades de relações inconstantes ou efêmeras e, por que não, muitos filhos fora do casamento.

Richard Graham (2013) destaca a importância das “gentes do mar” para o desenvolvimento e formação da sociedade, pois “cada embarcação [...] era um microcosmo dessa sociedade, com uma hierarquia operante, sim, mas uma

⁹ Em sua apresentação formal, a ordem dos registros expressava a rígida hierarquia a bordo, e assim permaneceu no decorrer do tempo. Quase que invariavelmente, o capitão, representante do poder secular, era o primeiro homem a ser matriculado, seguido do capelão, representante do poder espiritual. Pela ordem, vinham os registros dos demais oficiais e, depois destes, matriculava-se a maioria dos tripulantes: marinheiros, serventes, moços e mancebos, todos eles trabalhadores braçais. Ao final da lista, surgiam os escravos e forros (quando havia homens nessas condições nos navios), muitas vezes sem referência à função a ser cumprida a bordo, como se a condição social e, é claro, a cor fossem sinônimos do trabalho a ser desempenhado (RODRIGUES, 2019, p. 22).

hierarquia na qual o delineamento de níveis era maleável e mutável” (GRAHAM, 2013, p. 125). Isso significa que muitos alforriados, por exemplo, podiam exercer a ocupação de mestres de embarcação. Além disso, os laços de amizade e camaradagem poderiam facilitar o trânsito de relacionamentos entre a embarcação e o cais. Como também a mútua solidariedade serviria como mediador na propagação de relações fora ou dentro do matrimônio.

Portanto, mais do que a presença de marinheiros casando-se ou testemunhando em prol de seus camaradas que queriam contrair núpcias, pretendemos compreender um pouco deste universo das “Gentes do Mar”. Sendo assim, buscaremos apreender as características gerais desta população flutuante e de como ela aparece nos Róis de Confessados. Eram homens livres e escravos que faziam uma ponte entre Porto Alegre e o Atlântico.

O século XVIII foi por excelência a grande era das viagens marítimas transatlânticas. Diversos grupos populacionais tiveram suas vidas ligadas pelas semanas, meses e/ou anos que separavam um continente de outro. O estímulo da ocupação pelo interior da região e o aumento da produção de gêneros agrícolas e da pecuária (principalmente de muares) transformaram o cenário portuário da Paróquia Madre de Deus.¹⁰ O aumento do transporte fluvial e a comercialização de gêneros importados e a exportação da produção interna tornaram a localidade o ponto de encontro dos negócios e da circulação de mercadorias e sua redistribuição pelo interior.

Sendo assim, o porto tornou-se fundamental para o desenvolvimento local. Inicialmente destacamos a representatividade (%) dos homens do mar frente ao efetivo total da população. Como podemos perceber, se em alguns anos os homens do mar representaram de 6% a 8%, em outros chegaram a quase 16% (604 marinheiros ancorados) como no ano de 1805.

¹⁰ Apesar desse crescimento, é importante enfatizar que o porto de Rio Grande ainda é predominante no território sulino. Gabriel Berute, que analisou comparativamente as duas praças mercantis, mostra que “o predomínio da navegação fluvial e lacustre na capital provavelmente se encontre entre os fatores explicativos da maior frequência dos iates e das canoas. Tendo em vista o tipo e as condições de navegabilidade, estas seriam as embarcações mais adequadas (BERUTE, 2011, p. 193).

Tabela 1: População flutuante (%) sobre o total da população nos Róis de Confessados da Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre (1790-1805)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA	POPULAÇÃO FLUTUANTE	%*
1790	1.997	159	8
1791	1.770	205	11,6
1792	2.526	341	13,5
1793	2.374	310	13
1797	3.006	380	12,6
1798	2.866	273	9,5
1799	3.134	258	8,2
1800	3.327	260	7,8
1801	3.734	255	6,8
1802	3.463	234	6,7
1803	3.982	523	13,1
1804	4.226	537	12,7
1805	3.830	604	15,8

Fonte: AHCMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1791-1805).

* O percentual estabelecido na tabela refere-se à representatividade da população flutuante sobre o total da população estimada, isto é, no Rol de 1790, os tripulantes de embarcações representavam 8% da população da Madre de Deus.

Na América Portuguesa e, também, para o restante do Império luso, a utilização de navios serviu como o principal veículo de comunicação, abastecimento e defesa dos seus territórios. Tanto pela via marítima como sobretudo pela via fluvial, as embarcações forneciam acesso e expansão aos territórios interiores (BOXER, 1962). Além disso, tinham como finalidade o transporte da produção interna por todo o território, enfocando novamente a importância de um mercado interno ativo de abastecimento e um comércio bastante operacional tanto no âmbito interno (intra-capitanias e/ou intrarregional – áreas do Império Luso), quanto externo (internacional). Gabriel Berute também dá destaque para o uso de iates e canoas para a navegação interna. Porém, enfatiza que tanto Porto Alegre quanto Rio Grande tinham “a presença de uma variedade de embarcações de maior porte nas escrituras registradas em Rio Grande” abrangendo conexões além-mar com portos ex-

teriores à Metrópole e à corte, “inclusive portos da Europa e Estados Unidos (BERUTE, 2011, p. 193).

Desta maneira, os tipos de navios e os objetivos de cada expedição vão se transformando ao longo do tempo e espaço. Apesar de dividirem o mesmo espaço portuário, as embarcações eram dos mais variados estilos e apresentavam características entre si dependendo do tipo de transporte, isto é, de grande porte (marítimo-mercado externo) ou de pequeno porte (fluvial-mercado interno). O mercado interno se ampliará ao longo do século XIX, tanto que os veículos de transporte fluvial mais numerosos foram os iates, que “eram as embarcações mais utilizadas internamente para o escoamento da produção sul-rio-grandense” (OLIVEIRA, 2013, p. 53). Eram menores e mais leves que “aquelas comumente utilizadas em alto mar (cabotagem e longo curso)”. Faziam o trânsito entre portos secundários e os principais, como era o caso de Porto Alegre e Rio Grande (OLIVEIRA, 2013, p. 53).

Assim, teremos a ampliação de rotas, profissionais especializados nas mais diversas áreas marítimas e, também, meios de transporte mais adequados aos mais distintos espaços de navegação. Lucy Hutter (2005) destaca ainda os diferentes interesses das nações modernas e, também, aqueles clandestinos em fomentar a expansão marítima. Por exemplo, para Lisboa existiam vários tipos de embarcações, algumas destinadas ao envio de migrantes, mercadorias, escravos e toda ordem de provimentos. Além disso, havia alguns específicos destinados à proteção das costas e do provimento de armamentos e munições.

Cada embarcação é composta por uma tripulação de não mais que 20 homens livres e escravos que se encontram no cais do porto e que confessam e comungam. Uma população flutuante que, pelo menos em parte do ano, integrava a comunidade e a paróquia; portanto, deveriam estar presentes no Rol, conforme salientam as normativas. A média dos tripulantes distribuídos por embarcações variou de 9 a 15 marinheiros por embarcação.

Tabela 2: Média de tripulantes por embarcações ancoradas na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1790-1805)

ANO	TRIPULANTES	EMBARCAÇÕES	MÉDIA
1790	159	17	9,3
1791	205	18	11,4
1792	341	30	11,4
1793	310	29	10,7
1797	380	35	10,8
1798	273	30	9,1
1799	258	23	11,2
1800	260	22	11,8
1801	255	16	15,9
1802	234	22	10,6
1803	523	41	12,7
1804	537	43	12,5
1805	604	47	12,8

Fonte: AHCOMPA, Conjunto dos Róis de Confessados (1790-1805).

Na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, a presença destes homens livres e escravos ou “gentes do mar” era constante e, gradativamente, aumentava sua quantidade na orla portuária à medida que a localidade se estabilizava na virada do século XVIII para o século XIX, conforme podemos constatar pelo número de homens tripulantes dessas embarcações registradas nos Róis de Confessados.

Enfim, seja direta ou indiretamente, tanto os homens atracados no cais, quanto os de vida terrestre foram fundamentais na constituição das múltiplas formas de arranjos familiares que encontramos na localidade. Mesmo não dispondo da profissão dos chefes de famílias, acreditamos que muitos destes homens do mar contraíram núpcias ou outras formas de união na Paróquia. A possibilidade da formação de laços furtivos, esporádicos ou permanentes poderia dar-se entre as mulheres locais com estes navegantes. Neste sentido, buscamos observar o universo das populações retratadas nos Róis de Confessados como uma extraordinária possibilidade de adentrar nas esferas da História Social e das Famílias.

Considerações finais

Portanto, estudar estes “homens do mar” permitiu compreender uma característica importante da composição populacional da localidade, bem como compreender a inserção desses sujeitos como um dos pilares para o escoamento das mercadorias no âmbito da economia regional. Eram eles que permitiam o fluxo constante de informações, produtos, pessoas, animais, objetos etc. Em grande medida, reforçam as pontes de ligação entre o mundo colonial tardio e os avanços das medidas imperiais que aconteciam em outras partes do Brasil durante o século XVIII e XIX.

Neste sentido, esta reflexão sobre as embarcações e as “gentes do mar” buscou apresentar ao leitor um universo novo e pouco conhecido pelos pesquisadores no que tange à localidade de estudo. Buscaremos o aprofundamento sobre esse tema a partir do cruzamento com outras fontes, que incluem relatos de viajantes, autos de justificação matrimonial e equipagens de navegação. Esperamos ter contribuído para a reflexão sobre as conexões atlânticas que formaram e ligaram vários mundos durante a formação da América Portuguesa.

Referências

- BARREIROS, José Carlos. Marinheiros, portos e sociabilidades: o Brasil e a ascensão do Atlântico Sul (1780-1850). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION (BRASA), 8., 2007, New Orleans. *Anais [...]* Nashville: Vanderbilt University, 2007. v. 1, p. 1-16.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. (8 v.). Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/en/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- FREITAS, Denize Terezinha Leal. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835*. 2011. Dissertação

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII – rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças – Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras: 2008.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MAGALHÃES, Manuel Antônio de. Almanaque da vila de Porto Alegre com reflexões políticas interessantes sobre o estado atual da Capitania do Rio Grande de São Pedro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano 88, n. 143, p. 119-139, 2008.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2000.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. Escravos, marinheiros, embarcações e pescadores negros no mundo atlântico de Rio Grande/RS (século XIX). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/viniciuspereiradeoliveira.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Editora Alameda, 2008.

FREITAS, D. T. L. • “Gentes do mar” em Porto Alegre: interligando regiões e nações na América Portuguesa (1790-1805)

REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço latino. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (org.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 43-64.

RODRIGUES, Jaime. “Marítimo de profissão”: as matrículas de marinheiros e a História Marítima de Portugal e seus domínios nos séculos XVIII e XIX. *Almanack*, Gualinhos, n. 21, p. 14-38, abr. 2019.

RODRIGUES, Jaime. “Embarca agora a primeira vez”: marinheiros na rota Lisboa-Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 15-29, 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*. Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005.

SILVA, Jonathan Fachini da. *Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

ASSISTÊNCIA E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS: REFLEXÕES A PARTIR DOS EXPOSTOS EM PORTO ALEGRE (1772-1810)

Jonathan Fachini da Silva

No dia 29 de abril de 1812, *Alexandre José Machado* entra com um requerimento na Câmara de Rio Pardo. O reclamante solicita ao procurador do conselho dessa Câmara que lhe pague os salários de criação da enjeitada *Maria*, que havia sido exposta numa madrugada em sua porta, alguns anos antes. O valor total da dívida chegava ao montante de 15\$000 réis. *Alexandre José Machado* havia entrado com requerimento à Câmara de Porto Alegre, a qual lhe pagava regularmente os salários pelo acolhimento e para o custeio da enjeitada, entretanto, essa mesma Câmara agora lhe recusava o pagamento, pois o criador da menina *Maria* deveria cobrar da Câmara de Rio Pardo, em funcionamento desde 1811. Em anexo ao seu requerimento, estava uma cópia da certidão de batismo da menina exposta. A criança havia recebido os santos óleos no dia 19 de julho de 1806, havia sido enjeitada no dia 13 desse mesmo mês de julho. Seus padrinhos foram o Reverendo *José Alexandre Borba* e *Gertrudes Joaquina de Azevedo*.¹

Em anexo, além da cópia de certidão de batismo, havia também uma “certidão de vida” da pequena *Maria*, expedida pelo padre coadjutor da matriz *Manuel Muniz Simões*, em nome de *Fernando José Mascarenhas Castelo Branco*, então vigário-geral da vara da comarca da vila de Rio Pardo. Nessa certidão, o padre coadjutor informava as boas condições de criação da exposta sob responsabilidade do solicitante:

[...] a qual sendome apresentada pelo dito [Alexandre Jose Machado]; essa [exposta] era muito bem orada, tratada, e informando-me de pessoas vizinhas e fidedignas, me confessarão que ella, sua mulher tem criado a dita menina Maria como se fosse sua própria filha, com muito amor e caridade e ao bem do juiz publico.²

¹ Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo (doravante AHMRP), Fundo Câmara Municipal, Série Correspondência, *Código Geral*, CG n. 1, 1812, p. 36v.

² AHMRP, Fundo Câmara Municipal, Série Correspondência, *Código Geral*, CG n. 1, 1812, p. 34f.

No extremo sul da América portuguesa, um aspecto relativo a esse fenômeno contraria muitos dos estudos clássicos sobre a temática: as Câmaras se encarregaram da assistência aos expostos. E essa questão nos leva a pensar a formação do território, ou melhor, como a assistência aos expostos poderia configurar certo movimento populacional, pois o criador da enjeitada *Maria* se deslocava de Rio Pardo em direção a Porto Alegre para receber os salários pela criação da menina.

Para contextualizar, no período que abordamos, a capitania do Rio Grande de São Pedro contava apenas com uma Câmara, com jurisdição sobre todo o território: a da Vila de Rio Grande, entre 1751 e 1811. Entretanto, com a invasão espanhola à localidade, os oficiais foram obrigados a deixar o local às pressas, refugiando-se no povoado de Viamão, quando corria o ano de 1763, levando consigo todo o aparato burocrático.³ Anos mais tarde (1773), por decisão do governador José Marcelino de Figueiredo (1769-1780), a Câmara foi transferida novamente para a recém-fundada freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Além da Câmara, desse momento em diante, a freguesia passou a sediar a casa do Governador, a Provedoria da Fazenda Real e a Vara do Juízo eclesiástico. Tornava-se, desse modo, sede administrativa do Continente do Rio Grande de São Pedro. Nesse sentido, até 1809, quando a freguesia de Porto Alegre foi oficialmente elevada ao estatuto de Vila, é a Câmara de Rio Grande que se encontrava estabelecida nela.

A Câmara de Rio Grande, a princípio, mantinha o regulamento oficial das ordenações do reino e as exigências do vice-rei. Era composta pelos *oficiais da câmara* (seis oficiais eleitos trienalmente), que se distribuía entre juizes (dois ordinários, que se revezavam ao longo do ano), vereadores (três no total), e o procurador do conselho (geralmente estava sob a autoridade dele a distribuição das crianças expostas às famílias criadeiras). Ainda havia outros cargos de menor importância que eram indicados pelos oficiais camarários, como juiz vintenário, juiz de órfãos, juiz almotacé, carcereiro, tesoureiro e porteiro. Havia também cargos específicos criados para a localidade, como o escrivão da sisa (que cobrava os impostos) e o arruador (avaliava os terrenos e expedía licenças para construções das casas) (MIRANDA, 2000, p. 50-63).

Sendo assim, a partir da ótica da História Social e da Demografia Histórica, bem como de um minucioso cruzamento nominativo de fontes, pretendemos aqui traçar a dinâmica da assistência no período de 1772, ano de fun-

³ Em correspondências da Câmara de Rio Grande com o Conselho Ultramarino foram registrados os danos que causou aos comerciantes esta mudança e como tiveram que se retirar às pressas (COMISSOLI; GIL, 2012).

dação da freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, até 1809, ano em que surge o decreto que divide o território sulino em quatro partes que determinara a instituição das demais Câmaras (Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha) além da que estava sediada em Porto Alegre. A proposta é mostrar como a assistência aos enjeitados financiada pelas câmaras também serviu como catalisador para os fluxos populacionais já existentes e intensos num território fronteiriço e em formação como o Rio Grande de São Pedro. Para tanto nos valem dos registros paroquiais de batismo que receberam tratamento metodológico a partir do NACAOB⁴ e a documentação produzida pela Câmara, como os termos de vereança, recibos e ordens de despachos.

O texto está dividido em duas partes: num primeiro momento, analisaremos como foi organizada a assistência camarária a partir da legislação portuguesa, detendo-nos nos códigos de posturas disponíveis para as câmaras do espaço sulino, em especial no período anterior à divisão administrativa; num segundo momento, refletiremos a partir da dinâmica assistencial, como ela foi sistematizada e o fluxo populacional em torno dela.

A assistência e sua legislação: a regulamentação das Câmaras pelos códigos de posturas

O ato de abandonar bebês remonta a um passado longínquo, pelo menos na história ocidental. Aqui escolhemos abordar um desses momentos, o período moderno atlântico em que ganhou força a prática, conforme a nomenclatura adequada, de expor ou enjeitar bebês. Nesse caso, não se tratava exatamente de um abandono, conforme a acepção contemporânea da palavra, mas sim de abdicar da criação de um filho ou filha, enjeitando essa criança, geralmente na tenra idade, na porta de um domicílio, igrejas ou conventos.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva, a palavra *Exposto* aparece como uma derivação do verbo latino *Expónere*, que significa, dentre as várias acepções, “*expor uma criança, engeital-a; Expor a vida, arriscal-a, pol-a em perigo*” (SILVA, 1798, p. 801). Também no *Vocabulário Português*

⁴ O NACAOB é uma ferramenta desenvolvida especificamente para o cadastramento de Registros Paroquiais (batismo, casamento e óbito) e que permite a reconstituição semiautomática de famílias (<http://www.nacaob.com.br/>). O programa informatizado foi desenvolvido, entre os anos de 1991 e 1992, pelo analista de sistema Dario Scott, que integra o grupo de pesquisa “Demografia & História”. Este programa constantemente vem recebendo atualizações importantes que permitem ao pesquisador ter em mãos uma cópia fiel do documento manuscrito original. Para mais detalhes a respeito do NACAOB e suas potencialidades ver Scott e Scott (2012, p. 83-108).

e *Latino*, de Raphael Bluteau, no início do século XVIII, no tomo de adágios, o verbete *enjeitado* aparece como

Menino enjeitado, he o que desamparado de seus pays, e exposto no adro de huma Igreja, ou deixado no limiar de um Convento, ou de pessoa particular, ou depositado no campo a Deus, e à ventura, cruelmente padece o castigo dos ilícitos concubinatos de seus pais. Para obviar a crueldade deste infanticídio, e a inumana desconfiança de alguns, cuja a pobreza os obriga a este desatino, por não ter com que alimentar família mais numerosa, em muitas partes da cristandade há hospitais com Rodas, onde se põem as tristes criaturas, e se dão a criar mulheres escolhidas, e aceiradas para este efeito... (BLUTEAU, 1727, p. 577).

O verbete de Bluteau sintetiza a exposição no âmbito teórico por parte de muitos moralistas e juristas do século XVIII e mesmo do XIX. Nesse sentido, muitos dos/das que enjeitaram seus filhos/as no período moderno poderiam ter conhecimento do paradeiro da criança e até mesmo ter contato com ela ou a intenção de resgatá-la posteriormente. Entretanto, esse fenômeno se dava nas relações cotidianas, pois o anonimato de quem enjeitava a criança era essencial para essa prática (FRANCO, 2014, p. 101-109; SÁ, 2013, p. 121-123).

Pela lei, os códigos portugueses, desde as Ordenações Manuelinas do século XVI, tornavam as câmaras municipais (*concelhos*) responsáveis, em última instância, de custear a alimentação e criação dos enjeitados, contratando criadeiras e amas de leite para os cuidados necessários com os *pequerruchos*. Em Portugal, ao longo do século XVII, as câmaras municipais passavam a responsabilidade da assistência aos expostos para as Misericórdias (quando essas existiam na localidade), continuando, no entanto, a subvencionar as despesas. Já para as áreas coloniais, como no caso luso-brasileiro, foram poucas as Misericórdias com as *Rodas dos expostos*⁵ no século XVIII; além disso, não foi em todas as áreas que as Câmaras assumiram esse compromisso em custear os expostos (MARCÍLIO, 1998).

Foram inúmeros alvarás e leis expedidas de Lisboa que reiteravam a responsabilidade das Câmaras no financiamento da criação dos expostos. Um dos mais sistematizados, o Alvará de 31 de janeiro de 1775 reiterava as determinações para a Real Casa dos Expostos de Lisboa, logo inspirando outras áreas do território. Nesse alvará, a criação é de responsabilidade da caridade

⁵ O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido (MARCÍLIO, 1998, p. 56).

oficial até os sete anos; após esse período, a família que optasse por acolher o enjeitado ficaria responsável por dar-lhe educação, sustento e vestimenta. Ainda pelo Alvará Régio de 1775, o exposto, após essa idade, estava no mesmo nível jurídico da criança órfã. Nesse caso, o juiz de órfãos era o responsável por emitir uma certidão à família ou ao indivíduo que atuava como o tutor dessa criança, formalização que não ocorreu no território sulino (SILVA, 1828, p. 4).⁶

Cabe aqui, então, entendermos como a(s) Câmara(s) existentes no território sulino lidaram com essa legislação, visto que o fenômeno esteve presente desde o princípio das primeiras vilas de colonizadores. Cabe salientar que pouco sabemos sobre os primeiros anos da Câmara do Rio Grande de São Pedro, instalada em 16 de dezembro de 1751 pelo Ouvidor-Geral do Presídio e da Ilha de Santa Catarina, o desembargador *Manuel José de Faria* (FORTES; WAGNER, 1963, p. 9). A instalação da Câmara foi resultado de uma Provisão de 1747, no intento de criar um ponto de apoio entre Laguna e Colônia do Sacramento.

Com a invasão de Rio Grande pelos espanhóis no ano de 1763, pouco se salvou da documentação dessa instituição em sua primeira década. Quando a Câmara é transferida novamente de sede para Porto Alegre, em 1773, é que percebemos uma sistematização da assistência às crianças expostas e o fenômeno ganha nova abrangência. Podemos afirmar que a Câmara, desde que foi transferida para Porto Alegre, colocou o tema da exposição como primeira preocupação entre os assuntos tratados. Na primeira reunião dos vereadores, realizada em 06 de setembro de 1773, o Conselho se propôs a administrar a assistência a partir da contratação de amas para sua criação.

*Acordaram que porquanto se tinham exposto várias crianças enjeitadas pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez das carnes com que as expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês.*⁷

⁶ Laurinda Abreu (2013) fez uma análise aprofundada sobre o período pombalino e a promulgação do Alvará de 1775, principalmente no que se refere aos embates com o modelo assistencial existente em Portugal. Nesse sentido, as propostas apresentadas reiteravam leis que eram descumpridas, e apenas tangencialmente traziam novidades de reformas estruturais aos moldes do que ocorria em outros países europeus.

⁷ AHPAMV, *Termo de vereança*, 06/09/1773. Grifo nosso.

É importante salientar, como foi frisado na passagem acima, que o anonimato do fenômeno, “porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava”, pode ser entendido como um efeito do crescimento demográfico da região sulina.

É durante esse período que a Câmara sulina também passa por correição pelo ouvidor-geral e corregedor de Santa Catarina, *Doutor Manoel Pires Querido Leal*, no ano de 1781.⁸ O corregedor passou três meses em Porto Alegre, sendo que sua correição tinha como intuito disciplinar as atividades dos oficiais camarários com várias instruções sobre procedimentos administrativos, resultando nos *Provimentos dos Corregedores (1781-1827)*.⁹ Nesse documento há 89 provisões destinadas ao bom funcionamento da Câmara, muitas das quais foram alvos de protestos por parte do corpo do Senado sulino, que alegava não ter condições de cumpri-las.¹⁰ O que nos cabe destacar é que, entre as tantas provisões do Corregedor, a trigésima segunda exige que os párocos, como funcionários régios, enterrem os expostos sem cobrança de nenhuma taxa para tal serviço, visto que as despesas da Câmara se restringem apenas à sua criação:

*Proveu que não fizessem a menor despesa com os enterros dos enjeitados porquanto tinham precisa obrigação os Reverendos Párocos das freguesias, manda-los sepultar sem estipêndio algum, quando é certo que os mesmos Párocos recebem ordenados de Sua Majestade ou as côngruas que lhes fazem os povos, nem lhes podem servir de fundamento, serem as criações destes miseráveis feitas pelos bens do Conselho, porque a alta clemência dos nossos soberanos nada mais se estende que à despesa de suas criações, o contrário pagariam eles, oficiais, pelos seus bens.*¹¹

⁸ Em cada comarca, a autoridade máxima era o ouvidor-geral, que exercia também a função de corregedor. As Câmaras estavam subordinadas ao poder da corregedoria. Esse poder tinha a função de fazer correições, fiscalizando a ação da Câmara e seus oficiais, dos tabeliães e demais empregados quanto às Ordenações e às posturas municipais; receber agravos dos empregados das Câmaras (almoxarifes, escrivães, porteiros, etc.); resolver contendas entre Câmaras; inspecionar a administração da Justiça; encaminhar os presos à cadeia, de acordo com as culpas que lhes passarem os juízes da Câmara. Ao ouvidor cabia ainda a presidência das eleições das câmaras e a nomeação dos tabeliães, podia ordenar a execução de benfeitorias públicas e autorizar a cobrança de fintas para custear as despesas necessárias. *Ordenações Filipinas*. Livro 1, Título LVIII. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

⁹ *Provimentos dos Corregedores (1781-1827)*. In: TOSON, Berenice Ana. *Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho*. Volume 3. 2. ed. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1996. p. 13-32. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/analais_do_ahpamv_-_vol._iii.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2022.

¹⁰ Os itens considerados pelos vereadores como incapazes de se cumprir diziam respeito em sua maioria a despesas a serem realizadas pelos oficiais ou ao corte de *propinas*. O ouvidor determinava, por exemplo, que os pedidos de cartas de usança deveriam ser pagos através dos bens particulares dos eleitos para a Câmara e não com o tesouro do conselho, como então se praticava (COMISSOLI, 2008, p. 16).

¹¹ *Provimentos dos Corregedores (1781-1827)*, 1996, p. 22. Grifo nosso.

Os *Provimentos dos Corregedores* justificam a existência e atuação da Câmara sulina, mas limitava essa assistência, apontando também o papel da Igreja no amparo aos enjeitados. Como veremos, as Câmaras, em alguns momentos, cobriam com os custos de mortalhas para os funerais dos enjeitados, mas havia resistência dos párocos, principalmente o de Porto Alegre, para que o enterramento fosse gratuito.

Após a divisão administrativa do território sulino, as Câmaras elaboraram seus Códigos de Posturas, outro documento importante para nossa análise. A Câmara de Porto Alegre aprovou o seu em 14 de dezembro de 1810; as de Rio Pardo foram aprovadas em 22 de maio de 1811; e as de Rio Grande em 22 de fevereiro de 1811. Após aprovadas pelo Senado da Câmara, as posturas foram enviadas para a Mesa do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro, para confirmação.¹² É interessante destacar que essas posturas ficaram dez anos esperando aprovação pela Mesa do Desembargo, sendo aprovadas somente em 13 de outubro de 1821, embora as Câmaras não precisassem de sanção superior, pois tinham autonomia para sancionar suas próprias posturas, conforme as ordenações do reino (RHODEN, 2006, p. 268-269).

Nas posturas da Câmara de Porto Alegre, em 1810, no que tange à assistência aos expostos, no capítulo três, os camaristas pedem licença do Governador da Capitania para se apossarem dos terrenos devolutos e extraírem os *foros*.¹³

Acordarão mais que atendendo a serem muito diminutos os rendimentos da Câmara que como já se disse anualmente só se consiste no donativo do açougue; e havia ainda nesta Villa alguns terrenos devolutos se requeresse [...] todos os terrenos que existirem sem dono dentro da Villa, e alguns mais no seu subúrbio, fáceis, em capazes de se aforarem.¹⁴

No capítulo quatro das posturas, os camaristas acordam que os valores arrecadados e mais os impostos sobre a aguardente ainda são diminutos para essa Câmara, “que he obrigada a despender com a educação aos expostos”.¹⁵ Apesar de constar nas posturas de 1810, em 1824 é reiterada essa demanda, e o então Governador da província registra a concessão dos terrenos devolutos

¹² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), *Mesa do Desembargo do Paço*, cx. 87, doc. 10.

¹³ O *foro* era um tributo, imposto, procedido de coisa *foreira* ao direito senhorio, como prédios públicos e terras devolutas, o qual se pagava anualmente. Antônio Hespanha explica que era um direito medieval; o rei tinha casas e prédios rústicos aforados, de que recebia *foros* e *laudémios*, e os tabeliães pagavam-lhe as pensões pelo privilégio de exercer a sua profissão (HESPANHA, 2013, p. 105-106).

¹⁴ ANRJ, *Mesa do Desembargo do Paço*, cx. 87, doc. 13.

¹⁵ ANRJ, *Mesa do Desembargo do Paço*, cx. 87, doc. 13.

para angariar fundos aos expostos. Nas palavras do Governador *José Feliciano Fernandes Pinheiro*, registradas em ofício encaminhado às Câmaras:

[...] pesando cada dia mais em meu animo a sorte dos infelizes Expostos, que pela escassez dos meios e socorros, perecem muitas vezes a mingoa; dezejando prover algum remedio hum objecto, que he do mais alto interesse à humanidade, e ao Estado [...] concedo à Câmara desta Cidade todos os terrenos, que no Recinto della se acharem devolutos, e sem legitimo Título de Data, afim de que emprazando-os o rendimento seja privativo e especialmente applicado a Criação dos Expostos.¹⁶

É importante salientar que, no caso de Porto Alegre, é apenas no século XIX que temos registros de terrenos que foram aforados com as verbas destinadas especificamente aos expostos. No dia 31 de julho de 1824, a Câmara recebeu um ofício “informando que o Imperador concedeu os terrenos devolutos que se situavam às margens do ‘rio’, no antigo Arsenal” (MARTINS, 2008, p. 155). Nesse sentido, no caso de Porto Alegre, como já tratamos em pesquisa anterior, os discursos da onerosidade e as dívidas acumuladas com a assistência aos expostos se fizeram presentes após 1810, estendendo-se até a transferência dessa assistência à Misericórdia local e a abertura da Roda dos expostos em 1838 (SILVA, 2014). Durante esse período, houve inúmeras tentativas para arrecadação de recursos financeiros destinados à assistência aos expostos, como arrolamentos de moradores dispostos a pagar uma quantia anual à Câmara, até a criação de uma Loteria em 1825. Entretanto, em 1826 é criada uma Comissão Filantrópica, composta por moradores locais e oficiais da Câmara, especializada na captação de recursos aos expostos. Ela apresenta um projeto de criação da Roda dos expostos na Misericórdia, a qual sempre demonstrou muita resistência à ideia, tanto que demorou mais de dez anos para o projeto da dita Comissão se concluir (SILVA, 2014).

Aqui se deve destacar o papel da Câmara de Porto Alegre como modelo para as demais, no que tange à assistência aos expostos. Fica evidente em nossa análise que, apesar de as demais Câmaras terem alguns aspectos que as diferenciam, é a Câmara de Porto Alegre que dará as diretrizes para essas novas instituições organizarem a assistência aos enjeitados. Para exemplificar, retomemos o caso de *Alexandre Jose Machado*, tratado anteriormente. Antes da divisão administrativa, moradores de Rio Pardo se deslocavam até Porto Alegre para receber os salários de criação. Quando a Câmara dessa nova localidade começou a operar, houve outros oito casos semelhantes a esse.¹⁷

¹⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (doravante AHRS), Autoridades Municipais, Câmara de Rio Grande, *Correspondência recebida*, Porto Alegre, cx. 81, mç. 6.

¹⁷ AHMRP, *Livro de Registro de Expostos*, n. 7, 1811-1873.

É de se destacar, também, que tanto homens quanto mulheres se deslocavam à sede da capitania em busca dos seus salários. *Felipa Romeiro* levou as certidões apresentadas ao Procurador da Câmara de Porto Alegre, para matricular o exposto *Manuel*, no dia 26 de setembro de 1810, o qual estava criando desde o mês de março do mesmo ano.¹⁸ A criadora *Felipa Romeiro* era moradora no “subúrbio” de Rio Pardo e passou a receber os ordenados na Câmara de Rio Pardo, limitados a apenas um pagamento, pois o exposto *Manuel* veio a falecer.¹⁹ Assim, cabe-nos entender melhor como foi a dinâmica desta assistência às crianças expostas.

A dinâmica demográfica da assistência aos enjeitados: o financiamento pelas câmaras

Em relação aos dados sobre o quantitativo de crianças expostas, vamos nos ater aqui aos registros paroquiais de batismos da Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. O contexto de criação da freguesia se vincula à conjuntura de disputa desses territórios pelas coroas ibéricas, que remonta, pelo menos, ao século XVII. A política portuguesa para essa região se baseava no princípio do *uti-possidetis*: a coroa asseguraria a posse dessas terras por meio da ocupação dos espaços, através da instalação de uma população que desembarcava da metrópole e de outras regiões da colônia, acrescida de uma numerosa população escrava e indígena.

Nos meados do século XVIII, a importância dessa região, inserida nesse contexto fronteiriço, cresceu por conta da invasão espanhola na Vila de Rio Grande, que era a mais antiga do continente do Rio Grande de São Pedro. Como desdobramento dessa invasão, a Câmara de Rio Grande foi transferida para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão (no ano de 1763) e, posteriormente, foi deslocada, novamente, para a recém-formada Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1773), que anteriormente havia sido denominada como “Porto dos Casais”, devido ao desembarque de casais açorianos para a colonização dessas terras no extremo sul da América lusa.

Algumas características desse quadro do abandono permanecem para a freguesia Madre de Deus, como podemos ver.

¹⁸ AHPAMV, *Termo de vereança*, 26/09/1810.

¹⁹ AHMRP, *Livro de Registro de Expostos*, n. 7, 1811-1873, fl. 2f.

Tabela 1: Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre 1772-1810, Batismos de crianças legítimas, naturais e expostas

Década	Total	Legítimas		Naturais		Expostas	
		N.A	%	N.A	%	N.A	%
1770	371	338	91,2	25	6,7	8	2,2
1780	763	658	86,2	77	10,1	28	3,6
1790	1.351	1.099	81,3	200	14,8	52	3,8
1800	1.761	1.352	76,7	292	16,5	117	6,6
Total	4.246	3.447	81,3	594	13,9	205	4,8

Fonte: Dados extraídos do software NACAOB, São Leopoldo, 2014.

De 1772 (ano de sua criação) até 1810, 205 bebês foram abandonados por suas mães e/ou famílias. Esse dado é expressivo mesmo frente à freguesia vizinha de Viamão, que teve 2,3% de expostos no total. Como colocado, podemos admitir que o aumento da exposição acompanha o crescimento da própria freguesia: se apenas oito crianças foram abandonadas ao longo da década de 1770 (de fato entre 1772 e 1780), anos depois, entre 1801 e 1810, registrar-se-iam 117 assentos de crianças enjeitadas, o que representa cerca de 7% do total de crianças batizadas na Madre de Deus.

Entretanto, se compararmos com outras áreas mais urbanizadas do Brasil, percebemos que esses índices são modestos. Para a vila de São Paulo, por exemplo, que constituía o núcleo urbano principal e capital administrativa da Capitania de mesmo nome, os índices de abandono chegaram aos patamares de 21,9% na segunda metade do século XIX. Na Freguesia da Sé, da cidade de São Paulo, a média foi de 15% entre 1741 e 1755, e de 18% entre 1780 e 1796 (MARCÍLIO; VENANCIO, 1990). Já em áreas mais pobres de economia de subsistência como Ubatuba, litoral paulista, a proporção de expostos era de somente 0,6%. Em Sorocaba, outra localidade paulista, houve anos em que absolutamente nenhuma criança exposta foi registrada, embora a média tenha sido 4,1% nos anos de 1679 e 1845 (MARCÍLIO, 1998).

Esses percentuais parecem se repetir nas freguesias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, Sé e São José; a proporção de expostos batizados entre a população geral foi de 21,3%. Já nas áreas rurais como Guaratiba, Irajá, Jacarepaguá e Inhaúma, a proporção decresce para 3,3% (FARIA, 1998). Na região de Minas Gerais, especificamente em São João del-Rei, também uma área sem roda de expostos, a média percentual é de 8% (BRÜGGER, 2006).

Estes dados registrados para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais indicam que nas áreas urbanas a prática do abandono se intensificava, com índices muito maiores do que aqueles registrados em localidades rurais. Explicar esta situação tem sido um desafio para os historiadores.

A questão é que desde a sua instalação, como tratamos anteriormente, a Câmara que funcionou em Porto Alegre se mostrou preocupada com o acolhimento dos expostos. Os dados relativos aos batismos na freguesia justificam essa preocupação. Logo nos primeiros anos, a Câmara mandou preparar um livro de matrícula para os expostos e se propôs a pagar os “salários” para as pessoas que se encarregassem da criação dos pequenos enjeitados. Esses salários permaneceram estáveis e com o mesmo valor para o período analisado.²⁰

Contudo, apesar de ser estipulado que o valor devesse ser pago mensalmente, o criador poderia receber trimestralmente ou, como em alguns casos, o montante total quando cessava a criação. Geralmente, a Câmara deixava acumular os montantes relativos a quatro ou cinco meses para pagar os indivíduos e/ou as famílias que cuidavam dessas crianças. Além disso, em muitos casos, a Câmara administrava a receita para o pagamento das despesas com os expostos com o auxílio de particulares.

Com relação aos valores dos salários pagos às “famílias criadeiras” de expostos, estes variavam de acordo com a idade da criança: até os três anos de idade, o valor pago era de 3\$200 réis por mês; dos três aos sete anos, o valor caíria pela metade, passando para 1\$600 réis por mês, conforme estipulado em 1774.

Acordarão mais que visto que todos os enjeitados que por conta deste senado seachaurão a criar ja coasi todos se havião apartado da [ama] de leite e devia ser menos o estipendio que ganhavão as pessoas que os criavão em razão dedar menos trabalho determinarão que do primeiro presente mes de Agosto de 1774 se não pagaria por mes amais demil e seis centos reis de todos os ingeitados que lhe agora tinhão matricula neste livro. Acordarão mais que o procurador do concelho dessa a cada hum dos ingeitados que havia a criar por conta deste Sennado o vistuário que elle precisassem visto os criadores delles requerem que se achavão nus cuja despesa se lhes levaria em conta mas que desse.²¹

A esses valores acrescentava-se o pagamento anual de 3\$200 réis pelo vestuário da criança. Além da criação, a Câmara também tinha a responsabilidade de arcar com as despesas com o eventual funeral e o enterro das crianças

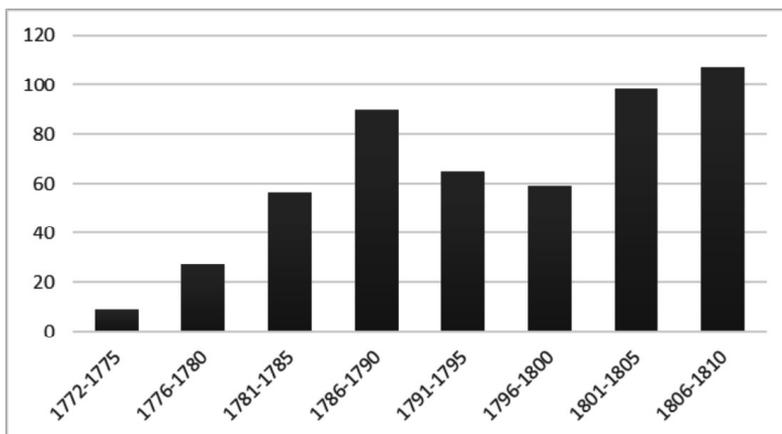
²⁰ Apesar das fontes deixarem evidente a realização deste livro de Matrícula dos expostos, ele não foi localizado ao longo da pesquisa, possivelmente por ter sido extraviado.

²¹ AHPAMV, *Termo de vereança*, 22/08/1774. Grifo nosso.

expostas que viessem a falecer, mas não parece haver um padrão para esses gastos fúnebres, contrariamente à regularidade encontrada em relação às despesas com a criação e com o vestuário. No caso do exposto Tristão, por exemplo, seu *falecimento importou em 4\$323 réis e com 3\$200 réis de mortalha faz a quantia de 7\$523 réis.*²²

Pelos termos de vereança, foi-nos permitido quantificar a frequência e evolução dos pagamentos realizados pela Câmara em Porto Alegre. O Gráfico 2, dividido por quinquênios, mostra que houve elevação constante nos pagamentos, sendo que a virada para o século XIX representou os maiores picos nos pagamentos. Durante todo o período abordado, houve um total de 511 ocorrências, com uma média anual de 13,8 pagamentos.

Gráfico 1: Evolução do número de pagamentos de salários pela Câmara do Rio Grande de São Pedro (1773-1810)



Fonte: AHPAMV, *Livros de vereança*, n. 1-12.

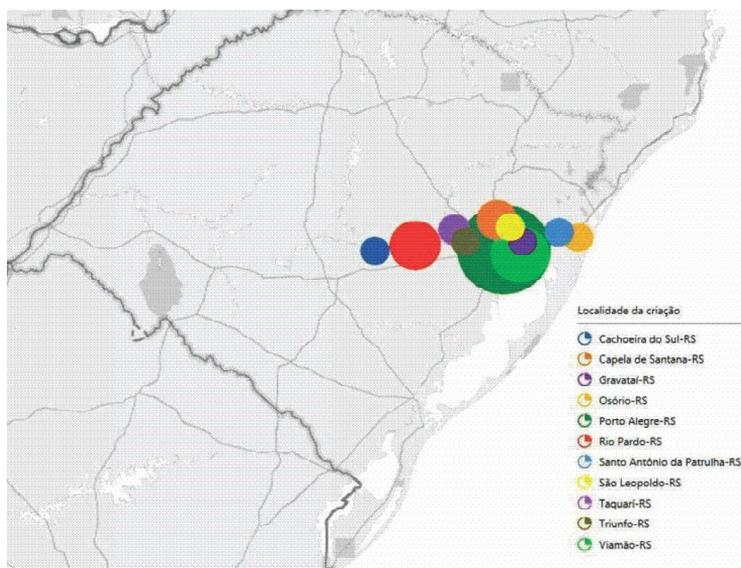
Outro ponto de destaque do Gráfico 2 é o pico identificado no período de 1786 a 1790. Durante esses anos, a Câmara pagou muitos salários atrasados, como também fez matrículas de crianças de outras freguesias. A questão dos atrasos é que os salários deveriam ser pagos a cada três meses, o que invariavelmente não ocorria, pois acumulavam montantes de 10, 15, até no máximo 24 meses de atraso. Apesar desse quadro, a Câmara sulina, nesse período que antecede a divisão administrativa, consegue ter alcance no amparo aos enjeitados, pelo menos na sua paróquia, pois, das 222 crianças expostas bati-

²² AHPAMV, *Termo de vereança*, 05/06/1799.

zadas na Madre de Deus até 1810, 170 (76,5%) foram assistidas; as demais, ou foram a óbito, ou dependeram da caridade particular da população.

Por fim, outro aspecto refere-se à espacialidade dessa assistência. Para a realização desse exercício, mapeamos todas essas localidades a partir das informações disponíveis na documentação trabalhada. Apesar das inúmeras lacunas e falta de informações nas fontes, foi possível mensurar e mapear os dados, lembrando que metodologicamente os nomes das freguesias tiveram de ser atualizados para termos um alcance mais preciso da localidade pelo software utilizado. Como resultado, podemos observar, na Ilustração 1, o mapeamento do território que abrangia a assistência aos expostos quando existia apenas uma Câmara no Rio Grande de São Pedro.

Ilustração 1: Mapa do território sulino e a proporção da assistência aos expostos (1773-1810)



Fonte: Elaborado pelo autor com recurso do Microsoft Power Map (2013).

É perceptível, observando o mapa, que a assistência se estendia em uma faixa de leste a oeste, assistindo onze localidades diferentes do território, em áreas fora dos conflitos com os espanhóis. Porto Alegre, por ser a sede da Câmara, concentrava o maior número de assistência (85,6%); logo em seguida vinha Viamão (6,5 %), que, além de ser freguesia vizinha a Porto Alegre, também foi sede da Câmara, além de um número significativo de freguesias vizi-

nhas que irão compor a Vila de Porto Alegre, como Triunfo (3,4%) e a Aldeia dos Anjos (2,4%). Também freguesias mais afastadas, como as de Cachoeira e Rio Pardo, abrangem o espaço de assistência aos enjeitados. É importante mencionar aqui que esse espaço territorial é conectado por vias fluviais; como mencionamos anteriormente, o lago do Guaíba torna-se a conexão desse território.²³ Também outro ponto a se destacar é a expansão populacional para o oeste, como pesquisas têm salientado (OSÓRIO, 2008; PETIZ, 2009; SCOTT, 2017). Nesse sentido, o mapa nos revela que a assistência acompanhava essa expansão.

E, por fim, podemos ainda destacar que o fato de haver uma concentração de famílias criadeiras nas sedes das Câmaras pode se justificar também por uma tentativa de maior controle sobre esses responsáveis pelos expostos, evitando maus tratos ou qualquer tipo de contrabando, além, é claro, de falsas exposições quando poderiam estar cobrando salários pelos cuidados de uma criança oriunda do próprio grupo familiar. Durante o período da Roda em Porto Alegre, por exemplo, as amas externas da instituição eram, em seu maior número, da cidade ou arredores, evitando lugares mais distantes para garantir o controle pelo Mordomo dos expostos (GERTZE, 1990, p. 188-189).

O que podemos concluir é que a assistência aos expostos também pode ser entendida como um fator que influenciou o movimento populacional no espaço sulino. Como ficou perceptível, famílias se deslocavam de suas freguesias em busca dessa assistência na Câmara em Porto Alegre, quando essa era a única em todo o vasto território. Por mais que houvesse uma concentração do fenômeno da exposição de crianças em Porto Alegre, freguesia sede da Câmara, moradores de diversas freguesias vizinhas ou até mais afastadas recorriam a ela seus salários pela criação de uma criança enjeitada. Se o movimento sempre foi uma característica da dinâmica populacional no passado, como alega Sheila de Castro Faria (1998), podemos, neste sentido, colocar a assistência aos expostos também como fator deste movimento na dinâmica demográfica.

Referências

ABREU, Laurinda. *Pina Manique: Um Reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gradiva, 2013.

BLUTEAU, Rafael. *Suplemento ao Vocabulário português e latino...* Parte primeira. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727. Disponível em: <<https://>

²³ Estudos recentes já demonstraram a dinamicidade de Porto Alegre, enquanto freguesia portuária e centro administrativo da província. Ver Comissoli (2008), Freitas (2017) e Gomes (2012).

www.google.com.br/books/edition/Suplemento_ao_vocabulario_portuguez_e_l/MCIIQdcLRAMC?hl=pt-BR&gbpv=0>. Acesso em: 01 maio 2021.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças Expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun. 2006.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

COMISSOLI, Adriano; GIL, Tiago Luís. Camaristas e potentados no extremo da Conquista, Rio Grande de São Pedro, 1770-1810. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 241-260.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros – o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

GERTZE, Jurema Mazyhy. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1990.

GOMES, Luciano da Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HESPANHA, António Manuel. As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS*, Porto Alegre, v. 8, n. 13, p. 79-132, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança abandonada*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza; VENANCIO, Renato Pinto. Crianças abandonadas e primitivas formas da sua proteção, séculos XVIII e XIX. In: *VII Encontro Nacional de estudos Populacionais: Anais*, Belo Horizonte: ABEP/CNPq, 1990. p. 321-338.

MARTINS, Liana Bach. *A Geografia histórica de Porto Alegre através de três olhares: 1800-1850*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MIRANDA, Márcia Eckert. *Continente de São Pedro: Administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2000.

OSÓRIO, Helen. Expansão Territorial e população: a capitania do Rio Grande no primeiro quartel do século XIX. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; FLECK, Eliane Cristina Deckmann (org.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008. p. 235-252.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

RHODEN, Luiz Fernando. Os traçados urbanos. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa (org.). *História do Rio Grande do Sul: Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 1, p. 255-270.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias Portuguesas, século XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. (Coleção FGV de bolso. Série História).

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio R.; VAN LEEUWEN, Marco H. D. (org.). *História social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2012. p. 83-108.

SCOTT, Dario. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 617-633, set./dez. 2017.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Empresa Litteraria Fluminense, 1798. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/en/dicionarios/dicionario-da-lingua-portuguesa-recompilado-dos-vocabularios-impressos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações*. Legislação de 1775 a 1790. [S. l.]: Typografia Maigrense, 1828.

SILVA, Jonathan Fachini. *Os filhos do destino: A exposição e os expostos na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SPALDING, Walter. *A história de Porto Alegre no Boletim Municipal*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009. 1 CD-ROM.

VENANCIO, Renato Pinto. Os Expostos de Catas Altas – Minas Gerais, 1775-1875. In: RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR, 1997. p. 127-142.

PARTE 2

TERRITÓRIOS
&
GRUPOS ÉTNICOS

PORTO ALEGRE NO SÉCULO XIX: TERRITORIALIDADES E ARTICULAÇÕES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO

Daniele Machado Vieira

Porto Alegre tem como data oficial de fundação o ano de 1772. Poucos anos após, em 1786, a jovem cidade assiste à formação daquela que se pode considerar a sua mais antiga instituição negra: a Irmandade do Rosário. Índícios de articulação e organização negra emergem desde as primeiras décadas do núcleo urbano.

Durante o século XIX, a cidade concentrava-se no Centro, núcleo urbano principal, expandindo-se para seu entorno imediato. Livres ou ainda escravizados, mulheres e homens negros já tinham grande importância na vida cidadina, seja pelas diversas atividades desempenhadas ou pela expressiva densidade populacional. As territorialidades negras identificadas extrapolam a condição cristalizada de escravizados, com um significativo e crescente percentual de negros libertos (20% em 1814) e uma série de articulações do grupo negro, na cidade em formação.

O negro no espaço urbano

Ao longo do século XIX, a presença negra é identificada em diversas faces da vida urbana, concentrada no espaço central ou nas suas bordas. Apesar de estarem nos mais diversos espaços, havia espaços que eram característicos da população negra, marcados pelo trabalho, pela moradia ou pela realização de batuques. Caracterizadas pelas negras minas quitadeiras, pelos ervateiros, pelos diversos batuques, pela Irmandade do Rosário, pelos trabalhadores que exerciam ofícios diversos, as territorialidades negras (com exceção das ligadas ao trabalho) estavam localizadas em ruas não centrais do núcleo urbano (como a Rua do Arvoredo e a Rua do Rosário) expandindo-se para seu entorno (como a Várzea e a Rua Avai), conforme pode ser observado no Mapa das Territorialidades Negras, Porto Alegre/RS – século XIX (Figura 1).

Figura 1: Mapa das Territorialidades Negras, Porto Alegre / RS – século XIX. Sem escala



Na região demarcada pela Rua da Praia e pelo Alto da Praia (atual Praça da Matriz e entorno) estavam concentrados o comércio e poder político e religioso. Nesta época, a Rua da Praia ainda era a praia, com a cidade sem aterros e o Guaíba chegando até ela.

Localizada junto ao porto, a Rua da Praia concentrava o comércio, desenvolvendo-se também aí o Largo da Quitanda, primeiro mercado da cidade. Uma feira ao ar livre, com barracas e vendedores ambulantes, neste antigo mercado comercializava-se de tudo, sendo seus vendedores negros. Situado na atual Praça da Alfândega, o Largo da Quitanda é descrito por Saint-Hilaire, viajante francês, em sua passagem pelo Rio Grande do Sul entre 1820 e 1821:

É na Rua da Praia, próximo ao cais, que fica o mercado. Nele vendem-se laranjas, amendoim, carne seca, molhos de lenha e de hortaliças, principalmente couve. *Como no Rio de Janeiro, os vendedores são negros.* Muitos comercializam acorados junto à mercadoria à venda, outros possuem barracas, dispostas desordenadamente no pátio do mercado (SAINT-HILAIRE, 1939, p. 79, grifo meu).

Nos anos 1840 foi construído o mercado da Praça Paraíso (atual Praça XV de Novembro), primeiro mercado edificado da cidade (PORTO ALEGRE, 1994, p. 28). Tornando-se posteriormente uma referência para as religiões de matriz africana devido ao assentamento do orixá Bará em seu centro, o atual

Mercado Público só vai ser construído entre 1864 e 1869 (FRANCO, 2006, p. 269-270).

Próximo dali, na Rua do Rosário (atual Rua Vigário José Inácio), em direção às bordas do urbano, estava a Igreja do Rosário (Figura 2), construída e gerida pela Irmandade do Rosário – formada majoritariamente por negros. Situada inicialmente dentro da Igreja Nossa Senhora da Madre de Deus (hoje a Catedral Metropolitana), entre 1818 e 1828 a Irmandade do Rosário empreende esforços na construção de sua própria igreja, para que pudesse ter mais liberdade nas suas ações, como a realização dos quicumbis. Realizados em forma de cortejo, as congadas, quicumbis ou maçambiques são rituais religiosos afrocatólicos que congregam dança, música e percussão com elementos de matriz africana. A Rainha Ginga (Nzinga) e o Rei Congo, antigos reis africanos, assumem o papel de reis do grupo.

Figura 2: Antiga Igreja do Rosário, Porto Alegre/RS – 1828 a 1950



Acervo digital IPHAN. Disponível em: <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/30095?discover?rpp=10&etal=0&query=porto+alegre+ros%C3%A1rio>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Em 1828, ano de inauguração da igreja, a Irmandade do Rosário é retratada por Jean-Baptiste Debret (pintor oficial da corte portuguesa), durante uma coleta de esmolas (fundos) para a manutenção da igreja (Figura 3). Os membros da irmandade estão caracterizados como uma realeza negra, “com o rei e a rainha vestidos a caráter”, indicando tratar-se de um quicumbi nas comemorações de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros, tal como descrito por Coruja:

[...] os cocumbis que pelo Natal nas festas da Senhora do Rosário, levando à frente o Rei e a Rainha vestidos a caráter, com a juíza do ramallete e a competente aristocracia negra, iam dançar ou antes sapatear no corpo da igreja com guizos nos tornozelos, enquanto dali não os expulsou o falecido vigário José Inácio dos Santos Pereira, padrinho do nosso conhecido vigário José Inácio, de saudosa memória (CORUJA, 1983, p. 27).

Figura 3: Realeza Negra da Irmandade do Rosário, Porto Alegre/RS – 1828



Acervo de Jean-Baptiste Debret. Fonte: AGUILLAR, Nelson Aguillar (org.). Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2000. p. 239. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/upoimagens3.html>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

Numa cidade com urbanização incipiente e poucos serviços chama atenção o amplo rol de ofícios executados pela população negra, variando de serviços braçais e domésticos a atividades especializadas (como alfaiates, calafetes e marceneiros). Em seu memorável artigo “Porto Alegre – meados do século XIX: a cidade negra”, a historiadora Helga Piccolo identifica, em quase duas décadas de anúncios de jornais (1847-1864), a diversidade de funções desempenhadas pelos trabalhadores negros:

São oferecidos para a venda ou para o aluguel: carpinteiros, marinheiro/remadores, calafetes, campeiros, alfaiates, serventes, pedreiros, quitandeiras (os), charqueadores, domadores, sapateiros, chacareiros, pintores, roceiros, padeiros, marceneiros, corrieiros, amas de leite, domésticas (os), babás, falquejadores, barbeiros, seleiros, ouvires, bolieiros, oleiros, costureiras, cozinheiras (os), carroceiros, ferreiros, litógrafos, serradores, capatazes (PICCOLO, 1991, p. 42).

Com um contingente populacional girando em torno de 30% da população total em fins do século XVIII, em 1814 a população negra atinge a significativa marca de quase 50% dos habitantes da cidade, conforme as estatísticas populacionais (PICCOLO, 1991, p. 41). Com o grupo negro compondo a relevante parcela de 1/3 da população, em 1858 a cada dois habitantes brancos havia um negro. Embora faltassem três décadas para o fim da escravidão, já havia um significativo percentual de negros libertos, número que só aumenta com o passar do tempo. Inclusive a maior parte das alforrias, ao contrário do que se imagina, eram pagas pela própria população negra. Ao pesquisar os padrões de alforrias desse período (1858-1888), Paulo Staudt Moreira identificou que 41% das mais de 3.000 cartas de alforrias encontradas foram de pessoas negras que pagaram pela sua liberdade, em sua maioria com recursos próprios ou de algum familiar (MOREIRA, 2003, p. 258-259).

Para a face sul do núcleo urbano estava a Rua do Arvoredo (atual Rua Coronel Fernando Machado), constantemente referenciada como local de moradia da população pobre e negra. O mapa de 1868 indica a existência da Fonte dos Pobres nessa via, dando uma ideia da condição social de seus moradores. Repleta de árvores, a Rua do Arvoredo era composta de casas simples, como a de José Cabelos, carregador do andor da Irmandade do Rosário. De acordo com Coruja, “entre as casas de capim, distinguia-se pela sua humildade a em que morava o preto velho José Cabelos” (CORUJA, 1983, p. 101-102).

Paulo Moreira identifica quase trinta testamentos de negros libertos, dos quais cinco residiam na Rua do Arvoredo, sendo esse seu patrimônio (MOREIRA, 2003, p. 339-356). As moradias consistiam em casas de porta e duas janelas, cobertas com telha, algumas com assoalho e forro e outra sem assoalho.

Entre esses moradores estava Domingos José Gonçalves, africano, liberto, pai de Marcolina Maria Gonçalves, falecido em 1880 (MOREIRA, 2003, p. 276-277). Próximos de Domingos, moradores das redondezas, estavam quatro negros: os africanos Gertrudes Maria da Conceição (quitandeira, 60 e poucos anos) e Domingos José Ferreira da Silva (pedreiro), e os nacionais Antônio Manuel do Nascimento (42 anos, vindo da Bahia) e João Cardoso dos Santos (30 anos, nascido no Rio de Janeiro), ambos pedreiros. Testemunhas do testamento, ambos afirmaram frequentar a residência de Domingos, com Gertrudes referindo-se a ele como compatriota. O falecimento de Domingos evidencia as “redes que uniam ex-escravos, principalmente africanos, e que moravam como vizinhos em Porto Alegre”, destaca o autor.

“Havia pontos da cidade onde aos domingos o ‘batuque’ era infalível” narram os escritos de Achylles Porto Alegre (1994, p. 101), referindo-se às décadas finais do século XIX. Entre os locais eleitos para a prática frequente do batuque estava o Beco do Poço (idem), um dos redutos negros da Porto Alegre antiga, nas proximidades da Rua do Arvoredo.

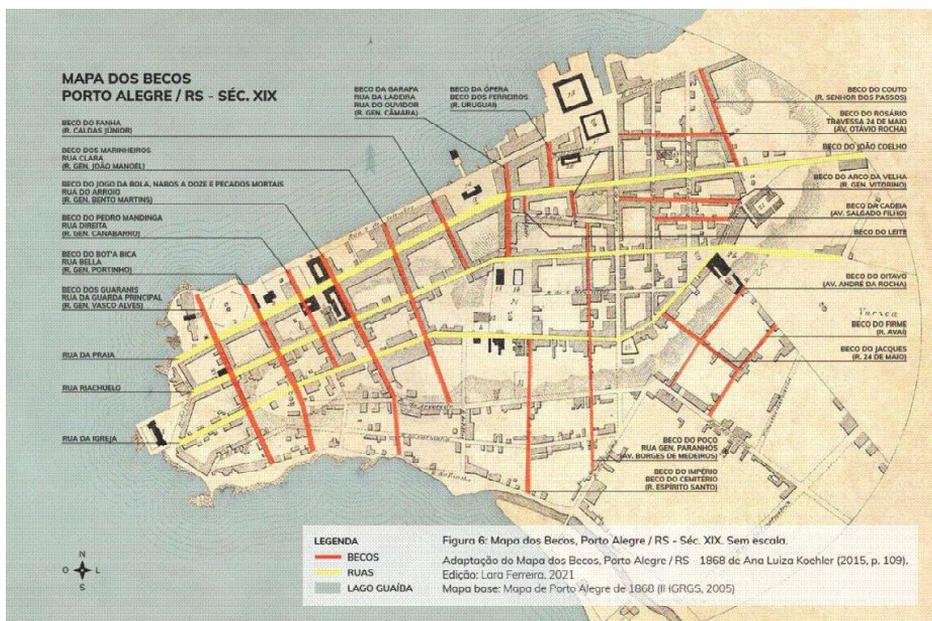
Existente desde as primeiras décadas do século XIX, o Beco do Poço, posteriormente denominado Rua General Paranhos, era um “estreito beco que subia desde a Rua General Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno” (FRANCO, 2006, p. 77). Esse era um dos muitos becos que cruzavam a área central no sentido norte-sul, conforme pode ser observado no Mapa dos Becos, adaptado de Ana Luiza Koehler (Figura 4). Nas décadas de 1920/30, o antigo Beco do Poço será demolido para dar lugar à “monumental” Av. Borges de Medeiros. Assim como os demais becos da cidade antiga, esse era um espaço “associado à ocupação popular e destinado às camadas mais pobres da população” (KOEHLER, 2015, p. 152).

Nas décadas finais do século XIX, residia ali Gertrudes Maria da Conceição, africana, liberta, quitandeira, irmã do Rosário, compatriota do já citado Domingos José Gonçalves, morador da Rua do Arvoredo. Gertrudes era proprietária de dois terrenos contíguos na Rua General Paranhos, compostos por quatro casas: nos fundos uma pequena casa de tijolos (coberta de telhas, mas sem forro nem assoalho) e na frente três casinhas de madeira, também cobertas por telhas (MÜLLER, 2013, p. 66). De ofício quitandeira, Gertrudes compõe um grupo de pessoas negras que, no século XIX, período da escravidão, conseguiram conquistar a liberdade e formar patrimônio, dois grandes feitos diante do sistema escravista.

Dona de um patrimônio considerável oriundo possivelmente de suas várias fontes de renda (comércio de quitandas, aluguéis das três casinhas de

madeira em seu terreno, empréstimos para pagamento de alforrias de outras mulheres e homens negros), Gertrudes aparece também como mediadora na libertação de outros negros. Com um grande poder de acumulação, seu nome consta em pelo menos dez registros de alforrias: três como “benfeitora” e em sete como proprietária (MOREIRA, 2003, p. 277). Benfeitores eram aqueles que entregavam o dinheiro aos senhores em troca da libertação dos escravizados. Em 1874, o jovem José, de 16 anos, com mãe falecida, obteve a alforria mediante valor pago por Gertrudes, para a qual ficou devendo cinco anos de serviços como pagamento (*idem*). Embora sob a condição de prestação de serviços, verifica-se a atuação de Gertrudes em prol da libertação de outros negros.

Figura 4: Mapa dos Becos, Porto Alegre/RS – séc. XIX. Sem escala



No entorno imediato do núcleo urbano estavam os Campos da Várzea (atual Parque Farroupilha), local de batuques desde as primeiras décadas do século XIX. Caminho de passagem para Viamão, a Várzea era um amplo terreno descampado, baixo e alagadiço (Figura 5).

Figura 5: Campos da Redenção, Porto Alegre/RS – década de 1900



Marcação da autora sobre imagem original. Acervo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman.

Os primeiros registros de territorialidade negra batuqueira na Várzea referem-se ao Candombe¹ da Mãe Rita – a mais antiga mãe de santo de que se tem notícia na cidade (Figura 6). Localizado no antigo Beco do Firme (atual Rua Avaí, nas proximidades da Av. João Pessoa), no limite entre o Centro e a Cidade Baixa, esse batuque data da primeira metade do século XIX segundo Coruja, que explicita sua localização: “o Candombe da Mãe Rita era na Várzea [...] mais ou menos no terreno então baldio e depois ocupado pelas casas do Firme e olaria do Juca” (CORUJA, 1983, p. 26-27). A Rua Avaí “foi o beco do Firme ou rua do Valo”, local em que “tais terrenos, antes do arruamento e quando de todo abertos, serviam para a realização de festejos dos negros africanos, que ali realizavam seus ruidosos candomblés” confirma Achylles Porto Alegre (1994, p. 16), memorialista do final do século XIX, ratificando a área como um espaço de territorialidade batuqueira.

¹ As expressões candombe, candomblé e batuque fazem referência aos cultos religiosos de matriz africana. No Rio Grande do Sul, o termo mais utilizado é batuque; candombe é bastante utilizado no Uruguai, e candomblé em outras partes do Brasil.

Figura 6: Mãe Rita, Porto Alegre/RS – século XIX



Acervo Museu Joaquim José Felizardo, Fototeca Sioma Breitman, Coleção Virgílio Calegari.

Na década de 1850, documentos do poder público confirmam a Várzea como local de batuques. Diante de um pedido de licença para a realização de batuques, as autoridades policiais emitem o seguinte parecer: “nenhuma dúvida há em conceder a licença que ela requer [...] se for na Várzea ou na Rua da Olaria e outras iguais fora do Centro da Cidade” (*apud* DIAS, 2008, p. 30). Devido à sua localização fora da área central, conforme pode ser observado no Mapa de 1868 (Figura 1), a Várzea era designada como local apropriado para os batuques e festejos negros. Em 1856, o Código de Posturas Municipais determina que “ficam proibidos os candomblés ou batuques, e danças de pretos na Várzea, chácaras ou outro lugar” (PICCOLO, 1991, p. 43) reiterando a Várzea como local frequente de batuques. Apesar de proibidos, os batuques prolongam-se no tempo, havendo registros de batuques nas décadas de 1860/80, realizados em frente à Capelinha do Bom Fim (antigo Caminho do Meio, atual Av. Osvaldo Aranha) (PORTO ALEGRE, 1994, p. 101).

Em 1884, para comemorar a libertação (massiva, mas não total, conforme MOREIRA, 2003, p. 73) dos escravizados em Porto Alegre, a Câmara Municipal decidiu alterar o nome do Campo do Bom Fim (antiga Várzea) para Campo da Redenção. A ata da “Sessão Extraordinária comemorativa da

redenção dos escravos do município de Porto Alegre” realizada em 07/09/1884 na Câmara Municipal registrou esse momento:

O sr presidente declarando que convocara a Câmara para comemorar a libertação dos escravos na cidade de Porto Alegre e seu município, propõe, para solenizar de uma maneira perdurável o fato grandioso e patriótico, que o Campo do Bom Fim passe a denominar-se “Campo da Redenção”. É unanimemente aprovada esta proposta.²

A partir daí a antiga Várzea, que já era conhecida pela frequente presença negra passou a ter seu nome, Campo da Redenção, vinculado ao grupo negro. Se, por um lado, o topônimo Campo da Redenção foi atribuído pelos abolicionistas, agentes hegemônicos, que talvez tivessem interessados em marcar seus nobres feitos na história; por outro lado, esse topônimo refere-se à libertação dos escravizados, uma possibilidade de evocar os negros como agentes centrais no processo de emancipação, visto que foram os que de fato trabalharam para pagar suas alforrias, seja em dinheiro ou com prestação de serviços (MOREIRA, 2003; ZUBARAN, 2009). Alusivos à libertação negra e fazendo jus àqueles que mantiveram seus batuques na Várzea ao longo de todo o século XIX, os Campos da Redenção constituem-se numa toponímia da emancipação negra, aparecendo pela primeira vez no Mapa de Porto Alegre de 1888, simbolicamente o ano da Abolição da Escravidão (VIEIRA, 2020, p. 205).

Territorialidades e Articulações Negras

No século XIX, as territorialidades de homens e mulheres negras extrapolam a condição de escravizados ou ex-cativos, evidenciando uma série de articulações e agências negras, mostrando que, dentro dos limites impostos e de suas brechas, os negros de diversos modos foram construindo seus espaços de ação. É nessa perspectiva que pautamos o território negro como espaço de visibilidade a ser retomado (LEITE, 1996), com destaque aos protagonismos, às agências, às estratégias e às articulações negras que conformaram esses espaços.

A ampla gama de ofícios desempenhados pela população negra, de serviços braçais a especializados, revela que o grupo negro atuava nos mais diversos setores econômicos: agricultura (campeiros, roceiros), alimentício (quitandeiras, padeiros, cozinheiros, charqueadores), construção civil (pedreiros, pin-

² Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Fundo Câmara Municipal, Livro 38 – Livro de Ouro, Sessão extraordinária comemorativa da redenção dos escravos do Município de Porto Alegre, fl. 2-2v, 7 set. 1884. Disponível em: <<https://atom.procempa.com.br/index.php/livro-38-livro-de-ouro-ii>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

tores, carpinteiros), construção naval (calafetes), gráfico (litógrafos), metalúrgico (ferreiros), móveis (marceneiro), olarias (oleiros), serviços domésticos (domésticas, babás, amas de leite), serviços (carregadores, lavadeiras, barbeiros), transporte (boleiros – cocheiros), vestuário (alfaiates, costureiras, sapateiros). Presentes nos mais diversos espaços de trabalho, livres ou ainda escravizados, homens e mulheres negras eram trabalhadores que, ao atuarem nos vários setores produtivos, evidenciam a participação dos negros na construção da cidade não apenas erguendo prédios ou pavimentando ruas, mas também na sua dimensão econômica.

No setor alimentício, as quitadeiras negras se destacam por formarem uma ampla rede de comércio que cobria a cidade. Ofertando uma variada gama de gêneros alimentícios: frutas, doces, canjica, mocotó, verduras, amendoim torrado, pés de moleque, farinha de cachorro (PORTO ALEGRE, 1994, p. 29), era possível encontrá-las no mercado, à frente de suas residências, nas portas das tabernas de esquina, ou pelas ruas, de casa em casa, abastecendo a cidade, como descreve o autor:

Hoje já não se encontram em nossas ruas as “minas” ou os “minas”, estes interessantes tipos africanos, que na sua meia língua nos eram tão prestantes. [...]. Entregavam-se então a sua quitanda, e *atravessavam as ruas da cidade, com colares e pulseiras de miçanga, e tabuleiros rasos de frutas ou caixas envidraçadas de doces à cabeça*. Algumas conduziam nessas ocasiões os filhos de peito esgarranchados nas ancas, onde os amarravam com faixas até as axilas. Outras iam aboletar-se com os seus tabuleiros *nas portas das tabernas de esquina – onde, aos domingos, algumas se estabeleciam com os seus caldeirões de canjica ou mocotó, a vintém e a tostão o prato*. Pela manhã iam sentar-se *no mercado*. Isto feito, como não havia naquele tempo, nas ruas, carroças de verduras, as “minas” é que *andavam de casa em casa fornecendo à freguesia*. Muitas, porém, não perambulavam. Expunham os seus tabuleiros às *portas das suas casas*, e ali faziam o seu negócio (PORTO ALEGRE, 1994, p. 100, grifo meu).

Realizado em diversos pontos da cidade, este comércio indica a forte presença negra, em especial a feminina, no setor alimentício. O papel central das quitadeiras negras no abastecimento da cidade é constatado a partir da informação de que “como não havia naquele tempo, nas ruas, carroças de verduras, as ‘minas’ é que andavam de casa em casa fornecendo à freguesia” (PORTO ALEGRE, 1994, p. 100). A oferta de seus produtos em diversos pontos da cidade indica que essas mulheres negras formavam entre si uma rede de comércio que cobria a cidade.

Figura 7: Quitadeiras negras, Porto Alegre/RS – 1901



Fonte: GOMES, Denis Pereira; SCHERER, Jovani de Souza; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. História de batuques e batuqueiros: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Pelotas: Ed. dos Autores, 2021. p. 55. Disponível em: <https://www.academia.edu/61516104/Historias_de_batuques_e_batuqueiros_Oliveira_Gomes_Scherer>. Acesso em: 26 jan. 2022.

A renda oriunda do ofício de quitadeira parece ter sido uma possibilidade concreta de conquista da liberdade e manutenção na vida pós-cativeiro. É o caso de Albina Vitória da Silva, mulher negra, liberta, que na década de 1850 vivia de suas quitandas, logrando com elas pagar a sua alforria e o aluguel de sua moradia (PICCOLO, 1991, p. 45). A formação de pecúlio – poupança – através de suas economias era uma das principais formas utilizadas pelos escravizados para a conquista da liberdade. Não foram poucos os negros que, além de si, libertaram também sua família. Em 1876, Marcolina Maria Gonçalves, filha única de Domingos José Gonçalves e herdeira da casa na

Rua do Arvoredo, teve sua alforria paga em dinheiro por seu pai e sua mãe Rita, de nação nagô (MOREIRA, 2003, p. 276). A liberdade foi um projeto perseguido pelos negros do século XIX, tendo a Irmandade do Rosário grande influência na sua realização.

É emblemático que em 1786 – cem anos antes da Abolição da Escravidão – quando a cidade não passava de algumas poucas ruas e cerca de 1500 habitantes, um grupo de 220 pessoas negras, livres e escravizadas, estivesse fundando uma instituição voltada para si: a Irmandade do Rosário, confraria negra de devoção católica (MÜLLER, 2013). Homens e mulheres, os irmãos do Rosário souberam fazer uso do espaço burocrático da Igreja católica para se articular em prol dos seus interesses, entre eles a elevação das condições de vida dos homens de cor (idem).

Visando ter maior autonomia nas suas ações em 1818, os irmãos do Rosário partem para a construção da própria igreja, agregando expressiva parcela do grupo negro em torno do seu ideal: formar capital, libertar, educar (MÜLLER, 2013, p. 36). A importância dessa instituição na vida de uma parcela da população negra pode ser medida pela quantidade de bens deixados pelos negros de herança para a Irmandade (IDEM, p. 61-67). A já citada quitandeira negra Gertrudes Maria da Conceição, dona de um patrimônio considerável, incluiu em seu testamento, além de seus nove afilhados, também a Irmandade do Rosário. Müller ressalta que “[...] a doação de seus bens à Irmandade pode ser vista como reconhecimento pelo auxílio recebido e uma forma de contribuir para que o trabalho dos irmãos tivesse continuidade” (MÜLLER, 2013, p. 67).

Tão antigos quanto a Irmandade do Rosário são os batuques, com registros que remetem às primeiras décadas do século XIX. Numa época em que já começam a existir normatizações da vida cidadina através dos Códigos de Posturas, com regramentos voltados à população negra e escravizada (PICCOLO, 1991, p. 42), Mãe Rita agregava em seu candombe negros de diversas nações africanas para cultuar seus antepassados e congregar com seus semelhantes. Nesse terreiro “se reuniam nos domingos à tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás, urucungus e marimbas, cantavam e dançavam esquecendo as mágoas da escravidão” (CORUJA, 1983, p. 26-27). O Candombe da Mãe Rita era também local onde se ensaiavam os quicumbis (IDEM), encenações com dança apresentadas durante as festas de Nossa Senhora do Rosário, santa católica, padroeira dos negros, evidenciando a relação entre os terreiros e a Irmandade do Rosário e seus membros.

A relação entre os festejos negros, possivelmente batuques, e a Irmandade do Rosário é reforçada quando, na década de 1850, Maria José, mulher

negra, liberta, se apresenta às autoridades policiais como Rainha Ginga da Irmandade do Rosário, intercedendo “para que os pretos de nação Angola e os das outras nações pudessem brincar nos Domingos e Dias Santos de Guarda, como tem sido sempre de estilo” (DIAS, 2008, p. 30). Em meio a negativas de seu pedido, Maria José faz reiteradas solicitações até obter a licença, inclusive argumentando que estes eram “inocentes passatempos” que serviam para “recolherem esmolos para as suas festas, enterros e socorros mútuos”. As ações de Maria José assim como as de Mãe Rita evidenciam o esforço coletivo e a agência negra na continuidade das práticas religiosas de matriz africana, sejam elas batuqueiras ou católicas. Em momentos distintos, ambas promoveram espaços onde os negros puderam se encontrar, cultuar suas divindades, praticar suas danças e seus cantos e confraternizar com seus semelhantes.

Considerações finais

Diante das comemorações dos 250 anos da cidade, a serem completados em 2022 e também na esteira das comemorações do cinquentenário do 20 de novembro como Dia da Consciência Negra (proposto pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, em 1971), esse texto buscou mostrar a multiplicidade de espaços ocupados e práticas realizadas pelo grupo negro, visando diversificar o olhar sobre a presença negra no passado – aqui pautada de forma afirmativa.

Além de demarcar alguns dos espaços ocupados, buscou-se destacar as agências de homens e mulheres negras na constituição de seus espaços e sua participação na construção da cidade. Mostra que o grupo negro, assim como os demais grupos, também trabalhou e produziu o espaço urbano nas suas diversas dimensões. Olhar para o passado implica uma releitura sobre espaços hoje reconhecidos da cidade, outrora ocupados pela presença negra, como o Parque Farroupilha, conhecido até os dias de hoje como Parque da Redenção.

Referências

CORUJA, Antônio Alvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1983.

DIAS, Glauco Marcelo Aguilar. *Batuques de negros forros em Porto Alegre: um estudo sobre as práticas religiosas de origem africana na década de 1850*. 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16056>>. Acesso em: 26 jan. 2022.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRGS). *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre: século XIX e início do XX*. Porto Alegre: IHGRGS, 2005. 1 CD-ROM.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano, Porto Alegre 1858-1888*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Porto Alegre – meados do século XIX: a cidade negra. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA, 10., 1990, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: SBPH, 1991. p. 41-47.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1939.

VIEIRA, Daniele Machado. Territórios Negros em Porto Alegre: toponímia da emancipação negra no Mapa de 1888. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Guarulhos, SP, v. 12, n. 34, p. 182-208, nov. 2020. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1136>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, jul./set. 2009. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/192>>. Acesso em: 06/02/2017.

ALEMÃES EM PORTO ALEGRE: SUA PRESENÇA NO TRABALHO, NA CULTURA, NO COMÉRCIO, NA INDÚSTRIA

René E. Gertz

Quem ouve falar de alemães e descendentes no Rio Grande do Sul tende a imaginar “colonos”, trabalhadores rurais que cultivavam pequenos lotes de terra de sua propriedade, para sustento e para obter algum excedente a vender, pelo interior do estado afora. No decorrer do tempo, este quadro rural gerou povoações, algumas das quais evoluíram para cidades de porte médio, hoje bastante conhecidas (Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Ijuí, entre muitas outras).

Este padrão, obviamente, não vale para Porto Alegre. Mas a Capital também foi influenciada, de forma significativa, pela presença deste grupo étnico, já nos primeiros tempos após a fundação da colônia-modelo São Leopoldo (1824). As condições efetivas de vida fizeram com que alguns dos recém-chegados se deslocassem, muito cedo, para a grande cidade. Havia, no mínimo, três motivos para isso: ainda que as ordens das autoridades brasileiras para a seleção de candidatos à imigração definissem como condição o ser “agricultor”, esta ordem nem sempre foi observada – além de gente sem qualquer preparo profissional, vieram artesãos com especializações para as quais não havia procura suficiente na “colônia”; além disso, uma das funções era produzir alimentos para Porto Alegre – e, para cumprir este papel, havia necessidade de intercâmbio comercial, motivo que levou alguns a se deslocarem para a Capital, a fim de viabilizar a intermediação; por último, não se pode esquecer que dez anos após o início da imigração eclodiu a Revolução Farrroupilha, que trouxe problemas de segurança para o vale do Sinos, levando alguns a deslocar sua residência para o centro urbano maior.

Este processo, naturalmente, foi se modificando no decorrer do tempo, mas o importante a destacar é que número considerável de alemães – depois também descendentes – acabou se fixando na metrópole. O estudo mais elaborado sobre presença teuta na Capital, durante a segunda metade do século XIX, é, sem dúvida, o de Magda Gans (2004). Ela mostrou que o processo não

se manteve uniforme, ao longo dos anos, e que a transferência de pessoas da “colônia” não foi o caminho mais importante, quando se observa o espaço temporal que vai até a Proclamação da República. Gradativamente, Porto Alegre passou a exercer atração própria sobre imigrantes, de forma que muitos dos alemães ali estabelecidos passaram a ser indivíduos vindos diretamente do exterior, sem passagem por São Leopoldo ou por outra das regiões entrementes colonizadas. Eles se inseriram numa ampla gama de atividades profissionais, que vão do comércio e do artesanato até trabalhos domésticos, ainda que o setor de “serviços” tenha tido destaque numérico especial.

Meticulosa pesquisa sobre os locais de exercício de atividades mostra que chegaram a apresentar densidade bem perceptível em algumas áreas da cidade. A análise de Gans também mostra o surgimento de uma atmosfera alemã específica de grande cidade, em contraste com aquela que vigorava no interior – como exemplo, aponta para dificuldades da comunidade luterana local em relacionar-se com o Sínodo Riograndense, entidade eclesiástica que congregava a massa dos luteranos gaúchos.

É sobre este universo populacional que se tentará apresentar algumas informações. Pelas limitações de espaço, não será possível entrar em detalhes, e, menos ainda, mostrar situações cronologicamente cambiantes, como Magda Gans conseguiu fazer para o período que vai de aproximadamente 1850 a 1890.

Este texto estava em elaboração, quando foi publicado artigo com o título “Os alemães de Porto Alegre”, de Günter Weimer (2021). Ele não faz referência a Gans, mas tangencia alguns aspectos referidos por ela. Retoma a procedência daqueles que se estabeleceram na Capital, aborda preconceitos contra eles, fala de sua importância demográfica, das atividades econômicas a que se dedicaram. Da mesma forma que Gans, suas considerações, porém, focam o período que se estende até, mais ou menos, 1875. Diante da situação, como há indicadores bastante plausíveis e confiáveis apontando para os cerca de 50 anos entre 1890 e 1940 como aquela fase em que a presença “alemã” foi percebida como mais marcante – não necessariamente no sentido demográfico, mas em termos econômicos, sociais, políticos, culturais –, optou-se pela tentativa de traçar um quadro genérico, pouco aprofundado deste espaço cronológico, imaginando que um livro com caráter rememorativo será lido por um público diversificado, não necessariamente especializado. Além das limitações quanto à densidade das informações, não será possível fazer uma apresentação mais analítica ou crítica – trata-se, muito mais, do arrolamento parcial de temas que de um estudo detalhado.

Considerando que Magda Gans teve dificuldades para levantar dados demográficos confiáveis – ainda que aponte para um número de cerca de 6%

da população, na segunda metade do século XIX –, preferiu-se não abordar este tema para o período posterior à Proclamação da República.¹ Quanto à localização geográfica de áreas de ocupação mais densa, temos algumas indicações.

O Bairro Floresta foi o bairro onde os imigrantes alemães formaram um misto de subúrbio industrial e área residencial. Sua principal artéria, a Rua Cristóvão Colombo, onde estava instalada a Cervejaria Brahma, hoje transformada num shopping center, ainda hoje é lembrada como um local de festas, cervejas, gastronomia (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Mesmo que grupos sociais médios, possivelmente, tenham se espalhado por várias regiões da cidade, Alexandre Fortes (2004) aponta que o “Quarto Distrito”, abrangendo bairros como Navegantes e São João, abrigou, no século XX, a maior parte da classe trabalhadora porto-alegrense, incluindo percentual significativo de “alemães”. Janete Machado (2014, p. 12), por sua vez, recorrendo a um depoimento de Helga Piccolo, apontou para uma região que abrigou número não desprezível da elite germânica, na zona sul da cidade:

A questão é que em um determinado momento a burguesia urbana porto-alegrense, onde avultavam os alemães, vai querer um lugar de veraneio. [...]. A Tristeza tinha até hotéis que eram de propriedade dos alemães, todos empresários de origem germânica: donos de hotéis, restaurantes, armazéns e até de transporte coletivo.

Bairro que abrigou outra parte da elite foi Moinhos de Vento. Um jornalista contemporâneo escreveu que “os poderosos industriais e comerciantes, com destaque especial para os de origem alemã, eram a face mais visível da pujança e da modernidade do Moinhos de Vento” (BISSÓN, 2008, p. 40). O fato, provavelmente, explica por que, na década de 1920, ali fosse construído o Hospital Alemão, mais tarde “nacionalizado” para Moinhos de Vento, instituição em que se observam, até hoje, sobrevivências das origens germânicas: entre administradora(e)s, continuam a registrar-se sobrenomes alemães, alguns luteranos, confissão religiosa a que, também, estão vinculadas as “*schwestinhas*” (“irmãzinhas”), diaconisas que atuam nos serviços de enfermagem. O superintendente executivo do hospital, Mohamed Fayeç Parrini Mutlaq, costuma sugerir, numa eventual visita, um passeio pelo Bosque Schwester Ires Spier.

¹ Numa frase não totalmente clara, Jean Roche (1969, p. 193) sugere que, entre 1824 e 1914, 50.000 “alemães” se estabeleceram em Porto Alegre. A frase é a seguinte: “O número deles [teuto-brasileiros], 50.000 aproximadamente, ultrapassa ali [em Porto Alegre] o de todos os imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul, entre 1824 e 1914”.

A localização do primeiro estádio do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense nesta região não deve ter sido coincidência. Outro “enclave alemão” elitista é o bairro Três Figueiras, situação que explica a transferência da mais tradicional escola ligada à “colônia alemã” de Porto Alegre – o Colégio Farrroupilha – da região central para lá (SEITZ, 2010).

Na década de 1960, o economista Paul Singer (1977) escreveu uma tese de doutorado – depois publicada em livro – na qual analisou a evolução de cinco centros urbanos pelo Brasil afora, incluindo Porto Alegre. Como um dos centros estudados foi Blumenau, chega a causar certa surpresa que tenha insistido com Porto Alegre como “cidade dos alemães” – e a Capital a que ele se referiu foi a do período que aqui nos interessa (p. 141-199).

Considerando a importância da economia em qualquer sociedade, iniciemos pela atuação de “alemães” neste campo. Já que a contribuição deles para a agricultura está excluída, naquilo que tange a Porto Alegre, e como seria muito penoso reunir dados confiáveis sobre as pequenas empresas de prestação de serviços, as atividades artesanais, o pequeno comércio, por exemplo, serão feitas algumas poucas referências ao comércio e à indústria de grande porte, eventualmente sugerindo alguma bibliografia.

No livro *Porto Alegre e seu comércio*, de Sérgio da Costa Franco (1983), não há qualquer preocupação em destacar determinados grupos, nesta atividade. Mas em duas oportunidades foi citada a importância de Alberto Bins (como comerciante, não como industrial); além disso, empresas “alemãs” são mencionadas como importantes no processo de importação de máquinas (p. 116 e 144). Da mesma forma, as referências aos quebra-quebras durante as duas guerras mundiais mostram, de fato, a presença significativa de empreendimentos comerciais ligados a pessoas de origem alemã (p. 127-129 e 175-176).

No conhecido livro alusivo ao centenário da imigração alemã, em 1924, *Cem anos de germanidade...*, o padre Theodor Amstad trouxe os seguintes dados referentes ao comércio:

Enquanto da atual população desta cidade só algo como 12% são de origem alemã, a participação dos teutos no comércio é de 28%, e na indústria de 32%, significando de 2 a 3 vezes o índice populacional. Em todos os ramos de comércio [...], o elemento alemão está representado, e mesmo em firmas luso-brasileiras alemãs, muitas vezes, são acionistas ou participam da administração (AMSTAD, 1924, p. 251-253).

Dos pequenos empreendimentos comerciais que faziam a troca de mercadorias com a “colônia” do interior, vários evoluíram para grandes empresas. Estas relações se tornaram tão intensas que acabou se consolidando a figura dos caixeiros-viajantes, atividade cuja importância pode ser avaliada

pelo fato de que constituíram uma associação que continua presente no cenário da Capital – o Clube Caixeiros Viajantes. A importância histórica da entidade pode ser ilustrada pelo fato de que editava um almanaque que chegou a contribuir na divulgação de uma incipiente literatura teuto-gaúcha. Trata-se do *Musterreiter's Neuer Historischer Kalender*, fundado em 1885, e que, mesmo sem regularidade, circulou até 1918 (BONOW, 1993, p. 82-83).

Mas o comércio “alemão” de Porto Alegre não se restringiu ao intercâmbio com o interior. Há casos em que o capital não se originou desta troca. Pode-se citar a firma Bromberg como exemplo de um empreendimento muito grande, que, fundado em Porto Alegre, estendeu seus “tentáculos” não só para outros estados do Brasil, mas até para o exterior, tornando-se uma empresa que, entre muitas outras coisas, comercializava máquinas de grande porte, para a indústria e a agricultura (MACHADO, 2019). Além de uma infinidade de outros exemplos, cabe citar algumas poucas casas comerciais lembradas, ainda hoje, por habitantes de mais idade: Bier & Ullmann, Casa Masson, Fraeb, Hillmann, Kircher, Krahe, Luchsinger.

Naquilo que tange à indústria, infelizmente ainda não existe tradução de um livro sobre os primórdios deste processo, escrito pelo historiador alemão Dietrich von Delhaes-Guenther (1973). Apesar de referir-se ao conjunto do estado, apresenta muitas informações específicas sobre a Capital. Nos relatos de histórias sobre empresários e empreendimentos, transparecem problemas que precisavam ser superados, no contexto local da segunda metade do século XIX. Em 1856, por exemplo, José Becker resolveu abrir um estaleiro para fabricar barcos de metal (não de madeira, como era usual). Encaminhado pedido de autorização, a burocracia estatal duvidou da possibilidade, pois – segundo seus integrantes – seria impossível fazer flutuar metal. Felizmente, Becker conseguiu convencer a comissão de burocratas a comparecer ao Guaíba, onde tomou um panelão de ferro, dentro do qual colocou mais ferro, e a coisa flutuou. Só então, foi autorizado a abrir o estaleiro (p. 167).

É claro que neste processo de industrialização estiveram envolvidos empreendedores de diferentes origens étnicas, mas não há dúvida de que a presença de “alemães” foi marcante. E assim continuou durante os anos “áureos” de que estamos tratando. Basta lembrar algumas das empresas que até hoje fazem parte da memória local: Berta, Bins, Brutschke, Christoffel, Gerdau, Gertum, Mentz, Neugebauer, Renner, Tannhauser, Teichmann, Wallig, cervejarias Becker, Bopp, Ritter.

Como detalhe folclórico, pode-se lembrar que a então ainda incipiente indústria farmacêutica teve representantes entre “alemães”. Quem foi criança durante a segunda metade do século XX pode ter recebido de sua mãe uma

dose de Fieberlin, quando apresentava sintomas de febre. O produto era fabricado pelo Laboratório Wesp (que ainda existe).² O medicamento parece não existir mais, mas o laboratório continua a produzir a tradicional Olina; o Bukru do Laboratório Kraemer também continua acessível nas farmácias, ainda que com grafia “aportuguesada”.

Comércio e indústria, naturalmente, deram origem a grupos sociais específicos. Abstraindo dos consumidores, destacam-se empresários e trabalhadores. Naquilo que tange aos primeiros, a Associação Comercial de Porto Alegre foi criada – ainda que não com este nome – no final da década de 1850. Em sua primeira diretoria, havia ao menos um sobrenome que sugere origem alemã. Esta presença certamente se ampliou, no decorrer dos anos, e o fato de que o imponente prédio inaugurado em 1940, que a abriga até agora, tenha sido projetado por um arquiteto alemão não deve ser coincidência.

Quanto à indústria, a criação de uma organização dos empresários foi mais demorada. Apenas em 1930, surgiu o Centro de Indústria Fabril, precursor da FIERGS. Quem ler o trabalho pouco divulgado de Ani Maria Schiphorst Hass (1971) constatará a presença e a influência decisivas de “alemães”, nos seus primórdios.

Pela raridade de pesquisas envolvendo os trabalhadores do comércio, as referências se concentrarão naqueles dedicados à produção industrial. Mesmo que não se tenham dados numéricos sobre a presença “alemã” entre o proletariado industrial porto-alegrense, ela não deve ter sido desprezível, tendo em vista que há informações de que em assembleias, muitas vezes, eram utilizadas três línguas: português, espanhol e alemão. Já nos últimos anos do século XIX, há referências à presença da social-democracia alemã entre operários daqui, com a criação de um *Allgemeiner Arbeiterverein* [Associação Geral de Trabalhadores]. Como se sabe, no início do século XX, a orientação anarquista conquistou espaço entre o operariado porto-alegrense. Mesmo que o anarquismo não tenha sido tendência dominante no movimento operário da Alemanha, anarquistas de sobrenome alemão estiveram atuantes por aqui. A partir de 1917, esta presença foi marcada pela figura de Friedrich Kniestedt, liderança *sui generis*, que, de 1920 a 1930, editou um dos mais longevos jornais anarquistas do Brasil, *Der freie Arbeiter* (GERTZ, 1989).

Um historiador que vem contribuindo para evidenciar a presença “alemã” entre o operariado porto-alegrense é Frederico Duarte Bartz. Além de outros trabalhos, cabe referir a lembrança de um lugar de memória operário-

² O nome, possivelmente, representava uma abreviatura de *Fieberlinderer*, “aliviador de febre”.

alemão de Porto Alegre, sobretudo, porque ainda serão referidos outros lugares de memória, mas não exatamente dos setores mais modestos deste grupo étnico. Em 1883, foi fundado o *Bürgerklub* (Clube dos Cidadãos), com objetivos beneficentes. No decorrer do tempo, sua sede acabou se constituindo em local de reuniões de trabalhadores. A partir de 1912, foi frequentado pelos militantes do *Allgemeiner*. Com a vinda de Kniestedt, em 1917, as reuniões promovidas por ele também se realizavam ali. “Desta forma, recordar o *Bürgerklub* como um espaço apropriado pelos trabalhadores é também ajudar a construir uma memória alternativa para a cidade de Porto Alegre.”³ Mesmo não havendo espaço para entrar em detalhes, há outras “sociedades” em que a iniciativa e a presença de trabalhadores foram significativas – para exemplificar, em 1927, foi fundado o *Turnverein Navegantes São João* (Sociedade Ginástica Navegantes São João), que não é idêntico ao *Turnverein* que hoje sobrevive na SOGIPA.

Ao lado da economia como campo fundamental da convivência humana, está a política. Imigrantes alemães e descendentes enfrentaram restrições ao exercício da cidadania, que só foram sendo eliminadas, gradativamente, na segunda metade do século XIX. Quase ao final do período imperial, foram eleitos os primeiros deputados provinciais de sobrenome alemão – cinco ao todo (PIASSINI, 2017). Dois atuavam no interior, três eram de Porto Alegre (Friedrich Haensel, Karl von Koseritz e Wilhelm ter Brüggen), ainda que não tivessem sido eleitos exclusivamente por votantes da Capital. Este envolvimento da “colônia alemã” na política sofreu retrocesso com a Proclamação da República. Os republicanos liderados por Júlio de Castilhos não apreciavam a participação mais ampla da sociedade na política, instaurando um sistema centralizado.

Medidas contra os jesuítas levaram “alemães” de tradição católica a criar um Partido do Centro, nos moldes de um homônimo na Alemanha. Com o fracasso eleitoral deste novo partido, Júlio de Castilhos propôs um acordo – que lhe indicassem um ou mais candidatos à inclusão na lista de seu Partido Republicano Riograndense. Desta forma, nos primeiros 40 anos da República, deputados com sobrenome Englert e Kroeff, por exemplo, refletem os resultados deste acordo. Cumprindo promessa do próprio Castilhos, seu sucessor, Borges de Medeiros, indicou Arno Philipp como “representante” da população germano-luterana – ele também ocupou este cargo até o final da Primeira República.

Por falta de estudos sobre a composição do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) e dos nomes dos secretários municipais, não é possível

³ Lugares de Memória dos Trabalhadores #04: Bürgerklub, Porto Alegre (RS) – Frederico Duarte Bartz. Disponível em: <<https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-burgerklub-porto-alegre-rs-frederico-duarte-bartz/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

opinar sobre a eventual presença de “alemães”. Mas após a revolução de 1923, que indicou perspectivas de o “reinado” de Borges de Medeiros chegar ao fim, os intensos festejos do centenário da imigração alemã, em 1924, incentivaram a articulação política da “colônia”. Nas eleições federais de 1927, Borges sugeriu incluir o nome do empresário Alberto Bins na lista à Câmara Federal. Ele se opôs à ideia, confessando, em particular, que sua influência, neste nível, seria mínima, e, certamente, viria a decepcionar (GERTZ, 2002, p. 70). Mas a força política dos “alemães” – refletindo seu papel econômico –, em nível local e estadual, nos anos seguintes, se consolidou. A fundação do Hospital Alemão e da VARIG, em 1927, certamente, são reflexo desta consolidação.

Após ter exercido mandatos de conselheiro municipal e de deputado estadual, Bins aceitara ser candidato a vice-intendente (vice-prefeito) de Porto Alegre, na chapa encabeçada por Otávio Rocha, em 1926. Quando, dois anos depois, o titular faleceu, coube a ele assumir o governo da Capital. Mantido na função por Flores da Cunha, que passou a governar o Rio Grande do Sul após a revolução de 1930, permaneceu no cargo até a queda deste, em 1937.

A presença de alemães em Porto Alegre também se refletiu na edificação de “monumentos” que continuam plantados na paisagem da cidade. Entre os historiadores, Arnoldo Doberstein (1992; 2002) é, certamente, aquele que dedicou os estudos mais consistentes a dois tipos de profissionais responsáveis por estas construções – arquitetos e marmoristas. Mesmo que ele – obviamente – não arrole apenas sobrenomes alemães, registremos dois daqueles e um destes como representativos da influência “alemã”: Rodolpho Ahrons, Theo Wiederspahn, J.[acob] Aloys Friederichs.⁴

As carreiras de Ahrons e Wiederspahn transcorreram associadas, por um período. Continuam a existir, no mínimo, três marcos importantes que são representativos de sua atuação, em Porto Alegre – na Praça da Alfândega, o antigo prédio dos Correios e Telégrafos, onde hoje funciona o Memorial do Estado do Rio Grande do Sul, e, ao lado, outra obra imponente, que foi a Delegacia Fiscal da Fazenda, agora abrigando o Museu de Arte do Rio Grande do Sul; pouco afastado dali, está o hoje denominado Shopping Total, que abrigou, em sequência, várias cervejarias. Como obras específicas de Ahrons, podem ser citados o prédio que abrigava a Faculdade de Medicina e aquele que continua abrigando a Faculdade de Direito, ambas no *campus* central da UFRGS. Das muitas edificações pelas quais foi responsável Wiederspahn, número considerável se encontra ainda em uso, pelo interior do estado; em

⁴ Para um estudo da área da Arquitetura, cf. GRIENEISEN, 2019.

Porto Alegre, várias foram demolidas, outras sofreram modificações, mas, entre aquelas que estão intactas, encontram-se o Hotel Majestic, transformado em Casa de Cultura Mário Quintana, e o antigo Edifício Ely, próximo à rodoviária, hoje ocupado por uma empresa que comercializa material de construção.

Ainda que dentre as obras preservadas se sobressaíam aquelas em igrejas e cemitérios, cita-se aqui a Casa Aloys (de J. Aloys Friederichs) como uma das mais importantes empresas a produzir esculturas e material decorativo de fachadas, durante quase toda a primeira metade do século XX. Além deste viés, Friederichs também foi um elemento marcante da presença alemã em Porto Alegre, pela liderança que exerceu no movimento associativista deste grupo étnico, como mostrou Haike Roselane Kleber da Silva (2006).

Não muito distantes da arquitetura e da estatuária, estão as artes plásticas. Há a registrar, no mínimo, dois sobrenomes alemães nesta área. Pela quantidade de trabalhos acadêmicos dos últimos anos, até um leigo imagina que ao menos um deles, Pedro Weingärtner, deve ter alguma importância para a história das artes deste país. Mesmo que, talvez, menos estudado, Joseph Lutzenberger – também conhecido como José Lutzenberger Pai, para distingui-lo do filho ecologista, homônimo – deixou, além de muitos desenhos e pinturas, vestígios como arquiteto (além do citado Palácio do Comércio, a Igreja São José, o Pão dos Pobres, e outros).

Arte e ciência, muitas vezes vistas como coisas diferentes, não deixam de ser, ambas, produto do gênio humano; ciência, por sua vez, lembra educação, ensino. Neste sentido, além de outras, foram marcadas pelo “espírito” alemão duas escolas que ainda existem. O Colégio Anchieta teve influência decisiva de jesuítas alemães, que, na segunda metade do século XIX, após Bismarck tê-los expulso da Alemanha, vieram em grande número para o Rio Grande do Sul. Nos seus primórdios, a escola, inclusive, dividia os alunos em duas turmas, uma “alemã” e outra “brasileira”. Como colégio laico – ainda que frequentado por muitos luteranos –, estava a escola do *Hilfsverein* (Sociedade de Socorro), a qual, nos anos 1930, atendia por *Hindenburgschule*, e hoje constitui o Colégio Farroupilha. Maria Helena Bastos (2013) e seu grupo publicaram extensos estudos sobre ele.

Em torno de 1900, surgiram as instituições de ensino superior que vão desembocar naquilo que é hoje a UFRGS. Mostrou-se que a Faculdade de Direito foi a menos “afetada” pela presença de professores e alunos de sobrenome alemão. Mas – especificamente naquilo que tange ao professorado – tanto a Faculdade de Medicina quanto, sobretudo, a Escola de Engenharia sofreram influência considerável de “alemães”; esta última, inclusive, era vista como inspirada numa *Technische Hochschule* (GERTZ, 2002, p. 152).

Mesmo que a história sobre eventuais influências “alemãs” na UFRGS ainda esteja por ser escrita, convém lembrar ao menos um episódio ocorrido por ocasião da fundação da Faculdade de Filosofia (que, na época, 1942, reunia as áreas que formavam professores para o ensino médio): a cátedra de Botânica foi ocupada por uma pessoa de nome Alarich Rudolf Holger Schultz. Interessantemente, a cátedra de Etnografia – que derivou para Antropologia – foi ocupada também por um botânico, de sobrenome que soa menos alemão, mas nem por isso é menos “germânico”, Balduino Rambo (HOMRICH *et al.*, 2014; GERTZ, 2007). Ambos exerceram papel de destaque na criação da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, recentemente extinta.

No livro alusivo ao centenário da imigração alemã (AMSTAD, 1924, p. 341), há uma lista de 41 *Vereine*, associações ou “sociedades”, perseguindo os mais diferentes objetivos, mantidas em Porto Alegre pela população de origem alemã. Durante a Segunda Guerra, quase todas elas foram “nacionalizadas”, tiveram seus nomes “abrasileirados” e desapareceram como “alemãs”, ainda que em algumas delas condutas de vida “germânicas” sobrevivam, de forma consciente ou não. Entre as mais destacadas, cabe lembrar, naturalmente, a SOGIPA, mas também ainda existem Leopoldina Juvenil, Germânia. Como mostrou Glen Goodman (2015, p. 155-185), a única “sociedade” de caráter declaradamente alemão criada após a última guerra mundial foi o Centro Cultural 25 de Julho, onde a data constante no nome lembra a chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Leopoldo, em 1824.

Estas “sociedades” tinham muito a ver com a alegada preferência alemã pela *Geselligkeit* e pela *Gemütlichkeit*, isto é, pela sociabilidade e pelo “aconchego”, pela “tranquilidade”. Mas algumas estavam associadas ao emprego de muito esforço físico – dentre elas, se destacou o *Turverein*, a Sociedade Ginástica, enfim, a SOGIPA. Janice Mazo (2003) e discípula(o)s vêm dando enorme contribuição para o estudo deste aspecto da vida de alemães e descendentes em Porto Alegre. Cabe lembrar que – além da SOGIPA – Grêmio Náutico União, clubes Veleiros do Sul e Jangadeiros tiveram significativa influência alemã, em suas origens. Além da ginástica e dos esportes aquáticos, também na prática do ciclismo, e de vários outros, alemães estiveram presentes.

Neste contexto, não há como evitar breve parágrafo dedicado ao futebol. Recorrendo às pesquisas de Ricardo Soares (2014), constata-se que a certeza veiculada pelo senso comum de que o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense tenha sido fundado como clube “alemão” constitui apenas meia verdade, pois, mesmo tendo havido 23 sobrenomes alemães entre os 31 fundadores, e mesmo que muitas pessoas com sobrenome da mesma origem tenham ingressado no clube, até 1912, ele acolheu, também, pessoas de outras origens étnicas (p.

168-171); ao contrário do propalado, não há evidências de que, em algum momento, seus estatutos tenham sido redigidos em alemão (p. 46).

Times efetivamente “alemães” foram o *Fuss-Ball-Club* e a *Fuss-Ball-Mannschaft Frisch Auf* (SOARES, 2014, p. 98-99) – na Primeira Guerra Mundial, o primeiro virou Foot-Ball Club Porto Alegre, o segundo desapareceu. Outra equipe que tinha algo a ver com a “colônia alemã” foi o São José. Como se sabe, a comunidade católica São José costumava ser referida como “dos alemães”. Há indícios de que o clero ligado a ela (jesuítas) tentou organizar um time de futebol sob controle disciplinar especial, para evitar as frequentes brigas e pancadarias verificadas durante os jogos (SOARES, 2014, p. 123-124).

Da mesma forma que em várias regiões de colonização alemã do interior do estado – Ijuí, Pelotas, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo – surgiram jornais em língua alemã; Porto Alegre teve vários títulos de diferentes orientações, no decorrer do tempo. Deve-se destacar que não se está falando de pequenas “folhas” editadas por instituições, mas de jornais que não se distinguiam, de forma substancial, da imprensa de língua portuguesa, com formato e conteúdo muito parecidos. Suas manchetes internacionais podiam referir-se não à França ou à Inglaterra, e sim à Alemanha, mas, no mais, as diferenças não eram grandes.

Após uma ou duas tentativas anteriores, esta imprensa se firmou no início da década de 1860 e se manteve – com no mínimo dois títulos, ao longo do tempo – pelo espaço temporal que vai de 1861 a 1941, quando a política de “nacionalização” do governo brasileiro determinou seu fechamento. Fundado por Karl von Koseritz, em 1861, o primeiro jornal a registrar uma existência duradoura foi a *Deutsche Zeitung* [Jornal Alemão]; no contexto de uma exposição teuto-brasileira, em 1881, originou-se um conflito entre os responsáveis e financiadores do jornal, levando Koseritz a fundar um novo órgão, a *Koseritz’ Deutsche Zeitung* [Jornal Alemão de Koseritz]. Aquele continuou sendo publicado até a Primeira Guerra Mundial, quando desapareceu. O outro mudou seu nome para *Neue Deutsche Zeitung* [Novo Jornal Alemão], em 1905, tendo sobrevivido à guerra de 1914-1918, sucumbindo no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Na produção destes jornais, estiveram envolvidos luteranos e agnósticos, motivo pelo qual a orientação editorial era laica. A eles se contrapunha o *Deutsches Volksblatt* [Folha Popular Alemã], de orientação expressamente católica. Fundado em São Leopoldo, por jesuítas, em 1871, foi transferido a Porto Alegre, no início da década de 1890, onde sua propriedade formal saiu das mãos dos jesuítas para, inicialmente, as da família Wallau, depois da família Metzler, com quem permaneceu até sua extinção, no contexto de 1941. Com esta família, consolidou-se uma empresa editora que atendia por Typographia do Cen-

tro, responsável por intensa produção de material religioso, didático, literário, ao longo dos anos. No final dos anos 1930, a família Metzler passou a editar *A Nação*, numa linha próxima ao *Volksblatt*, só que em português. Este jornal sobreviveu até o final da década de 1950, com um encarte em alemão, tendo legado à Capital gaúcha um endereço bastante conhecido – a “Galeria A Nação”.

A importância destes jornais é muito grande – não por último para a reconstituição da presença alemã em Porto Alegre. Neles, está registrada a história deste setor da população local, nos seus aspectos econômicos, políticos, educacionais, culturais, recreativos, religiosos. Além disso, podem contribuir para a reconstituição da história geral da Capital e do estado. Em pesquisa própria, foi possível constatar que, durante a Revolução Federalista (1893-1895), por exemplo, esta imprensa não esteve sob censura, e, assim, podemos encontrar nela informações sobre o transcurso do conflito que não estão nos jornais de língua portuguesa.⁵

Sobre o surgimento e o desaparecimento desta imprensa, Francisco Rüdiger (1996) opinou que seu início se deveu ao estranhamento do novo mundo, pelos imigrantes, à manutenção da identidade, às divisões internas e ao desafio da integração política, “geradores de um conjunto de problemas peculiares, que estão na base da formação de uma esfera pública alemã no Rio Grande do Sul” (p. 132). Além dos problemas causados pela “nacionalização”, durante a Segunda Guerra Mundial, seu fim pode ser atribuído à ascensão socioeconômica e política das elites germânicas, que tornou “suas aspirações econômicas coincidentes com as do bloco histórico formado em 1930”, e seus interesses, aparentemente, “terminaram encontrando a expressão pública que lhes interessava nas duas empresas que então disputavam a liderança do mercado de jornais do RGS” (p. 137), os Diários Associados, com o *Diário de Notícias*, e a Caldas Júnior, com o *Correio do Povo*.

Manuais sobre a história da maçonaria no Rio Grande do Sul mostram que a quinta loja fundada em Porto Alegre, desde o início do século XIX, foi a Harmonia IV, em alemão “*Zur Eintracht*”. Tendo como líder mais destacado Karl von Koseritz, aliado a outros “*Brummer*” – legionários alemães contratados, em 1851, pelo governo brasileiro, no contexto dos confrontos bélicos na região platina –, teve participação de outras figuras de destaque político, como o deputado Ernesto Ludwig (DIENSTBACH, 1993, p. 462-464). Esta loja deve ter despertado curiosidade entre parcelas da população, porque, no Brasil como um todo, era impossível imaginar uma aproximação entre maçons e Igreja

⁵ Coleções bastante completas desta imprensa encontram-se no Acervo Benno Mentz, depositado no DELFOS/PUCRS.

Católica. No caso da *Eintracht*, porém, ela se localizava no terreno da comunidade luterana, e a quase totalidade dos integrantes da diretoria desta eram frequentadores da loja.

Terminemos esta rápida referenciação a “alemães” em Porto Alegre com um olhar para o campo gastronômico. Mesmo que o trabalho de Carmen Rekovsky (2013) se dedique à culinária alemã contemporânea (da segunda metade do século XX para cá), há um item dedicado ao tempo mais recuado, à primeira metade do século passado, quando, de forma subjetiva e objetiva, se costuma localizar, cronologicamente, o apogeu da presença desta gente na Capital. Em termos de bares, ela cita Breustübel, Liliput, Arthur, Eduardo, Hubertus, Zeppelin, Zitter Franz, Zum Franziskaner; ao lado deles, aparecem os restaurantes Floresta Negra e Rhenania (p. 99ss.).

São conhecidas as referências a estes locais por cronistas porto-alegrenses. A autora transcreve trecho de Paulo de Gouvêa, no seu livro *O grupo*, para ilustrar a importância que locais “alemães” tiveram nas perambulações noturnas de intelectuais da época:

os velhos bares da velha Porto Alegre! Com seu ambiente carregado de fumaça dos cigarros e do típico aroma do chope de barril – o “*chopp so goldenklar*” [tão claro quanto o ouro] da esquecida canção – com sua música meio capenga, mas sem igual para alegres bebedores, eles eram o refúgio final das nossas perenes madrugadas. E quanto mais aumentavam as rodela de papelão sobre a mesa de toalha em quadradinhos, mais bonita era a vida olhada através dos copos generosos que os garçons (por onde andará o Jacó e seus companheiros?) infatigavelmente renovavam ao nosso também infatigável apelo traduzido para o alemão: “*Bitte, noch ein*” [por favor, mais um] (p. 100-101).

Na sequência, a autora transcreve passagem, do mesmo cronista, que destaca, em especial, o Zitter Franz. Cita, também, Nilo Ruschel, “alemão” de Estrela, em seu livro *A Rua da Praia*, onde, além da qualidade do chope, destaca comidas “típicas” que eram servidas ali: “Os pratos da casa eram o ‘Queijo de porco’ e a salsicha ou o ‘*Eisbein*’ com chucrute, com grandes pinceladas de mostarda. E o pão preto” (p. 102). Referências a locais como Gambrius e Chalé da Praça XV poderiam ampliar o passeio gastronômico, mas o espaço acabou!

Referências

AMSTAD, Theodor. *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

BASTOS, Maria Helena Camara et al. (org.). *Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS: memórias e histórias (1858-2008)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento*: histórias de um bairro de Porto Alegre. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2008.

BONOW, Imgart Grützmann. Os anuários em língua alemã no Rio Grande do Sul de 1874 a 1941. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 75-86, 1993.

COSTA FRANCO, Sérgio da. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.

DELHAES-GUENTHER, Dietrich von. *Industrialisierung in Südbrasilien*: die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul. Colônia: Böhlau Verlag, 1973.

DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha*: história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul (III). Maringá: Editora Maçônica “A trolha” Ltda., 1993.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Porto Alegre 1900-1920*: estatúria e ideologia. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatúria, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito*: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2004.

GERTZ, René E. (trad.). *Memórias de um imigrante anarquista*: Friedrich Kniestedt. Porto Alegre: EST, 1989.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GERTZ, René E. Elite intelectual, religião e religiosidade no Rio Grande do Sul do entre-guerras. In: RAMBO, Arthur Blasio *et al.* (org.). *Pe. Balduino Rambo – a pluralidade na unidade*: memória, religião, ciência e cultura. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2007. p. 73-85.

GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President*: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974. 2015. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, 2015.

GRIENEISEN, Vera. *Aspectos transculturais na arquitetura porto-alegrense*: a obra de quatro profissionais alemães entre 1900 e 1950. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HASS, Ani Maria Schiphorst. *O empresariado industrial do Rio Grande do Sul*. 1971. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1971.

HOMRICH, Maria Henriqueta *et al.* (org.). *O legado de Schultz*: uma vida dedicada à botânica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

GERTZ, R. E. • Alemães em Porto Alegre: sua presença no trabalho, na cultura, no comércio, na indústria

MACHADO, Janete da Rocha. *O veraneio de antigamente: Ipanema, Tristeza e os contornos de um tempo passado na zona sul de Porto Alegre (1900-1960)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MACHADO, Janete da Rocha. *Empreendedorismo teuto-riograndense: o caso das empresas Bromberg & Cia. (1860-1932)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MAZO, Janice Zarpellon. *A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências do Desporto) – Universidade do Porto, 2003.

OLIVEIRA, Lizete Dias de. Porto Alegre e seus reflexos: a cidade imaginada e a cidade oficial. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 16, número especial, p. 17-28, 2010.

PIASSINI, Carlos Eduardo. *Imigração alemã e política: os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Brüngen e Bartholomay*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

REKOVVSKY, Carmen Janete. *A geografia dos restaurantes alemães de Porto Alegre – R.S.* Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

ROCHE, Jean. *A colonização e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RÜDIGER, Francisco R. Imprensa e esfera pública. In: FISCHER, Luís Augusto *et al.* (org.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1996. p. 131-137.

SEITZ, Sílvia Karina Crestani. *Bairro Três Figueiras: criação da Associação Alemã*. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de bacharelado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SOARES, Ricardo Santos. *O foot-ball de todos: uma história social do futebol em Porto Alegre, 1903-1918*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WEIMER, Günter. Os alemães de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 161, p. 53-82, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/118787>>. Acesso em: 23 jan. 2022.

A PORTO ALEGRE DOS IMIGRANTES ITALIANOS

Antonio de Ruggiero

Imigrantes italianos e urbanização

Quando se analisa o grande tema da imigração italiana no Rio Grande do Sul no período anterior à Primeira Guerra Mundial, o pensamento vai diretamente para a esfera agrícola. De fato, a partir de 1875, depois de uma experiência anterior com os colonos alemães, o governo imperial brasileiro promoveu neste estado uma política populacional maciça por meio das agências de emigração que recrutavam camponeses italianos – prevalentemente vênetsos, mas também lombardos e trentinos – que se tornaram o ícone de uma imigração de caráter quase exclusivamente rural. Em poucos anos, mais de 100.000 peninsulares deram vida aos primeiros núcleos da assim chamada “Região Colonial Italiana”, hoje verdadeiros centros urbanos com vocação também industrial, os quais, não distantes da capital, preservaram e reivindicaram através dos seus descendentes uma identidade própria que remete à sua origem “italiana”. Não podemos esquecer que essa experiência representou, efetivamente, a principal reforma agrária realizada no Brasil tendo reflexos significativos na inteira fisionomia política, social e econômica das regiões meridionais.¹ A importância desse processo de povoamento rural, porém, fez com que quase todos os imigrantes acabaram sendo confundidos com colonos.

A partir de 1990, Constantino foi, sem dúvida, a maior intérprete de uma revitalização dos estudos sobre a presença de italianos nas cidades gaúchas. Seus trabalhos insistiam relativamente à necessidade de preencher algumas lacunas, pois a maioria dos pesquisadores foi tradicionalmente atraída pela experiência da colonização agrícola, mais relevante sob o perfil quantita-

¹ Para mencionar alguns trabalhos clássicos, tanto no Brasil quanto na Itália: Manfroi (1975), Costa (1977), De Boni e Costa (1982), De Boni (1983), De Boni e Costa (1987), De Boni (1987, 1990 e 1996), e Giron e Herédia (2007). Para um balanço historiográfico geral e atualizado sobre estudos italianos e brasileiros referente às primeiras imigrações agrícolas no Sul do Brasil, consultar Franzina (2014).

tivo e de sucesso, até porque estrategicamente norteadas pelos propósitos governamentais (CONSTANTINO, 2002).

No entanto, no Rio Grande do Sul, muitas cidades renovaram-se nesse período e, além de exercerem uma grande atração sobre imigrantes pela diversificação das atividades profissionais oferecidas, tornaram-se lugares de interesse cultural, sempre mais dinâmicos e cosmopolitas. Essas localidades mudaram os próprios traços, ampliaram-se e participaram de uma alteração na estrutura da sociedade e até da mentalidade. No caso dos italianos, muitos centros urbanos do estado, e em particular a sua capital multiétnica, assistiram a uma dialética entre componentes sociais e regionais diversos, considerando que a coletividade dos peninsulares era ampla e heterogênea, com uma presença efetiva desde os primeiros anos do século XIX. Atravessando as fases tortuosas da história política gaúcha e brasileira em geral, os italianos, e sucessivamente os seus descendentes, mantiveram por longo tempo as características da própria identidade originária, seus modelos, valores e costumes ligados mais às “pequenas pátrias locais” do que à pátria em geral, tanto nas colônias como nas cidades.

Presença precoce em Porto Alegre

Se é verdade que a imigração urbana se fortaleceu graças às migrações internas daqueles colonos entrados no país por meio das políticas oficiais, depois de terem passado um tempo nas colônias de povoamento, não podemos esquecer que existiu um número elevado de imigrantes “espontâneos” que desde a primeira metade do século XIX chegaram diretamente da península ou de países fronteiriços da América Latina, em particular dos vizinhos Uruguai e Argentina. Esse segundo grupo se caracterizava pela sua heterogeneidade social, que evidenciava dialetos, usos e costumes diversos em função da proveniência regional diferenciada (CONSTANTINO, 1991).

Em Porto Alegre, capital da então província de São Pedro, esta presença ampliou-se e diversificou-se nos anos sucessivos, até o período da assim chamada “grande imigração”. É oportuno ressaltar a participação de italianos na Revolução Farroupilha, que, além de consolidar o mito do maior herói nacional, Giuseppe Garibaldi, ao mesmo tempo permitiu o deslocamento de um bom número de compatriotas exilados políticos residentes no Rio de Janeiro – onde existia uma *Congrega mazziniana* –, para as cidades gaúchas, principalmente Porto Alegre. Outros chegaram de diferentes partes da região sul, depois de terem-se alistado na *Legião Garibaldina*, nas lutas pela independência do Uruguai (BARROS FILHO; SEELING; BOJUNGA, 2007; FRANZINA, 2012).

A capital representava uma meta atrativa por ser o principal centro comercial da província, pois estava localizada na confluência de cinco rios navegáveis que atravessavam todo o Rio Grande do Sul. Já a partir de 1840 encontramos na imprensa local propaganda de estabelecimentos comerciais e anúncios fúnebres de proprietários de origem italiana. Da mesma forma, outros estudos sobre os registros paroquiais em Porto Alegre permitiram demonstrar a existência de uma coletividade permanente de italianos que em 1850 contava com pelo menos 41 famílias dentro de uma população de apenas 16.000 indivíduos. O número cresceu bastante nos anos seguintes, até porque a guerra contra o Paraguai favoreceu o comércio da cidade com um estímulo à produção e com o surgimento de novas indústrias, em uma fase de modernização urbana sem precedentes (CONSTANTINO, 2007). Enquanto isto, se fortalecia a “Praça do Comércio” criada em 1858, embrião da futura “Associação Comercial”, em um período de acumulação de capital que, das já consolidadas colônias alemãs, começava a ser investido nas indústrias e nas empresas comerciais (SINGER, 1968).

Já por volta de 1870 notamos alguns indivíduos italianos, que se distinguem nas artes e no comércio. Ainda estamos em uma fase anterior à “grande imigração”, quando o número era pequeno se comparado com aquele dos alemães, chegados ao Rio Grande do Sul a partir da década de 20 do século XIX. Mas esse grupo começava a agregar-se e a tornar-se uma comunidade unida por laços identitários. Como tentei demonstrar por meio de um estudo sobre marmoristas provenientes da Itália, Porto Alegre oferecia oportunidades interessantes de emprego com uma presença urbana precoce de mão de obra qualificada antes dos grandes fluxos de massa (DE RUGGIERO, 2014). Frequentemente, graças a essas vanguardas que estabeleceram *enclaves* comerciais, criaram-se as condições favoráveis para construir campos sociais que ligavam o país de origem com o de destino. Utilizando a categoria do “transnacionalismo”, a historiadora italiana Paola Corti evidenciou a tendência, desde as mais antigas migrações italianas, de reforçar tais laços que resistiam às restrições impostas pelas barreiras político-institucionais (CORTI, 2009). Criaram-se nos contextos urbanos formas de comunicação que facilitaram o nascimento das primeiras redes “empresariais”, sempre mantendo um vínculo transnacional com a sede originária. Não por acaso, nos anos sucessivos muitos italianos se afirmaram no comércio “étnico” de gêneros alimentícios, assim como estabeleceram “casas de despachos”, verdadeiros depósitos de produtos originários da península (DE RUGGIERO, 2018).

Aos poucos, esses pioneiros se tornaram uma elite local de comerciantes e artesãos que começavam a elaborar instâncias de articulação significati-

vas na defesa de uma identidade italiana, enquanto a comunidade se tornava sempre mais heterogênea e plural com as novas chegadas nos anos posteriores. Os mais antigos se associaram, em 1877, na primeira sociedade italiana de Porto Alegre, a “*Vittorio Emanuele I*” que, fundada por um grupo de italianos patrocinados pelo vice-cônsul Alessandro Weingartner, e com Garibaldi como presidente honorário, era uma associação composta por elementos de destaque nas atividades urbanas. Os inscritos eram prevalentemente comerciantes, profissionais liberais e artesãos, que manifestavam uma consciência política “nacional”, possuíam certa formação cultural e aplaudiam a Unificação Italiana, deixando de lado o excessivo regionalismo como o que contrariamente ocorreu nos sucessivos fluxos migratórios. Entre os sócios fundadores se distinguem alguns velhos companheiros do “herói dos dois mundos”, que participaram das campanhas militares farroupilhas e no Uruguai. Originalmente, a agremiação se chamava simplesmente *Mutuo Soccorso e Benevolenza*, mas em março de 1878, depois da morte do rei italiano Vittorio Emanuele II, os sócios resolveram homenagear o soberano protagonista do Ressurgimento italiano com a mudança do nome. Graças a doações de particulares brasileiros, obteve também um terreno específico para guiar um projeto ambicioso, a construção de um hospital italiano intitulado “*Regina Margherita*”, cuja realização foi estimulada pelos compatriotas e patrocinada pelo consulado. Em 1888, foram até mesmo organizadas solenidades formais com a presença de autoridades civis e eclesiásticas para a colocação da pedra fundamental do edifício que permaneceu, porém, uma utopia. O sonho desses notáveis nunca se concretizou devido à objetiva dificuldade em arrecadar fundos entre os compatriotas do estado (CINQUANTENARIO, v. I, 2000). Em 1892, a *Vittorio Emanuele II* já contava com cerca de 400 sócios registrados e se afirmava como a principal instituição representativa da italianidade no Rio Grande do Sul (RAPPORTO, 1893). Colocava-se sempre no comando da organização das festividades cívicas patrióticas, como o “XX de setembro”, data que lembrava o completamento da Unificação italiana em 1870; ou a celebração do centenário do nascimento de Giuseppe Garibaldi, no dia 4 de julho de 1907. Em 1904, inaugurou-se a nova sede, que foi construída com a colaboração de técnicos e arquitetos italianos em um suntuoso palacete no centro da capital. Sobre a fachada erguia-se o busto de mármore do Rei *Galantuomo* e abaixo dele, os de Garibaldi, Cavour e Mazzini, as mais importantes – e muito diferentes entre si – almas do *Risorgimento* italiano, que agora conviviam idealmente em paz e de acordo.

Figura 1: Società Vittorio Emanuele II, na rua 7 de Setembro



Fonte: *CINQUANTENARIO*, vol. 1, 2000 (1925), p. 366.

Entre 1850 e 1880, foram muitas as reformas urbanas que transformaram a capital em um centro mais moderno e cosmopolita: a construção do Teatro São Pedro, em 1858; o emprego maior de bondes de tração animal; colocação de chafarizes nas principais praças públicas, com a utilização de novos elementos arquitetônicos de cunho mais internacional; o surgimento da Companhia Carris em 1872; e a iluminação pública a gás; a abertura da estrada de ferro que interligava Porto Alegre a Novo Hamburgo, em 1874 (CONEDERA, 2019).

Em 1884, um detalhado relatório do cônsul em Porto Alegre, Pasquale Corte, registrava uma aceleração da inserção italiana na capital gaúcha. Mencionava-se que naquele ano aproximadamente a metade da Rua dos Andradas no centro era ocupada por comerciantes provenientes da península, que viviam na “quadra dos italianos”, entre a rua Bento Martins e a Praça Senador Florên-

cio. Desempenhavam atividades nos setores secundário e terciário. Relacionava-se, além da atuação dos comerciantes, a presença de médicos, farmacêuticos, “muitos padres”, engenheiros, artistas, fotógrafos, músicos, vendedores ambulantes, hoteleiros, carpinteiros, moleiros, pedreiros etc. Abundavam entre eles as sociedades de beneficência e mútuo socorro, enquanto existia uma única escola italiana privada com 25 alunos de ambos os sexos (CORTE, 1884, p. 10-11). A “colônia” era ainda muito recente para contar com grandes fortunas econômicas, mas o diplomata era otimista em relação às potencialidades do grupo étnico: “Acho que daqui a poucos anos, os nossos competirão no comércio com alemães e portugueses e os ultrapassarão em várias indústrias” (CORTE, 1884, p. 10).

Oito anos mais tarde, o cônsul Compans de Brichanteau destacava a existência de uma imigração espontânea de súditos provenientes de várias províncias da Itália. Eram cerca de 6.000 em uma população de 53.000 na capital. Apontava o fato de poucos trabalharem para patrões e esboçava um esquema de divisão social e de categorização interna: 1) um número limitadíssimo de grandes comerciantes abastados, “magnatas da colônia” que exerciam frequentemente a presidência das principais sociedades italianas e proporcionaram trabalho a um grupo considerável de compatriotas vendedores ambulantes; 2) estes se forneciam nas principais casas comerciais e trabalhavam carregando baús cheios de mercadoria para vender na zona rural antes de retornarem à cidade. Chamados de *mascates*, em alguns casos eram protagonistas de uma migração temporária, mas a maioria transformou-se em pequenos negociantes urbanos. Entre eles, encontravam-se vários meridionais, genoveses, toscanos e lombardos; 3) outra classe analisada é a dos artistas, como professores de música e de canto, “que frequentemente fazem ótimos negócios” na capital, onde se começava a desenvolver um gosto pelas representações artísticas e culturais europeias; e 4) a última categoria era constituída por artesãos em número considerável: marmoristas, alfaiates, sapateiros, ferreiros, pedreiros, além dos jardineiros, camareiros ou até donos de hotel, músicos ambulantes etc. (RAPPORTO, 1893, p. 111).

As pesquisas de Stella Borges demonstram como, no final da década de 1880, os imigrantes italianos, mais de 10% da inteira população de Porto Alegre, contribuíram para acelerar o desenvolvimento e o crescimento do centro urbano. Junto com os numerosos vendedores ambulantes registra-se a ocorrência de muitos proprietários de imóveis, que faziam frequentes depósitos bancários, diferentemente dos ambulantes que remetiam dinheiro para seus familiares na Itália. Os vários periódicos da capital, no entanto, publicavam, com frequência sempre maior, anúncios de diversos profissionais que se dedi-

cavam ao setor terciário de produção, englobando o comércio e as prestações de serviço (BORGES, 1993).

Sem dúvida, o setor comercial era preponderante. Em 1895, dos 286 estabelecimentos registrados no centro histórico, 78 pertenciam a proprietários de origem italiana (perto dos 48 de origem alemã) concentrados na “Rua da Praia”. A maioria é considerada de pequeno porte, além de apresentar uma grande diversidade: botequins, sapateiros, quitandas, açougues, ateliês de alfaiates, cigarreiras, tavernas e barbearias, oficinas de conserto de relógios, correarias e armarinhos (CONSTANTINO, 1998).

Figura 2: Rua dos Andradas



Fonte: BUCCELLI, 1906, p. 77.

Na virada do século

Nos últimos anos do século XIX, com a mudança do regime político, acelerou-se o processo de industrialização em Porto Alegre, a partir de um capital comercial concentrado e de um mercado consumidor mais fortalecido. Na maioria das vezes, a produção, vinculada aos negócios regionais, foi financiada por recursos gerados através do comércio. Os imigrantes europeus tive-

ram um papel fundamental neste processo. Na primeira década do século XX, os estabelecimentos de maior porte no espaço urbano pertenciam a imigrantes e descendentes alemães. A incipiente dinâmica de industrialização atraiu um grande número de estrangeiros para a capital, mas não teve imediatamente a força para absorver toda a mão de obra disponível. O pequeno comércio e o setor de serviços continuaram crescendo com a participação de imigrantes (CONSTANTINO, 1998).

O ingresso de italianos aumentou sensivelmente nesse período. Já foram esclarecidas as dinâmicas que acompanharam uma forte imigração calabresa no centro urbano. Esses italianos *meridionais* não conheceram a atividade rural, direcionando-se imediatamente para as cidades. Em particular, o maior grupo, que caracterizou mais que todos a identidade da coletividade italiana na capital, provinha de Morano Calabro, pequeno centro de montanha perto da cidade de Cosenza. Os moraneses ocuparam o bairro “Cidade Baixa”, logo definido como “o bairro italiano”, e abriram atividades na rua dos Andradas, a principal artéria comercial de Porto Alegre. No começo do século XX era, sem dúvida, o grupo preponderante, que começava a assumir uma forte liderança dentro da colônia italiana cada vez mais marcada por regionalismos e divisões internas (CONSTANTINO, 2008).

O cônsul italiano Ciapelli descreve a capital, em 1905, como um centro dinâmico e quase frenético, onde os italianos dedicados ao pequeno comércio se encontram “em todo lugar”:

Não existe rua na cidade ou nos arredores que não conte com uma ou mais lojas de proprietários italianos, e a todo momento se encontram vendedores de gêneros alimentícios e frutas e, principalmente, vendedores de bilhetes da loteria, que formam um verdadeiro exército. Hoteleiros, trabalhadores têxteis, barbeiros, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros e carregadores são abundantes, e no mercado quase todas as bancas são ocupadas por italianos, os quais, provavelmente, parecem ser em maior número do que realmente são, pois se movimentam muito, o que contrasta com o comportamento calmo e compassado do restante da população; de todo modo estão em número certamente relevante e ninguém está ocioso. Existem vários negociantes, quatro médicos, três farmacêuticos, alguns professores, muitos atendentes de loja e funcionários da área comercial (LO STATO, 1905, p. 65).

As bancas “italianas” do mercado público eram fornecidas em grande parte pelos produtos que chegavam de dois estabelecimentos rurais “urbanos”, pertencentes a compatriotas: a fazenda-modelo de Giacomo Bernardi, no bairro Passo de Areia; e a Vila Nova da Itália, fundada em 1894 na Zona Sul, no bairro Tristeza, por Vicente Monteggia, um italiano que vendeu as terras posuídas em Alfredo Chaves, para realizar um ambicioso projeto de colônia agrí-

cola dentro da cidade. O viajante Vittorio Buccelli, na sua obra “*Un Viaggio a Rio Grande del Sud*”, registrava, em 1906, a grande quantidade de imigrantes provenientes das regiões setentrionais da península, empregados nos dois empreendimentos do subúrbio porto-alegrense. Enfatizou as prósperas condições alcançadas em poucos anos, graças aos produtos alimentícios, como leite, vinho, fruta, verduras, legumes etc., que abasteciam o mercado interno da capital e se projetavam também nas exportações fora do estado, quando as comunicações e os transportes foram potencializados (BUCCELLI, 1906).

A coletividade italiana crescia progressivamente graças às cadeias migratórias e às dinâmicas de acolhimento de parentes e amigos, além da mobilidade interna do campo para cidade. Com estes ingressos frenéticos de imigrantes, a comunidade presente na capital perdeu a caracterização identitária relativamente “unitária” construída ao longo do século anterior. Os pioneiros “notáveis” chegados com os primeiros fluxos migratórios urbanos, aos poucos foram se integrando na sociedade local, até se tornarem parte integrante. Com a sua ausência, faltou o papel fundamental do “elemento dirigente”. Tais dinâmicas consentiram a ascensão de uma burguesia trabalhadora e ambiciosa, mas dividida por particularismos e regionalismos, e nas palavras do cônsul De Velutiis em 1908, “pouco sábia e despreparada” para liderar sob uma única bandeira o interesse geral da comunidade italiana presente (LO STATO, 1908, p. 344).

Ao lado dos setentrionais, em boa parte provenientes das colônias agrícolas, e dos calabreses de Morano, continuavam a chegar em Porto Alegre “operários, pequenos comerciantes e industriais oriundos da Toscana, em especial de Lucca, da Romanha, e de algumas províncias meridionais, como Salerno, Avellino e Potenza” (LO STATO, 1908, p. 305). Na verdade, muitas pesquisas demonstraram que, diferentemente do caso de São Paulo, o número de operários nas indústrias era pouco expressivo entre os italianos. A maioria trabalhava em pequenas empresas familiares de compatriotas. Na grande indústria, em particular, com algumas exceções,² tinham maior relevância os alemães, tanto como proprietários quanto como empregados. Comparando as fábricas entre os dois grupos étnicos, aparece evidente essa diferença. Os estabelecimentos italianos se caracterizavam por empregar mão de obra familiar, com um número reduzido de operários. Também na análise do movimento operário rio-grandense, apesar de não termos ainda pesquisas mais aprofun-

² É o caso, por exemplo, da empresa de marmoraria de Jacob Aloys Friedrichs que desde 1891 empregava um número consistente de operários qualificados italianos (SILVA, 2006).

dadas sobre o tema, percebe-se uma incidência muito menos enérgica de militantes italianos, em relação ao que estava acontecendo na capital paulista nos primeiros anos do século XX (MARÇAL, 2004).

Na véspera da Primeira Guerra Mundial, destacavam-se em Porto Alegre várias pequenas fábricas no setor alimentício, fortalecidas depois que nos últimos anos aumentaram substancialmente os impostos sobre a mercadoria importada. A maioria produzia bebidas alcoólicas, gasosas e cervejas; e outras preparavam biscoitos, pão e doces, como a Confeitaria de Nicolau Rocco que se distinguiu por empregar excepcionalmente 80 operários. Duas das três fábricas de massas alimentares, enfim, pertenciam a italianos que, desde os primeiros anos do século, tentaram reproduzir as características da *pasta* consumida nas mesas italianas. Na manufatura de tecidos se sobressaíam os fabricantes de chapéus de palha, lã e lebre. Na produção de artigos de mármore, apesar do maior estabelecimento urbano desde 1891 pertencer ao empreendedor alemão Jacob Aloys Friederichs, os italianos ocuparam um espaço preponderante com fábricas de pequeno porte. Das oito na capital, cinco pertenciam a peninsulares (BORGES, 1993; GUILHERME, 2021).

Figura 3: Praça do Portão (por volta de 1913)



Aparece o monumento em mármore do Conde de Porto Alegre, construído em 1884 pelo marmorista italiano Adriano Pittanti; e, ao fundo, o palacete da Confeitaria Rocco, inaugurado em 1912. Fonte: Soska (2018, p. 5).

Enfim, também na inserção no incipiente setor industrial, assim como acontecia para o comércio e o artesanato, evidenciou-se a capacidade dos imigrantes de manter e alimentar vínculos sociais transnacionais com os lugares de origem. Se o capital social geral desses estrangeiros frequentemente encontra uma certa dificuldade, ligada a escassas competências linguísticas, estranhamento em contextos sociais alheios, processos discriminatórios, ao mesmo tempo eles podem acessar e valorizar um capital social específico relativo aos vínculos de solidariedade étnica com outros compatriotas: os “recursos étnicos” que, combinados com uma certa competência qualificada, educação, pequenos capitais disponíveis, redes sociais, etc., podem estimular, como aconteceu, o surgimento de uma pequena burguesia de trabalhadores autônomos. Max Weber afirmava que a etnicidade revela-se eficiente na conquista de espaços econômicos (AMBROSINI, 2009).

Como assinalava o cônsul De Velutiis em 1908, o aumento exponencial de italianos nos centros urbanos do estado se dava, de modo geral, pela inserção de novos profissionais como “médicos, farmacêuticos, dentistas, práticos sanitários, professores de música e de canto, padres etc.”, mas também de numerosos artesãos como alfaiates, sapateiros, escultores, carpinteiros, tipógrafos, ourives, fabricantes de guarda-chuvas, trabalhadores de curtumes e tintureiros. Existiam ainda inúmeros negociantes varejistas de todo o tipo de gênero e mercadores ambulantes; muitos trabalhadores destinados ao trabalho em diversas obras públicas aviadas com o início do novo século; e poucos capitalistas empreendedores com modestas fábricas de chapéus de palha, guarda-chuvas, cerveja, licores, massas alimentícias e algumas refinarias de banha. No seu longo e detalhado relatório, o cônsul sublinhava os importantes progressos “morais” dos italianos nos centros urbanos do Rio Grande do Sul, que depois do fim da imigração subvencionada até 1885, se mostravam ainda mais saudáveis, trabalhadores e moderados. Também os operários em geral conseguiam economizar, assim como os artesãos que exerciam a profissão quase totalmente por conta própria. Muitos haviam feito fortuna, “comprando até mesmo imóveis” (LO STATO, 1908, p. 344).

Apesar da acrescida relevância numérica e econômica no tecido urbano da capital, até quando com Borges de Medeiros o discurso positivista do Partido Republicano Rio-grandense se adequou e valorizou o ideal do trabalho dos imigrantes italianos, não conseguiram se afirmar como uma entidade coesa e solidária que pudesse reivindicar um peso político efetivo. Certamente meritórios foram os esforços dos elementos de destaque na coletividade como, por exemplo, o do jornalista milanês Adelchi Colnaghi, diretor do mais importante jornal étnico bissemanal em circulação no Rio Grande do Sul desde

1902 e até 1925, o *Stella d'Italia*. O jornal tornou-se o porta-voz de um extenso programa para formar um “espírito cívico solidário” entre os indivíduos da comunidade italiana. Criticava o patriotismo individual e isolado. Considerava que o imigrante italiano no exterior não devia pertencer a nenhum partido que não fosse aquele da pátria. O projeto era de uniformizar e disciplinar o patriotismo dos imigrantes “para que as massas possam ser invencíveis”. Colnaghi explicitava, ainda, que pretendia “construir uma coletividade com uma identidade homogênea e ligada à Mãe Pátria, para contrastar a dispersão e isolamento em que vivia a comunidade italiana de Porto Alegre e do Estado” (L’IDEALE, 1902, p. 1). Buscava estimular as novas gerações nascidas no Brasil, mais afeitas à assimilação da cultura brasileira. Tinha como bandeira a nacionalização das massas imigrantes, sendo voltado para uma nascente burguesia liberal na comunidade étnica, refletindo a nova orientação da política italiana no final do século XIX e princípios do XX. Nessa perspectiva, ressalta a importância das comemorações de festas cívicas nacionais italianas como veículo para construir um imaginário identitário coletivo baseado nas tradições da pátria. A verdadeira missão foi, porém, a de integrar as inúmeras sociedades autônomas em uma única “Federação”, que foi alcançada em 1911 com uma vida, porém, efêmera (BARAUSSE; BASTOS; DE RUGGIERO, 2017).

Conforme escreveu em 1925 o jornalista do *Stella d'Italia*, Benvenuto Crocetta, os ideais e as esperanças da Federação foram logo desfeitos perante os personalismos e os egoísmos individuais, que imediatamente conduziram a um torpor estéril improdutivo. Lamentável a “incipiência” e a corrupção de alguns dos líderes, que não haviam compreendido a grande oportunidade que tal cooperativismo social poderia oferecer como chave de defesa dos interesses políticos comuns dentro da sociedade brasileira (CINQUANTENARIO, v. I, 2000). De fato, a partir dos últimos anos do século XIX começaram a proliferar inúmeras associações “étnicas” na capital. Esta tendência que caracteriza todo o período sucessivo até a Primeira Guerra Mundial, indicava uma sempre maior dispersão entre os italianos que apareciam divididos entre regionalismos e instâncias ideológicas diferentes (RAPPORTO, 1893, p. 113).

Em 1895, referia-se a presença de nove associações italianas na capital gaúcha, fundadas a partir de 1877 para atender as exigências dos cerca de 7.000 peninsulares presentes no centro urbano entre os quase 55 mil habitantes totais. Entre elas, quatro tinham a finalidade de mútua assistência, duas de diversão, duas de artes dramáticas, e uma última era a loja maçônica “*Ausonia*”, fundada em 1894 e contando com 48 sócios (LEGRENZI, 1896). No

ano seguinte, o regente consular em Porto Alegre, Dall'Aste Brandolini, revelava um certo pessimismo devido ao lamentável fato de que as numerosas agremiações com instâncias de mútua assistência, beneficência e educação, na realidade, eram caracterizadas por uma excessiva dispersão devido à defesa dos particularismos e regionalismos, com pequenos capitais investidos e com escassa força numérica. Lamentava a falta de uma única grande associação dedicada à beneficência, e de uma outra unicamente dedicada à educação (LA COLONIA, 1898, p. 174-177),

as quais deveriam reunir os melhores elementos da colônia para alcançar os nobres objetivos de ajudar os irmãos em dificuldade econômica, e para manter viva a cultura e a educação italiana. Mas o caráter e o gênio italiano corajoso nos empreendimentos, perseverante no trabalho e na economia, mal se presta aqui à associação e à cooperação. Por isso, a população italiana que vive no Rio Grande do Sul, enquanto é forte por número e por capitais, é eleita por qualidades morais, não consegue formar uma coletividade que vive por sua própria vida [...].

Nesse mesmo período, grupos regionais menores, mas socialmente influentes na cidade, também reivindicaram uma autonomia associativa própria, antecipando uma tendência regionalista que se consolidou nos anos sucessivos (DE RUGGIERO, 2020). Além disso, também foi importante a presença de círculos esportivos como o “*Club Italiano Canottieri Duca degli Abruzzi*” que, com um claro objetivo de defesa identitária, já era ativo no início do século XX. No campo historiográfico mais atento às dinâmicas de organização pedagógica nos núcleos urbanos de italianos, as pesquisas recentes de Gelson Rech e Terciane Luchese, assim como as de Alberto Barausse, nos mostram como, desde a sua fundação, muitas associações italianas em Porto Alegre tiveram a presença de uma escola subsidiada pelo governo italiano como elemento significativo. Esse é o caso das mais conhecidas “*Vittorio Emanuele II*”, “*Principessa Elena de Montenegro*”, “*Umberto I*” e “*Giovanni Emanuel*” (RECH; LUCHESE, 2018).

Figura 4: Società Elena di Montenegro, na rua General João Telles



Fonte: *CINQUANTENARIO*, vol. 1, 2000 (1925), p. 368.

Em poucos anos se formaram novas agregações solidárias, esportivas ou recreativas, que aumentavam no mesmo ritmo em que crescia o número de italianos na cidade, alimentando também novas divisões e dissensos internos.

Com um tom conciliatório, escrevia Buccelli (1906, p. 200), em 1905, relativamente aos compatriotas na capital gaúcha:

são, é verdade, um pouco divididos entre eles, mas os vários grupos são bem vistos pelos concidadãos, que não entram nas questões internas de suas organizações, e que apreciam o espírito de progresso e o objetivo principal que guia todas estas associações, ou seja: a solidariedade e a educação.

Muito mais realistas parecem as considerações do cônsul italiano De Velutiis, que em 1908 enfatizava as principais fragilidades do sistema associativo italiano, incapaz de alcançar qualquer objetivo agregador entre os peninsulares. Além da falta de uma sociedade de beneficência centralizada, subli-

nhou a inexistência de um instituto italiano de crédito e de uma câmara de comércio que pudessem garantir os interesses dos comerciantes e artesãos, sempre numerosos nas “colônias urbanas”, mesmo tendo diminuído sensivelmente o peso econômico das importações e exportações diretas com a Itália nos últimos anos. O diplomata reconhecia as ótimas intenções relativas à mútua assistência, à filantropia e ao auxílio recíproco entre os sócios, à organização da vida cultural e da diversão, além da organização das principais festas patrióticas. Ao mesmo tempo, porém, lamentava que a proliferação de agremiações italianas, que ultrapassaram o número de quarenta em todo o estado, alimentava os “focos de discórdias e lutas entre os compatriotas” (LO STATO, 1908, p. 346-347):

Em geral, o espírito de associação não é muito pronunciado entre esses nossos emigrantes, chegados há mais de vinte anos, vindos de pequenas cidades que, naquela época, não tinham compreendido a importância e a utilidade das cooperativas e das sociedades populares; e as associações surgidas nesses centros não conseguiram alcançar o objetivo pelo qual se haviam instituído [...]. Em todo o caso, poucas das nossas associações dão sinal de vitalidade. Surgem, se unem e decaem facilmente, a depender da energia e da boa vontade de quem as dirige, dos humores dos sócios e das condições econômicas da localidade.

A direção do associacionismo italiano era ocupada agora por pessoas certamente dispostas e trabalhadoras, composta por pequenos comerciantes ou industriais, “todas pessoas sérias e de bom senso”, mas certamente pouco instruídas e preparadas para a função. Diante do aumento da população italiana, na verdade, as mesmas associações haviam enfraquecido as próprias forças e esvaziado as fileiras de sócios. Quando posteriormente as condições da colônia melhoraram e se reforçaram os processos de assimilação, seja a lógica da mútua assistência, seja aquela do ensinamento da língua, perderam muito do seu apelo concreto entre os nacionais (CINQUANTENARIO, v. I, 2000).

Considerações finais

O fenômeno migratório italiano em Porto Alegre teve muita relevância, até a Primeira Guerra Mundial. Diferentes fontes disponíveis podem nos ajudar a compreender melhor as características desses fluxos espontâneos, em grande parte, constituídos por correntes migratórias oriundas de pequenas áreas da Itália, que perpetuam experiências de mobilidade relacionadas principalmente à atividade do pequeno comércio e do artesanato, alcançando significativa contribuição à construção de modernas redes urbanas na América Latina. Seria útil aprofundar um pouco mais aquela que se tornou, também na histo-

riografia, uma representação (frequentemente uma autorrepresentação) idealizada e conciliatória da imigração italiana, baseada no modelo da colonização agrícola. Em muitos casos se elaboraram reconstruções históricas quase heroicas com a exaltação constante de um povo trabalhador, capaz e corajoso; imagens essas muitas vezes propostas também para os âmbitos urbanos onde, pelo contrário, a presença de italianos foi bastante diversificada e com dinâmicas paralelas às de âmbito rural (FRANZINA, 2014).

Nesse sentido, não podemos ignorar, enfim, a participação no século XIX daquelas vanguardas migratórias de italianos que, junto com os exilados políticos, conseguiram estabelecer as primeiras bases comerciais em toda a região do Rio da Prata e do extremo sul do Brasil. A partir desses pioneiros, criaram-se as primeiras redes migratórias e circuitos sociais que encontraram no associativismo dos anos que se seguiram uma articulação mais orientada para responder à carência de instituições e de políticas sociais que pudessem amparar minimamente os imigrantes em termos econômicos, de saúde e de educação para os filhos. Essa é a origem do caráter inicialmente mutualista da maioria das associações, a par do desejo, é claro, de reconhecimento do grupo na nova sociedade, na defesa de uma suposta “consciência de italianidade” que se transformou, a partir das primeiras décadas do século XX, em um esforço das elites locais italianas para construir uma ideia de unidade cultural e linguística entre as diferentes almas dos peninsulares que provinham, ou diretamente da Itália, ou de estados limítrofes como Uruguai e Argentina. Por fim, resta ainda indagar as dinâmicas dos conflitos e as fortes divisões internas na comunidade, que se acentuaram com o aumento dos fluxos migratórios e com a definição cada vez mais nítida das diferentes características regionais e ideológicas de um corpo social ainda muito pouco coeso.

Referências

AMBROSINI, Maurizio (org.). *Intraprendere fra due mondi: il transnazionalismo economico degli immigrati*. Bologna: il Mulino, 2009.

BARAUSSE, Alberto; BASTOS, Maria Helena Câmara; DE RUGGIERO, Antonio. O jornal “Stella d’Italia” (1902-1925). *Transfopress Brasil*, Franca/SP, 7 dez. 2017. Disponível em: <<http://transfopressbrasil.franca.unesp.br/verbetes/o-jornal-stella-ditalia-1902-1925/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BARROS FILHO, Omar; SEELING, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.

BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. Milano: Pallestrini, 1906.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000 (1925). v. I-II.

CONEDERA, Leonardo de Oliveira. Os italianos na capital (1850-1976). In: BACCA, Ademir Antonio (org.). *150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Bento Gonçalves: Proyeto Cultural Sur/Brasil, 2019. v. 1, p. 237-250.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 149-164, 1998.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di un'identità. *Altretalia*, Torino, n. 25, p. 76-88, luglio/dicembre, 2002.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar. In: RECKIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). *História geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3, p. 395-418.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: imigrantes meridionais na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST, 2008.

CORTE, Pasquale. *Le colonie agricole italiane nella Provincia di Rio Grande del Sud nel Brasile all'Esposizione Nazionale di Torino*. Montevidéu: Nación, 1884.

CORTI, Paola. Famiglie transnazionali. In: CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo (org.). *Migrazioni: Annali Storia d'Italia*, 24. Torino: Einaudi, 2009. p. 303-316.

COSTA, Rovílio. *Antropologia física da imigração italiana do Rio Grande do Sul e suas implicações religiosas*. Porto Alegre: EST, 1977.

DE BONI, Luís Alberto. *A Itália e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1983.

DE BONI, Luís Alberto (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987, 1990 e 1996. 3 v.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1982.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. Gli italiani del Rio Grande do Sul. In: EUROAMERICANI. *La popolazione di origine italiana in Brasile*. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1987. v. 3, p. 31-44.

DE RUGGIERO, Antonio. Os empreendedores toscanos do mármore nas cidades brasileiras (1875-1914). In: FAY, Claudia Musa; DE RUGGIERO, Antonio (org.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de casos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 75-90.

DE RUGGIERO, Antonio. A saudade dos sabores e o comércio étnico dos imigrantes italianos no Brasil (1875-1914). *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, n. 1, p. 121-138, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1534/2133>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DE RUGGIERO, Antonio. “*Settù voi vienire ora è il tempo*”: L’emigrazione toscana in Brasile (1875-1914). Pisa: Pacini, 2020.

FRANZINA, Emilio. Emigrazione, esilio e unificazione italiana: i primi gruppi immigratori in America Latina e il Risorgimento. *Studi Emigrazione*, Roma, n. 49, p. 566-592, 2012.

FRANZINA, Emilio. *La terra ritrovata: storiografia e memoria della prima immigrazione italiana in Brasile*. Genova: Termanini, 2014.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.

GUILHERME, Regina Zimmermann. *Cidade de pedra: Leone Leonardi e os marmoristas italianos em Porto Alegre*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.

L’IDEALE della Stella d’Italia. *Stella d’Italia*, 30 de março de 1902.

LA COLONIA italiana nello Stato di Rio Grande do Sul (Brasile). (Rapporto del signor A. Dall’Aste Brandolini, reggente il regio consolato in Porto Alegre). *Bollettino del Ministero degli Affari Esteri*, n. generale 120, n. di Serie 49, febbraio 1898, p. 174-177. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). *L’emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)*: Fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

LEGRENZI, Angelo. Istituti italiani nello Stato del Rio Grande del Sud (Brasile). *Bollettino del Ministero degli Affari Esteri*, Indice, 1896, p. 69. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). *L’emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)*: Fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

LO STATO di Rio Grande del Sud. (Rapporto del cav. E. Ciapelli, R. console in Porto Alegre). *Bollettino dell’Emigrazione*, n.12, 1905. In: ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). *L’emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)*: Fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

LO STATO di Rio Grande del Sud e la crisi economica durante l’ultimo quinquennio. (Da un rapporto del cav. Francesco De Velutiis, R. Console in Porto Alegre) (Febbraio 1908). In: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – Commissariato dell’Emigrazione, *Emigrazione e Colonie. Raccolta di rapporti dei RR. Agenti diplomatici e consolari: America, Parte I –Brasile*. Roma: Manuzio, 1908. v. III.

MANFROI, Olivio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre: [S. n.], 2004.

RAPPORTO del R. Console cav. Avv. Edoardo dei conti Compans de Brichanteau (25 marzo 1892). In: MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. *Emigrazione e colonie. Rapporti di RR. Agenti diplomatici e consolari*, Roma, Tip. Bertero, 1893. In: ROMANATO, Gianpa-

olo; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (org.). *L'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul brasiliano (1875-1914)*: Fonti diplomatiche. Consiglio Regionale del Veneto, Ravenna: Longo Editore, 2018.

RECH, Gelson L.; LUCHESE Terciane Â. *Escolas Italianas no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Nacional Ed. Universidade de São Paulo, 1968.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: OIKOS, 2006.

SOSKA, Gabriela Barbosa. *Confeitaria Rocco – Instituto de Gastronomia*. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182815/001076234.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

PARTE 3

INSTITUIÇÕES
&
REPRESENTAÇÕES

NOS PAPÉIS PÚBLICOS: ADMINISTRAÇÃO E CAPITALIDADE EM PORTO ALEGRE (1772-1822)

Adriano Comissoli

A definição de uma data de fundação para Porto Alegre já foi alvo de polêmica, narrada de modo curioso e divertido no livro “O aniversário de Porto Alegre” (MACEDO, 2004). Qual teria sido o ano de estabelecimento da cidade: 1740, 1772 ou 1773? Cada alternativa estabelecia critérios diferentes de aferição: o registro de assentamento humano mais antigo, manifestado pela carta de sesmaria concedida a Jerônimo de Ornellas; a criação da freguesia, resultante de uma concentração humana expressiva para a época; a passagem à condição de capital e a recepção dos instrumentos de administração. Até mesmo o ano de 1625, quando um vulcão teria destruído a povoação original, foi apontado como possibilidade. Não desejamos ressuscitar a discussão, que pode ser um atoleiro de impressionismos; em vez disso preferimos pensar a interligação entre as etapas do desenvolvimento populacional e social e sua relação com o papel de centro dos poderes oficiais na região. Contudo, deixaremos a criativa hipótese de 1625 de fora de nossas considerações, dado não ser pautada por qualquer evidência geológica.

É lugar comum afirmar que uma cidade é um organismo vivo, desenvolvendo-se, modificando-se, crescendo ou fenecendo. Contudo, talvez seja mais interessante pensarmos nos organismos vegetais, que começam a se desenvolver debaixo da terra e só nos chamam a atenção quando brotam, irrompendo do solo. Grande parte de seu desenvolvimento nos escapa aos olhos e podemos nos equivocar supondo uma vida estática. Procuraremos argumentar que a sucessão das datas convida a pensar o conjunto de transformações, que encadeadas formam um fluxo, o qual, visto em momentos particulares, resulta em formas específicas. É necessário constantemente alternar entre a dinâmica temporal e intervalos nos quais analisamos elementos particulares. Consideraremos parte deste fluxo, desenvolvido entre 1772 e 1822, colocando em primeiro plano a formação de Porto Alegre enquanto povoação e seu desenvolvi-

mento enquanto centro articulador da administração e do governo da capitania do Rio Grande de São Pedro.¹

Porto Alegre tem sua identidade atual bastante atrelada ao fato de ser a capital do Rio Grande do Sul. Essa condição atribuiu-lhe e garante um número ímpar de serviços, de benfeitorias e de instituições, frente aos demais municípios do estado. Como nos demais estados do Brasil, a população da capital sul-rio-grandense ultrapassa em muito a das demais cidades. As oportunidades econômicas, a articulação dos municípios no entorno e os bolsões de pobreza também marcam o espaço porto-alegrense. E instituições de governo também o fazem, não apenas da municipalidade, mas de ordem estadual: o palácio Piratini, as secretarias estaduais e um sem-número de órgãos que se distribuem pela urbe, são parte de sua paisagem e de sua razão de ser. Vejamos como essa posição foi definida e se desenvolveu.

Porto Alegre não é a mais antiga povoação portuguesa do Rio Grande de São Pedro e não foi a primeira opção para capital. Ela foi a décima freguesia a ser estabelecida pela igreja católica, começando a registrar batismos em 26 de março de 1772. A primeira fora Rio Grande de São Pedro, surgida a partir de um forte militar e contando participação direta da Coroa; a segunda foi Nossa Senhora da Conceição de Viamão, em 1747, ocupada por criadores de gados particulares e cujo espaço englobava o que formaria a área porto-alegrense. Por ser a mais antiga, Rio Grande abrigou a Provedoria da Fazenda, o mais antigo órgão administrativo, sendo elevada à vila em 1747 e passando a contar com a Câmara de vereadores em 1751. Esses órgãos foram reforçados pelo palácio do governador a partir de 1760, quando o governo do Rio Grande de São Pedro foi desligado da capitania de São Paulo e passou a responder ao Rio de Janeiro, cuja projeção econômica e política crescia devido à sua ligação com a sociedade mineradora de ouro.

Quando falamos em capital, referimo-nos à povoação que sediava os poderes oficiais da capitania: o palácio do governador, a provedoria da Real Fazenda, a câmara de vereadores, pois só existiu uma na capitania de São Pedro de 1751 a 1810. Já explicamos que as instituições estavam abrigadas na vila de Rio Grande, porém, com a invasão espanhola em 1763 foram transferidas para a freguesia de Viamão, a segunda mais antiga e populosa. A capital funcionou na nova casa por dez anos, quando a iniciativa do governador José Marcelino de Figueiredo (1769-1780) realizou nova transferência, desta vez para Porto Alegre.

¹ Usamos Rio Grande de São Pedro para nos referir à temporalidade entre 1737 e 1822, diferenciando do atual Rio Grande do Sul em termos espaciais e de organização social.

Porto Alegre teve um desenvolvimento dissonante das povoações que a precederam. Não surgira a partir de um quartel militar como Rio Grande e Rio Pardo, pontos de fronteira em contato mais imediato com as populações indígenas e com os espanhóis. Também não era fruto da reprodução das famílias mais abastadas e de suas fazendas de criação, como Triunfo, São Francisco de Paula e Taquari. O espaço no qual Porto Alegre viria a ser edificada fazia parte da sesmaria concedida a Jerônimo de Ornellas e Menezes em 1740 e compunha os amplos Campos de Viamão. Dentro da unidade produtiva se incluía a península junto ao lago Guaíba, chamado lagoa de Viamão até metade do século XVIII. Numa corruptela do nome do sesmeiro, o local era chamado de porto do Dornelles e se tornaria a região central porto-alegrense.

Em 1752 chegaram ao Rio Grande de São Pedro as famílias açorianas, “casais de sua majestade que iam para as missões”, adquiridas pelo Tratado de Madri (1750). Contudo, a resistência oferecida pelos guaranis-missioneiros, que se negavam a abandonar as terras de seus ancestrais, impediu que o plano se efetivasse. E as famílias açorianas foram arranchadas de modo provisório em diversas partes ao longo do caminho fluvial que conduzia de Rio Grande a Rio Pardo. Foi desse modo que um número incerto de casais se estabeleceu no Porto do Dornelles, o qual passou a ser denominado Porto dos Casais.

Vinte anos depois a situação dos açorianos começou a ser corrigida. O Porto dos Casais tornou-se a freguesia de São Francisco em 1772, separando-se de Viamão. No ano seguinte, sua devoção e nomenclatura foram alteradas para Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. No mesmo 1773, o governador Figueiredo voltou a governar a capitania, após um afastamento de quase dois anos, nos quais estivera no Rio de Janeiro junto do vice-rei Marquês do Lavradio (1769-1779). Ao retornar, ordenou a transferência de sua residência e da provedoria da Fazenda Real “para este porto, que o Ilmo. e Exmo. Marquês Vice-Rei do Estado determinou fosse a capital destas províncias” e comunicou aos oficiais da Câmara que “estas circunstâncias me fazem persuadir que vossas mercês não hesitarão um só momento em mudarem sua residência do Arraial do Viamão com o Cartório e mais ditos oficiais para este dito Porto, que brevemente hei de criar vila”.²

As coisas não evoluíram do modo que Figueiredo planejara. Primeiro porque os vereadores mudaram a Câmara para Porto Alegre, mas permaneceram residindo em Viamão, na qual já possuíam casas. Seu interesse pela nova

² *Apud* SPALDING, Walter. O Município de Porto Alegre. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, v. I, n. 1, p. 144, 1º semestre de 1939.

povoação parece ter sido pequeno. De outro lado, a alteração do estatuto político de Porto Alegre, de freguesia para vila a fim de justificar a existência da Câmara, não se realizou. A situação permaneceu singular até 1810, quando finalmente foi criada a vila de Porto Alegre, a despeito de pedidos anteriores para correção da discrepância.

Embora os vereadores tenham se negado a mudar-se para Porto Alegre, essa resistência seria vencida pela coerção. Em 1778, quando a paz com os espanhóis acabava de se instalar e o governador se via menos exigido, ele forçou os oficiais da Câmara a mudar suas residências. Para isso os convocou ao seu palácio, sob alegação de discutir o pagamento de um mestre de meninos, um professor que vivia de aulas particulares. Diante do governador, os vereadores se recusaram a assumir a despesa, pois o profissional lecionava mediante pagamentos e não por designação da Câmara.

Porto Alegre era circundada por uma paliçada e fosso de proteção e dispunha de acesso por um portão que era fechado ao final do dia. Tratava-se de uma medida defensiva contra possível avanço espanhol. Após a reunião com o governador, os camaristas foram surpreendidos com o fechamento da passagem, ainda que houvesse tempo hábil. Retornaram ao governador, apenas para ouvir que ficariam detidos até que acatassem a ordem do vice-rei de se mudarem para Porto Alegre, pois o mesmo considerava uma insubordinação os vereadores seguirem vivendo em Viamão. Humilhados, os vereadores aquiesceram com a mudança de suas residências particulares.

No panorama de Porto Alegre sediar os poderes da capitania e ser vila extraoficialmente, o secretário da Junta da Fazenda Real do Rio Grande de São Pedro, Sebastião Francisco Bettamio, redigiu sua “Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul” (1858 [1780]). Iniciando pela capital identificou-a enquanto “Esta povoação a que muitos chamam vila, e nos papéis públicos se diz”. Bettamio era um crítico da permanência da capital em Porto Alegre e defendia que Rio Grande deveria voltar a ocupar o posto. Porém, sua descrição reconhecia na localidade ser simultaneamente uma povoação, uma vila e ter sua condição atestada por documentos oficiais.

Dizer que Porto Alegre era uma povoação remetia à condição de núcleo populacional, um local de moradia permanente para várias pessoas. Contavam-se moradores em número suficiente para justificar a existência de uma igreja com pároco permanente a partir de 1772. O grupo inicial envolvia as famílias açorianas, mas a contribuição de portugueses de outras origens, escravos africanos e americanos e indígenas era bastante expressiva. Os casamentos registrados a partir de 1772 demonstram que os noivos e seus pais

eram originários de diferentes partes do império português e que os nascidos nos Açores não eram a maioria dos noivos (SCOTT; BERUTE; SCOTT, 2017).

No ano de 1780, enquanto Bettamio redigia sua “Notícia...”, Porto Alegre apresentava 1.769 habitantes adultos, sendo que 30% eram escravos. Crescendo de modo acentuado, a povoação atingiu 3.927 almas em 1802, dos quais 40% eram escravos, 7,8%, libertos e 1,1%, indígenas, ou seja, quase metade dos habitantes não era branca (GOMES, 2012). Devemos conjecturar que embora 51,1% não tenham sido identificados nas demais categorias, isso não significa que fossem todos brancos. A pluralidade étnico-racial era uma marca da Porto Alegre setecentista e continuaria a sê-lo ao longo dos séculos (MOREIRA, 2009; WEIMER, 2019). Porto Alegre era uma povoação por concentrar gente em grande número e de diferentes origens. Era uma nova moradia para alguns imigrantes, mas podia ser apenas um ponto de passagem para outras pessoas. As listas das confissões da quaresma (rol de confissão) dos anos de 1790 e 1792 apresentam respectivamente 20 e 39 embarcações aportadas.³ Os números são provavelmente maiores, mas a deterioração dos documentos impossibilita precisar os valores.

Ao mesmo tempo, Porto Alegre era uma vila, isto é, sede de uma Câmara que tinha por incumbências administrar e reger a população em muitas de suas relações. A condição de vila devia-se ao fato da Câmara e dos demais poderes terem se instalado na povoação e não por um documento fundador. Porto Alegre não contava com forais, os documentos tradicionais de criação e regulação de uma vila no mundo lusitano moderno. Bettamio oferece a pista de que os “papéis públicos” referiam-se a Porto Alegre enquanto uma vila, sugerindo que havia alguma oficialidade na condição. Em consulta ao Conselho Ultramarino em 1797, a rainha Dona Maria I mencionou “os oficiais da Câmara da vila do Rio Grande de S. Pedro do Sul com residência na Povoação de Porto Alegre”, demonstrando que mesmo a monarca tinha conhecimento na ausência de correlação entre a vila e sua sede.⁴ Para tornar ainda mais singular a situação, devido a existir somente uma vila na capitania a jurisdição de ambas coincidia. E assim Porto Alegre era vila de fato, embora não de direito, sendo reconhecida pelas autoridades e constando como tal em documentos oficiais.

³ ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. Rol de confissão de Porto Alegre, 1790 e 1792.

⁴ Arquivo Nacional, Códice 69 Vice-reinado. Registro da correspondência do vice-reinado para a Corte, volume 7. Fl. 91-92, 28/04/1797. A despeito da consulta ser endereçada pela rainha, ela foi solicitada pelo príncipe regente Dom João, que exerceu regência não oficial entre 1792 e 1799, assinando ficticiamente como Rainha.

Podemos nos perguntar se a Câmara era, afinal, a de Rio Grande ou a de Porto Alegre. Ambos os termos eram utilizados nos “papéis públicos” e as autoridades envolvidas não pareciam se confundir. Se consideramos a criação da vila, a Câmara era a de Rio Grande, sendo seu deslocamento uma vicissitude. Contudo, se considerarmos seu funcionamento efetivo, o papel de capital e diversos documentos falando da Câmara e da vila de Porto Alegre, constatamos que a Câmara era a de Porto Alegre. E, ainda assim, ambas as respostas são insuficientes para explicar a situação. Tratou-se de um desenvolvimento histórico, marcado pela fuga de Rio Grande e pelo projeto de José Marcelino de Figueiredo em dinamizar a administração do território. O saldo foi a Câmara operar fora de sua sede, gerando alguns problemas, mas conseguindo desenvolver a maioria de suas funções, isto é, cuidar dos caminhos que ligavam as freguesias, arrematar o contrato de açougues, fiscalizar pesos e medidas do comércio, indicar juízes de órfãos, organizar as festividades pela família real, entre outros.

E o projeto do governador Figueiredo? De que se tratava? Podemos falar de um projeto?

José Marcelino de Figueiredo estava bem inserido no Continente do Rio Grande de São Pedro ao tomar posse do governo em 1769. Anteriormente, ele servira como coronel do regimento de Dragões e comandava o acampamento de São Caetano, que se tornara a posição mais meridional dos portugueses depois da perda de Rio Grande. A distância entre São Caetano e Rio Pardo e a necessidade de velocidade de resposta diante da situação de guerra, fez Figueiredo desenvolver uma resposta alternativa ao desafio de governo. Em vez de deslocar-se entre ambos os pontos, viajando centenas de quilômetros, ele criou os postos de comandantes de fronteira, os quais atuavam como subgovernadores. Estes oficiais militares organizavam as tropas em circunscrição geográfica mais pragmática e, embora não deixassem de reportar-se ao governador e de seguir suas instruções, recebiam poderes bastante amplos, tratando, por exemplo, da repressão aos crimes cotidianos. A divisão de espaços permitia ao governador manter-se num só local, sugerindo também racionalização administrativa e militar (COMISSOLI; OLIVEIRA, 2021). Portanto, é adequado afirmar que Figueiredo operou no sentido de aprimorar o governo da capitania, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento com os espanhóis.

Se consideramos a atenção devotada por Figueiredo às preocupações com a guerra e à melhoria da administração, podemos entender melhor a transformação de Porto Alegre em capital. A ideia de capitalidade pode nos ajudar a compreender, dado que implica que no império português moderno se espe-

rava que uma capital unisse a presença do poder local, a presença de população numerosa, edifícios suntuosos e uma posição estratégica, em especial em proximidade com os oceanos. “Em suma, o conceito de capital estava ligado à fixação do poder em um espaço físico, no caso, um ‘centro urbano fixo’, que abrigava as instituições centrais” (PEDRO, 2017, p. 21).

Porto Alegre já possuía algumas destas características, enquanto outras teriam de ser inauguradas. Já mencionamos que a população estava presente e crescendo, algo que se acentuou após ser definida capital. Os prédios suntuosos ainda não se faziam presentes, mas a condição de povoação recente, sem a apropriação dos estancieiros estabelecidos em Viamão, permitiria ao governador definir a distribuição das edificações a serem erigidas e o arruamento a ser estabelecido. A negativa em passar a concessão de “chãos” à Câmara, deixando a autoridade concentrada no governador, evitava diversões ao plano. A interferência realmente ocorreu e foi muito mal vista pelos vereadores do ano de 1780, que denunciaram “o procedimento do dito Governador, que está praticando com os moradores do Porto Alegre, obrigando-os a que derrubem suas casas com tanta desumanidade, [...] que não tem meios para poderem formar outras onde o dito Governador quer”.⁵ O tom crítico se insere na disputa entre governador e vereadores e devemos questionar a dramaticidade de sua apresentação. Ainda assim, a passagem sugere que o governador determinou a derrubada de casas, provavelmente substituindo a ocupação espontânea ocorrida entre 1752 e 1772 por outra, planejada. Os armazéns militares, melhorias no trapiche, uma igreja matriz que tinha por vizinha o palácio do governador surgiram na povoação. A paliçada defensiva e seu portão também compuseram a paisagem. Porto Alegre ganhava prédios tão suntuosos quanto era-lhe possível, muitos deles reservados aos agentes do rei português.

A posição estratégica porto-alegrense não se justificava pela proximidade ao mar, mas ao lago. De fato, a palavra porto compunha os mais antigos topônimos portugueses: porto do Dornelles, porto de Viamão, porto dos Casais, Porto Alegre. Viamão não só era maior e mais populosa como também mais interior, não dispoendo de um curso d’água de grande porte. Porto Alegre era a esquina hídrica do Rio Grande, interligando o acesso a Rio Grande e ao oceano com os caminhos fluviais que conduziam à Aldeia dos Anjos, à Feitoria do Linho Cânhamo, Triunfo, Taquari, Santo Amaro e Rio Pardo (MACE-DO, 1999). A pequena península formara-se em função do encontro de dife-

⁵ Arquivo Nacional. Códice 104. vol. 2, fls. 33 a 35, Ofício da Câmara de Porto Alegre à rainha Dona Maria I, 06 de fevereiro de 1780.

rentes rios (Gravataí, Caí, dos Sinos e Jacuí) em direção à lagoa dos Patos. A escolha do governador Figueiredo por uma povoação portuária refletia sua atenção para a comunicação com os comandantes de fronteira.

O porto também facilitava a condução de mercadorias e vimos que em 1790 e 1792 as embarcações não eram incomuns na paisagem. De modo contraditório, a coerção aos vereadores para viver em Porto Alegre pode ter levado muitos deles a fomentar o trânsito mercantil hídrico, dado que muitos dos que ocupavam a Câmara envolviam-se no comércio. A reconquista de Rio Grande em 1776, que por sua vez necessitou da marinha de guerra lusa, garantiu o acesso ao oceano tornando possível que, em 1781, o comerciante Manuel Bento da Rocha estivesse “incumbido aos mais importantes negócios, que o estado da terra permite [...], fazendo importar em suas embarcações os socorros do País, e exportar por todas as vias as produções que nele se podem escusar”.⁶

A hipótese é de que Porto Alegre foi escolhida para nova capital por dispor das condições para desenvolver a capitalidade. Esta característica não era intrínseca, não era fruto de sua situação natural privilegiada, necessitava de ação humana para existir e ser mantida. Seu espaço permitiria a construção das edificações, em especial as que abrigassem os poderes de governo e administração. Sua população estava já concentrada na península e tinha possibilidades de crescer devido à condição portuária, que a dotava de perfil estratégico comercial e militar.

Centro articulador da capitania

Assim como o governador passou a atuar nas fronteiras distantes a partir dos comandantes das mesmas, Porto Alegre tornou-se, nas décadas seguintes à sua elevação à vila, o centro articulador da capitania. De 1772 a 1822 os cargos e órgãos administrativos aumentaram em número e diversidade de funções. Cada vez mais homens – os cargos eram exclusivos ao sexo masculino – eram incumbidos de funções e muitos passaram a viver em Porto Alegre. Muitos vinham de outras capitanias, mas naturais das ilhas atlânticas ou de Portugal eram igualmente comuns.

O mais antigo dos órgãos administrativos assentados em Porto Alegre era a Provedoria da Fazenda Real cuja origem remontava ao ano de 1748,

⁶ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Carta dos oficiais da Câmara ao ouvidor de Santa Catarina, 12 de março de 1781, 2º Tabelionato de Porto Alegre, Câmara do Rio Grande de São Pedro, Livro 2, fls. 32v-33v.

ainda em Rio Grande. Era igualmente um dos mais importantes já que lidava com as receitas e despesas, possibilitando as ações régias. Cabia-lhe pagar os soldos das tropas, destinar recursos para construção e reparo de fortalezas, ressarcir as requisições de animais de corte ou montaria, os quais eram constantemente mobilizados pelo serviço régio. A lista de providências crescia com os inúmeros pedidos dos vassallos de diferentes condições sociais em toda a capitania (FERTIG, 1998). Embora a concessão fosse arbitrada pelo governador, cabia à provedoria destinar os recursos solicitados, fossem alimentos, soldos, ferramentas ou remédios. Da mesma forma, as concessões de terras a serem realizadas e as provisões de cargos administrativos e de patentes militares tinham de ser devidamente registradas a fim de permitir a redação de balanços ao vice-rei do Estado do Brasil.

Arrecadar, gastar, registrar e informar são verbos que resumem adequadamente as ações da Fazenda Real, em especial os cargos de provedor e de escrivão. As arrecadações incluíam tributos como o quinto dos couros, uma alíquota de 20% sobre o produto, além dos dízimos cobrados sobre o total produzido. Tais taxas tinham seus contratos arrematados a particulares, o que adiantava receita à Coroa e a livrava da execução da cobrança. Como a arrecadação passava a mãos particulares, o provedor atuava enquanto juiz nas causas dos contratos de arrecadação dos quintos dos couros, dos dízimos, dos registros de passagem de animais e do munício das tropas.

Muitos dos pagamentos efetuados pela Provedoria eram realizados por meio de “letras”, isto é, um tipo de nota promissória que garantia ao nomeado ou portador o futuro reembolso. O expediente era utilizado diante da carência de moeda nos cofres, que dependiam das remessas do Rio de Janeiro. Embora a provedoria tenha evitado o endividamento crônico, demonstrou ter problemas na liquidez para honrar seus compromissos. Os soldos militares atrasavam com frequência, deixando os soldados insatisfeitos e dispostos à deserção ou ao motim. A expectativa com a ideia de uma constituição somou-se a atraso crônico nos pagamentos, levando as tropas a se insurgirem em 1821, exigindo tanto o juramento à carta quanto a quitação dos soldos (PICCOLO, 1972).

A circulação de letras da Fazenda Real, utilizadas especialmente na requisição de animais, incidiu num mercado paralelo das mesmas. Muitos dos credores da provedoria preferiam vender suas letras por valores mais baixos do que os nominais, motivados por seus próprios endividamentos. Os comerciantes, que dispunham de maior liquidez e acesso a crédito, além de ser credores dos criadores, terminavam por aproveitar-se da situação, comprando as letras por valores abaixo dos nominais (OSÓRIO, 1999). A depender do que a provedoria era capaz de pagar, o cenário social de Porto Alegre

e da capitania se movimentava em uma ou outra direção; muitos eram afetados pelo órgão.

O provedor era auxiliado pelo escrivão da fazenda Real, organizador dos registros e da memória do órgão. Almojarifes de quartéis e administradores das estâncias reais do Bojuru e do Torotama igualmente se subordinavam ao provedor, gerando uma circulação de papéis. Ofícios, relatórios e listas de produção seguiam rumo a Porto Alegre a fim de ser computados e alimentar os dados enviados aos superiores no Rio de Janeiro. A partir de 1797, o provedor começou a ser aliviado de suas atribuições, pois criou-se o cargo de Intendente da Marinha, responsável pelos armazéns militares e pelas baixas, transferências e assentos dos integrantes das tropas. O intendente também ordenava vistorias aos navios que partissem do porto, incumbindo-as ao patrão-mor e ao escrivão dos armazéns.

Em 1802, a provedoria foi definitivamente extinta e substituída por uma Junta da Fazenda Real, órgão colegiado composto por três integrantes. O primeiro deles era o já existente intendente da Marinha; os outros dois foram criados especificamente para a junta: procurador da Real Coroa e Fazenda e tesoureiro-geral. Subordinavam-se a eles uma série de funcionários, especialmente os reunidos na Contadoria da Junta: um contador, dois escriturários da Contadoria, um porteiro da Contadoria, um contínuo da Contadoria e um oficial papalista, responsável pela secretaria da Junta. O aumento de números de cargos em Porto Alegre era indicador do aumento populacional e produtivo do Continente do Rio Grande. Na capital, a teia administrativa se adensava, expressando a preocupação da monarquia portuguesa em assegurar o controle da sociedade por meio da especialização dos cargos e racionalização de sua atuação. Os órgãos criados a partir dos anos finais do século XVIII ramificavam-se pela sociedade, cada vez mais populosa, a fim de garantir a fatia do monarca sobre a riqueza socialmente produzida. Para alguns poucos, eles ofereciam oportunidades de empregos e de intervenção sobre a sociedade, e, em alguma medida, o atendimento de necessidades da comunidade era aprimorado.

A Câmara de vereadores, cujas atividades remontavam a 1751 em Rio Grande, era outra instituição bastante antiga no Continente de São Pedro. Já mencionamos os motivos de suas mudanças; cabe comentar que era composta de dois juízes ordinários (sem formação em Direito), três vereadores e um procurador. Este formato foi alterado em 1810, quando a situação de vila foi regularizada para Porto Alegre e um juiz de fora passou a atuar na mesma. Além das funções de justiça, esse magistrado presidia as sessões da Câmara, dispensando definitivamente os juízes ordinários.

A Câmara era uma instituição importante, pois nela se reuniam os representantes da comunidade. Seus oficiais eram escolhidos entre moradores da jurisdição da vila. Teoricamente a mesma se estendia a toda a capitania, mas, na medida em que o governador forçara os vereadores a morar em Porto Alegre, parece que somente os habitantes imediatos da freguesia eram eleitos. Apenas um grupo de algumas dezenas era considerado apto a eleger e ser eleito vereador e pertencer ao mesmo implicava ser homem emancipado – casado ou solteiro, mas sem depender dos pais – via de regra maior de 25 anos, definitivamente católico e, embora restrições raciais tivessem sido abolidas no século XVIII, a aparência branca mostrava-se norma não redigida. Outra regra implícita cercava a riqueza, pois a tradição julgava que deveriam ser homens abastados, sem necessidade de ordenados para viver, o que se acreditava conferir idoneidade. Os eleitos para a Câmara eram comumente descritos em atas de reuniões enquanto “cabeça da república” ou “nobreza e povo”. Os termos sugerem uma hierarquia social na qual alguns dos habitantes eram considerados superiores aos demais, o que supostamente conferiria qualidade ao seu governo. Na prática, a sobreposição entre interesses particulares e públicos era comum, e os oficiais procuraram em mais de uma ocasião utilizar a Câmara para garantir a proteção à sua condição de elite e aos seus negócios privados.

O número de aptos à Câmara demonstrou ser bastante restrito. Duas listas de elegíveis apontam 63 nomes para 1814 e 62 para 1818 (COMISSOLI, 2012). Considerando que a população era de quase quatro mil pessoas em 1802, estamos falando de ínfimos 1,6% dos moradores da capital. O total de ocupantes dos cargos não foi muito expressivo; entre 1767 e 1828, as 334 vagas disponibilizadas foram ocupadas por 166 indivíduos, numa média de dois mandatos para cada. Na realidade, a distribuição foi bastante desigual, com quase metade participando somente uma vez da Câmara e uns poucos repetindo exercício dos cargos.

Havia dois níveis de participação na Câmara: os cargos elegíveis pela comunidade da “nobreza e povo” e os indicados pelos oficiais em exercício na instituição. Os oficiais elegíveis eram juizes ordinários, vereadores e procuradores. O juiz ordinário não requeria formação em direito e tinha jurisdição sobre ações civis de baixo valor. Além disso, era encarregado de investigações pelo governador da capitania ou pelo ouvidor da comarca. Cabia ao juiz presidir as reuniões da Câmara, reunindo os vereadores e deliberando sobre demandas apresentadas à instituição. Os procuradores eram responsáveis pela execução orçamentária e prestação de contas.

Uma vez eleitos, estes oficiais indicavam os ocupantes de outros cargos. Ao mínimo 26 funções específicas dependiam dessas nomeações (MIRAN-

DA, 2000), sendo que a lista não inclui o juiz de órfãos, também eleito pelos oficiais. Algumas funções se repetiam em diferentes freguesias, como capitães do mato, cobradores de impostos e juizes vintenários. Há que se destacar que os capitães do mato foram anualmente providos a partir de 1773 e para diferentes freguesias, o que eleva a importância da Câmara na proteção dos interesses do grupo proprietário e na repressão às resistências à escravidão (OLIVEIRA, 2016).

Os oficiais elegíveis eram em sua maioria originários de fora de Porto Alegre. De 1767 a 1828, 42% nasceram em Portugal e migraram para a povoação meridional. Os naturais do arquipélago dos Açores e de outras partes da América, para além do Rio Grande de São Pedro, somam 18%, de modo que mais da metade dos oficiais camarários migraram para a capitania (é preciso considerar que não se identificou a naturalidade de 35% dos investigados) (COMISSOLI, 2012, p. 86). Entre os vereadores o mais comum era não ser natural da povoação.

Era comum os vereadores se ocuparem do comércio, já que 48% dos oficiais se dedicaram a esta atividade econômica em algum momento de sua vida. Os que circunscreviam suas atividades produtivas ao mundo rural eram apenas 5,4%. Novamente o número de ocupações não identificadas é bastante alto, 43% (COMISSOLI, 2012, p. 90). A confluência entre comerciantes e migrantes se fazia perceptível pelo casamento de novos integrantes desse grupo com as filhas dos já estabelecidos em Porto Alegre. É mais comum localizarmos vereadores aparentados enquanto sogros e genros ou enquanto primos por parte de suas esposas do que ligações mais diretas como a de paternidade ou fraternidade de sangue. O fato de muitos vereadores serem comerciantes demonstra a importância desse grupo econômico em Porto Alegre, um fenômeno interligado à sua condição portuária.

O trânsito de tropas para a reconquista de Rio Grande, de navios com suas mercadorias e das pessoas de vários grupos sociais foi acompanhado de conflitos e crimes. Nas duas últimas décadas do século XVIII, as autoridades do governo e da Câmara solicitavam um juiz de fora para Porto Alegre. Diferente dos juizes ordinários, o juiz de fora era um ministro nomeado pelo rei e com formação universitária em Direito. O de Porto Alegre tomou posse em 1810, no mesmo ano em que a povoação finalmente se tornou vila. De fato, o novo magistrado assumiu a presidência da Câmara, que passou a compor-se também de um agente do poder central. O novo juiz oferecia um nível mais aprimorado de aplicação da Justiça e em maior sintonia com as leis emitidas de Lisboa; tinha jurisdição sobre crimes contra a vida e alçada em assuntos civis com valores mais altos do que os ordinários, que foram suprimidos.

Em 1812, o judiciário se robusteceu; o ouvidor da ilha de Santa Catarina passou a residir em Porto Alegre, tornando-a a cabeça da comarca. A ouvidoria de Santa Catarina sediava-se na vila de Desterro, ilha de Santa Catarina, incluindo as vilas litorâneas de São Francisco do Sul e de Laguna e a capitania do Rio Grande do Sul. Sua origem remontava a 1749. Contudo, o crescimento populacional e econômico mais acentuado no Continente de São Pedro parece ter impulsionado a transferência da ouvidoria. Alguns indicadores mostram que a capitania mais meridional já vinha crescendo aos olhos do rei, que no final do século XVIII solicitou uma avaliação sobre a possibilidade de fundir os dois territórios num único governo. Para isso informava que o governador do Rio Grande deveria ser alçado à condução da nova jurisdição. O documento não menciona qual seria a capital e é difícil supor quais critérios seriam aplicados. A condição oceânica de Desterro não podia ser rivalizada pelo porto lacustre, porém, a proximidade com a fronteira espanhola e o dinamismo econômico das fábricas de charque igualmente tinham de ser levados em conta. O fato é que o projeto não teve seguimento.

O papel dos novos juízes foi menos regulador do que sua conexão com a Coroa pode levar a supor. Os magistrados exerceram suas funções, mas igualmente se misturaram às famílias mais bem posicionadas. Dos dez magistrados que atuaram em Porto Alegre de 1810 a 1831, cinco permaneceram na cidade para além do fim de seus mandatos, sendo que três se casaram com filhas de estancieiros abastados durante o exercício da magistratura. Ou seja, embora tenham começado como recém-chegados, eles logo se inseriram na comunidade local. Caetano Xavier Pereira de Brito casou-se durante o exercício de juiz de fora e, após seu término, foi eleito deputado geral para a primeira legislatura da Câmara no Rio de Janeiro. Rodrigo de Souza Pontes foi ouvidor de 1828 a 1831; quatro anos depois abriu os trabalhos da primeira legislatura da Assembleia Provincial. Os magistrados fundiram-se às famílias mais relevantes do Rio Grande e se tornaram seus representantes políticos no Brasil independente (COMISSOLI, 2011).

Como se percebe, entre 1773 e 1822, Porto Alegre recebeu novas incumbências que fizeram dela o ponto nevrálgico da administração. O papel de capital envolvia abrigar as diferentes funções, acompanhando as propostas que visavam dinamizar e otimizar a arrecadação e o controle por parte da Coroa portuguesa. Um exemplo dessa sintonia está na compra dos correios pela Coroa portuguesa em 1798, dando origem ao cargo de administrador dos correios e seus subordinados. O objetivo foi não só o de arrecadar as taxas pelo envio das cartas, mas também o de aprimorar o controle sobre o fluxo de informações (GUAPINDAIA, 2019).

A todos estes cargos se somava o do governador da capitania, o qual já mencionamos várias vezes de forma indireta. Em grande medida, a capitalidade de Porto Alegre devia-se a sediar a moradia e o local de despacho do governante, chamado ora de palácio, ora de residência e provavelmente funcionando como ambos. Governar o Rio Grande de São Pedro no período significava indicar ou nomear inúmeros cargos; acompanhar o desempenho militar na guerra e na paz e inventar soluções como os cargos de comandantes de fronteira; combater o contrabando ou fazer vistas grossas ao mesmo (dependendo da conjuntura e de quem o praticava); escrever, receber e responder inúmeras cartas de diferentes autoridades, subordinadas ou superiores, fazendo às vezes de correia de transmissão de informações e de ordens. Nesse sentido, Porto Alegre era um centro articulador da administração porque nela as principais instituições tomavam decisões sobre o presente e sobre o futuro, frequentemente com base no passado recente; abriam cartas contendo ordens e organizavam suas execuções. Ou as contestavam e redigiam respostas, argumentando outras formas de proceder. A administração e o governo aconteciam primeiramente nas salas e gabinetes dos órgãos responsáveis. Foi em um gabinete que a ideia de Porto Alegre enquanto capital, pensada enquanto local de assento desses poderes, foi elaborada. Foi uma carta redigida na casa do governador que comunicou aos vereadores a adoção da nova capital, e, a partir de então, a povoação não deixou de mesclar sua vida cotidiana ao exercício dos poderes oficiais.

Referências

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do Continente do Rio Grande. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 219-270, 3º trimestre de 1858. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSzTJGeTRIS0ZJZTg/view?resourcekey=0-O-PRJ_4maF4r4u7xIgnsjw>. Acesso em: 22 jan. 2022.

COMISSOLI, Adriano. *A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c.1808 – c.1831)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

COMISSOLI, Adriano. “Tem servido na governança, e tem todas as qualidades para continuar”: perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 77-93, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/St7t7zxfBvGrdyPyJJxMG5H/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

COMISSOLI, Adriano; OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Necessita aquela Província, não só de Governador, mas de Coronel de Dragões: os Comandantes de Fronteira portugueses e o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro, século XVIII. *Revista Ágora*, Vitória, v. 32, n. 3, p. e-2021320304, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/36236/24137>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FERTIG, André Atila. *Entre súditos e cidadãos*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GUAPINDAIA, Mayra Calandrini. *O controle do fluxo das cartas e as reformas de correio na América portuguesa (1796-1821)*. 2019. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/39740>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *O aniversário de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2000.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Se era negro, não era da sua cozinha! Experiências e interdependências entre escravos, imigrantes e forros no Brasil Meridional. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da; DREHER, Martin N.; CARVALHO, Enildo. de M. *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. p. 227-254.

OLIVEIRA, Luísa Machado Montedo de. *“Para prenderem os escravos fugidos e aquilombados”*: capitães-do-mato no Rio Grande de São Pedro (1768-1828). 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de curso de bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PEDRO, Livia. *A cabeça do Brasil: a cidade do Salvador e os caminhos da capitalidade na Bahia (1481-1808)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

PICCOLO, Helga Iracema L. O processo de independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. P. 355-372.

SCOTT, Ana; BERUTE, Gabriel Santos; SCOTT, Dario. Negócios em família: migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre/Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII-XIX). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 105-120, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/803/786>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Personagens do 14 de maio”: a construção da liberdade por “pretos e “pardos” no imediato pós-abolição no Rio Grande do Sul. In: NEUMANN, Eduardo; BRANDALISE, Carla (org.). *O Rio Grande do Sul revisitado: novos capítulos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2019. p. 249-270.

IRMANADOS SOB O MANTO DE NOSSA SENHORA: ELITES PORTO-ALEGRENSES E A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Pedro von Mengden Meirelles

Em um livro de 1906, aquele que viria a ser o primeiro inteiramente dedicado à história de Porto Alegre, Augusto Porto Alegre reservou um capítulo inteiro para tratar do “espírito caritativo do povo” porto-alegrense, que seria desde o princípio imbuído de uma vocação inerentemente religiosa e caridosa, voltada para o acolhimento da humanidade desvalida (PORTO ALEGRE, 1906, p. 103-112). Embora o autor tenha, com o seu renome, consolidado essa versão da história, ela não era sua criação: fazia parte de uma tradição inventada na década de 1850, e veiculada repetidamente pela própria instituição que dela veio a se beneficiar: a irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, mantenedora do hospital vulgarmente conhecido por Santa Casa.¹

Segundo essa história, já na década de 1770 existiriam iniciativas autônomas, levadas a cabo por indivíduos ordinários, como o devoto José Antônio da Silva, apelidado “Nabos a doze”, ou a preta Ângela Reiuna, populares que resolveram às suas custas recolher esmolas para os pobres e alimentar os presos da cadeia. Esses exemplos seriam seguidos por outros indivíduos, até que na década de 1790 seria criada, também por iniciativa particular, uma pequena enfermaria para trato dos indigentes. De acordo com aquele autor, “assim, do seio do povo, surgiu a lembrança da instalação de um hospital, que depois avultado corporifica-se na Santa Casa a síntese, de esforços múltiplos na satisfação do mesmo ideal fervoroso” (PORTO ALEGRE, 1906, p. 106).²

¹ A história das origens setecentistas da Misericórdia de Porto Alegre, sem comprovação documental, começou a ser veiculada primeiramente em texto do jornalista alemão Carlos Jansen, em 1857, sendo incorporada à mitologia institucional da Santa Casa já em 1859, figurando em um manuscrito produzido nesse ano pelo ex-Provedor Manoel José de Freitas Travassos. Discuti em detalhes essa história em trabalhos anteriores, para onde direciono o leitor interessado. Ver Meirelles (2021a, 2021b).

² Todas as citações com grafia arcaica foram modernizadas por mim para maior facilidade de leitura.

A Santa Casa, tanto a irmandade como seu hospital, estaria assim presente em espírito desde a criação de Porto Alegre, celebrando com ela, em 2022, seus 250 anos de existência dedicados ao acolhimento e tratamento das parcelas mais despossuídas da população. Entretanto, essa versão fictícia dos fatos não se sustenta com uma análise documental e bibliográfica mais profunda. Do ponto de vista geral, a criação deste hospital deve-se mais a interesses da administração central do império português, e menos a ideais fervorosos locais. De um ponto de vista particular, só se pode afirmar que a Santa Casa passa a existir em Porto Alegre a partir de 1815, quando a cidade contava já com seus 43 anos de existência. Nesse capítulo me dedicarei a explicar esses dois pontos, oferecendo ao leitor um panorama geral da história desta irmandade tão particular, mostrando como ela se insere em uma linhagem mais ampla, surgida no final do século XV na Europa, e como adquiriu características muito únicas ao ser transportada para a América na década de 1530.

Santas Casas: o que eram, como funcionavam e para que serviam

Antes de mais nada é preciso distinguir-se *administrador* de *administrada*: as Santas Casas coloniais e imperiais eram instituições, geralmente hospitalares, criadas e/ou administradas pela “Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. XIV), instituída em Lisboa em 1498. É comum serem tratadas como sinônimos, e neste texto o assim farei de modo geral, mas peço que o leitor tenha em mente essa diferença.

As irmandades³ eram uma forma de sociabilidade religiosa surgida na Europa no período medieval, e se constituíam em um grupo de indivíduos leigos⁴ que coletivamente cultuavam a alguma entidade celestial e, como irmãos e irmãs, realizavam outras atividades, tais como rezas às almas do Purgatório, manutenção de igrejas, altares ou cemitérios, prática de boas obras etc. Havia irmandades de diversos tipos, formadas por homens e/ou mulheres, pessoas brancas ou de cor, livres, alforriados ou escravizados, religiosos ou não, de uma ou outra profissão. Podiam ser sediadas em altares laterais de uma igreja, ou ter templo próprio. Elas serviam como locais de fé e devoção, primeiramente, mas também permitiam a seus membros acumular *status*, dis-

³ Podem ser empregados como sinônimos quase intercambiáveis os termos “confrarias” e “sodalícios”.

⁴ Isto é, não eram membros do clero ou de alguma ordem religiosa. Quando padres, bispos, frades, freiras, entre outros religiosos participavam de uma irmandade leiga como irmãos e irmãs, o estavam fazendo enquanto indivíduos, não como membros da Igreja.

tinção social e honrarias, garantiam assistência mútua entre pares e caridade pública e, especialmente, sociabilidade na vida e na morte (AZZI, 2008; BOSCHI, 1986, 2019; CHAHON, 1996, 2008; ISHAQ, 2018; OLIVEIRA, 1995; REIS, 2009).

A primeira Misericórdia foi criada no contexto específico do surgimento de uma nova categoria de pobreza: o pobre urbano mendicante. Com o renascimento das cidades no período das grandes navegações, esse mundo europeu pós-medieval e pré-industrial viu surgir uma miséria antes inexistente nas pequenas povoações, onde o desvalido era de alguma forma atendido pela igreja, ou por uma alma caridosa, e não existia em número suficiente para ser um problema urbano e social (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 2; VAN LEEUWEN, 2000). Isso se alterou no século XV, e cada governo encontrou a sua solução para a questão: a Coroa portuguesa, que nos interessa diretamente, instituiu as Misericórdias, atrelando essas irmandades a hospitais patrocinados pelo poder central.

As Santas Casas, como as demais instituições hospitalares e caritativas do período, se inseriam naquilo que o historiador holandês Marco van Leeuwen (2000) chamou de “a lógica da caridade”. Para o autor, o problema do pobre é a sobrevivência, mas o problema da elite é o que fazer e como lidar com o pobre. Embora a mendicância fosse a categoria mais disseminada, havia pobres de vários tipos, como o trabalhador enfermo, o órfão, a mãe solo ou viúva recente com filhos pequenos, o idoso desamparado, entre outros. Era o modo como a elite via o pobre que explicava como seria aplicada a caridade: por um lado, era uma obrigação moral e religiosa daquele que tinha bens contribuir com quem não tinha – visto que “quem dá aos pobres empresta a Deus” – por outro, era necessário que o pobre fosse civilizado, disciplinado, catequizado, medicado e se mantivesse dócil em sua posição, grato pela ajuda, devoto à elite e ao governo. Esse era visto como merecedor de auxílio, em oposição ao pobre ladrão ou vadio, que não deveria merecer a caridade.

Segundo a historiadora portuguesa Isabel Sá (1997), a caridade não visava ao fim da pobreza, pois essa era necessária ao rico: era fazendo as obras de caridade que o rico se enobrecia aos olhos de Deus e da sociedade, garantindo distinção social e a salvação de sua alma. Através da mediação de instituições como a Misericórdia, a realização de obras de caridade por aqueles bem-posicionados socialmente garantia a manutenção desse equilíbrio social, auxiliando as elites ao mesmo tempo que resolvia muito pontualmente alguns dos problemas da pobreza.

Diferentemente de outras irmandades, a primeira confraria da Misericórdia foi criada diretamente pela rainha regente de Portugal, dona Leonor,

irmã de dom Manoel I, que arregimentou indivíduos da elite lisboeta e os direcionou “para executar as obras de misericórdia pela cidade” (SÁ, 2008, p. 24). Essa é uma das principais diferenças dessa para as outras confrarias: enquanto os outros sodalícios tendem a realizar suas ações para os irmãos, para dentro do grupo, os irmãos da Misericórdia realizam seus trabalhos para fora, visto que “qualquer acto de misericórdia é por natureza exercido entre indivíduos em situação de desigualdade” social e econômica (SÁ, 1997, p. 104). Parte indissociável do processo de centralização real levado a cabo pela coroa portuguesa no período, as Misericórdias nasceram sob proteção régia, e entre seus diversos privilégios estava a isenção dos poderes religiosos: as autoridades eclesiásticas não podiam intervir na sua administração ou fiscalizar suas contas e patrimônios; apenas as autoridades temporais indicadas diretamente pelo rei ou imperador poderiam exercer esse controle (SÁ, 1997, p. 73; 2008, p. 41). Da mesma forma, estavam fora da alçada das autoridades municipais, como as Câmaras, respondendo apenas aos governadores e vice-reis. Podiam ser instituídas nas diversas povoações do império português diretamente por ordem régia, ou sob pedido das elites locais, visto que seriam essas, com suas esmolas, que manteriam a prática da caridade.

A irmandade, por seus privilégios e monopólios garantidos por ordens régias, se tornou a principal instituidora ou administradora de instituições hospitalares do império, acumulando um patrimônio riquíssimo na forma de esmolas, imóveis e legados pios. Passou a ser uma instituição de empréstimo de dinheiro a juros, que eram aplicados em prol dos pobres, e também uma importante executora de testamentos. Em termos da prática da caridade, o que regia essa instituição era a tradição das “sete obras corporais” de Misericórdia, apresentadas já no Novo Testamento, em Mateus 25 (LE GOFF, 2005, p. 143),⁵ sendo que cada localidade dava prioridade às obras para as quais tinha mais necessidade.

A Misericórdia atingiu estrondoso sucesso ainda no século XVI, com filiais⁶ surgindo em diversas partes do império luso, seja em Portugal, seja nas

⁵ Sobre elas escreveu Le Goff: “Essas [obras da misericórdia] eram encontradas em um texto do Novo Testamento, Mateus 25, que informa que, no dia do Juízo Final, o Filho de Deus irá separar a humanidade em dois grupos, e informará àqueles situados à sua direita que eles entrarão no reino de Deus como recompensa pelos atos de caridade que performaram ao longo da vida. Esses bons atos consistiam em visitar os doentes, dar de beber aos que têm sede, alimentar os que têm fome, libertar os cativos, vestir os que não têm roupas, dar abrigo aos desconhecidos [aqui referindo-se aos peregrinos], e realizar ofícios aos defuntos”. Tradução livre minha.

⁶ Embora cada Misericórdia fosse autônoma em relação às demais, não havendo hierarquias entre as instaladas no Reino e as das colônias, era a irmandade de Lisboa, a pioneira, que servia de exemplo para todas as outras. Ordens régias posteriores irão obrigar que o Compromisso

conquistas (América, África e Ásia). Na América lusa (Brasil), a primeira foi criada na década de 1540, em Santos/SP, e rapidamente se espalhou pelo território. O historiador britânico Charles Boxer atribuiu parte do sucesso e longevidade do império português a essa dispersão. Escreveu ele:

A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. Elas garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar. Seus membros provinham de estratos sociais idênticos ou semelhantes e constituíam, até certo ponto, elites coloniais (BOXER, 2002, p. 286).

Por terem comunicação direta com o monarca, e serem formadas pelas elites locais que, de modo geral, não se alteravam por gerações,⁷ Câmaras e Misericórdias, administradas por um conselho de oficiais, tinham condições de manterem uma atividade contínua e coerente que não se alteraria pelos caprichos de um ou outro governador. Teoricamente seus recursos financeiros e pessoais, no caso das Misericórdias, poderiam se manter salvaguardados para serem usados apenas para os fins para os quais essa confraria foi criada. Entretanto, diversas foram as vezes em que governadores, capitães, vice-reis e outros altos funcionários régios foram eleitos honorificamente para o cargo máximo, o de Provedor, e acabaram subvertendo as atividades da Santa Casa para privilégio próprio, ou para desonerar os cofres provinciais ou municipais de alguma atividade custosa, como o trato com as crianças expostas, ou o asilo dos alienados, passando essas funções para a Misericórdia local.

Assim, a criação de congêneres dessa irmandade no império transatlântico português não se viu livre de percalços. Como a caridade era aplicada em nível local, cada povoação imprimia as suas características no serviço prestado. Desse modo, é lógico compreender como que a translocação de uma confraria portuguesa pré-industrial para a colônia americana seiscentista, onde uma sociedade tão diferente estava sendo criada, veio a alterar o modo como a Santa Casa funcionaria.

– o conjunto de regras que regia a irmandade – lisboeta de 1618 fosse aplicado a todas as congêneres, que poderiam diferir apenas no que dizia respeito às especificidades locais, como que obras de caridade seriam feitas ou qual o número de irmãos seria aceito. Desse modo, pode-se com alguma liberdade tratar as irmandades instaladas pelo globo como filiais da de Lisboa, desde que se tenha em mente a sua autonomia administrativa: apenas ao Rei (ou seus representantes) cabia intervir nas Santas Casas.

⁷ Boxer menciona nessa obra um trabalho de seu discípulo Russell-Wood, a respeito da Misericórdia de Salvador, no qual esse autor informa que “a Mesa foi ocupada durante séculos pela aristocracia rural dos senhores de engenho, constituindo-se numa oligarquia autoperpetuadora” (BOXER, 2002, p. 303). O trabalho de Russell-Wood citado, original de 1968, foi publicado no Brasil em 1981.

Essas particularidades das Misericórdias coloniais brasileiras foram amplamente estudadas pelo historiador Renato Franco. Segundo ele, a presença da escravidão do indígena e do africano na sociedade brasileira alterou, aqui, o modo como eram percebidas “riqueza” e “pobreza” (FRANCO, 2011, p. 7). É impossível compreender a sociedade brasileira sem considerar os efeitos da escravidão na sua formação. Segundo Schwarcz e Starling, “num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação” (2015, p. 96). Havia uma associação da pele preta ou miscigenada com a marginalidade, baixo nascimento e ausência de dignidade social, tornando principalmente o escravizado muitas vezes um “pobre não merecedor” de auxílio caritativo. Ademais, por ser visto como propriedade privada de seu senhor, a confraria da Misericórdia diversas vezes não via como sua obrigação o acolhimento deste miserável, a não ser que fosse paga para isso.

Assim, embora tenha sido criada em 1498 para prestar caridade física e espiritual para uma grande gama de sofredores e desvalidos, a Misericórdia que se assentou no Brasil desde os tempos coloniais tendeu a não ver a esmagadora maioria de sua população pobre, oriunda do tráfico transatlântico ou nascida nas senzalas, como alvo de seus serviços. Na colônia americana, a experiência da Santa Casa foi, desde o início, muito diferente daquela praticada no Reino, e, portanto, os exemplos apresentados pela historiografia europeia não podem ser diretamente aplicados para a realidade nacional. Dito isso, vejamos como se deu a instalação da Misericórdia de Porto Alegre.

A casa santa dos pobres: A Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre

A povoação de Porto Alegre foi oficialmente instalada em 26 de março de 1772, quando, por edital eclesiástico, o bispo do Rio de Janeiro criou a freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, dando autonomia administrativa em relação à freguesia de Viamão (BALÉM, 1956, p. 13). Em 1780, a população desta freguesia estava estimada em 1.769 habitantes (GOMES, 2012, p. 36). Havia uma enfermaria militar para o tratamento das tropas (lembrando o contexto bélico no qual foi fundada a freguesia), mas a população civil era tratada muito provavelmente em casa, pelo físico-mor, práticos de medicina e curandeiros (ALBERTON, 2019, p. 108).

Uma Misericórdia, como diversos autores já trataram, necessita de maior grau de urbanização e uma sociedade civil já bastante estruturada para existir, uma vez que é a partir das esmolas dadas em nível local que serão feitas as

obras de caridade. E a primeira menção existente para tal estágio urbano em Porto Alegre foi dada em 3 de abril de 1802, quando os oficiais da Câmara escreveram ao Príncipe Regente, indicando a necessidade que havia de um hospital, sendo esta uma vila “onde pobres forasteiros e outros miseráveis não têm refúgio algum para alívio de suas moléstias”. Para remediar tal falta, requeriam os vereadores a “faculdade para se estabelecer o dito Hospital que os fiéis, às suas custas, pretendem erigir”.⁸

Em resposta a esse requerimento foi emitido em 14 de maio de 1803 um Aviso Régio, direcionado a Paulo José da Silva Gama, governador da Capitania, autorizando-o a estabelecer um hospital, e a dar, em conjunto com a Câmara, providências para que as esmolas do povo não fossem desviadas (TRAVASSOS, 1879). Em vereança de 19 de outubro daquele ano, foi eleita uma junta tríplice composta dos cidadãos capitão José Francisco da Silveira Casado, Joaquim Francisco Álvares e Luiz Antônio da Silva para servirem, respectivamente, de tesoureiro, escrivão e procurador das obras do hospital da caridade, sendo em seguida eleito a Paulo Gama seu primeiro provedor.⁹ Esta ainda não era uma Santa Casa, não havia irmandade, era apenas um hospital criado pela vontade dos povos, e autorizado pelo governo, para servir de tratamento aos despossuídos. Por ter seu funcionamento passado pela Coroa, pelo governo da Capitania e pela Câmara, representava uma caridade ordenada, oficial, mantenedora do equilíbrio social, conforme já dito anteriormente.

Supõe-se que entre 1803 e 1814 as obras de construção do prédio tenham ocorrido normalmente, sem muitos percalços. Seria necessário primeiro a acumulação de um grande número de esmolas, para aí se dar princípio às fundações. O terreno do hospital, o mesmo até hoje, diz a tradição foi doado por dom Diogo de Souza, governador da Capitania entre 1809-1814, tendo sido ele, também de acordo com fontes apócrifas, o responsável pelo projeto da obra. Em 1814, com o falecimento de um dos membros daquela corporação trina, os demais acharam por bem solicitar à Câmara para que “crie a Irmandade da Misericórdia [...] sem ser necessário outro algum recurso, visto haver nesta Capital o expressado Aviso para se dar princípio ao novo Hospital, o que já se tem posto em prática”.¹⁰ Para dar maior controle às obras do hospi-

⁸ Requerimento passado pela Câmara de Porto Alegre ao Príncipe Regente, em 03 abr. 1802 *apud* Travassos (1879).

⁹ Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. *Atas de Vereança (Cópia)*. Livro 4 (1794-1804), sessões de 19 e 23 out. 1803.

¹⁰ Centro Histórico Cultural Santa Casa (doravante CHC). *Livro 1º de atas da Mesa Administrativa (1814-1828)*, fl. 1v-3, Requerimento passado pelo Capitão-mor José Francisco da Silveira Casado e João Coelho Neves ao capitão-general e governador Dom Diogo de Souza. Porto Alegre, jan. 1814.

tal, partiu dos próprios membros da junta administrativa a necessidade de se criar uma irmandade de Misericórdia. Não seria necessário, segundo eles, autorização régia, servindo o Aviso de 1803 de documento fundador. Para oficializar a irmandade, o governador ordenou à Câmara que convocasse todos os homens apropriados existentes na povoação, o que foi feito em vereança de 5 de janeiro de 1815.¹¹ Esta irmandade se regeria pelo Compromisso de Lisboa, de acordo com Alvará Régio de 18 de outubro de 1806 (PAIVA, 2008, p. 87-90).

É só a partir de 1815 que se pode falar na existência de uma Santa Casa em Porto Alegre, uma vez que este hospital só recebe essa nomenclatura se administrado pela Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia. Foi a sexta irmandade criada na cidade.¹² Como todas as Misericórdias, era formada exclusivamente por homens, e arrematava aqueles de destaque social, político e econômico na povoação. Como Provedor, foi eleito honorificamente o Marquês de Alegrete, governador. Dos primeiros 37 irmãos, sobressaem-se principalmente os militares, seguidos pelos funcionários régios, pois eram esses também os principais da vila. Com o passar das décadas, e das mudanças dentro da própria elite, a composição das Mesas também vai mudar, adquirindo predomínio os comerciantes (COMISSOLI, 2015; PUFAL, 2013).

Tendo sido criada para melhor administrar as obras do hospital, essa vai ser a principal tarefa da irmandade nos primeiros anos, e por isso são escassas as fontes primárias e os registros de atas desta fase inicial. Trataram os irmãos também de garantir meios para manter as obras e formar um patrimônio inicial para o hospital. Isso se fez principalmente a partir do requerimento para aglutinarem em si a devoção do Senhor dos Passos, imagem então existente na igreja matriz, e já possuidora de um fundo de esmolas e doações administrado pela irmandade do Santíssimo Sacramento, mantenedora daquela igreja: aprovada a solicitação, é em 1819 que se inicia a construção da capela, edifício fundamental para um hospital de Misericórdia, para que pudessem ser dados os sacramentos aos pacientes, e onde seriam feitas as cerimônias da irmandade.¹³

¹¹ CHC. *Livro 1º de atas da Mesa Administrativa (1814-1828)*, fl. 3v-4, Eleição da primeira mesa administrativa da Irmandade da Misericórdia de Porto Alegre.

¹² Precedida pelas seguintes: São Miguel e as Almas do Purgatório (1773); Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora Madre de Deus (1774); Nossa Senhora do Rosário (1786); Nossa Senhora das Dores (1800).

¹³ Esta é outra distinção importante a ser feita: o Senhor dos Passos é o orago da capela do hospital da Santa Casa, não da irmandade, cujo orago é Nossa Senhora da Misericórdia. É errônea a interpretação que alguns autores fazem da existência de uma irmandade dos Passos em Porto Alegre nesse período (NASCIMENTO, 2014, p. 83).

A mudança de regime político coincidiu com um próspero momento para a Misericórdia: não só a irmandade foi enfim confirmada por Dom Pedro I em 1822 (mesmo ano em que Porto Alegre é elevada à categoria de cidade), como também a sua capela desponta como uma das principais da região, “porque o concurso do povo já é tanto que não cabe na igreja”.¹⁴ Na mesma década, em 1826, seriam iniciadas as funções terapêuticas, com a inauguração das primeiras três enfermarias (para os doentes de medicina; para os de cirurgia; e para as mulheres). O provedor responsável por essas ações foi José Feliciano Fernandes Pinheiro, o primeiro presidente da província do Rio Grande do Sul.

Ter uma capela funcional e popular e um “hospital” finalmente inaugurado – depois de mais de duas décadas de construção – seria benéfico para a irmandade, pois a população caridosa da cidade finalmente veria suas esmolas e legados pios sendo convertidos em ações ativas e visíveis. Era necessária essa esfera visual para atrair mais devotos, mais doadores e mais irmãos: todas as irmandades, mas principalmente a Misericórdia funcionavam tanto como um “trampolim” político quanto como uma “vitrine” que firmava e sustentava as posições de mando daqueles que eram irmãos, e boa parte desse poder era exercido de forma visual e pública (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 102).

Como todas as confrarias, a Santa Casa era inflexível quanto ao cumprimento de suas regras, só abrindo exceções quando fosse muito vantajoso para si. Por isso, seus membros tinham o reconhecimento público de serem “homens de boa consciência e fama, tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes”, de terem boas condições financeiras, serem livres de toda infâmia e defeitos, e sem suspeita de que se apropriariam do alheio em causa própria.¹⁵ Assim, ser aceito pela irmandade e adquirir a honra de usar suas vestes cerimoniais e ostentar seu estandarte nas cerimônias públicas da povoação eram um atestado explícito, visível a todos que soubessem reconhecer aqueles símbolos, da posição que um sujeito ocupava na sociedade.

Não surpreende que a confraria fizesse valer seus privilégios sobre as demais irmandades todas as vezes que possível, com vias de, concomitantemente, aumentar seu próprio prestígio e atrair novos irmãos e investidores.¹⁶

¹⁴ CHC. *Livro 1º de atas da Mesa Administrativa (1814-1828)*, fl. 27-28, sessão de 13 fev. 1825.

¹⁵ CHC. *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Typographia de Bulhoens, 1818. Capítulo 1, § 3, p. 3-4.

¹⁶ Digo “investidores” com a convicção de que era de fato um investimento fazer parte da irmandade ou entrar para o seu rol de benfeitores e beneméritos. A Misericórdia era, das confrarias existentes no mundo luso-brasileiro, a mais hábil em realizar a conversão de capital econômico em capital social, permitindo a seus irmãos ampliarem suas redes de relações, tanto pessoais quanto profissionais. Não à toa Charles Boxer registrou em sua obra um dito

Faria duas tentativas nessa direção na década de 1830: primeiramente com a inauguração de sua galeria de retratos de benfeitores; e, em 1833, com a inauguração de seu cemitério para irmãos. Segundo Amanda Eltz (2019), os retratos serviam como um monumento duplo, ao mesmo tempo imortalizando na tela aqueles que realizaram atividades de vulto em prol do hospital, e juntamente enobreciam o próprio empreendimento, que era mantido pelo trabalho de homens tão devotos e zelosos. Os retratos apelavam para a vaidade dos sujeitos envolvidos com a prática da caridade, estimulavam a doação de grandes fortunas para, em troca, serem exibidos em um espaço público, na mais nobiliárquica das irmandades de Porto Alegre. O cemitério dos irmãos servia de igual fim: oferecia um espaço privativo e único para o descanso do corpo, diferenciando aqueles ali enterrados do comum do cidadão, enterrado com o restante da cidade na única necrópole então existente, aquela localizada no entorno da igreja matriz (MEIRELLES, 2016).

Com retratos, túmulos e outras honrarias, a Misericórdia buscava atrair para si cada vez mais distinção e importância na cidade. Essas ações vieram, sim, acompanhadas de um maior afluxo de irmãos e, conseqüentemente, mais dinheiro, mas principalmente o que se deu foi maior visibilidade dos serviços que poderiam ser encabeçados pela caridade da confraria. Já disse que, apesar de pautada pelas quatorze obras, cabia a cada localidade eleger as suas necessidades específicas a serem desempenhadas pela Santa Casa local. Até a década de 1830, a filial de Porto Alegre se ocupava apenas do serviço médico-cirúrgico nas enfermarias. A partir de 1834, por pressão do governo, o hospital passaria a atender também doentes incuráveis – os “alienados” – e a dar acolhimento às crianças órfãs ou abandonadas – os “expostos” (LORENZO, 2007; SILVA, 2014, 2019; WADI, 2002). A irmandade não aceitou essas novas incumbências de bom grado, pois elas representavam um aumento nas despesas que não vinha acompanhado de maior receita, e tentou, em vão, passar adiante as obrigações.

Mas a maior das transformações da rotina da confraria viria em 1850, quando a Santa Casa, por Postura Policial, passa a ser a responsável pela administração do novo cemitério público de Porto Alegre, aquele que se tornaria por muitos anos a única necrópole existente na cidade, onde seriam sepultados, sem exceção, todos aqui falecidos (MEIRELLES, 2016). Esta foi uma enorme mudança na vida social e confrarial de Porto Alegre, pois até aquele

muito corrente em Goa, que estipulava que “quem queria viver bem, à larga e com liberalidade, devia tentar se tornar vereador do conselho municipal ou então irmão da Misericórdia – ou, de preferência, ambos” (BOXER, 2002, p. 299).

ano existiam dois cemitérios na povoação: o exclusivo dos irmãos da Santa Casa, e o cemitério da matriz. Se a Misericórdia até então só exercia as suas ações sobre dois grupos muito específicos de pessoas – por um lado, os despossuídos, e por outro, a mais alta camada da sociedade, os seus irmãos –, a partir de abril de 1850 ela passaria a ter o monopólio exclusivo do transporte funerário e do enterramento de cadáveres em Porto Alegre. Se até 1850 ela foi a “casa santa dos pobres”,¹⁷ após esse ano houve a entrada “[d]o comércio naquela santa instituição”.¹⁸

O cemitério da Santa Casa, no bairro Azenha, foi o único espaço funerário católico na cidade por mais de uma década. Pelo mesmo tempo a irmandade exerceu o monopólio do transporte fúnebre, alugando carros e vendendo sepulturas para todos os cidadãos que não apresentassem atestados de pobreza. Para os pobres ainda exercia a caridade; para os demais, o comércio. Para autores como Felicíssimo de Azevedo, esse fato representou a corrupção dos ideais pelos quais foi fundada essa confraria. Quer se concorde ou não com essa conclusão, o fato é que a concessão desse monopólio alterou de modo inédito o equilíbrio existente entre as irmandades de Porto Alegre: todas as demais passaram a ser “clientes” da Misericórdia. Mesmo que a concessão do cemitério não tenha sido acompanhada por um grande aumento nas receitas da confraria, da década de 1850 em diante ela consolidou a sua posição como o principal sodalício da cidade, sendo nos dias de hoje um dos únicos a continuar existindo, embora com atuação muito diferente daquela do século XIX.

Se a história das Misericórdias portuguesas desde 1498 explica os motivos pelos quais foi fundada a confraria de Porto Alegre, vai ser a trajetória específica dessa irmandade e dessa povoação que explicará os rumos que foram tomados. Mesmo que, no ano em que Porto Alegre faz 250 anos, a irmandade da Santa Casa comemore “apenas” o seu 207º aniversário, é inegável que a história das duas está intimamente interligada. Para concluir, assim como iniciei, deixo o leitor com as palavras de Augusto Porto Alegre (1906, p. 112):

A Santa Casa, obra pia, [...] é um belo documento, ao mesmo tempo que é a revelação d’almas generosas, na manifestação do amor, pela obrigação social dos auxílios que mutuamente nos devemos uns aos outros. [...] Monumento levantado para fins tão nobres e elevados ele alteou-se até chegar a ser o que é: uma força representando a síntese de esforços múltiplos na satisfação do mesmo ideal, cujo nobilitante altruísmo é o estalão por onde pode ser aferida a soma de amor que nos une na vida.

¹⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (doravante HDBN). AZEVEDO, Felicíssimo Manoel de. Causas municipais. *A Federação*, Porto Alegre, ano 1, n. 115, p. 2, 19 maio 1884.

¹⁸ HDBN. AZEVEDO, Felicíssimo Manoel de. Causas municipais. *A Federação*, Porto Alegre, ano 3, n. 49, p. 2, 01 mar. 1886.

Referências

- ALBERTON, Mirele. *“Das providências, que se tem dado a respeito da saúde pública”*: Enfermidades e ações de combate à variola na Porto Alegre do início do século XIX (1800-1835). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7686/Mirele%20Alberton_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- AZZI, Riolando. A instituição eclesial durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo *et al.* *História da Igreja no Brasil*: Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época, período colonial. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 155-242.
- BALÉM, João Maria, Padre. *A Catedral de Porto Alegre*. Porto Alegre: Edmundo Luis Kunz, 1956.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSCHI, Caio César. Confraternidades negras na América portuguesa do Setecentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 211-234, dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000400211>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CHAHON, Sérgio. *Aos pés do altar e do trono*: As Irmandades e o Poder Régio no Brasil (1808-1822). Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor*: As missas e a vivência leiga do catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820). São Paulo: EDUSP, 2008.
- COMISSOLI, Adriano. Porto Alegre oitocentista: Misericórdia, jantares e teatro. In: CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas IV*. Porto Alegre: Evangraf, 2015. p. 26-42.
- ELTZ, Amanda Mensch. *Entre a Gratidão e o Poder*: uma coleção de retratos pintados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202436>>. Acesso em: 08 ago. 2021.
- FRANCO, Renato Júnio. *Pobreza e caridade leiga – As Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ISHAQ, Vivien. Irmandades. In: ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL. *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3171&Itemid=351>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LE GOFF, Jacques. *The Birth of Europe*. Translated by Janet Loyd. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

LORENZO, Ricardo de. *“E aqui enloqueço”*: A alienação mental na Porto Alegre escravista, c. 1843-c. 1872. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas: o Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/143120>>.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. Travassos, Bittencourt, Coelho Júnior e Fortini: A construção da figura de Joaquim Francisco do Livramento como fundador da Santa Casa de Porto Alegre. In: CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas VII*. Porto Alegre: ISCMPA, 2021a. p. 165-188.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Os Filhos da Mãe Santíssima: Os Terceiros das Dores e os Irmãos da Misericórdia na Porto Alegre do século XIX (1800-1850)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021b.

NASCIMENTO, Mara Regina do. A Irmandade do Senhor dos Passos e a Santa Casa de Misericórdia: história, caridade e experiências de urbanidade em Porto Alegre/RS. Séculos XVIII-XIX. *Paralellus – Revista Eletrônica em Ciências da Religião*, Recife, v. 5, n. 9, p. 93-118, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e Caridade: Irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

PAIVA, José Pedro (coord. científico). *Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2008. (Portugaliae Monumenta Misericordiarum, v. 7).

PORTO ALEGRE, Augusto. *A Fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1906.

PUFAL, Diego. A Irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: Primórdios, curiosida-

des e 'homens bons'. In: CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. *Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas III*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 11-80.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A primeira misericórdia num dia de Verão. In: SÁ, Isabel dos Guimarães & LOPES, Maria Antônia. *História Breve das Misericórdias Portuguesas 1498-2000*: Estado da Arte. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 24-34.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Jonathan Fachini da. *A assistência e a exposição de crianças na formação de um território (Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

SILVA, Jonathan Fachini da. *Os Filhos do Destino: A exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847-c. 1891*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TRAVASSOS, Manoel José de Freitas. Apontamentos para a história da fundação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Porto Alegre, colligidos e oferecidos á Mesa da mesma Santa Casa pelo Irmão Manoel José de Freitas Travassos em 1859. In: COELHO JÚNIOR, José Antônio. *Relatorio da Santa Casa de Misericordia da Capital da Provincia do Rio Grande do Sul do ano de 1879, acompanhado do balanço da receita e despeza do mesmo estabelecimento e dos quadros demonstrativos da receita e despeza das Repartições dos Expostos e Cemitério, apresentado á Mesa da mesma Santa Casa pelo Provedor José Antonio Coelho J.or*. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1879. p. 29-37.

VAN LEEUWEN, Marco H. D. *The Logic of Charity: Amsterdam, 1800-1850*. Translated by Arnold J. Pomerans. London: Macmillan Press Ltd., 2000.

WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

UMA INSTITUIÇÃO AO LONGO DO TEMPO: O JUÍZO DOS ÓRFÃOS DE PORTO ALEGRE

José Carlos da Silva Cardozo

Porto Alegre, onze de janeiro de 1870, terça-feira. Nesse dia, foi dada a entrada ao processo de Tutela número 922 no Juízo dos Órfãos da 2ª Vara de Porto Alegre.¹ Nessa ação, Francisco Coelho Barreto informava que, em dezembro do ano anterior, havia falecido Margarida Candida da Silva Bueno, viúva, mãe de quatro filhos legítimos: Eduardo, Pedro, Ermelinda e Saturnina,² os quais estavam desamparados, sem nenhum outro familiar que pudesse cuidar deles, pois os demais nem mesmo teriam podido dar à falecida uma “sepultura”.

O senhor Francisco Barreto acrescentava que os dois últimos estavam em sua companhia e que a falecida senhora havia deixado como únicos bens um “mulatinho”³ de nome Silvino, com “idade de 16 anos pouco mais ou menos” e “alguns bens móveis de arranjo de casa”. Sendo assim, pedia que a tutela das duas últimas crianças, que estavam em sua casa, fosse entregue a ele, bem como seus “bens”, para evitar “arguições futuras”, ou seja, queria regularizar a guarda dos menores, evitando, assim, problemas.

Ao receber os autos em suas mãos, no mesmo dia da abertura, o Juiz do caso, Dr. Antônio Correa de Oliveira, Primeiro Suplente em exercício no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, deferiu o pedido de tutoria em favor do suplicante Francisco Coelho Barreto.

Contudo, quase dois meses após a entrega de Ermelinda e Saturnina, numa quarta-feira, dia nove de março, o processo voltou às mãos do Juiz com uma triste notícia: o tutor havia falecido.

¹ A tutela era um encargo conferido pelo Juiz de Órfãos a uma pessoa (tutor) para que esta gerenciasse os bens e cuidasse da integridade física de um menor de idade, representando-o tanto em juízo como fora deste.

² RIO GRANDE DO SUL. Juízo Districtal da Vara de Orphãos de Porto Alegre. 2ª Vara. *Tutela*. Proc. n.º 922 de 1870 [manuscrito]. Porto Alegre, 1870. Localização: APERS.

³ Esclarecemos que os excertos extraídos dos processos encontram-se escritos entre aspas e em itálico.

José da Silva Mello Guimarães, parente de Francisco Barreto e das meninas, apresentou a notícia da “*repentina*” morte do tutor com um pedido ao Juiz – ser nomeado tutor das menores Ermelinda Soulai de Jansem e Saturnina da Silva Bueno. O pedido foi deferido somente quatro meses depois, na quinta-feira, quatorze de julho daquele ano. Finalmente, Ermelinda e Saturnina teriam seu destino definido em relação à família que receberia a sua guarda.

Ao findar o processo número 922, relativo ao ano de 1870, poderíamos nos indagar quanto aos outros dois irmãos das meninas, Eduardo e Pedro. Eles não haviam sido arrolados nem nesse, nem em outros autos judiciais com registro no mesmo período: para onde teriam ido? Quanto ao menor Silvino, cujo nome havia sido transcrito numa linha de papel, para, logo em seguida, se “perder” na História, permanece a dúvida: o que teria acontecido com ele?

Mas, para além dessas questões, chama-nos a atenção a instituição a qual julgou a ação judicial: o Juízo dos Órfãos de Porto Alegre. O que era e qual sua função dentro do cenário social de então? Enfim, qual a importância dessa instituição para a sociedade porto-alegrense?

O Juízo dos Órfãos

O Juízo dos Órfãos, como grande parte das instituições do Brasil Colônia e Império, é de origem portuguesa, tendo surgido com as Ordenações Manuelinas, em 1512. A criação desse Juízo deveu-se à necessidade de definir normas que regulamentassem a proteção dos menores de 25 anos de idade,⁴ no que competia à administração própria e de seus bens. O cuidado e a administração dos órfãos,⁵ por parte de um adulto legalmente constituído, eram necessários em vista dos processos de separação de bens (partilha/inventário) ou mesmo de herança em virtude de falecimento do pai do menor. Numa contingência desse tipo, um adulto ficaria responsável por representar os interesses do menor nesse processo que, em certas circunstâncias, poderia se transformar numa ação que desembocasse em litígio.⁶ A necessidade de um adulto

⁴ É necessário esclarecer que, somente depois da Independência do Brasil, com a resolução de 31 de outubro de 1831, é que a idade de 21 anos foi definida como idade limite da menoridade de um filho, ou seja, idade limite do pátrio poder sobre o mesmo, e só em 1990, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é que a idade de 18 anos seria fixada como limite da menoridade no Brasil (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

⁵ O termo “órfão” não deve ser entendido estritamente, pois pode representar menores órfãos de pai e mãe como também os “órfãos de pais vivos”, ou seja, poderia representar aqueles que tinham seus progenitores vivos.

⁶ Litígio, segundo o dicionário jurídico, é a “demanda, disputa; pendência, contenda... O litígio somente terá início quando a parte contesta o pedido do autor” (SANTOS, 2001, p. 153).

como responsável por um menor também poderia vir pela orfandade completa em que este menor poderia se encontrar. Assim, nesse primeiro momento, o Juízo dos Órfãos deteve suas atenções naqueles menores de idade que possuíssem bens ou fossem descendentes de família de posse e/ou de prestígio social.

O Juizado de Órfãos, como também era chamado, foi igualmente instalado na colônia portuguesa na América, e, até o século XVIII, o cargo de Juiz de Órfãos era exercido pelo Juiz Ordinário,⁷ indivíduo que não era, necessariamente, bacharel em Direito. Porém, com o aumento da população na colônia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de Órfãos no Brasil. No Rio Grande de São Pedro, antiga designação do Rio Grande do Sul, havia pessoas desempenhando a atividade de Juiz de Órfãos desde 1767; já em 1773, quando a Câmara do Rio Grande de São Pedro foi transferida de Viamão para Porto Alegre, o responsável pelo encargo fixa residência na localidade (COMISSOLI, 2006); contudo, especialmente para legislar sobre o território de Porto Alegre, esse cargo foi estabelecido pela Real Resolução, em 26 de janeiro de 1806 (FORTES; WAGNER, 1963); teve sua reorganização administrativa em 1927, com o Código de Menores, e sua completa reformulação das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendência municipal (ZANELLA, 2003). Dessa forma, há 216 anos era criado o Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, instituição que perduraria por 127 anos.

Ao longo do tempo, essa instituição foi ampliando sua ação, direcionando sua atenção também para os menores não pertencentes às famílias das elites. No caso do Brasil, especialmente a partir da formulação das leis “anti-escravistas”. Destaca-se nesse processo o ano de 1871, quando a Lei do “Ventre Livre” instituiu que as crianças nascidas de ventre escravo, a partir de então, seriam consideradas “ingênuas”⁸ e não mais escravas, ficando, assim, “livres” do jugo senhorial, e, em 1888, pela promulgação da Abolição, houve a libertação por completo dos escravos de seus antigos senhores. Com essas e outras medidas que visavam à lenta liberdade do cativo, houve a necessidade do contingente de escravos e ex-escravos ser direcionado para o trabalho assalariado (CHALHOUB, 2007; GEBARA, 1986; MOREIRA, 2009). Além da questão da escravidão, havia políticas de incentivo à vinda de imigrantes brancos de além-mar com a finalidade de colaborarem na ocupação e expansão do território brasileiro dando sequência à política de “branqueamento” da

⁷ Esse juiz era leigo e eleito anualmente pelos “homens bons” da jurisdição. O cargo foi criado em 1521.

⁸ O termo “ingênuo” se referia a toda criança filha de mãe escrava que nascesse a partir daquela data; apesar de ter sido gerada no ventre cativo, não carregaria a condição jurídica de sua mãe.

população, à estabilização de um mercado de trabalho livre no país, bem como à diversificação das atividades laborais.

Então, o Juizado de Órfãos foi, no período Imperial e no início da República, uma das instituições mais importantes para a regularização das questões relativas a essa sociedade em mutação, dando atenção a temas referentes à família e – principalmente – à criança, desempenhando, ao longo do tempo, atividades de proteção ao menor. Se essa instituição se preocupou, num primeiro momento, apenas com uma pequenina parcela dos menores de idade (filhos ou descendentes dos grupos elitizados da sociedade), com a formação de novas relações sociais advindas da interação desses atores sociais, passou a direcionar atenção especial para o cuidado (abandono, saúde, moradia, roupas e educação) das demais crianças da sociedade. Sempre que provocado, o Juízo dos Órfãos agia, e isso passou a ocorrer com maior frequência porque as instituições públicas tornaram esses indivíduos – os menores de idade – as figuras centrais no espaço familiar, pois as crianças e os jovens seriam os futuros trabalhadores do país e deveriam ser direcionados para tal responsabilidade (CARDOZO, 2013, 2018).

O Juizado de Órfãos, dessa forma, foi um órgão essencial para o encaminhamento de questões quanto à “desagregação” familiar envolvendo crianças. Preocupado com o universo infantil e juvenil, o Juízo dos Órfãos mediou ações praticadas pela família, pois essa era considerada o espaço gestor dos padrões e regras de comportamento social.

Assim, a assistência à vida infantil incluía uma constante vigilância sobre os atos de seus pais. Um deslize, uma ‘falta de moral’ ou um desemprego eram suficientes para a ‘mão protetora do Estado’ interferir na vida privada e entregar a posse do menor a outra pessoa. Quando o juiz ‘comprovava’ as denúncias feitas por terceiros, ele poderia retirar dos pais a posse da criança, nomeando-lhe um tutor, ou até mesmo destituir, definitivamente, os pais do pátrio poder (AZEVEDO, 1995, p. 107).

Os processos judiciais que registram a ação do Juizado de Órfãos de Porto Alegre estão no Acervo do Juízo de Órfãos, custodiado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e divididos em três varas (cartórios), organizados na seção de Vara de Família e Sucessão do município de Porto Alegre – que compõem a totalidade das varas (cartórios) porto-alegrenses que atendiam aos órfãos. Esse fundo documental se constitui de diversos processos, como partilhas de herança, inventários, pedidos de emancipação, entre outros; destes, porém, os mais corriqueiros são os de solicitações de tutelas.

Ana Scott e Maria Bassanezi, estudando a criança imigrante italiana em São Paulo, exploraram igualmente o Juízo dos Órfãos, mostrando que

a documentação típica desse fundo compõe-se de processos de variada complexidade e tipologia e sua análise oferece uma visão sobre o cotidiano da criança, da família e das relações que se estabeleciam entre os adultos e as crianças em crise. Tais situações colocavam em pauta a necessidade de se *transferir a autoridade sobre a criança para outro adulto ou instituição* (SCOTT; BASSANEZI, 2005, p. 171, destaque das autoras).

Dessa forma, o Juízo de Órfãos era o tribunal, ou foro, em que se tratava e decidia tudo o que dizia respeito a um menor de idade, mas não só esses: pessoas incapacitadas, como os pródigos (pessoas que gastam seu capital ou destroem seus bens (Ord. Fil. liv. 4a, tit. 103 §6), os furiosos (pessoas com as faculdades mentais debilitadas – Ord. Fil. liv. 4a, tit. 103), os doentes graves (pessoas impossibilitadas de administrar seus bens) e os indígenas (Ord. Fil. liv. 1º, tit. 88). Pela forma da lei vigente, essas pessoas, embora atingissem a maioria legal, necessitavam de um adulto legalmente constituído por esse Juízo (o curador) como seu representante e responsável (Ord. Fil. liv. 4a, tit. 104 §6).

A regulação das Leis: as Ordenações

A base do direito brasileiro, por muito tempo, teve como cerne as Ordenações Filipinas (Ord. Fil.), que entraram em vigência por meio da Lei de 19 de janeiro de 1603, em Portugal, e se mantiveram, mesmo com a Independência do Brasil, em 1822. O próprio D. Pedro I, como regente e, depois, como imperador constitucional, manteve as Ordenações Filipinas aplicáveis ao Brasil, enquanto não fosse promulgado o Código Civil, prometido para o ano seguinte ao da Independência; contudo, somente quase um século depois, em 1916, as Ordenações Filipinas foram suprimidas no Brasil, com a introdução do Código Civil.⁹ Em Portugal, estas tiveram sua existência ceifada antes, em 1867, com o Código Civil português.

Como já mencionamos, o cargo de Juiz de Órfãos surgiu com as Ordenações Manuelinas, mas podemos encontrar menções às suas funções já nas Ordenações Afonsinas, que recomendavam certos cuidados em relação aos menores de idade:

porque os bens dos órfãos andam em má arrecadação, trabalhem-se os juizes, a que dele é dado cargo especial, ou os ordinários, onde juizes especiais deste não houver, de saberem logo todos os menores, e órfãos que há na cidade, e termos; e aos que tutores não são dados, que lhes deem logo; e

⁹ À exceção dos menores de idade, que somente receberiam uma legislação própria em 1927. Até essa data, as Ordenações pautaram a base das decisões dos juizes (CARDOZO, 2013).

façam fazer partições de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado, e inventário feito por escrivão de seu ofício; e para não se poderem seus bens alhear, façam logo um livro, e ponham-se nos armários na arca da cidade, ou vila, em que escrevam o tutor que é dado ao menor, e quando é treledado [sic], o inventário de todos os bens, que o menor acontecem [sic] (Ord. Fil. liv. 1, tit. 26, §33).

Dessa forma, já no século XV, havia a preocupação do Estado em zelar pelos menores de idade, que poderiam vir a ser lesados no desenrolar dos processos. Lembramos que essa preocupação, nesse período inicial, não era estendida a todos os menores de idade, mas àqueles que pertenciam a grupos mais bem situados na estrutura da sociedade lusa; contudo, foi uma das primeiras vezes em que o Estado passou a dar atenção para a parcela da população que ainda não havia atingido a idade adulta, revestindo-a de direitos (ou garantindo-os) por meio de um juiz.

Quando da chegada dos portugueses à América, as Ordenações Afonsinas eram a norma vigente, mas, devido ao fato de serem manuscritas (somente as ordenações seguintes seriam impressas) e não terem alcançado a divulgação necessária, não tiveram grande impacto no “novo mundo”, uma vez que a primeira capitania criada havia sido São Vicente, em 1532, ano em que já haviam entrado em vigor as Ordenações Manuelinas.

Segundo Maria Machado (2010), que investigou os órfãos e enjeitados na cidade do Porto/Portugal, entre os anos de 1500 e 1580, na maioria das localidades portuguesas, as funções de Juiz de Órfãos eram realizadas pelo Juiz Ordinário ou pelos Ouvidores; depois, começaram a aparecer juizes nomeados pelos “senhores de terras” ou pela Coroa, mas, no reinado de D. João I (1357-1433), algumas localidades receberam Juizes de Fora específicos para a função. Entretanto, segundo a mesma historiadora, D. João I almejou terminar com os Juizes e Escrivães de Órfãos, determinando que os Juizes Ordinários acumulassem a função. Interessante verificar que esta medida não alcançou êxito, pois, nas palavras de Maria Machado, “o cargo era demasiado *apetível* e devia ser muito solicitado” (MACHADO, 2010, p. 40, destaque meu), argumento calcado nas várias possibilidades de ganho (material e imaterial) atrelado a ele.

No século XVI, o número de Juizes de Órfãos no Império luso aumentou, tendo ocorrido a padronização dos procedimentos assim como “a perda de competência dos Juizes Ordinários e, portanto, das Câmaras, nesta matéria” (MACHADO, 2010, p. 41). As Câmaras, de forma geral, não acolhiam a existência de Juiz de Órfãos, para não “perderem jurisdição” sobre os assuntos relacionados aos órfãos da localidade: um exemplo disso foi o ocorrido

nas Cortes do século XV. Ali houve a tentativa de fazer com que o cargo fosse escolhido pelos “Concelhos”, com mandatos trienais, para que, assim, as Câmaras continuassem a “exercer algum controle sobre os eleitos, estes são recrutados na elite local e elas dispõem de um cargo bastante *atractivo* para ‘alimentar’ as suas clientelas” (MACHADO, 2010, p. 41, destaque meu). Mas não lograram êxito no intento.

Na década de trinta do século XVI, esses magistrados passaram a ganhar ainda mais poder e importância devido à ordem real de recolherem dinheiro e outros bens de órfãos para um cofre específico (que era entregue a um depositário), de onde esses valores somente poderiam ser retirados com autorização do Juiz de Órfãos. Com o passar do tempo, houve certa “profissionalização” do cargo de Juiz de Órfãos: nas cidades mais destacadas do Império luso, este acabou se tornando magistrado de carreira (cargo eletivo ou vitalício), que teria sob sua responsabilidade um número cada vez maior de pessoas. Tal fato acarretaria o aumento de suas atribuições como também demandaria um número maior de funcionários para atender às demandas, que poderiam ser julgadas na sua residência ou em espaços públicos, como os Paços do Concelho (MACHADO, 2010).

Entretanto, o Juízo dos Órfãos viria a alcançar toda a sua pujança transformando-se verdadeiramente numa “instituição” por meio das Ordenações Filipinas, pela qual o Estado procurou romper com uma perspectiva extremamente arraigada nas sociedades de Antigo Regime, a saber, a governabilidade (ou o poder) mais assentada nas mãos dos homens do que nas instituições e, ao mesmo tempo, a imposição de seus desígnios sobre a população.

À medida que os Juizes de Órfãos iam adquirindo reconhecimento e prestígio pelas funções desempenhadas no Império luso e, posteriormente, no Brasil independente, passava-se a exigir destes o diploma de bacharel em Direito, bem como o aumento do número de funcionários para auxiliar seu trabalho (que variava, dependendo da área abarcada e do número de habitantes na localidade).

O Juízo dos Órfãos em Porto Alegre

A história da cidade de Porto Alegre, assim como a da instituição Juízo dos Órfãos, é marcada pelas mudanças de caráter político-econômico-social pelas quais o Brasil e a capital passaram ao longo do tempo, em especial, no transcurso do século XIX. Nesse período, o Brasil deixou de ser colônia de Portugal para se tornar um país independente (virara um império), extinguiu a escravidão em território nacional, acolheu uma leva grande de imigrantes de

além-mar e, por fim, virou república. Em âmbito local, Porto Alegre vê elevar sua condição jurídica de vila para cidade, em 1822, modernizar seus aspectos urbanos e aumentar o contingente populacional da cidade.

À medida que Porto Alegre ia crescendo em importância política e número de habitantes, houve a necessidade de serem criadas instituições e equipamentos públicos para ordenar tanto o espaço geográfico quanto o espaço social: nisso incluem-se os costumes do povo, e o Juízo dos Órfãos foi uma dessas instituições importantes no processo de reorganização do social; contudo, nos estudos históricos ela foi descrita como sendo uma instituição “secundária” (ou menor) nos assuntos relacionados à cidade (COMISSOLI, 2006).

A avaliação reside no fato de que o cargo de Juiz de Órfãos era eletivo pela Câmara de Porto Alegre, mas, se essa fosse a razão, seria de se conjecturar que esse poderia ser, ao contrário, um ponto de prestígio entre os eleitos, uma vez em que nessa escolha se dava a reprodução dos grupos elitistas na esfera de poder: pois eram os “homens bons”¹⁰ que escolhiam o indivíduo para o cargo; estes não lançariam a “sorte” para alguém que não fosse da confiança do grupo e não possuísse prestígio econômico e social, já que, em suas mãos, ficaria depositada a maior parte do dinheiro e bens que financiavam boa parte dos negócios na localidade (aprofundaremos mais adiante), bem como teria ciência de crises e conflitos familiares que, se expostos, poderiam macular a reputação de alguém.

Ainda, a escolha do Juiz de Órfãos da localidade poderia ser por eleição ou mesmo por nomeação, pois eles “eram *eleitos* como os juizes ordinários ou *nomeados* como os de fora, nos termos que tivessem quatrocentos ou mais vizinhos” (NEQUETE, 1973, p. 130, destaque meu).¹¹ A nomeação desse último grupo de magistrados era feita pelo próprio monarca por um período de três anos. Todavia, já adiantamos que o Juiz Ordinário ou Juiz de Terra, como também era conhecido, não precisava ter formação jurídica, uma vez que era a Câmara que o escolhia, com base em valores sociais e prestígio econômico; o Juiz de Fora, surgido em Portugal no século XVI, era a representação da institucionalização do judiciário (e do rei), em oposição ao poder pessoal inscrito no âmbito das localidades, sendo baseado nas ordenações (o direito escrito).

¹⁰ Nomenclatura atribuída a uma elite local que deveria possuir, entre outras características, ser maior de 25 anos, casado ou emancipado, católico, por fim, deveria possuir cabedal.

¹¹ O censo reunido pela Fundação de Economia e Estatística nos informa que, em 1803, Porto Alegre possuía 11.747 habitantes; no ano de 1872, possuía 43.998; já em 1900, alcançou a marca de 73.674 indivíduos (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1981).

O importante é frisar que o Juiz de Órfãos tinha sob sua responsabilidade, além dos órfãos (menores de idade) e questões relativas às famílias – as quais envolviam a realização de inventários, tutelas, entre outras ações –, um bom capital financeiro advindo dos processos que administrava e a ele eram afeiçoados recursos que poderiam ser emprestados ao Estado ou a particulares. Sendo assim, não podemos acreditar que se tratasse de um cargo “sem prestígio”, “sem importância”, “secundário” ou “menor” no que diz respeito à magistratura e à sociedade em geral, mesmo que fosse eleito pela Câmara devido ao volume de capitais e situações familiares que a ele eram apresentadas.

O estudo de Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2002), ao investigar o mercado carioca de crédito, entre 1650 e 1750, aponta para a importância que as elites davam ao cargo, o que evidenciava a valorização do Juízo dos Órfãos, no que diz respeito à economia fluminense no período. Segundo os dados coligidos pelo autor, o Juízo dos Órfãos foi a principal fonte de crédito no Setecentos, tendo sido responsável por 1/3 de todos os recursos emprestados. Com o passar do tempo, novas fontes de recursos foram sendo criadas, e o Juízo dos Órfãos vai deixando de figurar como importante agente de crédito na praça de negócios fluminenses. Dessa forma,

[...] essa perda de importância está ligada ao acelerado processo de desenvolvimento mercantil por que passa a economia fluminense no Setecentos, levando ao surgimento de novas fontes de recursos para aqueles que demandavam empréstimos. Tal fato é evidenciado pelo surgimento dos homens de negócio como grandes credores [...]. Por enquanto, o que nos interessa reter é a perda de importância de um dos mais proeminentes cargos da *República* que até então fora estratégico para o processo de acumulação da elite senhorial. Ou, pelo menos, para garantir sua liquidez e, com ela, a sobrevivência a longo prazo (SAMPAIO, 2002, p. 36, destaque no original).

Ao final do texto, o autor afirma que “são os homens de negócio, junto com as instituições coloniais (como o Juízo de Órfãos) que controlam a liquidez da economia colonial” (SAMPAIO, 2002, p. 44); mesmo que, no final do século XVII e princípio do XVIII, o crédito advindo de instituições perca espaço diante de novas elites mercantis, que dominariam o mercado de crédito, é significativo perceber que o Juiz dos Órfãos era um cargo com elevado poder nas mãos na medida em que poderia emprestar dinheiro proveniente de heranças dos órfãos ou do leilão dos bens destes em *hasta pública*.

Apenas como exercício, uma vez que não é a finalidade deste trabalho fazer uma história econômica sobre o mercado de crédito/empréstimo da cidade de Porto Alegre, acreditamos ser oportuno explicitar em valores, o capital econômico que transitava pelas mãos dos oficiais do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre.

Analisando os Livros de Entradas da Câmara de Porto Alegre¹² do período de 1850 a 1870,¹³ ficamos impressionados com o valor de 1.291:114\$778 (hum mil, duzentos e noventa e um contos, cento e quatorze mil e setecentos e setenta e oito réis) recebidos no Cofre dos Órfãos, montante substancial para uma instituição não bancária no período. Com um volume tão grande de dinheiro depositado, não era expediente estranho ao Juízo dos Órfãos de Porto Alegre realizar empréstimos.

Recorrendo aos Recibos¹⁴ que foram expedidos pelo Tesouro da Província de São Pedro ao Juízo dos Órfãos de Porto Alegre durante o período, foi possível avaliar o montante de crédito que possuía a instituição. Esses recibos compunham o Livro Caixa Geral do Tesouro e foram retirados deste, o que é comprovado pelas falhas observadas na numeração sequencial das páginas, para compor o conjunto documental sobre o Juízo dos Órfãos depositados no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV); possivelmente tal prática não tenha ocorrido em relação aos livros restantes, o que teria garantido a preservação dos dados compilados.

Esses recibos são, na verdade, comprovantes de depósitos que o Tesoureiro do Cofre dos Órfãos realizava no Tesouro da Província, os quais renderiam juros para os menores que estivessem com recursos emprestados à Província, como o exemplo do registro abaixo, extraído do Livro de entrada dos dinheiros dos Órfãos, nº 4:

Casa da Tesouraria Geral [da Província] onde se acha em guarda o Cofre dos Órfãos e foi vindo o seu Juiz, o cidadão Joaquim Lopes de Barros, com o Tesoureiro Vicente José de Carvalho, comigo Escrivão dos encargos ao diante [sic] nomeado, e sendo aí pelo dito juiz foi mandado abrir o Cofre com as três chaves, e recolher ao mesmo a quantia de quatrocentos oitenta mil reis = recebido da Tesouraria de juros da quantia de oito contos de reis entrados m. Tesouraria, e ali existentes a juros desde dezanove de julho de mil oitocentos e cinquenta e três cujos vencidos desde esta data até dezoito de julho do corrente ano, pertencentes aos órfãos filhos do finado José da Silva Flores, e de como se recolheu ao Cofre para constar mandou o Juiz lavrar este termo que assinou com o Tesoureiro perante mim João Antunes da Cunha Filho. Escrivão escrevi.¹⁵

¹² *Livro de Entradas*. Fundo Câmara/Conselho Municipal. Ano 1764-1937. Código: 1.5.3 a 1.5.4. [Manuscrito]. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV).

¹³ Nesse período, não foram localizados os livros com os registros para os anos de 1857 a 1860, o que, com certeza, poderia elevar ainda mais o montante recebido no Cofre dos Órfãos do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre.

¹⁴ Infelizmente, a fonte está centrada somente no período entre os anos de 1850 e 1870; não há dados para os anos anteriores ou posteriores; por isso, restringimos os dados dos Livros de Entradas para esse intervalo.

¹⁵ AHPAMV. *Registro de órfãos*. Livro de Entrada dos dinheiros dos órfãos. [Manuscrito] Fundo Câmara/Conselho Municipal. Ano 1764-1937. Código: 1.5.3 a 1.5.4. [Manuscrito].

No referido período, a quantia emprestada pelo Tesoureiro dos Órfãos foi de 214:020\$810¹⁶ (Duzentos e quatorze contos, vinte mil e oitocentos e dez réis), um valor muito alto se o compararmos, por exemplo, com o preço médio de um escravo do sexo masculino com profissão, uma vez que o valor dele poderia chegar a 1:700\$000 (MOREIRA, 2003).

Dessa forma, há que se relativizar a afirmação de que o cargo de Juiz de Órfãos (assim como dos demais oficiais que compunham a instituição) era de “menor importância”, uma vez que as suas atividades impactavam na organização, primeiramente, social (com a atenção sobre um menor de idade e sua família), mas também econômica (com os empréstimos), já que esta se encontrava no círculo das atenções financeiras.

Com o avançar do século XIX, deu-se maior reconhecimento ao Juízo dos Órfãos como instituição fundamental para regularizar as novas dinâmicas sociais e aos ocupantes de cargos na instituição dado o respaldo para intervir na vida familiar da população (CARDOZO, 2013, 2018).

Considerações finais

Quando uma família passava pela fatalidade da perda de um ente ou apresentava uma situação de desestruturação, o Juízo dos Órfãos era acionado para intervir em ações envolvendo inventários, heranças ou mesmo a atribuição da guarda de um menor de idade.

Ao longo dos anos, percebemos um constante crescimento do número de processos de judiciais abertos no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (CARDOZO, 2013, 2018) revelando que a população, embora também aumentasse no período, fazia uso desse órgão jurídico para resolver suas querelas envolvendo os menores de idade, e, conseqüentemente, os Juizes de Órfãos, cada vez mais, foram se tornando figuras centrais nessas questões sociais e financeiras. Coube a estes avaliar cada caso e decidir, proferindo uma sentença. Se, no início das atividades do Juízo dos Órfãos de Porto Alegre, a instituição direcionava sua atenção para os menores provenientes dos grupos dirigentes e aos recursos depositados no Cofre dos Órfãos, com o passar do tempo a instituição ampliou seu raio de ação para todas as situações que envolvessem menores de idade que lhe chegassem ao conhecimento, ampliando seu prestígio social e importância para a comunidade porto-alegrense.

¹⁶ AHPAMV. *Recibos*. Fundo Câmara/Conselho Municipal. Ano 1764-1937. Código: 1.5.1 a 1.5.2. [Manuscrito].

Referências

AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

CARDOZO, José Carlos da Silva. *“Como se fosse meu filho”?* As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (Séc. XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora UNISINOS, 2018.

CARDOZO, José Carlos da Silva. *Enredos tutelares: o Juízo dos Órfãos e a atenção à criança e à família porto-alegrense no início do século XX*. São Leopoldo/RS: Oikos; Editora UNISINOS, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Código Filipino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal, recompiladas por mandado do rei D. Philippe I. Organização de Cândido Mendes de Almeida. 14. ed. Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Philomathico, 1870.

COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censos do RS (1803-1950)*. Porto Alegre: FEE, 1981.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MACHADO, Maria de Fátima. *Os órfãos e os enjeitados da cidade e do termo do Porto (1500-1580)*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Porto, Porto/PT, 2010.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

NEQUETE, Lenine. *O poder judiciário no Brasil a partir da independência: I – Império*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1973.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude. *Estatuto da criança e do adolescente e legislação pertinente*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2007.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v. 29, p. 29-49, 2002.

SANTOS, Washington dos. *Dicionário jurídico brasileiro*. Belo Horizonte/MG: Del Rey, 2001.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia C. No fundo do baú: procurando as crianças imigrantes nas fontes documentais paulistas. In: RADIN, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil*. Joaçaba/SC: UNOESC, 2005. p. 163-176.

ZANELLA, Ana Paula. A administração do Juizado de Menores do Rio Grande do Sul nos seus primórdios (1933 a 1945). *Revista Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 225-243, 2003.

OS MAPAS ANTIGOS DE PORTO ALEGRE E SUAS RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES

Daniela Marzola Fialho

Este artigo se relaciona com minhas pesquisas sobre a história da cidade de Porto Alegre, mais precisamente a história que pode ser “lida” em seus mapas, mostrada em minha tese de doutorado. Ao longo do tempo, a produção dessa cartografia, em grande parte, se relacionou com diversas instituições, com o aparato administrativo por vezes ligado à cidade, mas em outros casos com o Estado do Rio Grande do Sul e, até mesmo, com o estado brasileiro.

Os mapas que, ao longo do tempo representaram a cidade de Porto Alegre e suas partes, foram feitos por diversos cartógrafos, diferentes instituições e com diferentes objetivos. Nesse universo de razões, “os mapas desempenham e desempenham um papel importante na política” (BLACK, 2002, p. 09) e na administração da cidade.

A cartografia de cidades já emerge historicamente ligada à necessidade de delimitar, conhecer, governar e administrar o território urbano. Foucault (1989), ao tratar da emergência dessa prática na Modernidade, descreve como se deu a passagem do governo do território (Idade Média) para o governo das populações (Época Moderna). Nesse sentido, a história da cartografia, sendo um testemunho desse percurso configura em si mesma os elementos dessa passagem na forma como seleciona e prioriza os dados cartografados e na forma como delimita e quadricula os espaços (ver FOUCAULT, 2008).

Discriminando essa questão, Branch (2011, p. 2) afirma que houve “mudanças nas práticas políticas levadas pelo desenvolvimento das tecnologias cartográficas, em particular a revolução fundamental representada pela malha cartográfica de latitude e longitude e o mapeamento do espaço como homogêneo e divisível linearmente”. Nesse sentido, “novas tecnológicas na cartografia colocam novas representações e novas ferramentas nas mãos dos atores políticos” (BRANCH, 2011, p. 7). Assim, a forma como a cartografia e seus aparatos retrataram a cidade mudou a forma como os diversos atores pensavam sobre os diversos espaços: o político, o organizacional e o administrativo. Os mapas, ao traçarem linhas que podem parecer aleatórias, demarcam o dia a dia da cidade: as ruas, as praças, as quadras e as propriedades. Ao tornar visí-

vel o modo de organização urbana, os mapas funcionam como um dispositivo de governo que, ao darem a conhecer o espaço urbano, possibilitam administrar sua expansão (desenvolvimento) e controlar, assim, a extensão e a direção do seu crescimento. Os mapas passam, também, a ter uma nova função, mais diretamente ligada ao governo das populações, constituindo-se, assim, em formas de conhecimento e controle das populações urbanas.

Sendo assim, os mapas não podem mais ser considerados como objetos de referência imparciais. Enquanto ‘construções sociais’, “eles se constituem – como afirma Denis Wood (1992, contracapa) – em artefatos de comunicação, persuasão e poder”. Constituindo-se em “[...] um mundo de linhas de propriedades e direito ao voto, distritos de taxação e zonas de empreendimento –, eles corporificam e projetam os interesses dos administradores e dos seus criadores”. Os mapas são, assim, ferramentas poderosas de afirmações políticas, administrativas e econômicas acerca do mundo em que vivemos.

Black (2002, p. 17) aponta que, num mapa,

a escolha do que mostrar é ligada a, e numa relação dinâmica com, assuntos de escala e objetivo, e o último assunto é crucial. Um mapa é desenhado para mostrar alguns pontos e relações e, ao fazer isso, cria espaços e espaços na percepção do usuário do mapa e, assim, ilustra temas de poder. [...]. O assunto de um mapa reflete uma escolha; o mesmo acontece com a escala, a projeção, a orientação, a simbolização, a solução, a cor, o título e a legenda. Imaginar que haja uma cartografia totalmente objetiva é negar o elemento e a natureza da escolha e negligenciar os pressupostos presentes nelas, embora essas escolhas sejam frequentemente abrangentes dentro de demarcações definidas (e, portanto, escolhidas).

Pode-se dizer, portanto, que os cartógrafos produzem espaços de exercício do poder, com o mapa funcionando como uma espécie de panóptico. E este poder está inscrito no próprio corpo do mapa. Dessa maneira, pode-se falar do poder do mapa como se fala do poder da palavra. E, nesse sentido, os mapas não apenas são políticos, mas fazem política. Tal como o poder da palavra, é um poder que corta, que separa, que disjunta (HARLEY, 2001).

Trabalha-se na pesquisa com a proposta da História Cultural que é, segundo Pesavento (2004, p. 42), a de “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”.

Deve-se levar em conta, então, que os modos de cartografar a cidade e os artefatos históricos produzidos nessa prática – os mapas – não podem mais ser vistos como reflexos gráficos do desenvolvimento urbano, mas como discursos que produzem as cidades que eles desenhavam (parafrazeando FOUCAULT, 1987).

É importante lembrar Bolle (1994, p. 25-26) quando ele afirma que

para o autor das teses ‘Sobre o Conceito de História’, a tarefa do historiador consiste no resgate e na redenção do passado. [...] A história, segundo Benjamin, torna-se ‘objeto de uma construção, cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio’, mas ‘uma determinada época’, ‘uma determinada vida’, ‘uma determinada obra’; esses elementos são ‘arrancados do curso homogêneo da história’.

Trata-se, portanto, de ler a história nos mapas, pois como diz Le Goff (1994, p. 107), “onde o homem passou e deixou alguma marca da sua vida e inteligência, aí está a história”. É, portanto, nos mapas e planos em que a cidade de Porto Alegre foi *re-tratada*, ao longo do tempo, que as suas histórias se dão a ‘ler’.

Tendo essa problemática em mente, a ideia é mostrar como os mapas antigos de Porto Alegre, ao produzirem a cidade ao longo do tempo, foram utilizados, entre outras coisas, para administrar a cidade e sua população e com quais instituições e poderes eles se relacionaram. Os mapas de Porto Alegre, aqui analisados, mostram que eles foram capazes de responder a essa necessidade de uma forma bastante diversificada, tornando visíveis, tanto nos seus traçados quanto nas técnicas adotadas, as diversas circunstâncias para as quais eles foram criados.

Mapas iniciais

Porto Alegre, situada no extremo sul do Brasil, foi fundada no século XVIII, em 26 de março de 1772. No entanto, o primeiro mapa que ainda existe fisicamente data de 1833. Dos mapas que teriam sido feitos entre essas duas datas só se têm vestígios documentais.

O primeiro mapa de Porto Alegre teria sido feito em 1772, logo após se tornar uma freguesia independente. Uma das primeiras ordens para estruturá-la foi dada ao Capitão Alexandre José Montanha (1730-1800) pelo governador substituto da Capitania do Rio Grande de São Pedro, Antonio da Veiga Andrade. Segundo Tavares (1999, p. 117), Montanha era “capitão de Infantaria [...] com exercício de engenheiro”, sendo designado “para a Capitania do Rio Grande de São Pedro, onde permaneceu durante 15 anos”. Nessa ordem lhe era demandado que fossem demarcadas na região desapropriada da Sesmaria de Santana as meias datas para os casais moradores do Porto de São Francisco e que se deixasse suficiente terreno para a Vila. Ordens semelhantes dadas a ele em 1770 e 1771 geraram os Planos de Taquari e Santo Amaro. É possível, portanto, que a ordem de 1772 tenha gerado um Plano de Porto Alegre. O mesmo se encontra desaparecido.

Em 1822, após a independência do Brasil, Porto Alegre foi elevada à categoria de cidade. Em 1825, uma planta topográfica para o ordenamento de sua ocupação foi feita pelo Coronel José Pedro César (1780-1831). Ele foi designado para o serviço público na Capitania de São Pedro em 1816.

A Planta de 1825 encontra-se também perdida, mas documentos existentes no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho de 1825 a 1872 fornecem dados bastante concretos sobre a mesma. Em 06 de julho, a Câmara solicita a José Pedro Cesar uma planta de Porto Alegre. Em 12 de agosto, após passar a limpo o esboço de 1820, ele diz:

Remeto a Vas. Sas. o Plano desta Cidade que por ordem do Ex. Govor. desta Província Conde da Figueira levantei no anno de 1820: ele não poderá servir mais do que para esclarecimento das dimensões das ruas e quadras pois que para aclarar as infinitas questões que diariamente se necessitam sobre a divisão de fundos dos terrenos seria preciso fazer-se em ponto maior, o que se pode remediar formando-se um caderno com todas as quadras em ponto grande enumerando-as: eu poderia fazer se Vas. Sas. julgarem necessário¹

Em 14 de setembro de 1825, em um novo ofício, José Pedro César comunica a remessa do desenho das quadras em escala maior, para dirimir as questões da definição de lotes nas quadras, que ele havia se proposto fazer:

Remeto a Vas. Sas. as quadras que formam todas as ruas desta Cidade, em ponto grande, conforme lembrei a Vas. Sas. no meu ofício de 12 do mês pretérito.²

Como afirmei em minha tese, “os primeiros traçados e plantas da cidade (1772-1825) visavam especificamente à demarcação de lotes, quadras e o alinhamento urbano”. Desta forma, seu objetivo era “estabelecer os limites das propriedades e obedeciam, assim, a interesses bem específicos” (FIALHO, 2010, p. 115). Esses interesses diziam respeito principalmente à administração da cidade e aos proprietários

Esses interesses talvez sejam a razão pela qual o que resta deles sejam apenas vestígios documentais: ordens de execução, ofícios de encaminhamento de plantas, correspondências. Tudo bastante oficial, com um fim bastante claro – a legitimação. Por isso, os cartógrafos a quem esses mapas foram encomendados e ordenados são funcionários do governo – oficiais do exército. “No entanto, as provas materiais – os mapas e plantas propriamente ditos –

¹ Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (doravante AHPA). Fundo Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município* (1783 a 1850). Porto Alegre, 08/07/1825.

² Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (doravante AHPA). Fundo Câmara de Vereadores. *Construção e Melhoramentos do Município* (1783 a 1850). Porto Alegre, 14/09/1825.

sumiram, desapareceram ou, na melhor das hipóteses, se perderam nos arquivos e cartórios” (FIALHO, 2010, p. 115).

As quatro plantas seguintes existentes de Porto Alegre, nas quais se inclui a primeira planta da cidade, têm em comum o fato de terem todas sido feitas, de certa forma, ligadas à Revolução Farroupilha (1835-1845). São elas: a de 1833, de Livio Zambecari – um revolucionário; a de 1838, aparentemente anônima, mas obra do Império do Brasil; a de 1839, de Luiz Pereira Dias, um cartógrafo de origem portuguesa; e a de 1844, de Conrado Jacob Niemeyer, que era ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). E, em virtude dessa conexão, parte dos principais objetivos das mesmas estão relacionados a esse acontecimento.

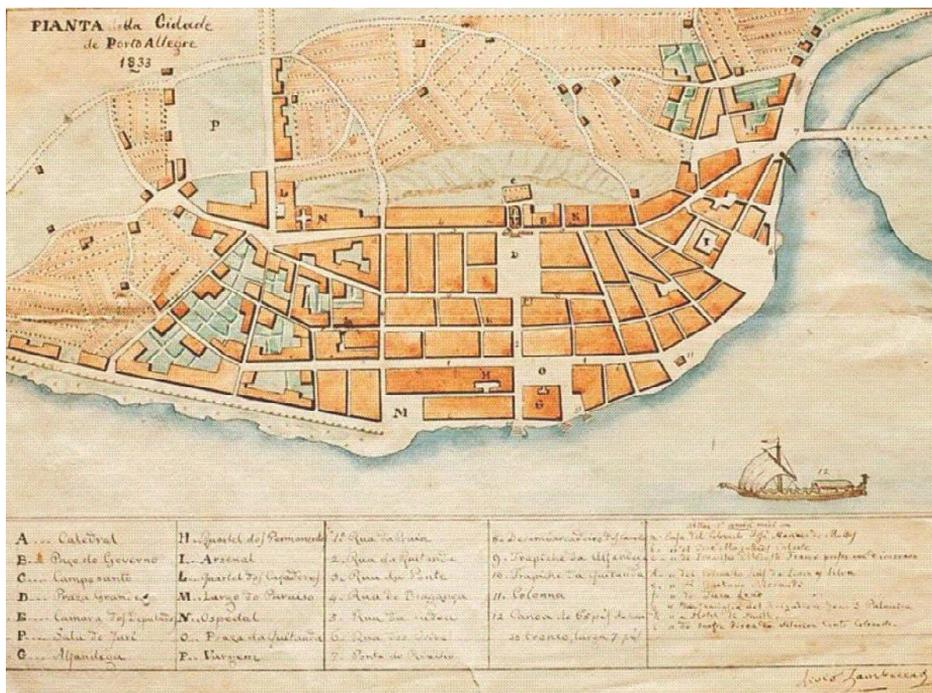
Planta de 1833 – Livio Zambecari

A primeira planta da cidade existente materialmente é a de 1833. Trata-se de uma planta feita por Livio Zambecari (1802-1862), um revolucionário italiano que se incorporou às tropas farroupilhas que lutavam contra o Império.

Livio Zambecari nasceu e morreu em Bologna (Itália). Em 1821, fugiu de Bologna após se envolver nos motins napolitanos. Partindo da Itália, passou pela Espanha, França e Inglaterra antes de chegar à América do Sul. Em 1826, estava em Montevidéu em contato com Juan Lavalleja. Passou por Buenos Aires, envolvendo-se com Rosas. Chega a Porto Alegre por volta de 1833. Zambecari passou a fazer parte do grupo que articulou a Revolução Farroupilha, participando ativamente da organização da mesma, até a derrota de Bento Gonçalves na Ilha do Fanfa, em 1836, onde ambos foram aprisionados. Zambecari ganha a liberdade em 02 de dezembro de 1839, quando é obrigado a sair do Brasil. De volta à Itália, participa da unificação italiana.

A *PIANTA da cidade de Porto Alegre* (Figura 1) de 1833 é uma planta manuscrita, colorida e assinada. O mapa possui três tipos de legendas. Na primeira, Zambecari identificou prédios e espaços importantes da cidade. Na segunda, os nomes de várias ruas, ponte, trapiches e outros elementos. A terceira legenda apresenta uma lista intitulada “Abitar d’amici mici”, ou seja, o local de moradia dos ‘muito amigos, amicíssimos’. Dentre os nove nomes indicados a maior parte deles (seis) era ligada à Revolução Farroupilha. O que mais chama a atenção neste mapa, além da 3ª legenda, é a forma distorcida como ele desenha a cidade, ‘omitindo’ a forma da península.

Figura 1: Planta de 1833



Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Caso se tenha como premissa que esta planta de Porto Alegre teria como objetivo articular a revolução Farroupilha, é intrigante o fato de as muralhas da cidade não estarem desenhadas. A razão mais provável é de que tenha sido uma planta traçada no momento da chegada de Zambecari à cidade em novembro de 1833. A planta teria sido desenhada entre novembro e dezembro desse ano, e isso explicaria essa percepção distorcida da cidade. Não havendo mapas da cidade, Zambecari teria sentido a necessidade de traçar rapidamente um que lhe permitisse circular mais facilmente.

Pode-se presumir, no entanto, que a planta tenha servido para dois objetivos: criada para facilitar a sua orientação na cidade, pode também ter sido usada para auxiliar os revolucionários. Ao ter, em sua legenda, nomes de participantes ativos da Revolução Farroupilha, pode-se dizer que esta planta, sem vínculo com instituições, tinha um cunho político revolucionário. Como diz Pesavento (2001, p. 20),

é um mapa político, que não tem nada que fazer com a precisão dos pontos cardeais e as proporções, e sim com o momento de sua composição e a necessidade que teve de usá-lo para se orientar. Fica muito distante do acurado mapa do Rio Grande, destinado a orientar, na vastidão do espaço, as manobras e as estratégias farroupilhas. Aqui, no pequeno espaço da cidade, a exigência da representação gráfica segue outro rumo.

Ou seja: “por que lhe importaria revelar estes *detalhes* no traçado desta cidade onde se trama dentro de cada porta, onde existem ouvidos nas janelas, onde se discute em qualquer ângulo e se urde uma revolta?” (PESAVENTO, 2001, p. 19).

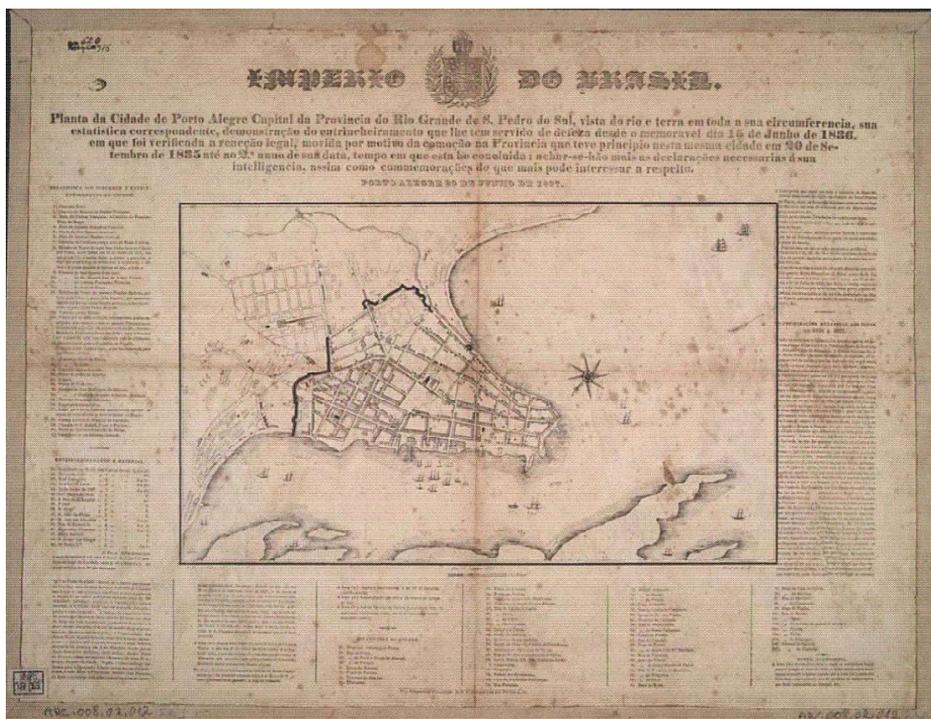
Planta de 1838

A segunda planta (Figura 2) existente da cidade de Porto Alegre foi feita pelo “Império do Brasil”, em 1838. Seu nome completo é *Planta da cidade de Porto Alegre Capital da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, vista do rio e terra em toda a sua circunferencia, sua estatística correspondente, demonstração do entri-queiramento que lhe tem servido de defeza desde o memoravel dia 15 de Junho de 1836, em que foi verificada a reacção legal, movida por motivo da comoção na Província que teve principio nesta mesma cidade em 20 de Setembro de 1835 até ao 2º anno de sua data, tempo em que esta he concluida: achar-se-hão mais as declarações necessarias á sua intelligencia, assim como commemorações do que mais pode interessar a respeito. Porto Alegre 20 de junho de 1837.*

De início, a data do título passa a impressão de ser a data da planta. Mas em letras pequenas, abaixo do mapa, está escrito “Rio de Janeiro, 1838”, indicando o ano de sua impressão. Além do título e do mapa o que mais se destaca, escrito em letras garrafais com um brasão no meio, é a inscrição “Império do Brasil”, que é quem “assina” esta planta, pois nela não consta nenhum cartógrafo. Tendo essa “assinatura”, ela deve ter sido executada pelo Real Corpo de Engenheiros.

Nos registros do Arquivo Histórico do Exército e da Fundação Biblioteca Nacional, pode-se ter uma ideia da produção cartográfica realizada no Brasil entre 1831 e 1845 que, no caso, são 135 mapas. A maior parte foi realizada por esses engenheiros. Nessa produção, além da planta de Porto Alegre de 1838, podem-se identificar seis mapas que dizem respeito aos movimentos deflagrados no Brasil entre 1831/45. Dois deles dizem respeito à ‘Sabinada’. Outro, à ‘Revolta de 1842’. Os outros três mapas são da ‘Revolução Farroupilha’. Somente na planta de 1838, o brasão imperial aparece no mapa. Nesta produção há apenas mais um mapa com o brasão do Império: trata-se de um mapa da Província de Santa Catarina, feito em 1842 por Charles Van Lede, que era um delegado da imigração belga, em parte para seu trabalho.

Figura 2: Planta de 1838



Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540208/cart540208.jpg>. Acesso em: 10 out. 2021.

A diagramação da planta de 1838 lembra a 1ª página de um jornal, com o nome do mesmo ocupando a parte superior – ‘Império do Brasil’ e o desenho do brasão imperial. Em seguida, o nome da planta, tal qual uma manchete de capa. A data colocada embaixo reforça a semelhança com o jornal. O mapa propriamente dito é a ilustração da notícia, e as colunas onde estão as legendas são como as colunas onde normalmente se desenvolve a matéria jornalística. Reforça a ideia das legendas serem as notícias o fato de algumas delas contarem os feitos dos legalistas.

Essa diagramação e a assinatura reforçam a questão da autoria, pois vários jornais dessa época apresentam elementos que remetem à forma de diagramação da planta de 1838: o jornal ‘Diário do Governo’ (1823-1824/1831-1833) contém o epíteto ‘Império do Brasil’ com o brasão. Segundo Miranda & Leite (2008, p. 41-42), este “jornal, publicado no Rio de Janeiro (RJ), servia como veículo oficial do governo do Império brasileiro”. Assim como na planta da cidade, no ‘Diário do Governo’ a ‘assinatura’ aparece mais distintamente.

te que o nome do jornal. No ‘Diário Fluminense’ (1824-1831), até o tipo de letra usado na ‘assinatura’ é o mesmo do mapa. Este último serviu como veículo para a divulgação de textos redigidos pelo próprio Imperador.

O que mais chama atenção no mapa é a linha preta reforçada que mostra a muralha da cidade. Parece evidente que o interesse do Império em mandar fazer uma planta da cidade com a demarcação das muralhas prende-se à necessidade de auxiliar as forças legalistas a manter suas posições na cidade. Já a ‘assinatura’, o título/manchete, as legendas/notícias dizem da decisão do Império de impor seu poder e sua força. Reforça essa questão o fato deste mapa ter sido impresso em 1838, mas a data destacada ser 20 de junho de 1837. Nesta data, o chefe dos revoltosos, Bento Gonçalves, estava preso. Ao mascarar a data da impressão, o mapa omite a notícia da fuga de Bento Gonçalves da prisão, em setembro de 1837. A importância da Revolução Farroupilha para o Império pode ser avaliada pelo número de mapas elaborados sobre a mesma, em número superior aos dos demais movimentos e também pelo fato do próprio “Império do Brasil” assinar a planta de 1838.

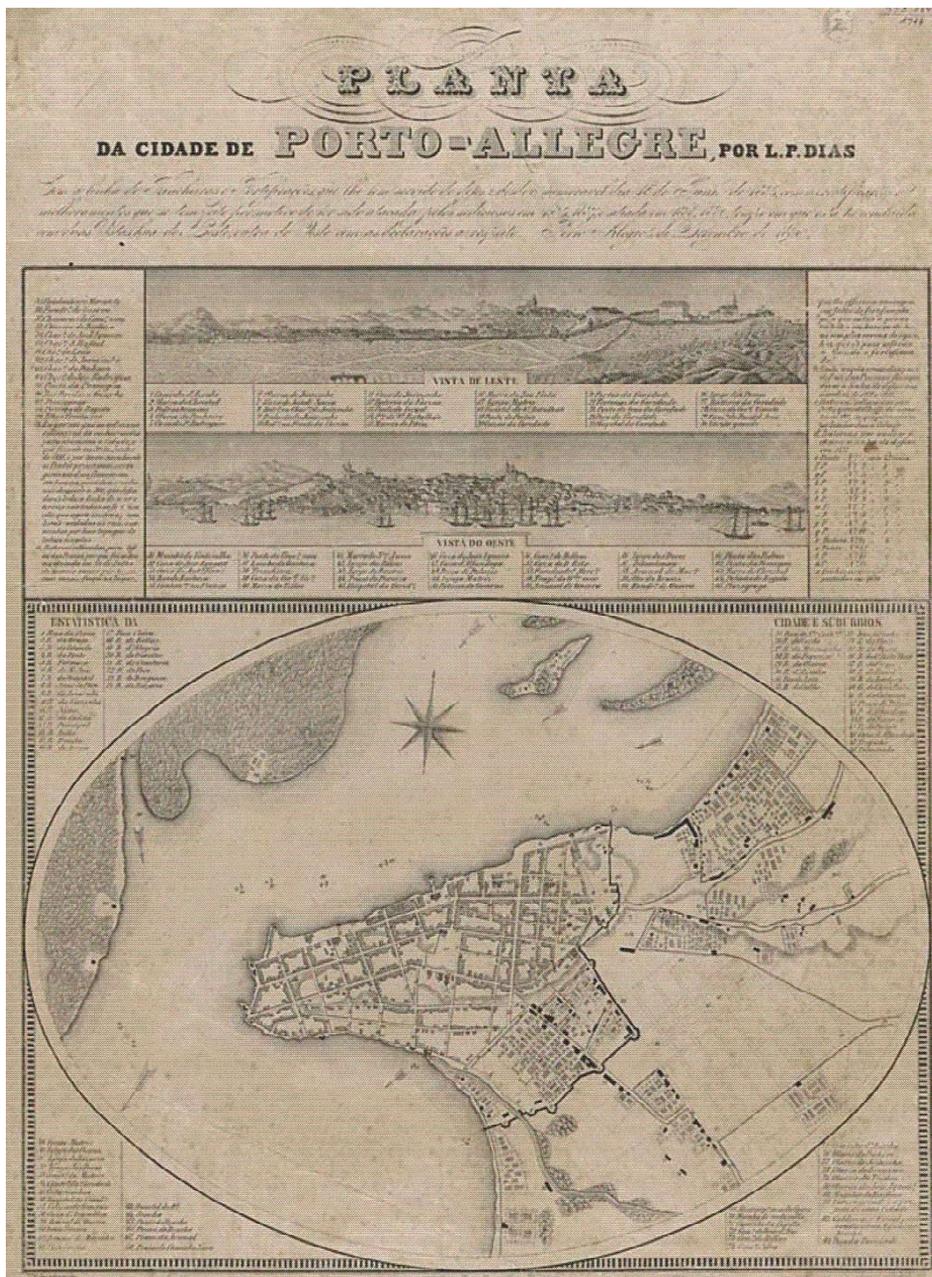
Planta de 1839 – L. P. Dias

Data de 1839 a terceira planta da cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma planta assinada por Luiz Pereira Dias. Segundo Macedo (1993, p. 59), ela é uma “planta muito semelhante à de 1838, apenas com alteração no traçado das fortificações”. Seu nome completo é: *Planta da Cidade de Porto-Allegre, por L. P. Dias. Com a linha de Trincheiras e Fortificações que lhe tem servido de defesa desde o memorável dia 15 de junho de 1836, com as rectificações e melhoramentos que se tem feito por motivo de ter sido atacada pelos sediciosos em 1836, 1837 e sitiada em 1838, 1839 tempo em que esta he concluída com duas Vistas, hua de Leste, outra do Oeste com as declarações a respeito. Porto Alegre, 2 de Dezembro de 1839.*

Luiz Pereira Dias, nascido na cidade do Porto (Portugal), foge para o Brasil por razões políticas. Em 1838, assume o cargo de Arruador da cidade. Foi também encarregado de obras da Câmara, coadjuvador da Secção de Obras Públicas de Porto Alegre e Encarregado das Obras Públicas.

A *Planta da cidade de Porto-Allegre, por L. P. Dias* (Figura 3), é uma planta impressa, monocromática que contém duas vistas da cidade – a ‘Vista de Leste’ e a ‘Vista do Oeste’, as primeiras a serem mostradas em mapas da cidade. O mapa está emoldurado por uma elipse inscrita em um retângulo. Em relação à Planta de 1838, o desenho da península na de 1839 parece mais alongado. Outra diferença é o desenho da muralha, pois ela mostra uma nova configuração: essa modificação de certo modo fecha a ‘Península’ – atingindo nos dois flancos da península o Guaíba.

Figura 3: Planta de 1839



Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart493880/cart493880.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

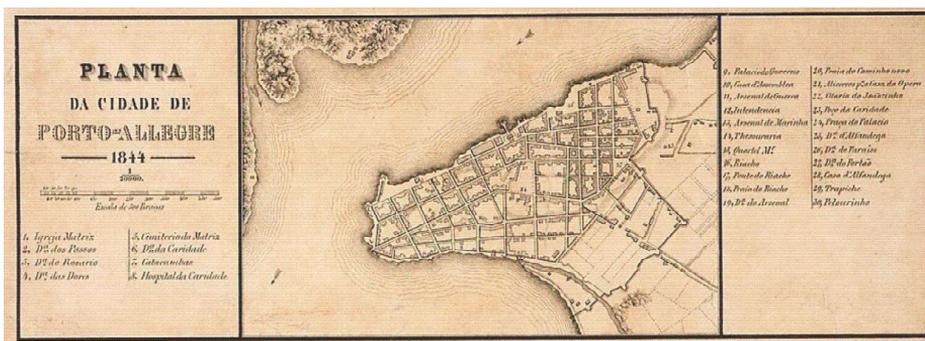
Pode-se constatar uma grande semelhança entre esta planta e uma *Planta da Cidade do Porto* de 1813. Essa semelhança aponta para o fato de que o aprendizado de cartografia de L.P. Dias se deu na cidade do Porto, em Portugal, onde deve ter tido conhecimento desta planta, que é de 1813. L.P. Dias fez a planta a serviço da Câmara de Porto Alegre entre 1838, data de sua contratação, e final de 1839, quando a mesma foi terminada.

A planta de 1844

Data de 1844 a quarta planta da cidade de Porto Alegre intitulada *Planta da Cidade de Porto-Allegre* (Figura 4). É de autoria de Conrado Jacob de Niemeyer. Ela está incluída como um cartucho na *Carta Corográfica do Império do Brazil* que foi publicada em 1846.

Conrado Jacob de Niemeyer (1788-1862), como relata Macedo (1862, p. 727), resolveu seguir a profissão de seu pai, um coronel engenheiro, no regimento de artilharia. Com a invasão napoleônica e a vinda da corte para o Brasil, emigrou para o Brasil, aonde chegou em 1809. Em 1815, recebe a patente de 1º Tenente de Engenheiros. Na Independência do Brasil, o então Capitão de Engenheiros adota como pátria o Brasil, passando a fazer parte do exército brasileiro até 1833. Em 1838, torna-se um dos sócios fundadores do IHGB. De 1842 a 1846 trabalhou na *Carta Corográfica do Império do Brazil*, que dedicou ao IHGB.

Figura 4: Planta de 1844



Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

A *Planta da cidade de Porto-Allegre* é um dos dez cartuchos inseridos na Carta. Além de Porto Alegre, temos: Ouro Preto, cidade da Bahia, Rio de Janeiro, Nitheroy, Ilha do Maranhão, cidade do Pará, São Paulo, Recife, cida-

de do Maranhão.³ Trata-se, segundo Peixoto (2004a), do primeiro trabalho de representação cartográfica do Brasil feito por brasileiros realizado após a Independência. Niemeyer compôs o seu mapa reduzindo e transformando sua base de dados a uma escala “que possibilitasse a composição da Carta Geral em quatro folhas iguais, de acordo com a capacidade de impressão da litografia mais bem aparelhada no Brasil naquele momento, a Litografia Heaton & Rensburg” (PEIXOTO, 2004a, p. 312). Uma questão importante dessa Carta é que ela tem como meridiano de origem o meridiano da cidade do Rio de Janeiro cuja utilização aponta para uma ideia de nacionalismo.

A Planta de Porto Alegre colocada na Carta foi baseada na Planta de 1839, e isso pode ser visto pela configuração das muralhas e pelo fato de que todas as legendas que constam do mapa de Niemeyer (são em menor número) fazem parte do mapa de 1839 na mesma sequência.

Como coloca Peixoto (2004b),

a consolidação da discussão do espaço nacional em teatros bem definidos, a descentralização do processo externo e da produção cartográfica em escala e o esvaziamento das funções do Arquivo Militar fizeram com que a primeira Carta Geral do Brasil não nascesse a partir de uma iniciativa do Estado, mas de uma contribuição para o debate da narrativa territorial no IHGB.

Essa carta, tendo sido feita de forma relativamente independente do Estado, e por ter sido comercializada, permitiu a divulgação do espaço nacional junto às elites e ajudou na construção de uma identidade nacional. O fato de Porto Alegre ter sido incluída nessa carta, em seguida ao término da Revolução Farroupilha, é uma afirmação de que a Província do Rio Grande do Sul faz parte do Brasil.

Em síntese, a planta de 1833 foi feita pelos revolucionários farroupilhas; a de 1838, pelos legalistas do Império; a planta de 1839 foi feita por ordem da Câmara de Porto Alegre por seu funcionário, para uso das necessidades diárias de uma cidade que sonhava levar uma vida ‘normal’, apesar da Revolução; e a de 1844, por um agente independente, ligado de certa forma ao Império, para mostrar a integração da Província do Rio Grande do Sul ao Brasil.

A planta de 1868

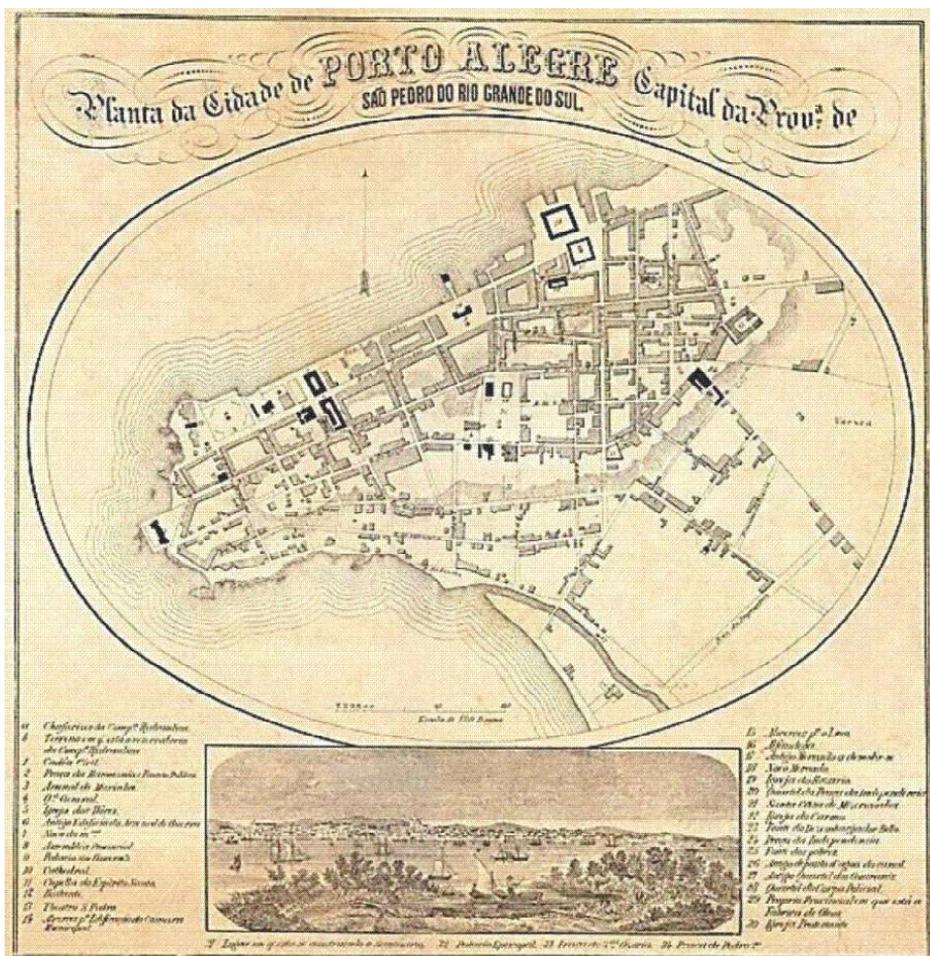
Data de 1868 a quinta planta da cidade de Porto Alegre (Figura 5). Trata-se da *Planta da Cidade de Porto Alegre Capital da Prov^a. de São Pedro do Rio*

³ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. NIEMEYER, Conrado Jacob de. Carta corographica do Império do Brazil. Rio de Janeiro, RJ: Heaton & Rensburg, 1846. 1 mapa, col, 150 x 150. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170429/cart170429.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

Grande do Sul, de autoria de Antônio Eleuthério de Camargo. Encontra-se incluída como cartucho na *Carta Topographica da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, de 1868.

Antônio Eleuthério de Camargo (1839-1895), além de ter sido um militar formado em engenharia, foi, segundo Pimentel (1945, p. 612), “um político eminente, deputado provincial e geral, ministro e conselheiro do Império e também ministro na República”. Em 1863, Eleuthério de Camargo já ajudava na organização dos trabalhos da Carta da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 1867, era um dos chefes da Repartição de Obras Públicas.

Figura 5: Planta de 1868



Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Na Carta há outro cartucho que contém uma ‘Nota’ que relata a feitura dela nos seguintes termos:

Foi principiada esta carta em 1857 pelo capitão de engenheiros Antonio Dias da Costa. Em 1863 continuarão os trabalhos relativos à sua organização pelos engenheiros Antonio Augusto de Arruda, Antonio Eleuthério de Camargo e desenhador Guilherme Grote Tex. Em 1865 ficou encarregado dos trabalhos o tenente coronel d’engenheiros Luiz Manoel Martins da Silva, sendo desenhador o mesmo Guilherme Grote Tex. Em 1868 foi concluída pelos engenheiros e desenhadores no título referidos.

Como a ‘Nota’ aponta, este trabalho de 1868 há muito tempo vinha sendo construído. Em vários relatórios de Presidentes da Província, a *Carta Corographica da Província* é mencionada. Apesar da ‘Nota’ apontar o início dos trabalhos da Carta no ano de 1857, em relatório de 1850, Francisco José de Souza Soares de Andréa faz um balanço dos problemas, das dificuldades para se fazer tal carta e da necessidade da mesma. A Guerra do Prata (1851-1852) e, em seguida, o trabalho de demarcação dos limites entre o Império e a República Oriental postergaram sua realização. Em 1859, foi encarregado de sua realização o engenheiro Felipe de Normann. Como referido na ‘Nota’, o engenheiro Antonio Dias da Costa já trabalhava em uma similar desde 1857. Em 1860, Felipe de Normann é exonerado da função. Sua morte e a de Antonio Dias da Costa, em 1862, atrasaram os trabalhos, pois só se volta a falar da mesma em relatório de 1865. A Guerra do Paraguai, iniciada em dezembro de 1864, gerou novo atraso. Somente em 1867 é que se volta a falar da Carta que é concluída em 1868.

Esta planta de Porto Alegre apresenta algumas semelhanças com a planta de L. P. Dias: o mapa está emoldurado por uma elipse e ela apresenta uma vista, no caso apenas a vista do norte. Chama atenção a quantidade de elementos diferentes que são destacados em sua legenda. De 36 elementos, 22 são equipamentos/espacos que não existiam ou que não foram relacionados nos mapas anteriores da cidade. Nela não há mais a muralha (demolida em 1845, com o fim da Revolução Farroupilha). A costa norte da península encontra-se modificada e ampliada por um aterro que configurou a Rua Sete de Setembro. Há também a projeção de um espaço mais largo onde foi construído o atual Mercado Público da cidade. Na ponta da península também houve um aterro onde foi construída a Cadeia.

Este mapa destaca principalmente os novos equipamentos e espaços da cidade. O objetivo mais geral dessa planta tem a ver com o fato de ela estar inserida na *Carta Topographica da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, que é o resultado da necessidade de se ter uma carta da Província que

mostrasse os limites atuais e tivesse demarcadas suas cidades, com as latitudes e longitudes corretas. Ela apresenta também a planta da Capital da Província. Em toda a sua longa história, vê-se por trás a 'mão' da administração da Província.

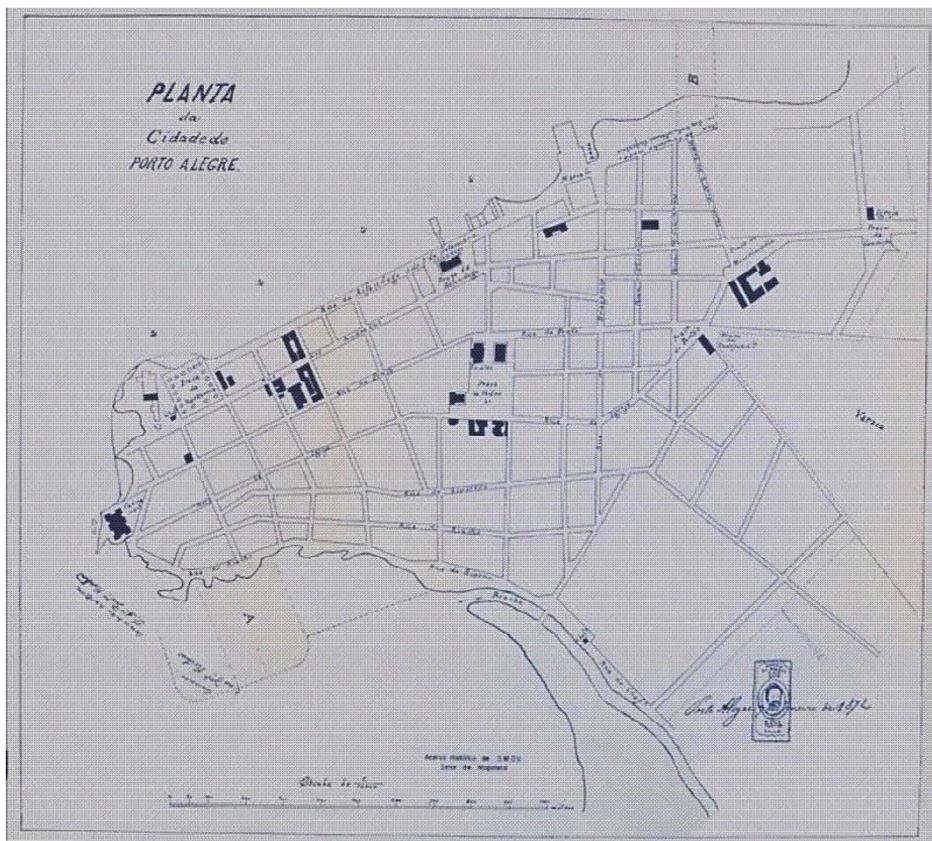
Esta planta de 1868, apesar de apresentar uma área da cidade um pouco menor que a de L. P. Dias, de certa forma amplia a cidade. Faz isso ao destacar os novos espaços, ao mostrar uma cidade já sem muralhas e ao apresentar uma ampliação real da cidade que são os aterros. Mostra o novo com a cara do antigo e realça o fato de que, terminada a Revolução, os limites urbanos não demoraram a ser ampliados e a vida na cidade obteve grandes melhoramentos.

Outras plantas

Até o final do século XIX, têm-se ainda a planta dita de 1872 (pelas análises, ela seria de 1864), a planta inexistente de 1876, a planta de Henrique Breton de 1881, a planta de João Cândido Jacques de 1888, a planta de 1896, de Alexandre Ahrons, e a *Planta Commercial de Porto Alegre* de 1900.

A de 1872 (1864) é uma planta Cartorial (Figura 6), pois foi feita inclusive com selo fiscal para determinar a localização de uma propriedade em Porto Alegre. Sua elaboração estava sob a responsabilidade de um cartório.

Figura 6: Planta de 1872 (1864)



Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

A planta inexistente de 1876 teria sido feita de forma independente pelo agrimensor Manoel José Nunes de Azevedo. Ele oferece a mesma para compra pela Câmara de Porto Alegre em 02/09/1876, e suas tentativas de venda, vistas em documentos, se prolongam até 04/06/1878 e, ao que se saiba, sem chegar a bom termo. Ele foi contratado como engenheiro para a mesma Câmara desde 04/02/1876 (meses antes de propor a venda) e se demite do cargo em 27/07/1878, logo após o final das negociações. Entre as tarefas de um engenheiro na Câmara estava a feitura da planta da cidade. Estranha-se um funcionário ligado à Câmara elaborar uma planta e, ao mesmo tempo, tentar vendê-la como um trabalho independente. “E não era um funcionário qualquer: era um agrimensor, trabalhando como engenheiro, e que fornece à Co-

missão que examina a Planta alinhamentos feitos sob sua tutela” (FIALHO, 2010, p. 298).

A de 1881 (Figura 7) foi ofertada à Câmara de Porto Alegre pelo engenheiro francês Henrique Breton, que trabalhava na construção da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana.

Figura 7: Planta de 1881

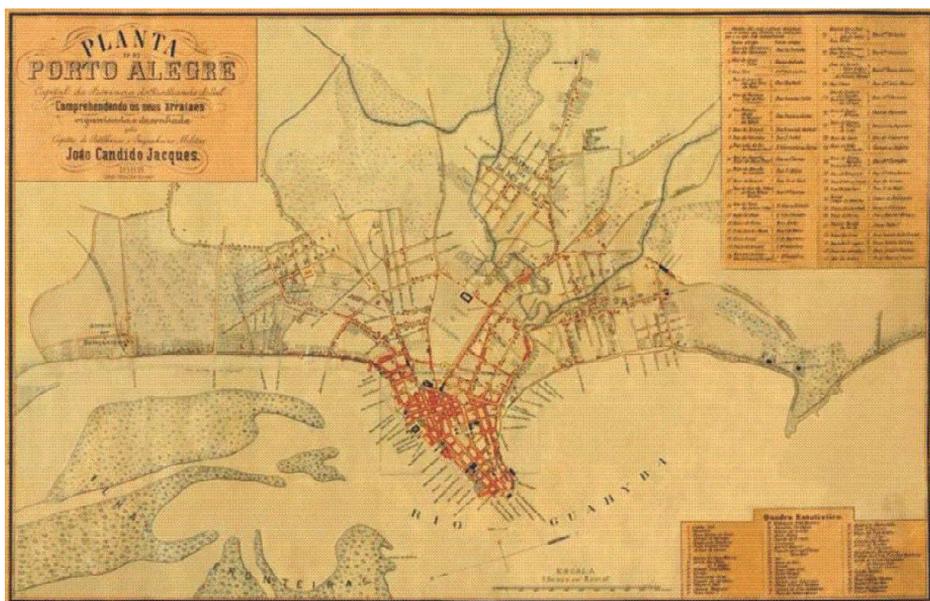


Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Sabe-se que, por duas vezes, Henrique Breton tentou obter um privilégio, por dez anos, de estabelecer quiosques em ruas e praças da cidade de Porto Alegre. A primeira vez foi em fevereiro de 1881 e a segunda em maio de 1882, não obtendo sucesso. Entre essas tentativas ofertou a planta da cidade à Câmara. Foi uma planta feita de forma independente, mas havia troca de materiais cartográficos entre a Câmara e a empresa que empregava Breton. “Pode-se pensar também que o interesse de Henrique Breton ao conceber este mapa tenha sido não apenas a barganha com a Câmara, mas também ter uma planta da cidade que lhe permitisse instalar seus quiosques em pontos comerciais importantes” (FIALHO, 2010, p. 314).

A Planta de 1888 (Figura 8) foi feita por João Cândido Jacques. Seu nome completo é *Planta de Porto Alegre, Capital da Província do Rio Grande do Sul compreendendo os seus arraiaes, organizada e desenhada pelo Capitão de Artilharia e Engenheiro Militar João Cândido Jacques*. Na época em que fez o mapa, ele era professor da Escola Militar de Porto Alegre, tendo sido seu Comandante (1898-1899). Há duas hipóteses quanto às ordens seguidas para a execução desta planta: uma é ela ter sido feita sob a égide da própria Escola Militar podendo ter sido feita como um exercício com seus alunos; a segunda hipótese é que o Comando das Armas da Província tenha designado o Capitão para fazê-la. As duas hipóteses vinculam esta planta ao exército. Seu objetivo principal parece ter sido mostrar a região de Porto Alegre e o seu entorno, compreendendo os seus arraiais, e esta foi a primeira planta existente a mostrar a cidade de Porto Alegre com essa amplitude.

Figura 8: Planta de 1888

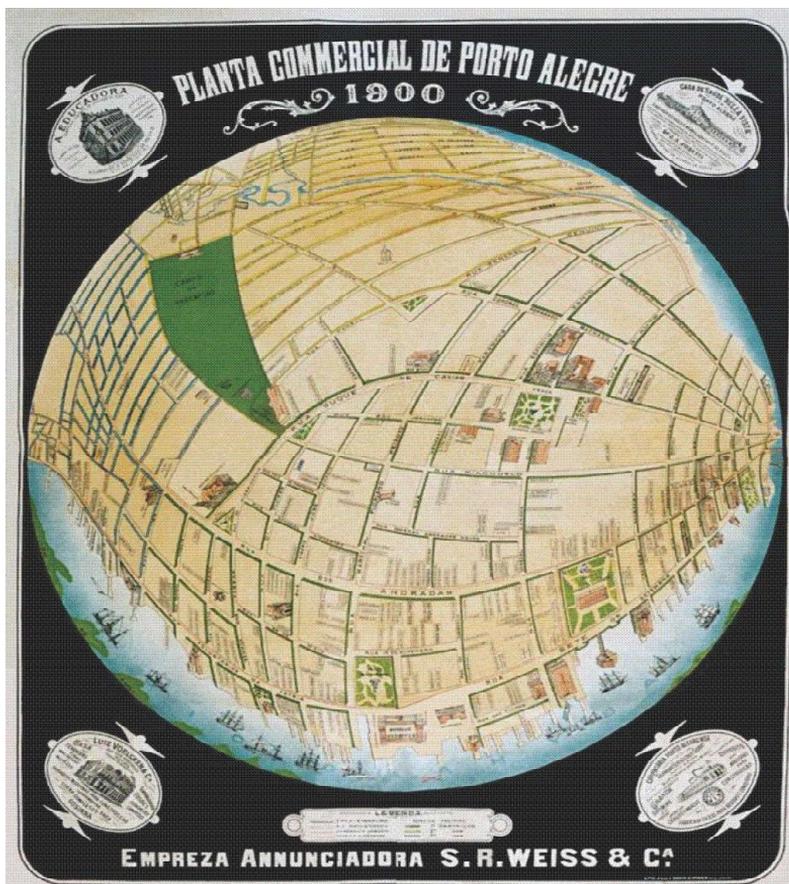


Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

A Planta de 1896 foi feita por Alexandre Ahrons, que teria sido engenheiro e da qual se tem poucas informações. A hipótese, devido à expressão “Urbanização Nº 3”, é de ter sido feita para a municipalidade. Abrange uma área similar à de 1888 e mostra algumas novas áreas da cidade, tal como o Arraial da Glória.

No final do século XIX, a *Planta Commercial de Porto Alegre de 1900*, como o próprio nome aponta (Figura 9), é a primeira a ser feita de forma particular. Sua autoria não aponta nenhum cartógrafo, mas a firma que a produziu: a Empresa Annunciadora S. R. Weiss & Cia. Além da inovação temática, esta planta difere das demais pela forma de sua representação: projeção peculiar – formato circular com ponto de convergência no extremo da península – que deforma o que se distancia da região central, privilegiando assim, a parte de maior relevância, a comercial. Essa forma do desenho é como se tivesse sido aplicada uma lente olho de peixe. Chama atenção também a quantidade de estabelecimentos comerciais com nomes de origem alemã, o que mostra a importância da imigração alemã no Estado.

Figura 9: Planta de 1900



Fonte: IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Cartografia Virtual Histórico-Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2005. 1 CD-ROM.

Considerações finais

Assume-se, como Branch, que os mapas transformaram a percepção dos diversos atores sobre a forma legítima da autoridade e da organização política, nesse caso da cidade de Porto Alegre. A cartografia de Porto Alegre desde sua fundação até o século XIX apresenta 13 plantas entre existentes e desaparecidas. Esse conjunto demonstra uma grande diversidade não só em seus objetivos, como também nos responsáveis pela sua elaboração. O Império é quem executa a de 1838. A Capitania/Província as de 1772 e 1868. Comandadas pela própria municipalidade, temos as de 1825, 1839 e 1896. A de 1872 (1864) teria como executor um cartório. Temos também a de 1888, provavelmente conectada a uma instituição militar. Nas demais temos particulares identificados como os responsáveis (por vezes com outras conexões): a de 1833, um revolucionário; a de 1844, ligada ao IHGB; a de 1876, um agrimensor ligado à Câmara da cidade; a de 1881, um engenheiro com vontade de exercer negócios na cidade; e a de 1900, uma planta comercial feita por comerciantes.

É importante recordar que, como coloca Jacob (1996, p. 37) em sua concepção, o

traçado cartográfico é um gesto performático que cria o espaço mais do que o representa. Ele elabora um novo objeto intelectual onde os significados, os efeitos cognitivos e os usos potenciais não resultam somente da adição das informações locais, das medidas, das marcas de referência empíricas mobilizadas em sua gênese. As modalidades de apropriação visual e as operações intelectuais que constroem os significados do mapa não se reduzem a uma gramática geral da percepção dos signos, mas se apoiam em categorias culturais, em esquemas de aprendizado e de semantização fortemente contextualizados, em campos de saberes e crenças sobre a materialidade e a finitude do mundo e, mais fundamentalmente, na atitude do espírito humano de dominar e modelar este mundo.

Os objetivos identificados na feitura dessas diversas plantas de Porto Alegre têm a ver com unidades políticas e mostram questões de poder e de interesse. Para Brian Harley, “o mapa trabalha na sociedade como uma forma de poder-conhecimento”. Mas ele vai mais além, pois, segundo ele, “o poder é exercido *na* cartografia [...], o poder é exercido *com a* cartografia”, concluindo que “o poder vem do mapa e atravessa a forma como o mapa é feito” (HARLEY, 2001, p. 165-166, grifos no original).

Exemplificando, no mapa de 1838, esse exercício do poder já se faz visível no seu cabeçalho, onde está impresso ‘Império do Brasil’. Em relação ao mapa de 1881, de Henrique Breton, o que se destaca é o fato deste engenheiro ter um interesse pessoal.

Num caso como no outro, os mapas não apenas participam de um jogo de interesses, mas são as próprias peças desse jogo, exercendo pressões, blefando, e até fazendo a vitória pender para uma das partes. Não há, portanto, por um lado os mapas e a história da cidade por outro, e, a partir daí, uma tentativa de colocar a ambos em relação. O que há é uma trama e uma circunstância particular que definem tanto o significado de um mapa quanto a história da cidade, num determinado momento (FIALHO, 2010, p. 338).

Nesse sentido, pode-se dizer, como Christian Jacob (1996, p. 37), que

O mapa é, deste modo, uma interface. Por um lado, um objeto simbólico que gera um sentimento de reconhecimento e de pertencimento entre os que dominam os códigos e, por outro lado, uma tela sobre a qual se projeta a enciclopédia de uma sociedade, sua visão de mundo, sua memória, sua axiologia e sua própria organização.

E, através dessas diversas enciclopédias sociais, perpassa um panorama das formas de administração, das diversas instituições, de diversos responsáveis, dos diversos interesses e das formas com que o mapa é utilizado para administrar e gerir a cidade.

Referências

- BLACK, Jeremy. *Maps and Politics*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- BRANCH, Jordan. Mapping the Sovereign State: Technology, Authority, and Systemic Change. *International Organization*, Cambridge, v. 65, n. 1, p. 1-36, 2011.
- FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades Visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HARLEY, John Brian. Deconstructing the Map. In: HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 150-168.
- JACOB, Christian. Quand les Cartes Réfléchissent. *Espaces Temps Les Cahiers*, Paris, n. 62/63, p. 36-49, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do Orador. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 718-739, 1862. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1862t0025.pdf>>.

MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Jornais Raros do Musecom, 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

PEIXOTO, Renato Amado. A Carta Niemeyer de 1846 e as condições de leitura dos produtos cartográficos. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 299-318, jan./dez. 2004a. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6359/3810>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PEIXOTO, Renato Amado. O Espelho da Jacobina: representação e escrita da história na construção da Carta Niemeyer de 1846. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2004b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Zambecari: gli occhi del viaggiatore. *Bollettino Del Museo Del Risorgimento*, Bologna, v. 46, p. 7-24, 2001. Dossiê: Tra il Reno e la Plata: la vita di Livio Zambecari studioso e rivoluzionario.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos Gerais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945. 2 vol.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A Engenharia Militar Portuguesa na Construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

WOOD, Denis. *The Power of Maps*. New York: Guilford, 1992.

PARTE 4

ESCRAVIDÃO

AFRICANAS, AFRICANOS E AFRODESCENDENTES NA FORMAÇÃO DE PORTO ALEGRE: ESCRAVIDÃO, PLEBE NEGRA E COMUNIDADES DE MATRIZ BANTO ENTRE 1772 E 1802

Luciano Costa Gomes

A celebração dos 250 anos de Porto Alegre é uma oportunidade necessária para pensarmos o passado, o presente e o futuro de uma cidade que tem se tornado cada vez mais inóspita.¹ Ao tratarmos particularmente da narração da história das populações negras, vemo-nos diante de três desafios: primeiro, o peso de uma historiografia antiga que negligenciou a presença africana na formação da cidade; segundo, a divulgação de obras revisionistas que relativizam as consequências da escravidão; terceiro, a persistente recusa de muitos agentes públicos e privados em ouvir os questionamentos e demandas provenientes da população negra, em geral, e dos movimentos negros, em particular.

O tema deste artigo é a escravidão, em relação à qual desejamos responder duas questões: qual a importância da escravidão na formação da freguesia de Porto Alegre?² Como africanas, africanos e descendentes se relacionaram com a escravidão, fossem eles livres, libertos ou escravizados? Utilizaremos a expressão “africanas, africanos e descendentes” para designar a população alvo deste estudo, opção conceitual pertinente a uma perspectiva de abordagem da história do negro no Brasil (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 9), história esta que representa uma exigência constitucional desde a aprovação da lei federal 10.639 em 2003.

Em nosso entendimento, a multiplicidade de experiências de africanos e descendentes em Porto Alegre pode ser melhor analisada ao correlacionar-

¹ Agradecemos a Aline Mello Fernandes pelo levantamento do rol de confessados de 1802. Agradecemos à Prof.^a Helen Osório por repassar o mapa de 1780. Aos Profs. Ana Silvia Scott e Dario Scott por repassarem os mapas de 1807 e 1810 compulsados pelo Prof. Tarcísio Botelho. Por fim, agradecemos a leitura crítica da Prof.^a Rachel Marques.

² Porto Alegre tornou-se um município somente no ano de 1808. Portanto, durante o período compreendido neste artigo, a localidade era apenas uma freguesia, isto é, uma povoação que contava com uma paróquia.

mos três conjuntos de relações sociais: a sociedade estamental, a escravidão e a comunidade de matriz africana.

O texto é dividido em cinco etapas. Na primeira, abordaremos os conjuntos de relações sociais nos quais mulheres e homens africanos e seus descendentes se envolveram. Na segunda, analisaremos a dimensão da população negra. Na terceira, abordaremos alguns aspectos da formação da escravidão na localidade. Na quarta, trataremos das condições de ascensão social por parte de pardos e pretos libertos e livres. Por fim, abordaremos a formação de comunidades de matriz africana.

Três conjuntos de relações sociais

A historiadora e o historiador social têm como parte de sua tarefa identificar as relações humanas e perceber a formação de grupos, segmentos sociais ou coletividades. Nesse sentido, nosso primeiro passo é o de verificar os conjuntos de relações estabelecidos por homens e mulheres africanos e afro-americanos, os quais estão vinculados a processos de posicionamento social e criação de identidades.

Um documento oferece informações privilegiadas para semelhante tarefa, o *rol de confessados*, uma lista elaborada por párocos na qual eram registrados os habitantes da freguesia, nome por nome, casa por casa. Entre os moradores de Porto Alegre listados em 1782, encontramos Inácio Osório Vieira, um português nobre responsável pela Provedoria da Fazenda Real, uma das mais importantes instituições de governança do período. Ele se encontrava acompanhado por dois pardos agregados e nove pessoas escravizadas em seu domicílio. Outra figura era o vigário Luís de Medeiros Correia, que contava com dois cativos e um agregado sob seu teto. Quem também detinha dois cativos e abrigava um agregado era o pardo forro Teodósio Pires. Ana Matildes, esposa de um militar ausente, estava acompanhada por sua escravizada Ana, a pequena filha desta e pelo agregado Antônio Guarani.

Ao identificar tais indivíduos, podemos constatar que havia pessoas destacadas por seu estamento, como o nobre servidor real e o pároco. Havia indivíduos designados por sua origem e pertencimento, como o pardo e o guarani. Havia mulheres, frequentes vítimas de tabeliães e historiadores inclinados a apenas recordar ditos e ações masculinas. Encontramos também indivíduos marcados pela condição de dependência em relação a um chefe de domicílio, quais sejam, os agregados e as pessoas escravizadas.

Algumas das designações acima mencionadas indicam o estabelecimento de relações institucionais que localizavam os indivíduos em estados ou condi-

ções sociojurídicas específicas. As pessoas livres ou libertas súditas do rei de Portugal e que deviam obediência a nobres, ao clero e a diferentes instituições de governança constituíam um conjunto chamado de plebe ou terceiro estado (GODINHO, 1977, p. 101ss.). As pessoas que se encontravam sob o domínio doméstico de um proprietário ou proprietária e a estes deviam obediência eram designados como escravos.

Tanto entre os plebeus como, principalmente, entre os cativos, encontramos mulheres e homens africanos que compartilhavam crenças e costumes que facilitavam o estabelecimento de vínculos e a criação de identidades comuns, o que permitia a formação de comunidades. Duas instituições servem-nos como indicadoras da existência de comunidades: o parentesco e rituais religiosos, considerando que ambos impunham obrigações entre seus membros, estabeleciam hierarquias, criavam um ambiente solidário e permitiam a troca de recursos os mais variados.

População africana e afro-brasileira na fundação de Porto Alegre

É possível estudar a dimensão demográfica da população africana ou desta descendente graças à existência dos *mapas de população*, instrumento utilizado para contabilizar os habitantes do império português. Dispomos de seis mapas relativos ao Rio Grande de São Pedro entre os anos de 1780 e 1810.³ A depender do mapa, as pessoas foram classificadas conforme cor, condição sociojurídica, sexo, faixa etária e se alcançou estado matrimonial (SCOTT, 2017, p. 623).

Nos mapas de população, os africanos e seus descendentes podem ser identificados a partir de dois tipos de informação: a condição sociojurídica e a cor. Por um lado, eram *escravos* ou *libertos/forros* (mas não há discriminação dos livres não brancos). Por outro, foram classificados como *pretos* – africanos propriamente ditos e, provavelmente, seus filhos crioulos – ou *pardos* – pessoas nascidas na América com distante ascendência africana (LARA, 2007).

O conjunto formado por pretos, pretas, pardos e pardas, incluindo libertos e escravizados, soma 51% da população em 1798, 47% entre 1802 e 1807 e desce a 43% em 1810. Para uma localidade cuja escrita da história foi marcada pelo “mito açoriano” e pelo mito da tardia presença de africanos na localidade

³ Fontes: 1780: Fundação Biblioteca Nacional (doravante BNRJ), Seção de Manuscritos, 9, 4, 9 n° 134; 1791: Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), ACL, CU, 19, Cx.3, doc.252, rolo 3; 1798 e 1802: AHU, ACL, CU, 019, Cx.7, doc. 485; 1805: AHU, ACL, CU, 019, Cx.11, doc. 669; 1807: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante ANRJ), Códice 808, v. 3; 1810: ANRJ, Códice 808, v. 3, folha 148.

(MONTEIRO, 2006, p. 101), a percentagem encontrada é alta, permanecendo próximo à metade do total na maior parte do tempo considerado.

Considerando somente a população escravizada, esta passou de um mínimo de um 33% em 1780 para um máximo de 42% do total em 1798. Nos anos seguintes, os valores recuam paulatinamente e retornam ao patamar de 33% em 1810,⁴ período este marcado pela maior demanda de trabalhadores escravizados pelas regiões charqueadoras. Ao se considerar o fato de um mínimo de um terço da população ver-se sob o cativo e se encontrar a trabalhar nas atividades portuárias, urbanas e rurais, vislumbra-se a importância indiscutível do trabalho de africanos e descendentes na formação da freguesia de Porto Alegre (GOMES, 2012).

A população liberta era relativamente pequena, pois variou entre 8 e 12% do total entre 1798 e 1810. No entanto, chegou a representar entre 23 e 25% do conjunto formado por libertos e cativos entre 1805 e 1810. Tais dados apontam, em primeiro lugar, para o equívoco de resumir as experiências negras ao cativo, considerando a participação relativamente elevada de forros. Em segundo lugar, vislumbra-se a hipótese de que a reprodução da população liberta foi especialmente dependente da migração desde outras localidades da América portuguesa.

A escravidão

A escravidão era uma instituição conhecida na África e na Europa e se caracterizava por estabelecer uma relação de domínio de um senhor sobre um cativo no âmbito doméstico. Tal instituição permitiu a expansão do império português na América e dependeu do tráfico de africanos para sua reprodução quando a escravização de indígenas já não era viável (SCHWARTZ, 1988; ALENCASTRO, 2000).

O tráfico para o Rio Grande de São Pedro foi de pequena monta em fins do século XVIII se comparado à entrada massiva da década de 1810 (OSÓRIO, 2007, p. 221; BERUTE, 2006, p. 38ss.). Ainda assim, o crescimento da população cativa em Porto Alegre entre 1780 e 1802 foi extraordinário, na ordem de 4,3% anuais (GOMES, 2018, p. 65). O rápido crescimento da população cativa da freguesia em um período de tráfico regional pouco intenso exige uma explicação.

⁴ A estimativa de pessoas escravizadas em 1780 é de 616 indivíduos. A metodologia empregada para obter tal estimativa encontra-se em Gomes (2018, p. 63ss.).

A partir dos *livros de batismos de escravos* de Porto Alegre, verificaram-se três patamares de frequência de batismos de cativos: ocorreu uma média de 26 batismos anuais entre 1774 e 1785; entre 1786 e 1795, o valor subiu para 44; por fim, o valor chegou a 72 entre 1796 e 1800. Portanto, o crescimento da população escravizada não se deu de forma gradual e contínua, mas ocorreu de forma mais ou menos brusca em períodos específicos, fato provavelmente dependente da dinâmica mais ampla do comércio de cativos (GOMES, 2012, p. 206ss.).

A dinâmica do tráfico de cativos – acompanhada por um nível não desprezível de reprodução natural – permitiu que a escravidão se mantivesse amplamente difundida entre os domicílios de Porto Alegre por um período que atravessou duas décadas. Tal fenômeno pode ser estudado de modo comparativo por meio dos róis de confessados dos anos de 1782,⁵ 1792 e 1802. Como esses documentos arrolam os moradores da freguesia e os dividem por domicílio, é possível contabilizar os senhores escravistas e medir o tamanho das escravarias.⁶

Em 1782 e 1802, os domicílios escravistas somavam, respectivamente, 62 e 58% do total dos domicílios, fato que evidencia o compromisso dos moradores de Porto Alegre com o escravismo. Para os mesmos anos, o número mediano de cativos por domicílio era de 3 e 2, respectivamente, o que evidencia o predomínio das pequenas posses de cativos. O Índice de Gini é uma métrica que varia entre 0 e 1 e mede a desigualdade da distribuição de um recurso. Quanto mais próximo de um, maior a desigualdade. O índice de Gini pulou de 0,40 para 0,45. A redução do número mediano indica um aumento das posses menores, enquanto o aumento do índice de Gini indica um processo de concentração de patrimônio entre os mais ricos.

Como observamos na Tabela 1, ao distribuir a população de senhores escravistas conforme o tamanho das escravarias, percebe-se que metade possuía até dois cativos em todo o período. Interessa observar que há uma redução do número de escravistas da segunda faixa de posse (de 3 a 5) em favor daqueles das terceira e quarta faixas. Os possuidores de dez ou mais cativos dobram em um período de 20 anos.

Ao observar a distribuição das pessoas escravizadas, percebemos uma redução do total de cativos pertencentes aos pequenos senhores, especialmen-

⁵ Retiramos as crianças com seis anos ou menos listadas no documento de 1782 para poder comparar este rol aos demais que não incluem as crianças.

⁶ Dentre as pesquisas que se utilizaram dos róis para estudar a população de Porto Alegre, citam-se Scott (2008), Gomes (2012), Elias (2013), Freitas (2017) e Scott (2022).

te os da faixa de 3 a 5. Paralelamente, as posses escravistas com dez ou mais cativos viram sua participação mais do que dobrar, passando de um décimo para quase um quarto do total.

Tabela 1: Distribuição (%) de proprietários e de pessoas escravizadas em Porto Alegre, 1782-1802

Faixa de posse de cativos	Proprietários			Pessoas escravizadas		
	1782	1792	1802	1782	1792	1802
Entre 1 e 2	49,7	54,4	50,2	21,5	20,5	18,7
Entre 3 e 5	34,0	24,9	25,9	37,2	25,8	25,8
Entre 6 e 9	13,7	14,7	17,6	30,2	30,1	31,3
10 ou mais	2,6	6,0	6,4	11,1	23,6	24,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (doravante AHCMPA), *Róis de confessados de Porto Alegre* de 1782, 1792 e 1802.

Assim como em outras localidades da América portuguesa, a rápida expansão demográfica da escravidão e sua ampla disseminação estão associadas ao aumento da tensão social. De fato, a violência doméstica contra pessoas escravizadas tornou-se tão intensa a ponto de virar uma questão de ordem pública. No ano de 1803, Paulo José da Silva Gama, o então governador do Rio Grande, lançou um edital proibindo os castigos excessivos perpetrados pelos senhores em Porto Alegre. O governador cita casos de espancamentos bárbaros, assassinatos, abandono de doentes, prisões clandestinas acompanhadas de fatal privação do alimento, além de muitos escravos sacrificados sem outro motivo senão a cólera e a raiva senhorial.⁷

Se a violência dos proprietários ultrapassou a alçada doméstica, a falta de controle também. É possível que os muitos indivíduos originários de povos do tronco linguístico banto estivessem a entender a escravidão como resultado de bruxaria praticada por seus senhores (M'BOKOLO, 2009, p. 553; SWEET, 2007, p. 193). Tal fato, associado à violência senhorial, deve ter tornado comuns as fugas a ponto de fazer exigir providências dos vereadores. Em maio de 1788, foi enviada carta ao vice-rei solicitando instruções para estabelecer

⁷ AHU, ACL, CU, Cx. 10, D. 463.

um capitão do mato. O cargo foi criado dez anos mais tarde, em março de 1798. No mês seguinte, foi mandado criar uma marca em forma de F para os cativos capturados e levantar um tronco. De acordo com o documento, a marca e o tronco eram destinados aos cativos pegos em “quilombos”.⁸

As fugas se tornaram um achaque à ordem pública escravista e exigiam resposta. Tomando os pequenos quilombos baianos e mineiros como referência, podemos imaginar que os foragidos ao cativeiro organizavam esconderijos temporários nos incontáveis matos da parcamente povoada Porto Alegre, assaltavam moradores e, vez por outra, obtinham produtos no comércio local (SCHWARTZ, 2001, p. 228, 244ss.).

O aumento da população escravizada em Porto Alegre foi rápido, ainda que a intensificação do tráfico fosse apenas periódica. A escravidão era difundida, as pequenas escravarias predominaram e as maiores cresceram ao longo do tempo. Associado a estes fenômenos, ocorreu um recrudescimento da tensão social que resultou em violências desmedidas praticadas por alguns senhores e em práticas de resistência contra o cativeiro por parte dos escravizados, ambas as quais exigiram reação das autoridades.

A plebe negra

A plebe era o terceiro estado do Antigo Regime. Grupo predominante em termos numéricos, era formado por gente destinada ao trabalho, como “artesãos, vendedores e outros trabalhadores de rua, lavadeiras, vagabundos, prostitutas” (REIS, 2003, p. 46). A eles se somavam produtores rurais e comerciantes cujas unidades produtivas ou negócios apresentavam as mais diferentes dimensões. Em Porto Alegre, os mais enriquecidos e bem relacionados membros do braço popular eram capazes de obter os cargos de capitão de ordenanças, juiz ou vereador da Câmara e integravam, junto aos poucos nobres e clérigos residentes, o grupo dos “homens bons” da governança local (KÜHN, 2006; HAMEISTER, 2006; COMISSOLI, 2008; GIL, 2009).

A plebe era diferenciada em seu interior por diversos modos. Havia homens e mulheres; gente nascida na Europa, África e América; uns eram livres de nascimento e outros se tornaram libertos após um período sob o cativeiro. Além disso, as pessoas poderiam receber qualitativos de cor, origem ou mestiçagem, como brancos, pretos, pardos ou mulatos (LARA, 2007). Consideran-

⁸ Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (doravante AHPAMV), Câmara de Rio Grande de São Pedro, Série AV, L3; AHPAMV, Câmara de Rio Grande de São Pedro, Série AV, L4. Disponível em: <<https://atom.procempa.com.br/index.php/arquivo-historico-de-porto-alegre-moyses-vellino>>.

do os objetivos deste artigo, designaremos como *plebe negra* o segmento formado por africanos ou descendentes de africanos, fossem pardos, pretos, cabras ou crioulos.⁹

Um dos pontos pacíficos na historiografia do Brasil escravista é o fato de que ser liberto não era sinônimo de ser pobre. Diferentes autores e autoras apontam que homens e mulheres pretos e pardos, livres ou libertos, podiam se dedicar a atividades próprias de setores sociais remediados e, até mesmo, enriquecer (FARIA, 2000; REIS, 2012; FARIAS, 2013; LIBBY, 2015; MARQUES, 2018). A ascensão social podia ser até política em alguns casos, pois indivíduos afro-brasileiros assumiam cargos na governança local quando não eram impedidos por concorrentes brancos, especialmente em localidades recentemente fundadas ou muito afastadas (RUSSELL-WOOD, 2000).

Em Porto Alegre, a plebe negra trabalhava nos mais diversos setores, como no pequeno comércio, no artesanato e na agricultura, além de realizar atividades não especializadas. Havia o predomínio feminino entre os alforriados e variações significativas relativas ao modo de se obter a carta de liberdade conforme a origem da pessoa (ALADRÉN, 2008; SCHANTZ, 2009; GOMES, 2018). Porto Alegre também se tornou um destino de forros originários de outras capitanias da América portuguesa e abrigava o maior contingente dessa população quando comparado às demais localidades da região (SCHANTZ, 2009, p. 36ss.; GOMES, 2012, p. 66ss.).

Como membros do Terceiro Estado, os pretos e pardos forros ou livres pagavam taxas à Igreja, à Câmara e ao monarca. Um exemplo é a taxa devida ao ritual fúnebre. No livro de óbitos,¹⁰ entre outubro de 1772 e outubro de 1795, as centenas de registros disponíveis podem apresentar duas informações indicativas de condição econômica dos falecidos: a notificação de pobreza que garantia o direito de ser sepultado sem pagar a taxa e a notificação de testamento efetuado, sinal de posse de algum patrimônio.

Dos 803 registros de falecidos livres e libertos, os classificados como pretos, pardos ou cabras somam 53 indivíduos, ou 6,6% do total. No conjunto

⁹ A expressão *negro* aqui utilizada tem uma conotação relativa à origem, como expresso por Silvia Lara (2007, p. 132). Enfatizamos que as cores indicavam posição no interior da hierarquia social do Antigo Regime na América, em um contínuo que separava a escravidão da liberdade. Enquanto o pardo marcava a reivindicação de afastamento em relação à escravidão, o preto estava associado à condição de escravo (LARA, 2007, p. 132-144). Uma explicação diferente para o vocabulário das cores pode ser encontrada na obra de Roberto Guedes, para quem ser pardo também indicava um afastamento em relação aos negros (GUEDES, 2017, p. 350ss.).

¹⁰ AHCMPA, *Primeiro Livro de Óbitos de Porto Alegre*. Sobre o documento e sua produção, ver Meirelles (2016).

dos 118 falecidos pobres e muito pobres, a plebe negra faz-se presente por meio de 8 indivíduos, ou 6,8% do total. Entre os 61 indivíduos testamentados, apenas 1 era forro, ou 1,6% do total. Ao comparar os valores, percebe-se que a plebe negra apresentava valores proporcionais quando considerados no conjunto dos falecidos e no conjunto dos pobres (6,6 e 6,8%). No entanto, os pretos e pardos estão visivelmente sub-representados entre os testamentados (1,6%).

Por meio de seu trabalho, muitos homens e mulheres pretos e pardos conseguiam manter um nível de vida minimamente razoável, mas a ascensão social lhes era dificultada. A partir desta constatação, perguntamo-nos pelos meios de mobilidade social acessíveis à plebe negra. Dois conjuntos de recursos serão alvo de reflexão: aqueles provenientes das instituições de Antigo Regime e aqueles obtidos por meio do mercado de pessoas escravizadas.

Encontramos 24 chefes de domicílio forros no *rol de confessados de 1782*, dos quais 12 eram escravistas. Dos últimos, 7 eram pardos. O número mediano de cativos por posse é de 2. O índice de Gini é de 0,23, e as maiores posses possuem três indivíduos escravizados. Ao comparar esses dados com os relativos a toda a população, apresentadas algumas páginas atrás, podemos concluir que a plebe negra encontrava mais dificuldades para obter patrimônio se comparado ao conjunto da população da freguesia: suas escravarias eram ainda menores e nenhum chegou ao terceiro nível de posse (com seis ou mais cativos cuja idade fosse superior a seis anos).

Um elemento fundamental do Antigo Regime nas Américas era o fato de que o acesso junto a instituições políticas se revelava como uma via para se obter recursos materiais ou facilitações para tal (FRAGOSO, 2003). Apresentaremos, agora, três dos poucos casos de plebeus negros que conseguiram pagamentos por serviços prestados ou cargos ocupados nas instituições de governança.

Manuel Ferreira de Souza era um forro pardo casado com a também parda forra Ana Maria. Ele ocupava o cargo de porteiro do juízo na Câmara, atividade pela qual recebia 10 tostões por mês, ou 1\$000 réis.¹¹ Sua família foi encontrada em róis acompanhada de agregados, nunca de cativos. O pardo forro Domingos Alves Passarinho aparece em um registro de pagamento de oficiais que trabalharam na Marinha e no Arsenal, instituições da Fazenda Real. Ele está listado entre os carpinteiros e recebeu 28 mil réis por trabalhar

¹¹ AHPAMV, Câmara de Rio Grande de São Pedro, Série AV, L3; AHPAMV, Câmara de Rio Grande de São Pedro, Série AV, L2. Disponível em: <<https://atom.procempa.com.br/index.php/arquivo-historico-de-porto-alegre-moyses-vellino>>.

50 dias durante o ano de 1772.¹² Junto à sua esposa Rosa Maria, mandou batizar o filho de sua cativa Ana em 1784 (SCHANTZ, 2009). Por fim, Lucinda Marcelina era uma parda ou preta forra chefe de domicílio e senhora de uma pessoa escravizada. Entre os anos de 1786 e 1792, recebeu 130 mil réis da Câmara para cuidar do exposto José (SILVA, 2014, p. 147ss.).

Estes poucos casos confirmam as conclusões de Russell-Wood (2000), pois indivíduos da plebe negra pleitearam acesso junto às instituições de governança em Porto Alegre, comprometendo-se com o bom funcionamento das mesmas e com o bem comum da localidade. Os valores recebidos eram módicos. O salário do porteiro do juízo era de mil réis, inferior ao de um peão para o corte das lenhas para os quartéis e hospital, cujo ordenado pago pela Fazenda Real era de 1\$600 réis mensais.¹³ O valor recebido por Lucinda Marcelina era um pouco maior, enquanto o de Domingos Alves revelou-se bem superior, apesar de ter recebido por um período de apenas dois meses. Enfatiza-se que todos eles ocupavam cargos ou prestavam serviços de menor prestígio na hierarquia camarária e fazendária.

A demanda de trabalho exigida pelo centro político da capitania tornava-a um destino atrativo para muitos indivíduos pardos e pretos, fossem libertos ou livres, oriundos de diferentes paragens da América portuguesa. Eles trabalhavam pesado e conseguiam o sustento para tocar a vida e, no mínimo, evitar a pobreza. No entanto, eram relativamente poucos aqueles que conseguiam amealhar patrimônio e acessar meios privilegiados para ascender socialmente. Se houve aqueles que conseguiram cargos ou prestaram serviços junto às instituições de governança, como regra o mercado de cativos era um recurso mais facilmente acessível. Em nenhum caso, entretanto, encontramos indivíduos africanos ou de ascendência africana para além dos setores sociais intermediários.

As comunidades de matriz banto em Porto Alegre

Os africanos representavam a maior parte da população escravizada do Rio Grande de São Pedro em fins do século XVIII. Eles somavam quase 90% dos indivíduos traficados entre 1788 e 1802, os quais provinham majoritariamente da África Central Atlântica (BERUTE, 2006, 50ss., p. 73ss.). Os registros de batismos de crianças e adultos escravizados confirmam o predomínio de indivíduos dessa região em Porto Alegre, entre 1772 e 1800. Do conjunto

¹² AHRS, Manuscritos avulsos da Fazenda Real. Maço 20. Portarias do governador, f. 32.

¹³ ANRJ, códice 104, vol. 11, fl. 42ss.

das mães com informação disponível, 75% delas eram africanas. Destas, 88% eram do Centro-Oeste do continente (GOMES, 2012, p. 213ss.).

A literatura histórica permite imaginar as trajetórias desses homens e mulheres. Eles poderiam ter sido aprisionados em razias realizadas contra aldeias pelos reinos de Cassanje ou de Matamba, pelos sobados lubas ou pelo império Lunda, localizados no interior do continente. Alguns deveriam ser soldados de exércitos derrotados. Outros devem ter sido capturados em expedições lideradas por portugueses, os *pombeiros* (FAGE, 2010, p. 321ss.). Todos enfrentaram uma longa caminhada do interior da África Central para os portos de Luanda ou Benguela, de onde partiam em uma viagem marítima que durava mais de um mês (FLORENTINO, 2014, p. 214, p. 254). Depois da péssima estadia de recuperação no Rio de Janeiro, seguia-se a jornada em direção ao Rio Grande de São Pedro.

No contexto das crenças dos povos banto, a travessia do Oceano Atlântico, a *kalunga*, representava a passagem do mundo dos vivos ao dos mortos. Essa viagem era acompanhada pelo medo de antropofagia a ser praticada pelos brancos (SWEET, 2007, p. 192). É difícil imaginar o estado físico e mental das mulheres e homens africanos desembarcados em Porto Alegre, pois eles não apenas foram arrancados à força de sua terra natal como, em seu entendimento, foram extirpados do mundo dos vivos.

Apesar da diversidade de povos existentes na África Central, alguns historiadores enfatizam a existência de um conjunto cultural amplamente compartilhado, como resume Elikia M'Bokolo (2009, p. 552): “crença num criador longínquo associado a divindades mais acessíveis às súplicas dos homens; papel eminente dos adivinhos e curandeiros, senhores da magia e sempre perto do poder político; identidade de ritos”.

Inspirados em autores como Robert Slenes e James Sweet, entendemos que a regularidade da formação de famílias e a extensão dos laços de parentesco, bem como a existência de lideranças religiosas africanas, são indicadoras da formação de comunidades que compartilham valores e práticas sociais, elementos encontrados entre os africanos que residiam em Porto Alegre.

O parentesco era uma instituição fundamental entre os povos bantos, e o hábito de manter o fogo aceso no interior das senzalas era uma prática ligada ao culto dos antepassados que aponta para a continuidade das práticas ancestrais (SLENES, 1999). Em Porto Alegre, a família também foi uma instituição alvo do interesse de mulheres e homens africanos.

A partir dos registros de batismos da década de 1770 e do rol de confesos de 1782, foi possível perceber algumas tendências na formação de famílias sob o cativeiro em Porto Alegre. Nas escravarias com até quatro pessoas,

havia cerca de 60 crianças para cada 100 mulheres adultas. Esse valor salta para 159 nas posses com 10 ou mais pessoas escravizadas. Quando as mulheres residiam na área rural, a proporção de filhos era ainda maior: 181 contra 81 da área urbana. As mulheres africanas, ao residirem nas maiores posses, tendiam a se casar mais frequentemente se comparadas às mulheres nascidas na América. Em resumo, quanto maior fosse a escravaria, especialmente nas unidades produtivas rurais, maiores eram as chances de uma mulher formar uma família e ter filhos ou filhas. Particularmente as mulheres africanas valorizavam o matrimônio como instituição que permitia dar maior segurança à formação de suas famílias (GOMES, 2012, p. 219ss., 224ss., 227ss.).

As instituições católicas do compadrio e do apadrinhamento foram apropriadas por mulheres e homens africanos de modo a criar vínculos entre famílias, fato revelado na tendência de casais cativos escolherem outros africanos como compadres e comadres, frequentemente escravizados pertencentes a parentes do senhor ou vizinhos (GOMES, 2012). Além disso, a contratação temporária de jornaleiros para o trabalho nas lavouras de trigo oportunizou o encontro reiterado entre africanos libertos e cativos (GOMES, 2020).

A presença de adivinhos e adivinhas fez-se sentir em toda a América portuguesa. Eram figuras religiosas fundamentais devido ao seu poder de ver o oculto, identificar a origem humana ou espiritual dos males que assolavam a comunidade e indicar os meios necessários para resolução de conflitos (SWEET, 2007). Paulo Moreira (2016) encontrou um documento que revela o exercício de práticas de justiça originárias do Centro-Oeste africano nas comunidades negras de Porto Alegre em meados do século XIX. Após ter sua casa invadida, um chefe de família preto forro decidiu apelar para um adivinho para testar a culpa de um suspeito também preto. Tal caso evidencia a existência de instituições de matriz banto relativamente autônomas que agiam de modo paralelo à justiça estatal e que zelavam pela manutenção do bem-estar comunitário.

Além disso, havia lideranças religiosas que organizavam suas comunidades de crença e se apresentavam como intermediários junto às autoridades. O trabalho pioneiro de Liane Müller abordou as organizações religiosas afrocatólicas a partir da fundação da irmandade do Rosário por negros livres, forros e escravizados em 1786 (MÜLLER *apud* MOREIRA, 2016, p. 158). Para a década de 1850, as pesquisas de Paulo Moreira revelaram a existência de comunidades religiosas cujas lideranças eram originárias do centro-oeste africano. Em 1850, a preta forra Maria José, na qualidade de Rainha Ginga, pediu licença às autoridades para brincar “ao modo de suas nações”. A Rainha Ginga, assim como o rei do Congo, tornou-se uma figura mítica nas festas e rituais

afrocatólicos no Brasil, como forma de reverenciar as antigas figuras reais de Angola e do Congo e criar uma identidade africana na América (MOREIRA, 2016).

O rapto em África e o tráfico para a América destruíram a vida de milhões de indivíduos, em um processo que os obrigava a enfrentar a morte de perto, tanto física quanto espiritual. As duras condições da escravidão nem sempre impediram o emprego de práticas originárias de África e adaptadas ao Brasil. Mulheres e homens africanos, no contexto mais propício das maiores posses, casavam-se com maior frequência e geravam mais filhos. Tendiam a formar famílias maiores, nesse sentido. Via compadrio e apadrinhamento, as famílias africanas ligavam-se entre si e formavam laços baseados no parentesco espiritual. Rainhas Ginga e adivinhos eram lideranças religiosas presentes em meado do século XIX e não é exagerado imaginar tais figuras presentes desde fins do século XVIII. Vemo-nos, portanto, diante de comunidades parentais ou religiosas construídas a partir de concepções africanas, as quais integravam indivíduos escravizados, libertos e livres, adaptadas aos recursos e limites pertinentes à escravidão e à hierarquia de Antigo Regime.

Conclusão

Nas últimas décadas, a historiografia brasileira demonstrou a complexidade das experiências negras sob ou depois do cativo. Tais descobertas inevitavelmente serão vistas a partir dos problemas e questões do presente, um fato inescapável ao pensamento histórico. Semelhante tarefa exige bastante reflexão e cuidado.

Verificou-se que muitos cativos dispunham de recursos materiais e sociais até então insuspeitos e que era comum haver homens e mulheres africanos e afro-brasileiros escravistas. Deve-se observar, entretanto, que a possibilidade de pessoas escravizadas se libertarem e comprarem cativos não impediu que a maioria dos africanos fosse mantida sob o cativo até a morte. Os libertos, por sua vez, dificilmente ascenderam para além de setores sociais intermediários, distantes de ocuparem espaço no interior das elites políticas e econômicas.

Inegavelmente, a escravidão era uma instituição conhecida por africanos desde seu continente de origem e reconhecida por muitos como legítima. No entanto, para além disso, é preciso observar que a compra de cativos por libertos com algum patrimônio representava uma das poucas oportunidades para aumentar seus rendimentos e poder se assemelhar à condição de outros plebeus de sua vizinhança. Para nós, contemporâneos, o que deve ser motivo de polêmica não é o fato de africanos ou afro-americanos terem possuído cati-

vos, mas, sim, o fato de milhões de seres humanos terem sido escravizados para garantir o funcionamento do sistema econômico do Brasil colonial e imperial. Isso sem esquecer o desprezo do governo republicano para com as populações egressas do cativo, bem como para com seus descendentes.

A história de Porto Alegre seria outra se não contasse com o recurso ao trabalho de mulheres e homens africanos e afro-brasileiros escravizados. Membros da plebe negra também trabalharam muito, especialmente em serviços especializados, e ajudaram a fazer funcionar as engrenagens institucionais locais. Ao mesmo tempo, houve resistência contra a violência do cativo, e as dificuldades da vida eram enfrentadas com os recursos de que se dispunha. Africanas e africanos estabeleceram instituições próprias, parentais, religiosas e até judiciais para criar um espaço comunitário com algum nível de autonomia, ora vinculado ora contraditório ao mundo de matriz luso-brasileira.

Nesse sentido, revela-se urgente o ensino da complexa história da participação negra na fundação da capital sul-rio-grandense. Ao mesmo tempo, tal ensino deve considerar o trato pedagógico da diversidade e ajudar a entender as origens das desigualdades existentes na sociedade atual (GOMES, 2007). O ensino da história deve se responsabilizar por oferecer elementos para reflexão e o debate sobre as restrições vividas por africanas, africanos e seus descendentes na América bem como sobre as lutas históricas pelo acesso aos direitos políticos, sociais e econômicos dos descendentes daqueles que participaram ativamente da fundação da freguesia de Porto Alegre.

Referências

- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-35*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_ALADREN_Gabriel-S.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- ALBUQUERQUE, Wlamira; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790-c. 1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10917>>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- COMISSOLI, Adriano. *Os “homens bons” e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

ELIAS, Roger. *Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132373>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FAGE, John. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – riqueza e estigma social. *Tempo*, Niterói, n. 9, p. 65-92, 2000. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg9-5.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FARIAS, Juliana. De escrava a Dona: a trajetória da africana mina Emilia Soares do Patrocínio no Rio de Janeiro do século XIX. *Locus*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 13-40, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/index.php/locus/article/view/20607/11022>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

FRAGOSO, João. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. *Tempo*, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

FREITAS, Denize. *Para além do matrimônio: formas de união, relações familiares e sociais na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172966>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

GIL, Tiago. *Coisas do caminho*. Tropeiros e seus negócios de Viamão a Sorocaba (1780-1810). Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/TiagoLuisGil.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

GODINHO, Vitorino. *Estruturas da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1977.

GOMES, Luciano Costa. *Uma cidade negra: escravidão, estrutura econômico-demográfica e diferenciação social na formação de Porto Alegre, 1772-1802*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72751>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

GOMES, Luciano Costa. *Camponeses e pequenos escravistas: estrutura econômica, reprodução social e vínculos extradomiciliares de produtores rurais em Porto Alegre e Viamão, décadas finais do século XVIII*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194421>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

GOMES, Luciano Costa. A incorporação de trabalhadores temporários na triticultura e a abertura social em comunidades de africanos na América: Porto Alegre, fins do século XVIII. *Métis*, Caxias do Sul, v. 19, n. 37, p. 117-136, 2020. Disponível em: <<http://>

GOMES, L. C. • Africanas, africanos e afrodescendentes na formação de Porto Alegre: escravidão, plebe negra e comunidades de matriz banto entre 1772 e 1802

www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/9312/4376>. Acesso em: 24 jan. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: MOREIRA, Antônio; ARROYO, Miguel (org.). *Indagações sobre currículo*. MEC: Brasília, 2007. p. 17-47.

GUEDES, Roberto. O vigário Pereira, as pardas forras, os portugueses e as famílias mestiças. Escravidão e vocabulário social de cor na Freguesia de São Gonçalo (Rio de Janeiro, período colonial tardio). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. *O Brasil Colonial*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. v. 3, p. 339-380.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/MarthaDaissonHameister.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

KÜHN, Fábio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

LARA, Sílvia. *Fragmentos setecentistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstrução familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas et al. (org.). *História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 51-95.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra*. História e civilizações. Tomo 1. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARQUES, Rachel. *Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c.1776-c.1800)*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MEIRELLES, Pedro. *Um terreno cheio de asperezas: o Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143120/000994940.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MOREIRA, Paulo. “E se fazendo a adivinhação da peneira caíra no preto acusado”: lideranças etnorreligiosas numa sociedade escravista. In: COSTA, Valéria; GOMES, Flavio (org.). *Religiões negras no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2016. p. 150-168.

OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

REIS, José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Adriana. Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovana *et al.* (org.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 24-34.

RUSSELL-WOOD, John A. Ambivalent authorities: the African and Afro-brazilian contribution to local governance in Colonial Brazil. *The Americas*, v. 57, n. 1, p. 13-36, 2000.

SCHANTZ, Ana Paula. *Libertos no Rio Grande de São Pedro: Porto Alegre e Viamão no final do século XVIII e início do XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11237>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Ana Silvia. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaios sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesásticas. In: DORÉ, André; SANTOS, Antônio Cesar de Almeida (orgs.). *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. p. 413-428.

SCOTT, Dario. A população do Rio Grande de São Pedro pelos mapas populacionais de 1780 a 1810. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 617-633, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0035>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SCOTT, Dario. *Livres e escravos: população e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1872)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/345198/1/Scott_Dario_D.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SILVA, Jonathan Fachini. *Os filhos do destino: a exposição e os expostos na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4328>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SWEET, James. *Recrutar África*. Lisboa: Edições 70, 2007.

“QUE DESPACHA PARA PORTO ALEGRE”: TRÁFICO NEGREIRO, REDES MERCANTIS E SEUS AGENTES (SÉCULOS XVIII-XIX)

Gabriel Santos Berute

Introdução

No “livro 4º de termos e apresentação dos escravos que passam para as Praças do Sul” encontra-se o registro, com data de 2 fevereiro de 1791, indicando que Manoel de Macedo Brum da Silveira despachou do Rio de Janeiro para Porto Alegre seis africanos escravizados: Maria, “ladina” de Angola, e cinco Benguelas “novos” (João, José, Joanna, Anna e Rita) descritos como moleques e moças com idades entre 12 e 16 anos.¹

A transação é conhecida a partir da guia avulsa que acompanhou o grupo no deslocamento até a capital do Rio Grande do Sul e que foi entregue na Provedoria da Fazenda da referida capitania. Os trâmites descritos estavam vinculados ao Alvará Real de 14 de outubro de 1751, que visava permitir que as autoridades coloniais tivessem maior controle sobre o tráfico e combater o contrabando da mão de obra escrava no extremo sul da América portuguesa (BERUTE, 2006, p. 35-43). A documentação consultada cobre um período significativo, mas fica evidente a sua incompletude. Apesar disso, as chamadas guias de transporte de escravos, assim como os despachos e passaportes emitidos pela Polícia da Corte,² constituem-se em bases documentais incontornáveis para o estudo do tráfico negreiro para “as Praças do Sul” e permite conhecer a participação dos principais portos do Rio Grande do Sul nessa atividade comercial.

¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRs). *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de escravos, maço 35, documento 303.

² AHRs. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de escravos, 1788-1794; 1800; 1802; ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ). *Intendência de Polícia da Corte*, Códice 390, volumes 1-5 (1816-17; 1822-24) e código 421, volumes 1, 2, 9 e 18 (1809; 1811; 1822-24) 90. Os anos selecionados na documentação permitiram trabalhar com um total de envios e escravizados: 945 envios e 3.294 escravizados (1788-1802); 1.216 envios e 6.984 escravizados (1809-24).

Os portos de Rio Grande e de Porto Alegre desempenhavam um papel fundamental para a economia sul-rio-grandense, sendo o tráfico um dos ramos mais importantes. Quanto aos grupos mercantis estabelecidos em ambas as praças, é possível afirmar que eram formados por grupos distintos entre si e a atuação deles dava-se de forma complementar no que diz respeito às rotas e ramos envolvidos (BERUTE, 2011).

Este capítulo resgata os resultados das pesquisas realizadas para o mestrado e o doutorado. Ele sintetiza parte das conclusões a respeito do comércio do Rio Grande do Sul e seus agentes mercantis desde finais do século XVIII até a metade do século XIX, com destaque para o tráfico de escravizados (BERUTE, 2006, 2011). O objetivo é apresentar um panorama do tráfico negro para o Rio Grande do Sul com base nas características demográficas dos escravizados, nas rotas mercantis e nos agentes envolvidos. Nesse sentido, sempre que possível procurou-se destacar a participação de Porto Alegre nessas transações. Como indicado acima, a base documental utilizada é formada principalmente pelos registros de transporte de escravizados, além das escrituras públicas de Porto Alegre, e foram analisadas a partir de uma metodologia predominantemente quantitativa e com base nos referenciais teóricos e metodológicos da História Social e Econômica.

1. Sexo, idade, naturalidade e origem: características demográficas e rotas do tráfico para o Rio Grande do Sul

A descrição dos escravizados que Manoel de Macedo Brum da Silveira enviou para Porto Alegre corresponde a algumas das características predominantes do tráfico negro para o Rio Grande do Sul no período considerado (BERUTE, 2006, p. 50-80). Quanto à *naturalidade* e à *condição*, a maioria era composta por africanos (entre 88 e 95%), sendo o restante composto por crioulos, ou seja, nascidos no âmbito da sociedade colonial. Acrescenta-se que, entre os africanos, os recém-desembarcados (novos) eram maioria em relação aos ladinos, como eram chamados os que já viviam há algum tempo na colônia. Nos dois períodos considerados, os africanos novos correspondiam a 75% (1788-1802) e 81% (1809-24) do total dos escravizados desembarcados no Rio Grande do Sul.

Assim como no restante das sociedades escravistas abastecidas pelo tráfico atlântico, os homens também eram predominantes na região considerada. Os dados disponíveis a respeito da variável *sexo* apresentam-se mais representativos nas guias de escravos. Embora essa informação estivesse menos presente nos despachos e passaportes, nota-se um padrão semelhante em todo o

período: 69% dos escravizados eram do sexo masculino. A predominância dos homens ocorria tanto entre os crioulos quanto entre os africanos, apresentando pequenas variações nos períodos considerados. No intervalo 1788-1802, os homens eram 67% dos crioulos e 70% dos africanos, enquanto entre 1809 e 1824 correspondiam a, respectivamente, 67% e 69%.

Essa proporção de homens e mulheres resultou, evidentemente, em uma elevada razão de sexos (quantidade de homens para cada grupo de 100 mulheres): 224 (1788-1802) e 228 (1809-1824). Como seria de se esperar, a razão era maior entre os africanos – 228 (1788-1802) e 225 (1809-1824) –, mas também era significativa entre os crioulos: 206 ao longo dos anos entre 1788 e 1824 (BERUTE, 2006).

A análise das *faixas etárias* apresenta resultados que merecem maior atenção, embora a informação a respeito da idade seja limitada nas fontes consultadas. Nas guias de transporte referentes ao período entre 1788 e 1802, aproximadamente 48% dos escravizados tiveram suas idades numéricas informadas (cerca da metade dos africanos e apenas um terço dos crioulos). A ausência de informações a respeito da idade apresenta-se ainda maior nos dados dos códices da Polícia da Corte (1809-24): é possível saber as idades de pouco mais de 5% do total. Sendo assim, as análises a respeito do perfil etário se concentraram apenas no período com informação mais significativa.

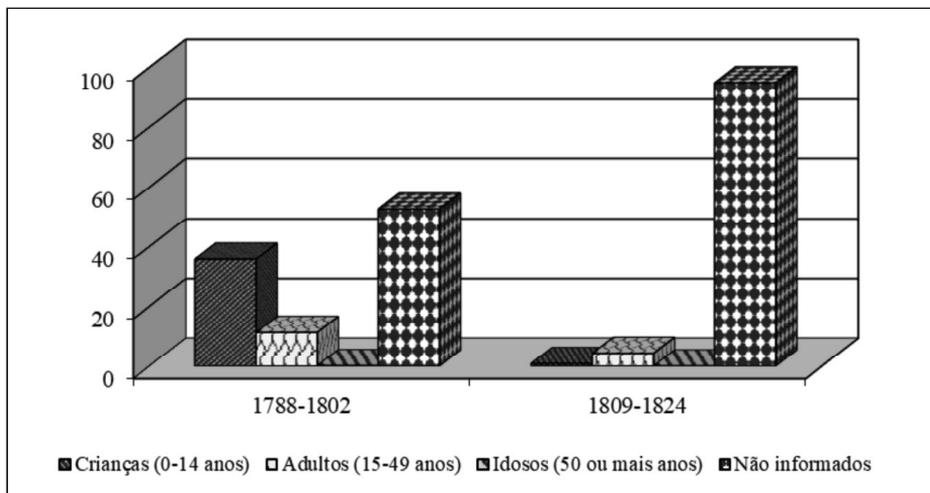
Observa-se na guia de transporte citada na abertura desse capítulo que quase todos os escravizados transportados por Manoel de Macedo Brum da Silveira tinham entre 12 e 16 anos e foram designados como “moleques” e “molecas”. Stuart Schwartz (1988, p. 288) e Kátia Mattoso (2001, p. 86-8) já haviam observado que a idade numérica – na verdade, uma suposição ou estimativa dos agentes do tráfico e proprietários escravistas – e sua correspondência com idades descritivas nem sempre eram precisas.

Apesar do exposto, a análise da composição etária dos escravizados desembarcados no Rio Grande do Sul permite conhecer uma especificidade do tráfico negreiro na região: a elevada participação de crianças entre a escravaria importada pelo extremo sul da América portuguesa na virada do século XVIII para o seguinte. Seguindo a padronização adotada por Manolo Florentino (1997, p. 221), foram consideradas as seguintes faixas etárias: crianças (0-14 anos); adultos (15-49 anos); idosos (50 anos ou mais).

É possível observar nos dados apresentados no Gráfico 1 que as crianças representavam quase 36% dos escravizados desembarcados entre 1788 e 1802, enquanto os adultos correspondiam a uma parcela de cerca de 11%; os idosos não chegavam a 1% e quase 53% deles não tiveram a idade informada. Ao acrescentar a origem na comparação, constata-se que os adultos crioulos (57,8%)

predominavam em relação às crianças crioulas (42,2%), enquanto entre os africanos predominavam as crianças (c. 81%) (BERUTE, 2006, p. 163-165).

Gráfico 1: Faixa etária dos escravizados (1788-1802 e 1809-1824) (%)



Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1802; ANRJ. *Intendência da Polícia da Corte*, Códice 390: volumes 1, 2, 3, 4 e 5, 1816-1817; 1822-1824 e Códice 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824.

A presença expressiva de escravizados com até 14 anos no Rio Grande do Sul merece destaque porque os adultos eram predominantes no tráfico atlântico e as crianças costumavam representar parcelas reduzidas. Stuart Schwartz (1988, p. 288) afirma que entre 2 e 6% dos escravizados transportados para a Bahia no século XVIII eram crianças. Manolo Florentino (1997, p. 59; 221) estimou que as crianças representavam 4% do total de escravizados desembarcados no Rio de Janeiro entre 1822 e 1833, embora considere elevada a importação dos africanos com idade entre 10 e 14 anos. Herbert Klein (1987, p. 137-140) informa que as crianças com até 14 anos representavam apenas 5% dos escravos trazidos para o Brasil entre 1726 e 1769. Por outro lado, Horácio Gutiérrez (1989, p. 66) indica que 20% dos escravos adquiridos pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão na África, entre 1756-1788, eram crianças (“crias de peito” e adolescentes). Para Klein (1989, p. 16), a baixa incidência de crianças no conjunto dos carregamentos que aportavam no Novo Mundo pode ser explicada pelos seus preços mais baixos no mercado e por demandarem os mesmos custos de transporte que um cativo adulto, de preço mais elevado.

Entretanto, a presença das crianças no tráfico atlântico apresentou variações ao longo do tempo. De acordo com Mary Karasch (2000, p. 69-70), cresceu de forma expressiva a participação delas e de adolescentes nas últimas décadas do tráfico atlântico. A faixa etária entre 5 e 14 anos representava quase 36% dos escravizados importados pelo Rio de Janeiro entre 1838 e 1852, principalmente os cativos na faixa entre 10 e 14 anos. A mesma autora informa que o perfil desses escravizados era bastante jovem, pois aproximadamente quatro quintos deles não ultrapassavam 24 anos de idade. Paul Lovejoy (2002, p. 218-219) também destaca o crescimento da participação das crianças no tráfico atlântico entre 1810 e 1867. A África Central-Atlântica exportou um número cada vez maior dessas, enquanto os oriundos de Moçambique eram em sua maioria crianças e jovens do sexo masculino no mesmo período. Jaime Rodrigues (2005, p. 116-118) indica que, nas três primeiras décadas do século XIX, oficiais e mestres das embarcações envolvidos no tráfico negreiro recebiam instruções para adquirirem preferencialmente jovens – homens com idade entre 12 e 20 anos e “moleconas” entre 10 e 16 anos – e evitar idosos e crianças com menos de 9 anos.

Quanto ao Rio Grande do Sul, as guias de transporte indicam que aproximadamente 32% dos escravizados importados tinham de 10 a 14 anos, ou seja, quase 91% das 1.180 crianças desembarcadas nos anos entre 1788 e 1802. Tanto entre os africanos quanto entre os crioulos, os cativos nessa faixa etária também eram o maior grupo, fossem eles homens ou mulheres. No grupo das crianças africanas e crioulas, especificamente, os maiores de nove anos, apresentavam o mesmo desequilíbrio sexual observado no conjunto dos escravos importados. Em todos esses grupos, foram verificadas altas taxas e razões de masculinidade. O segundo maior grupo etário entre os africanos eram os adultos de 15 a 19 anos, mesmo quando considerados homens e mulheres separados. Entre os crioulos, a segunda maior concentração estava na faixa entre 20 e 24 anos, e a terceira estava na faixa etária dos 15 a 19 anos, independentemente do sexo (BERUTE, 2006, p. 163-165).

Confrontando a historiografia com os resultados das fontes analisadas, é possível afirmar que o crescimento da presença de jovens no tráfico atlântico no século XIX pode ser observado de forma ainda mais significativa entre a escravaria enviada para o Rio Grande do Sul a partir da última década do século XVIII. Ainda que fossem considerados adultos todos os escravizados sem idade informada (52,7%), mereceria destaque que aproximadamente um terço dos escravizados despachados para a capitania tivesse até 14 anos. Embora a presença das crianças fosse constante no tráfico atlântico, esse grupo etário era minoritário nas localidades que recebiam embarcações vindas dire-

tamente da África. Portanto, o predomínio delas na capitania do extremo-sul da América portuguesa pode ser considerado uma especificidade.

Alguns fatores devem ser considerados para compreender a presença significativa das crianças entre os escravizados importados pelo Rio Grande do Sul. Os critérios utilizados na época para definir este grupo diferiam bastante dos atuais. Um escravizado começava a deixar de ser considerado criança entre os 8 e os 12 anos – quando passava a desempenhar tarefas mais pesadas e regulares ou aprender algum ofício – e já trabalhava como um adulto quando chegava aos 14 anos (MATTOSO, 1991, p. 78-81; GÓES; FLORENTINO, 2004, p. 184-190).

Além disso, a economia da capitania estava voltada para o abastecimento do sudeste da colônia com gêneros alimentícios, com destaque para os produtos pecuários – *gado vacum* e seus derivados, como o charque (OSÓRIO, 2007). Consequentemente, seria plausível considerar que, uma vez sendo os adultos mais caros e valorizados no mercado, e devido às características econômicas da região, poderia ser difícil para os produtores da capitania adquirirem somente escravizados adultos, tanto pelo preço mais elevado quanto por certa preferência concedida aos escravistas mais abastados (KARASCH, 2000, p. 83). O uso da mão de obra das crianças, portanto, poderia ser uma alternativa adequada às condições econômicas da região, mas também às necessidades relacionadas à principal atividade produtiva do Rio Grande do Sul: a pecuária.

Segundo Maria Mott (1989, p. 92), o pastoreio era uma das atividades em que as crianças escravizadas eram utilizadas: “A criança escrava, por exemplo, foi muitas vezes empregada no lugar do adulto, quando trabalhava como vendedor ou no pastoreio [...]”. Em 1806, o magistrado Luís Beltrão de Gouveia de Almeida escreveu uma Memória³ sobre o Rio Grande do Sul. Nela, o autor afirma que os proprietários da capitania costumavam adquirir escravizados muito jovens. De acordo com ele, “os escravos dos habitantes do Rio Grande são outros tantos cavaleiros; estes colonos não compram escravos de mais de dez anos para os ensinarem a passar a vida a cavalo”. Os cavalos eram utilizados no trato do *gado vacum*, e é conhecida a presença de escravizados entre a mão de obra que exercia essa tarefa – os campeiros (entre outros, ver: FARI-

³ ALMEIDA, Luís Beltrão Gouveia de. Memória sobre a Capitania do Rio Grande do Sul ou Influência da conquista de Buenos Ayres pelos ingleses em toda a América e meios de prevenir seus efeitos por Luís Beltrão de Gouveia de Almeida. Carapito, 10 de novembro de 1806. Academia das Ciências de Lisboa. Série Azul. Livro 648: Coleção de manuscritos importantes, compilados na Ilha da Madeira pelo coronel J. P. Casado Giraldes. Documento n° 11, fl. 59.

NATTI, 2010; GUTIÉRREZ, 1988; OSÓRIO, 2007; ZARTH, 2002). Essa atividade exigia destreza e habilidades que dificilmente poderiam ser desenvolvidas por um adulto. Sendo assim, o treinamento desde muito jovem poderia ser considerada uma necessidade quase incontornável ou ao menos desejável.

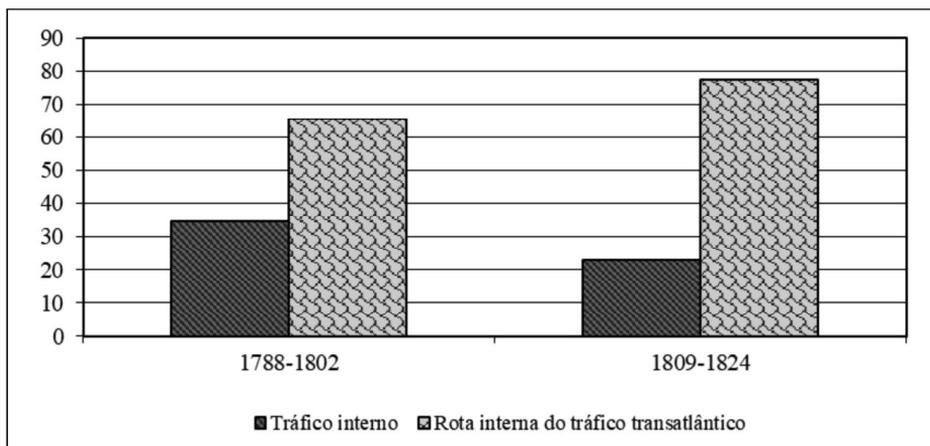
Portanto, tendo em vista a estrutura econômica e produtiva da capitania e das características da atividade pecuária, o recurso à força de trabalho de crianças fazia sentido para os senhores escravistas sul-rio-grandenses, pois era coerente e adequado economicamente que comprassem escravizados muito jovens e os ensinassem a “passar a vida a cavalo”.

Quanto às *rotas de abastecimento*, o Rio Grande do Sul fazia parte da etapa interna do tráfico atlântico. Assim como ocorria com o restante do comércio de importação e de exportação, a capitania dependia principalmente do Rio de Janeiro para a aquisição de mão de obra escrava (OSÓRIO, 2007).

O Rio de Janeiro era o maior importador de africanos e também o responsável pela distribuição dos cativos para a região sul-sudeste do Brasil (FLORENTINO, 1997). Nos dados referentes aos portos que abasteciam a capitania com escravizados, fica evidente a importância desse porto, pois aproximadamente 88% dos desembarcados vieram do Rio de Janeiro e o restante da Bahia (6%), de Santa Catarina (4%) e de Pernambuco (2%). Ao analisar os nomes de procedência (“nações”) dos escravizados, nota-se que a região predominante era a maior parceira africana do Rio de Janeiro: a África Centro-Atlântica – destacadamente os chamados benguelas, cabindas, angolas e congos (BERUTE, 2006, p. 67-75).

Considerando os dados disponíveis para o período entre 1788 e 1824 agrupados de acordo com as rotas de abastecimento – tráfico interno (crioulos e africanos ladinos) e etapa interna do tráfico transatlântico (africanos novos), é possível observar, no Gráfico 2, que predominava nos dois períodos considerados a rota atlântica com a intermediação do Rio de Janeiro – a “terceira perna do tráfico” (BERUTE, 2006, p. 14-15): 65 e 77% dos cativos.

Gráfico 2: Distribuição dos escravos: tráfico interno e rota interna do tráfico transatlântico (1788-1802; 1809-1824) (%)



Fonte: AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*, Guias de Escravos, 1788-1802; ANRJ. *Intendência da Polícia da Corte*, Códice 390: volumes 1, 2, 3, 4 e 5, 1816-1817; 1822-1824 e Códice 421: volumes 1, 2, 9 e 18, 1809; 1811; 1817; 1822-1824.

Apesar da estreita vinculação ao tráfico transatlântico, é possível afirmar igualmente que a capitania era um importante mercado do tráfico interno de escravos, tendo em vista os percentuais, respectivamente, de 35 e 23% de crioulos desembarcados nos períodos de 1788-1802 e 1809-24 (BERUTE, 2006, p. 76-80).

2. Os agentes do tráfico no Rio Grande do Sul

O despacho dos seis africanos realizado do Rio de Janeiro para Porto Alegre por Manoel de Macedo Brum da Silveira em 1791 também fornece pistas a respeito de como funcionava o circuito mercantil no qual a capitania do Rio Grande do Sul estava inserida através do tráfico negreiro (BERUTE, 2006, p. 125-155).

As remessas com mais de cinco cativos não eram muito comuns em todo o período considerado no tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul, pois predominavam os pequenos *envios* (1 ou 2 cativos) que desempenhavam um papel bastante destacado no funcionamento do mercado. Em todo o intervalo analisado (1788-1824), 64% dos envios eram compostos por até dois escravizados e reuniam 16% deles. Comparando com a Bahia (RIBEIRO, 2005) e o Rio de Janeiro (FRAGOSO; FERREIRA, 2001), regiões envolvidas diretamente com o tráfico atlântico, é possível afirmar que, na capitania sul-rio-gran-

dense, as pequenas remessas foram responsáveis pela comercialização de uma parcela consideravelmente maior dos escravizados.

No que diz respeito aos *agentes mercantis*, o tráfico para o Rio Grande do Sul era caracterizado pela presença de pequenos traficantes, não especializados no comércio negreiro, mas que negociavam parte importante da mão de obra escrava em pequenas remessas. Atraídos pela possibilidade de conquistar algum lucro com a distribuição da mão de obra escrava para o interior da colônia, muitos deles – Brum da Silveira é um dos casos identificados – atuaram somente em uma ocasião no tráfico ao longo do período investigado. João Fragoso (1998) e Manolo Florentino (1997) demonstraram que o comércio colonial e as etapas interna e atlântica do tráfico negreiro, ao mesmo tempo que eram controlados por grandes negociantes, também atraíam a atenção de especuladores e traficantes esporádicos interessados em obter rendimentos nas conjunturas favoráveis do mercado colonial.

Entre os anos de 1788 e 1802, foi identificada a presença de 651 traficantes que foram responsáveis pela comercialização de 3.294 escravizados distribuídos em 945 remessas. No período seguinte (1809-1824), foram 825 traficantes que fizeram 1.216 envios com um total de 6.984 escravos para o Rio Grande do Sul. A análise da concentração do tráfico negreiro no Rio Grande do Sul a partir das guias de transporte e dos despachos e passaportes permite avaliar a importância desses traficantes eventuais na capitania.

Observando os dados de acordo com o total de cativos e envios que cada um deles despachou nos subperíodos 1788-1802 e 1809-1824, é possível afirmar que o tráfico negreiro da capitania se caracterizava pela presença de especuladores que atuaram apenas uma ou duas vezes no tráfico, mas que despacharam mais da metade dos escravos. Embora fosse um grupo mais reduzido, os traficantes que realizaram mais de quatro despachos controlavam o mercado ao despacharem de um quinto a um quarto do total de escravos negociados. Além disso, na passagem de uma fase para outra, observou-se a diminuição da participação dos traficantes eventuais (até dois envios) no volume total de escravizados despachados. Em contrapartida, esse processo foi acompanhado pela concentração do comércio nas mãos daqueles que atuavam com mais peso e regularidade no mercado (de 5 a 25 envios). Tais características estão de acordo com a caracterização de João Fragoso e Manolo Florentino a respeito do tráfico negreiro e do comércio colonial exceto pelo fato de que os traficantes que atuavam conjuntamente no tráfico para o Rio Grande do Sul foram responsáveis por uma parcela mais significativa dos escravos negociados. Chega-se a um diagnóstico semelhante quando analisamos a frequência de atuação dos agentes mercantis no tráfico de escravos.

A presença dos especuladores, ou traficantes eventuais, é corroborada quando a variável considerada passa ser o número de anos diferentes em que um determinado agente atuou no tráfico. Entre 1788 e 1824, somente 36 deles (cerca de 2%) tiveram condições de permanecer no tráfico negreiro ao longo de todo o período investigado, mas nenhum atuou mais de oito anos no tráfico sul-rio-grandense. Eles foram responsáveis por aproximadamente 11% dos 10.278 escravos e cerca de 7% dos 2.161 envios, demonstrando que poucos daqueles que se aventuraram no tráfico negreiro, atraídos pela possibilidade de conseguir algum rendimento, tiveram condições de atuar de forma mais regular nessa atividade mercantil.

João Fragoso (1998, p. 206-208) considerou negociantes regulares somente aqueles que atuaram de sete a dez anos quando analisou as saídas de tropas conduzindo escravos a partir do Rio de Janeiro, entre 1824-1833. O autor identificou um grupo de 19 traficantes (0,3%) que conduziram 4.092 escravos (7,2%), enquanto os 4.297 condutores que atuaram em apenas um ano no mesmo intervalo (quase 80% do total) foram responsáveis por mais de 36% dos escravos negociados (20.332). Sendo assim, em relação a esses traficantes, a frequência de atuação dos agentes mercantis que participavam da redistribuição dos escravos para a capitania sul-rio-grandense era mais instável. Apesar disso, aqueles que participaram somente um ano do tráfico eram a maioria dos agentes mercantis envolvidos e foram responsáveis por mais da metade dos escravos negociados; superior, portanto, à parcela registrada nas saídas do Rio de Janeiro. Cabe lembrar, nesse sentido, que a atividade produtiva da capitania estava voltada para o mercado interno, o que provavelmente influenciava na configuração dos seus negócios negreiros.

No Rio Grande do Sul, portanto, as negociações envolvendo escravizados apresentavam um caráter fortemente especulativo. Na conjuntura de aceleração do tráfico atlântico, 1809-1824 (FLORENTINO, 1997), foi possível a participação de uma grande massa de comerciantes no tráfico negreiro. Apesar disso, apenas uma pequena parte deles tiveram condições de tornar a participar desta atividade em mais de um ano, uma vez que nenhum dos agentes mercantis que atuaram no período conseguiu participar em mais de quatro anos distintos. Contudo, em ambos os períodos analisados (1788-1802 e 1809-1824), foram os comerciantes com apenas um ano de atuação que negociaram a maioria dos escravos.

3. Os comerciantes de Porto Alegre: inserção mercantil e tráfico de escravizados

A análise das escrituras de venda (bens rurais, urbanos e embarcações), sociedade e crédito registradas em Porto Alegre na primeira metade do século XIX⁴ permite avaliar a importância do tráfico negreiro no conjunto de atividades dos agentes mercantis atuantes a partir de Porto Alegre.

Na amostra contendo 2.882 escrituras de Porto Alegre e valor total de 673.327,73 libras esterlinas, foi contabilizada a presença de 2.228 outorgantes e de 1.841 outorgados. No total, foram 3.494 agentes diferentes, 575 dos quais apareceram tanto como outorgantes quanto outorgados.

Em termos comparativos, em Rio Grande foram registradas 1.107 escrituras (488.778,98 libras esterlinas) nas quais foram identificados 830 outorgantes e 716 outorgados, mas 221 deles apareceram nos dois papéis (ou seja, eram 1.325 agentes diferentes).⁵ Dentro do conjunto dos envolvidos nas escrituras (outorgantes e outorgados), interessa destacar aqueles reunidos no grupo identificado em diversas fontes como vinculado a algum ramo do comércio a partir de Porto Alegre (BERUTE, 2011).⁶ Dos 2.228 outorgantes identificados, 16,7% possuíam algum tipo de vínculo com a atividade mercantil, sendo responsáveis por 26,5% das 2.882 escrituras de venda, crédito e sociedade que correspondiam a 47,4% do montante nelas acumulados.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS). *Transmissões e Notas*. Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

⁵ APERS. *Transmissões e Notas*. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-42 (1808-1822).

⁶ Foram considerados ligados ao comércio os seguintes grupos de outorgantes e outorgados: os comerciantes listados no “Almanack da Vila de Porto Alegre”; negociantes matriculados na Real Junta do Comércio (RJ); membros de associações mercantis; agentes do tráfico de escravizados e consignatários de embarcações e/ou mercadorias; indivíduos envolvidos na comercialização de embarcações, lojas e armazéns; agentes identificados como “comerciante”, “homem de negócio” ou “negociante” ou sócios de firmas e sociedades mercantis nas escrituras analisadas.

Quadro 1: Representatividade (%) dos outorgantes e outorgados “ligados ao comércio” de acordo com a listagem consultada: Rio Grande e Porto Alegre, 1808-1850

Lista	Rio Grande			Porto Alegre		
	Outorgantes	Nº E	Valor	Outorgantes	Nº E	Valor
Almanaque de 1808	2,3	3,1	3,9	1,5	3,4	6,2
Negociante (Junta do Comércio)	3,7	5,7	14,6	1,8	2,9	5,7
Sociedade Promotora	1,8	3,9	4,2	0,2	0,2	0,4
Associação Comercial do RG	4,3	6,5	7,0	0,1	0,5	0,9
Tráfico negreiro	10,2	11,6	24,7	7,2	12,2	20,8
Porto de Rio Grande	4,8	8,7	12,9	1,4	2,5	4,9
Todos outorgantes	34,7	38,8	59,5	16,7	26,5	47,4
Lista	Outorgados	Nº E	Valor	Outorgados	Nº E	Valor
Almanaque de 1808	2,0	2,2	7,4	1,7	2,9	5,1
Negociante (Junta do Comércio)	5,9	9,8	21,0	2,3	3,9	6,7
Sociedade Promotora	2,5	6,3	6,6	0,1	0,2	0,4
Associação Comercial do RG	5,7	10,0	15,0	0,4	0,5	0,5
Tráfico negreiro	14,0	19,4	29,0	8,3	12,1	18,2
Porto de Rio Grande	6,4	12,9	22,3	1,5	3,4	4,5
Todos outorgados	40,5	49,1	63,3	18,5	26,4	38,2

Fonte: APERS. *Transmissões e Notas*. Rio Grande, 2º Tabelionato, Livro 2-21 (1811-1850); Porto Alegre, 1º Tabelionato, Livro 32-60 (1808-1850).

Em Rio Grande, os outorgantes identificados como comerciantes estavam significativamente melhor representados (34,7%) que na capital. A parcela das escrituras e dos valores correspondentes também eram superiores, mas de forma menos acentuada: 38,8 e 59,5%, respectivamente. A maior representatividade dos agentes mercantis nessa vila estava relacionada com a condição de sede do único porto marítimo da capitania e, conseqüentemente, com o envolvimento mais direto com o comércio de cabotagem e rotas mercantis externas.

Cento e sessenta agentes (7,2%) que atuaram no tráfico negreiro da província rio-grandense estavam entre os *outorgantes* das escrituras de Porto Alegre. Eles foram responsáveis por 12,2% das escrituras e 20,8% do valor total. Os outorgantes que também atuaram no comércio negreiro representavam 5,8% dos 2.771 agentes do tráfico localizados nas fontes mencionadas mais acima.⁷

⁷ Para esta parte do capítulo foi considerado o conjunto da documentação sobre o tráfico de escravizados consultada. AHRS. *Documentação Avulsa da Fazenda*. Guias de escravos, 1786-1819,

Em contrapartida, na vila do Rio Grande (Quadro 1), nota-se que, embora os traficantes aí estabelecidos respondessem por praticamente a mesma parcela das escrituras, eles estavam melhor representados no que diz respeito ao total de outorgantes e do valor correspondente.

Entre os 1.841 *outorgados* das escrituras de venda, crédito e sociedade de Porto Alegre, foi possível constatar que 340 deles (18,5%) envolveram-se em algum momento com o trato mercantil. Estes concentravam 38,2% do valor total distribuídos em 26,4% das escrituras. Em comparação com os outorgantes, nota-se que foram responsáveis por uma parte menor do montante investido nestas escrituras, ainda que fossem mais representativos no número de agentes e acumulassem o mesmo percentual sobre as escrituras registradas. Nos dois casos, os percentuais são significativamente inferiores aos calculados para as escrituras de Rio Grande (Quadro 1). Além disso, nesta última localidade, os outorgados envolvidos com o comércio eram mais representativos em relação aos outorgantes.

Especificamente em relação aos agentes do tráfico negreiro, registra-se que uma parcela equivalente a 5,5% foi identificada entre os outorgados de escrituras em Porto Alegre: 152 traficantes representavam 8,3% dos outorgados de 12,1% das escrituras que somaram 18,2% do valor total nelas negociado. Destaca-se que, entre os outorgantes, esse grupo era menos significativo em relação ao total de agentes, mas respondiam por uma parcela maior dos valores envolvidos.

É, portanto, evidente que os negócios registrados nas escrituras envolveram um número significativo de pessoas. Apesar disso, o Quadro 1 mostra que parte delas – justamente a que estava envolvida em diversos ramos do comércio – concentrava parcelas significativas das transações e dos valores envolvidos. Os comerciantes presentes nas escrituras de Porto Alegre como vendedores e devedores foram mais representativos do que os compradores e credores, ao contrário do que havia sido observado em Rio Grande. Além disso, os mesmos dados indicam que o grupo mercantil estabelecido na capital se diferenciava do atuante a partir de Rio Grande. A inserção pouco expressiva dos comerciantes de Porto Alegre em espaços de representação do corpo mercantil sediadas em Rio Grande (Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense e Associação Comercial de Rio Grande) e no comércio de cabotagem pode ser considerada indício de que os comerciantes da capital estavam voltados para as transações mercantis com o seu entorno e com o interior da província através do Rio Jacuí.

maço 29 ao maço 120; ANRJ. *Intendência da Polícia da Corte*. Códice 390 (1816-1824); 421 (1809-1824); 424 (1826-1833). As referidas fontes permitiram contabilizar um total de 2.771 nomes diferentes.

Dentro do grupo de outorgantes e outorgados ligados ao comércio, parte ainda mais reduzida se destacava: os negociantes de grosso trato matriculados na Junta do Comércio, no Rio de Janeiro. Embora menos representativos em relação aos seus pares presentes nas escrituras de Rio Grande, os da capital também concentraram parcelas significativas do valor investido, com destaque para compradores e vendedores de embarcações e os credores.

Considerações finais

Como anunciado na introdução do capítulo, esse trabalho resgata e sintetiza as conclusões da dissertação de mestrado e da tese de doutorado a respeito do comércio e das atividades mercantis do Rio Grande do Sul entre a última década do século XVIII e a metade do seguinte. A oportunidade de rever os resultados das próprias investigações possibilita reconhecer melhor suas contribuições, mas também evidencia as questões que ficaram em aberto.

O estabelecimento das características demográficas do tráfico negreiro para o extremo sul da América portuguesa, com destaque para o perfil etário diferenciado, e a constatação de que Porto Alegre e Rio Grande possuíam grupos mercantis distintos podem ser contabilizados entre as contribuições. Apesar disso, ainda carecem de investigações mais aprofundadas os negócios envolvendo escravizados e outras mercadorias a partir dos dois portos citados para o interior da província e uma abordagem qualitativa da atuação e da inserção social dos agentes mercantis envolvidos. Espera-se que a maior disponibilidade de acervos documentais antes restritos ao formato físico e o avanço dos procedimentos técnicos, metodológicos e teóricos nos últimos anos sirvam de estímulo para outros investigadores.

Referências

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERUTE, Gabriel Santos. *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BERUTE, G. S. • “Que despacha para Porto Alegre”: tráfico negreiro, redes mercantis e seus agentes (séculos XVIII-XIX)

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço*. Goiana: ANPUH-MG, 2001. p. 238-279.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 177-191.

GUTIÉRREZ, Horácio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 161-188, mar./ago. 1988.

GUTIÉRREZ, Horácio. O tráfico de crianças escravas para o Brasil durante o século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 59-72, jan./jul. 1989.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-149, jun. 1987.

KLEIN, Herbert S. Novas interpretações do tráfico de escravos no Atlântico. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 3-25, jan./jul. 1989.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). In: PRIORE, Mary del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 76-97.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MOTT, Maria Lucia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p. 85-96, jan./jul. 1989.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a Praça mercantil de Salvador (c. 1680-c. 1830)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

DESVENTURAS DE LIBERTOS NUMA SOCIEDADE ESCRAVISTA: ALFORRIA, CONTROLE SOCIAL E EXPERIÊNCIAS NEGRAS EM PORTO ALEGRE (SÉC. XIX)

Gabriel Aladrén

Convidado a refletir sobre os 250 anos de Porto Alegre, eu me vi diante da feliz oportunidade de revisitar o tema de minha dissertação de mestrado, que resultou do aprofundamento das pesquisas que havia iniciado ainda nos tempos de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi uma época bastante rica e promissora no campo dos estudos históricos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul e havia um conjunto de jovens pesquisadores que desbravavam arquivos e fundos documentais inéditos para trazer à tona um tema invisibilizado por décadas pela historiografia tradicional rio-grandense, tão marcada pelo mito da origem europeia da sociedade gaúcha e pela suposta excepcionalidade de sua trajetória no quadro mais amplo da formação do Brasil.

Entusiasmados com os progressos que víamos com o início da adoção do sistema de cotas raciais nas universidades, o reconhecimento de territórios quilombolas e o crescente debate sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira, animava-nos um profundo desejo de compreender a centralidade da escravidão, das relações raciais e das experiências negras na história do Rio Grande do Sul. Pesquisamos alforrias e a vida dos libertos, tráfico de escravizados, formas de resistência, relações de trabalho, estratégias familiares, práticas religiosas e culturais afro-brasileiras, a abolição e seu impacto na sociedade gaúcha no século XX. Apoiávamo-nos nas pesquisas pioneiras de Helen Osório sobre a estrutura econômica da capitania rio-grandense no período colonial, que revelaram a existência de uma sociedade complexa na qual a escravidão negra representava uma relação de trabalho disseminada e fundamental, e de Paulo Moreira, que explorou minuciosamente arquivos e fontes para explicar as histórias e vivências negras na Porto Alegre oitocentista.

As alforrias e as experiências de libertos foram os temas que explorei no mestrado. Como se sabe, a prática da manumissão era uma faceta crucial da

sociedade brasileira desde os tempos coloniais, o que distinguia a dinâmica do escravismo no país na comparação com as sociedades escravistas dos Estados Unidos, das Índias Ocidentais britânicas e das Antilhas francesas. Nas sociedades coloniais hispano-americanas, a alforria também era largamente praticada, mas, à exceção de Cuba a partir da segunda metade do século XVIII, a escravidão negra jamais alcançou na América espanhola uma magnitude semelhante à alcançada no Brasil. A escravidão brasileira se estruturou em torno de dois pilares que deixaram marcas profundas na formação social do país: o tráfico de africanos escravizados e a prática disseminada da manumissão. A alforria era legalmente reconhecida e se tornava um objeto de intensas disputas e negociações entre senhores e escravizados, e constituía a um só tempo veículo para o apaziguamento de tensões e geração de conflitos. Naturalmente, apesar de praticada em larga escala, apenas uma minoria dos escravizados lograva alcançar a liberdade por via da manumissão. Diversos estudos demonstraram que eram as mulheres e os escravizados nascidos no Brasil que tinham maiores chances de obter a alforria, ao passo que os africanos precisavam lutar duramente para constituir um pecúlio e comprar sua passagem para o mundo dos “livres”.

A despeito de ser uma pequena vila colonial no sul da América portuguesa no início do século XIX, Porto Alegre reproduzia as hierarquias sociais excludentes, as normas e arranjos típicos do escravismo. Embora acanhada em comparação às grandes cidades atlânticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Buenos Aires e Montevidéu, sua população crescia e apresentava uma enorme diversidade, com presença significativa de negros escravizados e livres. No levantamento populacional de 1814, registraram-se 5.680 habitantes residindo na vila, sendo 2.312 escravos (40%) e 588 “livres de todas as cores” (10%). Cerca de metade de sua população era constituída de pretos e pardos de múltiplas origens geográficas e culturais.¹

Porto Alegre, como capital do Rio Grande do Sul e importante centro administrativo e comercial, mantinha profundos vínculos com seu entorno rural repleto de chácaras, sítios e campos onde gêneros alimentícios e animais eram cultivados e criados para subsistência e abastecimento das povoações (ALADRÉN, 2009). A virtual inexistência de unidades produtivas como fazendas e estâncias e a escassez de proprietários urbanos realmente ricos produziu uma sociedade marcada pela disseminação da propriedade escrava entre a população

¹ Os dados se baseiam no censo de 1814 e excluem os 431 recém-nascidos cuja condição jurídica não foi informada (FEE, 1981, p. 50).

livre e pela predominância das pequenas e médias escravarias. De acordo com as informações do rol de confessados de 1814, uma fonte representativa para o estudo da população escravizada e nem tanto para o da população livre e liberta como um todo, 92% dos escravizados de Porto Alegre viviam sob o jugo de senhores que possuíam menos de vinte cativos. Os proprietários de até nove cativos controlavam 66% da população escravizada (ELIAS, 2013, p. 85).

Os “livres de cor”, apesar de proporcionalmente não tão significativos como em outras cidades, vilas e freguesias do Brasil, compunham 10% da população. Entre eles, havia pretos e pardos nascidos livres ou alforriados. Muitos, especialmente no contexto das Guerras Cisplatinas (1811-1828), eram oriundos de outras localidades do Brasil e do Uruguai e ficaram em Porto Alegre após participarem dos conflitos. A prática da manumissão em Porto Alegre seguia basicamente as mesmas tendências observadas em outras regiões brasileiras (FLORENTINO, 2005; SCHWARTZ, 2001). Os escravizados nascidos no Brasil e, em particular, as mulheres, eram mais frequentemente alforriados do que os africanos. Os escravizados designados como crioulos e pardos tinham mais oportunidades de receber sua alforria sem contrapartida pecuniária. Eles eram amplamente majoritários entre os que recebiam sua manumissão gratuitamente ou debaixo de alguma condição. Por outro lado, os africanos alcançavam a liberdade preferencialmente por meio de pagamento, o que sugere uma vitalidade cultural e uma inserção laboral que lhes permitia acumular pecúlio mesmo na situação de escravização (ALADRÉN, 2009; MOREIRA, 2007, p. 9-25).

Neste capítulo, analisarei a experiência de trabalhadores negros livres em Porto Alegre durante as primeiras décadas do século XIX, por meio do exame de alguns casos cujas informações foram obtidas em processos criminais. Uma vez que a vila era fortemente vinculada ao seu entorno rural e povoada por unidades produtivas com pequenas e médias escravarias que também recorriam a diversos arranjos de trabalho livre, o estudo permite explorar a cultura política e a experiência de trabalhadores negros num cenário econômico e social complexo e variado. A especificidade dessa experiência, em Porto Alegre, pode ser avaliada a partir de duas dimensões que condicionavam as possibilidades de ação dos negros livres, suas relações de trabalho e as políticas de controle social.²

Caetano Ferreira Gomes era um “crioulo forro” natural do Rio de Janeiro, solteiro, com mais de 40 anos e foi detido pelo Comandante da Polícia

² Alguns dos casos foram examinados em trabalho anterior (ALADRÉN, 2010).

de Porto Alegre em fevereiro de 1825. Acusado de receptador, por supostamente ter mantido em seu poder louça roubada da Alfândega pelo soldado Joaquim Francisco de Andrade, também foi denunciado como ratoneiro,³ por ter furtado couros em uma charqueada, e atravessador, por ter negociado artigos protegidos por monopólio e contratos. Caetano foi mantido na prisão por um ano, até seu caso ser remetido à Junta da Justiça. Seu defensor alegou a improcedência da denúncia, a ausência de provas e erros graves nos procedimentos jurídicos. Em março de 1826, ele foi absolvido de todas as acusações, por falta de provas, mas foi incumbido de pagar as custas.⁴

O liberto José Antônio, “preto natural da costa da África”, conhecido como “Castelhano”, foi denunciado como “ladrão formigueiro”,⁵ tendo sido preso em dezembro de 1824. Também o acusaram de não ter ocupação certa e de “admitir pretos em sua casa fazendo barulhos e má vizinhança”. Era solteiro, “de idade para mais de quarenta e cinco anos”. Seu processo foi remetido à Junta da Justiça para ser julgado mais de um ano após sua detenção. O defensor de José Antônio, nomeado pela Junta, alegou que o réu estava preso irregularmente há mais de quatorze meses, sem provas e com falhas no processo judicial. O acórdão de março de 1826 absolveu o “Preto Castelhano”, pois “acusado de ladrão formigueiro o que não se provando nos autos, somente que não tem ocupação certa e admitir pretos em sua casa fazendo barulhos e má vizinhança”. Embora absolvido, ficava obrigado a pagar as custas do processo.⁶

Antônio Angria, vulgo “Guerrilha”, era um preto forro de Angola e foi preso pelo Comandante da Ronda da Polícia da cidade de Porto Alegre em janeiro de 1825. Era solteiro e tinha mais de trinta anos. Acusado de ter furtado quatro mil réis do pardo José dos Santos, foi pronunciado por ser “ladrão ratoneiro”. Após amargar a prisão por mais de um ano, foi julgado na Junta da Justiça em março de 1826. Absolvido do crime de furto, a sentença afirmou que apenas se provou “ser vadio”; por isso, teria que pagar as custas.⁷

Os casos descritos guardam evidentes semelhanças. Os acusados eram todos pretos forros, solteiros, com idade próxima aos 40 anos. Caetano era natural do Rio de Janeiro, José Antônio “Castelhano” era do Cabo da Boa

³ Ratoneiro é o “ladrão de coisas de pouco valor” (SILVA, 1789, v. 2, p. 555).

⁴ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante APERS). Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 08, nº 204.

⁵ “Ladrão formigueiro. Ladrão de pouquidades. Aquele, que à imitação da formiga, furta aos poucos” (BLUTEAU, 1713, v. 4, p. 176).

⁶ APERS. Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 08, nº 205.

⁷ APERS. Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 08, nº 207.

Esperança, e Antônio Angria era de nação Angola, mas foi identificado como “preto espanhol”.

Antônio Angria fora escravo de um “homem rico” em Montevideú. Quando estourou a guerra no Rio da Prata, nos primeiros anos da década de 1810, aproveitou para fugir para a campanha e se alistou como soldado de Artigas. Em 1817, foi capturado pelo exército lusitano na batalha de Catalán e remetido a Porto Alegre, onde se conservou “em galés no serviço público”. Posteriormente, foi solto com os demais prisioneiros na condição de liberto. É possível que o “Castelhano” José Antônio tenha vivenciado uma história semelhante.

O fato é que os três libertos estavam, em meados da década de 1820, vivendo de comprar e vender gêneros alimentícios e outros produtos na cidade de Porto Alegre e nas freguesias próximas. Eles eram remeiros, quitandeiros e pombeiros.⁸ A ocupação exigia destreza e força física para navegar em pequenas canoas pelos rios e carregar artigos de um local a outro nos arredores de Porto Alegre. Realizavam essa atividade quer por sua própria iniciativa, quer a serviço de terceiros, “alugados”.

Ao ser questionado acerca de sua ocupação, o forro José Antônio descreveu com pormenores suas atividades. Disse que vivia de “comprar e vender na praia desta cidade⁹ gêneros comestíveis”. Ele fazia parte de um circuito comercial muito interessante. Perguntado sobre que tipos de gêneros comprava e vendia, afirmou que “rachava lenha¹⁰ para vender e, com o seu produto, ia às charqueadas comprar costelas e as vinha vender na praia desta cidade, e que

⁸ Pombeiro é uma espécie de mascate, ocupado em percorrer pequenas vilas e municípios do interior comprando e vendendo mercadorias. Designa também o vendedor ambulante de pombos e galinhas e, no Nordeste do Brasil, o revendedor de peixe (FERREIRA, 1975). Possivelmente essas acepções derivam da definição dada por Bluteau: “Em Angola os portugueses chamam pombeiros aos seus escravos crioulos, a quem ensinaram a ler, escrever, & contar, os quais vão tratar com os negros, & comprá-los” (BLUTEAU, 1720, v. 6, p. 588).

⁹ A “praia” da cidade de Porto Alegre é a Rua dos Andradas, popularmente chamada até os dias de hoje de “Rua da Praia”. Era a principal zona comercial da cidade, onde ficavam as lojas dos negociantes, as quitandas e os mercadores ambulantes. Nesta rua, em frente ao cais, encontrava-se a “Praça da Quitanda”, hoje chamada de Praça da Alfândega. Nesse entorno agrupavam-se os comerciantes, sobretudo os quitandeiros (FRANCO, 2006, verbetes “Praça da Alfândega”, p. 21-24 e “Rua dos Andradas”, p. 29-31).

¹⁰ Por “lenha” entendam-se galhos ou troncos de árvores cortadas cujo fim é prover os fornos e lareiras das casas. Não se deve confundir com “madeira”, que designa “tábuas, pranchas, barrotes, vigas, traves, que por serem matéria para diversas obras de carpintaria, são chamadas madeira” (BLUTEAU, 1716, v. 5, p. 78, verbetes “lenha”; p. 240, verbe “madeira”). O corte e comercialização da “lenha” não estava sujeita à regulamentação, ao contrário da “madeira”, cuja produção e comercialização estava protegida por monopólios e contratos.

disto é que vivia”. Ele ia regularmente ao Caminho Novo¹¹ rachar lenha com seus companheiros, “Antonio Cabra, Francisco, Pedro Mojo, Joaquim Junona, Mathias Vasquez, Pedro, todos forros”. Em seus depoimentos, algumas testemunhas confirmaram que o “preto castelhano” tinha “uma canoa em que anda com outros navegando no rio à compra de quitandas”.

Caetano Ferreira Gomes disse que “vivia de quitandar, comprando e vendendo galinhas e frangos pela praia”. Quando preso, o crioulo forro tinha aproximadamente quarenta anos “e tinha vivido de andar embarcado e que há dois anos ficara em terra vivendo de andar comprando quitandas por fora, e comprando galinhas e frangos pela praia, e os que lhe vender, para revender ao povo”.

Antônio Angria afirmou que “vivia sem ofício e de andar alugado para cima e para baixo”. Nunca estivera morando na casa de alguém em definitivo, mas “vivia disperso com um ou outro a quem se alugava”. Quando “não tinha quem o alugasse andava pelas ruas vendo algum carroto e de noite se recolhia em uma casa na quitanda aonde existem outros pretos pombeiros de frente da quitanda, forros e cativos”. Perguntado se conhecia o pardo José dos Santos, vítima do roubo que Angria teria cometido, respondeu:

[...] que não sabia o nome do roubado e somente o conhecia de vista ser um pardo moço que ignora se é cativo ou forro que anda descalço e vem à quitanda em canoa a vender algumas cousas e que na noite antecedente da sua prisão dormiu na porta da parte de fora da casa em que também dormiu mas que não o roubara.

Ao ser preso, Angria levava consigo uma quantia em dinheiro, um dos motivos para a suspeita de que ele teria cometido o roubo. O preto forro se justificou dizendo que “[o dinheiro] procedera da venda de uma porção de carne miúda que trouxera da charqueada do Tenente Leão”. Como fora acusado, além de “ladrão ratoneiro”, de vadio, bêbado e de falta de domicílio, seu advogado declarou:

[...] ele era acostumado a empregar-se no serviço de remeiro de navegação ligeira desta cidade para os portos do interior, e que sendo este um serviço pesado, e de risco de vida, não podia ser contemplado vadio naquelas vagas em que se não empregava; porque nestas mesmas ocasiões procurava trabalhar em terra para quem o queria alugar.

¹¹ Caminho Novo era o topônimo que indicava, até o último quartel do século XIX, a atual Rua Voluntários da Pátria. O caminho fora aberto pelo governador Paulo José da Silva Gama em 1806, margeando o Rio Guaíba até a Várzea do Gravataí, para facilitar o acesso à Vila de Porto Alegre. Escassamente urbanizada até o final da Guerra dos Farrapos, a região do Caminho Novo era povoada por chácaras e matos (FRANCO, 2006, verbete “Rua Voluntários da Pátria”, p. 429-431).

As informações extraídas destes três processos criminais demonstram alguns aspectos das vivências e experiências de libertos empregados ao ganho, sobretudo na ocupação de quitandeiros, pombeiros e remeiros. Salta aos olhos a ausência de especialização do trabalho. Tal qual pode ser observado na descrição feita por José Antônio, esses forros se ocupavam em diversas pontas da “cadeia produtiva”: cortavam lenha para comercializar e com o produto dessa venda adquiriam “costelas” e “carne miúda” nas charqueadas e fazendas, as quais eram vendidas na cidade de Porto Alegre. A outra face dessa ausência de especialização era o vínculo que esses libertos estabeleciam com terceiros: podiam trabalhar alugados para quem requeresse seus serviços ou estabelecer uma relação de trabalho mais duradoura com algum proprietário. Este parece ter sido o caso de José Antônio que, segundo seu advogado, “sempre foi pacífico, a servir não só ao Coronel Joaquim em levar à sua casa carne fresca do açougue como também serviu ao Sargento-Mor Marçal José da Fonseca”. Além disso, esses libertos realizavam outras atividades por conta própria, sobretudo no âmbito do pequeno comércio.

Outro aspecto que pode ser observado é o caráter coletivo de parte do trabalho realizado. Nos três processos podem ser encontradas informações que demonstram a articulação de redes sociais orientadas e construídas a partir das atividades econômicas dos libertos. José Antônio rachava lenha com seus companheiros; Antônio Angria, quando não estava embarcado, juntava-se com outros pretos pombeiros, escravos e forros, em uma casa na frente da quitanda, com o propósito de arranjar trabalho; testemunhas disseram que Caetano Ferreira Gomes andava pela praia a “quitandar” junto com outros pretos.

Não disponho de muitos dados acerca das pessoas que compunham essas redes. No entanto, podem-se sugerir algumas conclusões a partir das informações disponíveis. Nota-se que havia certa diversidade étnica e racial entre esses trabalhadores. No que se refere à naturalidade, havia aqueles que nasceram no Brasil, como Caetano, e na África, como Angria e José Antônio. Africanos de diferentes grupos étnicos compunham essas redes: Angria era angolano e José Antônio era natural do Cabo da Boa Esperança e ambos eram reconhecidos como “castelhanos” ou “espanhóis”, em razão de seu passado como escravos no outro lado da fronteira; além deles, entre os “companheiros” de José Antônio provavelmente havia africanos de diversas procedências.

A identificação de cor desses trabalhadores é um aspecto menos controverso. Entre os companheiros que rachavam lenha no Caminho Novo havia um “cabra”, e o pombeiro que teve seus quatro mil réis supostamente furtados por Angria era “pardo”, mas todos os outros cuja cor foi em algum momento atribuída eram pretos. Não havia brancos, e pardos tampouco eram comuns.

A condição jurídica também os aproximava, afinal eram quase todos libertos, embora Angria tenha afirmado que na quitanda onde eventualmente dormia havia outros pretos pombeiros, “forros e cativos”. Outro ponto importante refere-se às vivências desses libertos. Para além das relações estabelecidas no ambiente de trabalho, muitos deles desfrutavam de momentos de lazer e moravam juntos. Caetano Ferreira residia no Beco Quebra-Costas,¹² em “um quartinho unido a outro em que moram outros pretos forros”.¹³

José Antônio, além de admitir pretos em sua casa que faziam “barulhos”, residia no Alto do Senhor dos Passos,¹⁴ junto com outro preto “a quem também chamam castelhano”.¹⁵ A testemunha Inácio José Fagundes disse que era vizinho de “José Antônio castelhano” e “que ele vive em umas casas pequenas unidas a outras que são como baiucas receptáculos de escravos fugidos, jogos e outros procedimentos iguais”. No auto de perguntas judiciais feitas ao réu, José Antônio foi inquirido sobre o que ele e seus companheiros faziam nos domingos e dias santos. O preto forro respondeu que “ia à missa, e que depois ia pelos matos cortar lenha para o gasto de sua casa, e quanto aos seus companheiros ignora o que eles faziam nesses dias”. Foi-lhe perguntado em que lugar ele e seus companheiros jogavam, e se era de dia ou de noite, tendo José Antônio respondido que não jogava.

Antônio Angria disse que morava com quem o alugasse e quando não tinha quem o fizesse dormia na quitanda com outros pretos. Entretanto, a testemunha Joaquim Ferreira Alfama afirmou que sabia por “ver que tendo um quartinho alugado ao pé do Couto dava asilo às escravas cativas donde ele testemunha tirou uma de Luis Caetano morador no distrito da Capela há dois meses para mais...”.

Pode-se perceber que, para além da convivência na labuta diária e da articulação de redes sociais vinculadas ao trabalho, os pretos forros pombeiros, quitandeiros e remeiros construía redes de sociabilidade que incluía a moradia e o lazer. Essas redes se baseavam, acima de tudo, no trabalho em

¹² Atual Rua Caldas Júnior, que atravessa a Rua da Praia e fica próxima ao cais e à Praça da Quitanda.

¹³ Segundo afirmaram várias testemunhas no processo.

¹⁴ Atual Rua Senhor dos Passos. Essa rua se localiza onde, em fins do século XVIII, situava-se a chácara de Antônio Pereira do Couto. Açoriano, estabeleceu-se em Porto Alegre em 1786 com um estaleiro e vivia “de fazer embarcações”. Morreu em 1819 (FRANCO, 2006, verbetes “Antônio Pereira do Couto” e “Rua Senhor dos Passos”). É provável que José Antônio e os outros pretos que viviam na Senhor dos Passos (também chamada, na época, de Beco do Couto) tivessem sido empregados de Antônio Pereira Couto, quer construindo embarcações, quer no serviço de remeiros.

¹⁵ Segundo o depoimento de Vitoriano Francisco Lopes.

comum, mas eram reforçadas e, talvez, limitadas por vinculações raciais e de condição jurídica: a maior parte dos integrantes eram pretos forros.

Deve-se atentar para a complexa relação dialética que condicionava o processo identitário de formação dessas redes. Se, por um lado, a identificação e a solidariedade eram facilitadas por quase todos os quitandeiros serem pretos libertos, por outro essa homogeneidade expressava um aspecto fundamental do controle social na sociedade escravista rio-grandense. A classe senhorial e as autoridades estatais tinham como um dos pilares de sua política de domínio o acirramento das divisões entre os dominados. Incentivavam a rivalidade entre africanos e crioulos, pretos e pardos, escravizados e libertos.

Em Porto Alegre, a partir da análise desses processos criminais, pude identificar alguns objetivos que pautavam a repressão e o controle social sobre os libertos: 1) assegurar que os forros exercessem algum ofício ou trabalhassem de forma permanente para algum senhor, isto é, assegurar que eles tivessem um amo ou patrono; 2) impedir o contato e as relações entre forros e cativos; 3) coibir os “ajuntamentos” de pretos forros, restringindo os momentos de lazer e convivência; 4) no caso específico dos quitandeiros, garantir que as restrições sobre os produtos comercializados fossem respeitadas.

Nos processos criminais analisados, os réus foram acusados por furto ou por receptação de objeto roubado. Logo foi adicionada uma nova acusação para os três forros: a de que eram vadios e não tinham ocupação e moradia certas. Quando inquiridos ou mediante seus advogados, procuraram se defender afirmando que trabalhavam para alguém respeitável (como José Antônio, que servia ao Coronel Joaquim e ao Sargento-Mor Marçal), que se alugavam (como Antônio Angria) ou possuíam meios para prover seu sustento (como Caetano Ferreira). Exigia-se dos forros uma ocupação certa, preferencialmente um ofício ou a vinculação a um amo. Na ótica da classe senhorial, esse seria um requisito fundamental para poder viver em liberdade. O preto forro José de Araújo sabia disso e solicitou ao Juiz Vintenário da freguesia de Santa Ana, termo de Porto Alegre, um atestado de “boa conduta”:

Atesto que o suplicante José Antônio de Araújo o conheço nesta freguesia há mais de dois anos em sua liberdade usando de seu ofício de sapateiro sem contradição de pessoa alguma e antes já o tinha visto na Capital de Porto Alegre e nesta freguesia até o presente se tem portado com muita dignidade, verdadeiro e muito pacífico, é o que posso atestar.¹⁶

¹⁶ Petição e despacho do preto forro José Antônio de Araújo. APERS. Livro de Registros Diversos do 2º Tabelionato de Porto Alegre, nº 11, fls. 59v.-60, 14/3/1820.

Veja-se que, para viver em liberdade, ele deveria se portar com dignidade, ser verdadeiro e muito pacífico, bem como ter meios para o seu sustento, no caso o ofício de sapateiro. Há ainda outro caso revelador. Raimundo Pais de Oliveira, preto forro, apresentou-se ao Juiz de Paz da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos “todo ensanguentado”, no dia 26 de outubro de 1834. Segundo ele, o ferimento teria sido feito por Diogo dos Reis, um irlandês. No libelo acusatório escrito pelo advogado de Raimundo fica evidente a relação entre o exercício da liberdade, a necessidade de manter um trabalho e o respeito às hierarquias:

P.q. o Autor na condição de preto liberto respeita aos que lhe são superiores pelo seu Estado social; que não é desordeiro; que é submisso às Leis e às Autoridades Constituídas, e enfim que trata de trabalhar a fim de adquirir meios com os quais possa subsistir e afastando deste modo de si a ociosidade.¹⁷

Essa relação se baseava em uma concepção de sociedade de Antigo Regime. Como os libertos não estavam submetidos ao domínio de um senhor, eles deveriam estar vinculados às relações hierárquicas que ordenavam o conjunto da sociedade, sendo respeitosos e estando subordinados aos “que lhe são superiores pelo seu Estado social” e trabalhar para adquirir os meios de subsistência e afastar a ociosidade.

Outro aspecto fundamental do controle social sobre os libertos era impedir que eles se relacionassem e estabelecessem contatos com escravizados. Caetano Ferreira Gomes já havia sido preso em outra ocasião, “e que a razão fora por ter comprado [couros] a um mulato no distrito da Freguesia Nova cuidando ser o dito mulato forro, e conduzindo-os para esta cidade; e vendendo-os apareceu o dono dos couros mostrando serem-lhes roubados, e que o mulato era cativo”.¹⁸ O “Castelhano” José Antônio teve o cuidado de dizer que todos os seus companheiros eram forros. Perguntado se conhecia algum escravo ou escrava na casa do Coronel Joaquim, de quem Caetano supostamente teria furtado algumas galinhas, disse que conhecia apenas o preto Antônio. Foi-lhe inquirido se “costumava falar com o dito preto e se demorava-se na casa dele”. Caetano respondeu que não, “e só sim aquele tempo que era preciso para entregar a carne do açougue, e que se retirava”.

Por que as autoridades temiam os contatos entre forros e cativos? Em primeiro lugar, em razão de estas relações permitirem o estabelecimento de uma rede de economia informal. Os escravos que cometiam furtos nas propriedades

¹⁷ APERS. Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 17, nº 449.

¹⁸ Resposta de Caetano Ferreira Gomes no Auto de Perguntas feitas ao Réu.

de seus senhores precisavam de contatos que pudessem comercializar os artigos obtidos. Um preto forro pombeiro poderia, protegido por sua própria atividade, circular entre as fazendas recolhendo o produto dos furtos e posteriormente vendê-lo na praia da cidade de Porto Alegre.

Em segundo lugar, e mais grave, era o perigo de que essas relações evoluíssem para uma aliança entre forros e cativos, que poderiam articular fugas e formar quilombos e mocambos nas proximidades das fazendas. Em 1818, o preto forro Francisco Xavier, natural da Costa da Guiné, foi pronunciado por ter acoitado uma preta de nome Joana, escrava de José Bernardino de Sena. Não por acaso, Francisco Xavier vivia

[...] do seu serviço pessoal de andar embarcado em canoas, e fazendo plantações; e tanto se prova, que sendo natural da Guiné, e sendo escravo, adquiriu o valor para sua liberdade; e nem por que deixe de ter algum outro ofício, além das suas agências, e serviço pessoal, se pode considerar vadio, e sem domicílio para ser punido conforme a Lei.¹⁹

O preto forro Vicente Ferreira, nação Mina, também foi pronunciado por roubo e outros delitos, tendo sido preso no ano de 1818. Ele fora apanhado na Praia da Fazenda de Pedras Brancas²⁰ em

[...] uma canoa com uma preta chamada Joaquina que diz ser escrava de um Batista morador desta Vila [Porto Alegre], com arma de fogo, pólvora e bala, uma espada, um machado, duas enxadas, uma panela de ferro, como preparados para irem a algum quilombo; cujo preto é acostumado a fazer roubos pelas charqueadas, bem como o fez na charqueada de Manoel José da Silveira Casado, onde foi apreendido, roubando couros, e charques de que lhe resultou ter sido preso; sendo em outra ocasião apanhado nesta Vila em uma canoa carregada de couros furtados na Charqueada do Capitão [ilegível] Borges Bitencourt do Canto; outrossim que o mesmo preto Vicente era sócio e condutor dos pretos calhambolas que assassinaram a uns pescadores na Ponta Grossa, por se haver apanhado [...] em casa de uma preta forra com quem andava concubinado, uma vela pertencente à canoa em que iam aqueles pescadores quando foram assassinados [...]; sendo mais sabido em Juízo que quando os pretos assassinos dos pescadores fugiam da cadeia,

¹⁹ APERS. Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 02, nº 55. Além de pronunciado por acoitar a escravizada fugida, seu processo seguiu o padrão dos anteriormente analisados: também foi acusado de vadiagem, não ter domicílio certo e viver de furtos e roubos. Na sentença, foi condenado a dois anos de galés e a pagar a multa de dez mil réis para a despesa da Junta da Justiça, pois, embora as evidências de que teria acoitado a escrava fossem insuficientes para provar sua culpa nesse delito, “o réu não deu prova de boa vida e costumes por pessoas de fé”.

²⁰ Atual cidade de Guaíba, situada na região metropolitana de Porto Alegre. A ligação da capital com Pedras Brancas fazia-se, na época, por meio de canoas e embarcações, atravessando o Rio Guaíba.

ou do hospital, ele preto Vicente foi quem os auxiliou, e os conduziu em um bote furtado a José Basílio [...], cujo bote foi depois achado na roça daquela preta forra, concubina do dito preto. Mais que morando o dito preto em casa da dita preta forra ali se acoitam muitos negros calhambolas.²¹

Vicente Ferreira ficou preso por mais de sete anos. Parte do processo foi extraviada, de modo que não é possível saber se o preto forro foi condenado.

Os proprietários de escravos da região de Porto Alegre estavam preocupados com os quilombos e ajuntamentos de negros fugidos situados nos matos das ilhas do Guaíba. Em carta dirigida ao Governador do Rio Grande de São Pedro, o Capitão Comandante do distrito de Pedras Brancas, Vicente Ferreira Leitão, se mostrava alarmado com a situação. O Reverendo Antônio Ferreira Leitão²² tivera um de seus cativos assassinado por negros fugidos “que se tinham refugiado nos matos desta costa”. O capitão afirmou ter tomado as providências necessárias, mas,

[...] como neste lugar não há Capitão do Mato, nem soldados suficientes, torna-se urgente que Vossa Excelência ordene que o Capitão do Mato mais próximo a este lugar auxiliado da gente necessária passe a bater os ditos matos para assim ver se descobre o pensado quilombo.²³

Há outros casos de forros acusados de terem auxiliado ou acoitado escravos fugidos.²⁴ O grande temor da classe senhorial e das autoridades estatais era de que os forros, sobretudo aqueles que, por conta de seu trabalho, tinham facilidades para estabelecer contatos com escravizados e circular pelas vias fluviais que ligavam Porto Alegre ao seu entorno rural, auxiliassem quilombolas e negros fugidos.

O controle social sobre os libertos era empreendido tanto pela classe senhorial – a partir do exercício de um domínio pessoalizado, sobretudo quando o ex-escravizado estava vinculado a uma relação subordinada com um amo – como por autoridades estatais, no âmbito da polícia e da justiça. Visando a

²¹ APERS. Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 08, nº 206.

²² O capitão Vicente e o padre Antônio eram irmãos. Agradeço a Ana Sílvia Volpi Scott e Pedro von Mengden Meirelles pela informação gentilmente disponibilizada.

²³ Carta do Sr. Capitão Comandante do distrito de Pedras Brancas, Vicente Ferreira Leitão, dirigida ao governador Conde da Figueira, datada de 25/11/1818. A carta está apensa aos autos do processo cujo réu era o preto forro Vicente Ferreira.

²⁴ O pardo forro Manoel Antônio Meireles foi acusado de ter ajudado três escravos a fugirem, no ano de 1824 (APERS. Processos Sumários. Porto Alegre, Cartório do Júri, maço 07, nº 178). Em 1819, o pardo forro Manoel de Jesus encaminhou uma petição ao Governador do Rio Grande de São Pedro solicitando sua libertação da Cadeia da Justiça, onde se achava preso há cinco meses, acusado de ter acoitado uma escrava fugida (“Lançamento de uma Petição e Atestação pertencente a Manoel de Jesus pardo forro”. APERS. Livro de Registros Diversos do 2º Tabelionato de Porto Alegre, nº 11, fls. 9-10, 1/7/1819).

restringir o exercício de sua liberdade – a partir do controle da movimentação espacial, das relações de solidariedade e das atividades econômicas – autoridades e senhores de escravos envidavam esforços, muitas vezes em conjunto, com o objetivo de manter os libertos em uma posição subordinada na hierarquia social.

Nas décadas de 1810 e 1820, Porto Alegre era uma cidade plenamente integrada ao escravismo brasileiro e, como tal, reproduzia, com especificidades locais, as dimensões, tensões, fraturas e mecanismos que caracterizavam o regime de exploração da sociedade escravista. Os pretos libertos eram um dos principais alvos da repressão policial e judiciária na cidade. Ao articular redes de solidariedade cuja base era a experiência comum no trabalho, associada a identidades de cunho étnico e racial, eles se tornaram um problema para as autoridades estatais e a classe senhorial. Vivendo em trânsito entre o ambiente rural e o urbano e se sustentando da compra e venda de gêneros alimentícios e outros artigos, estavam em uma posição privilegiada para articular relações subversivas entre o mundo da escravidão e o da liberdade. Longe de reforçarem os mecanismos que sustentavam o sistema escravista, os pretos quitandeiros eram vistos como um incômodo, e eventualmente uma ameaça, ao bom governo dos escravos e à reiteração das hierarquias sociais.

Referências

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ALADRÉN, Gabriel. Ratoneiros, formigueiros e atravessadores: trabalho e experiências sociais de libertos em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XIX. In: MATTOS, Marcelo Badaró *et al.* (org.). *Faces do trabalho: escravizados e livres*. Niterói: Editora da UFF, 2010. p. 27-69.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa: Officina de Paschoal da Sylva, 1712-1728. 8 v., 2 suplementos. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/en/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

ELIAS, Roger Sauandaj. *Ao derramar os santos óleos: propriedade, família e compadrio de escravos em Porto Alegre (1810-1835)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132373>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

ALADRÉN, G. • Desventuras de libertos numa sociedade escravagista: alforrias, controle social e experiências negras em Porto Alegre (séc. XIX)

FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade*: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 331-365.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre*: guia histórico. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1981. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/de-provincia-ide-sao-pedro-a-estado-do-rs-vol-1-1981.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Estudo introdutório. In: MOREIRA, Paulo R. S.; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007. p. 9-90.

SCHWARTZ, Stuart. Alforria na Bahia, 1684-1745. In: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001, p. 171-218.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva...* Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789. 2 v. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/en/dicionarios/diccionario-da-lingua-portugueza-recompilado-dos-vocabularios-impresos-ate-agora-e-nesta-segunda-edi%C3%A7%C3%A3o-novamente-emendado-e-muito-acrescentado-por-antonio-de-moraes-silva/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Adriano Comissoli é professor adjunto no Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em História pela UFRJ. Atua em História do Brasil Colonial e História Moderna.

Ana Silvia Volpi Scott é professora do Departamento de Demografia, dos Programas de Pós-graduação em Demografia e em História (IFCH) e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO)/ UNICAMP. Doutora em História & Civilização (European University Institute –EUI, Florença/ Itália). Bolsista Produtividade 1C do CNPq. Áreas de interesse: história da família, história da população, demografia histórica e imigração portuguesa para o Brasil.

Antonio de Ruggiero é professor de história na PUCRS. Os seus estudos têm ênfase em história política italiana e história socioeconômica. Desenvolve pesquisas sobre a história da imigração italiana no Brasil com foco particular sobre os aspectos do transnacionalismo; imigração qualificada e empresarial; imigração e urbanização; imigração política e imprensa étnica.

Charles Monteiro é professor adjunto da Escola de Humanidades da PUCRS, atuando nos programas de pós-graduação em História e em Letras graduado em História da Arte (UFRGS), Doutor em História Social (PUCSP). É pesquisador PQ2 do CNPq. Os seus temas de pesquisa são História Urbana; História, Arte e Fotografia; Literatura e Fotografia.

Daniela Marzola Fialho é professora na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS). Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFRGS), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), Doutora em História (UFRGS). Atua em História Cultural da Cidade, História urbana/urbanismo e cartografia urbana.

Daniele Machado Vieira é professora na rede pública de Porto Alegre/RS. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde realizou o Mestrado (2017) e a Licenciatura (2012) em Geografia. Pesquisa a geografia dos antigos territórios negros de Porto Alegre, voltando-se para a geografia histórica e urbana, o negro no espaço urbano e educação das relações étnico-raciais.

Dario Scott. Pesquisador autônomo, possui graduação em Matemática e Mestrado em Computação Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutorado em Demografia pela UNICAMP. Desenvolveu o software NACAOB, programa para coleta e padronização das informações provenientes dos registros paroquiais e/ou outras fontes nominativas. Temas de atuação: metodologia, fontes históricas, demografia histórica, população e banco de dados.

Denize Freitas é professora da rede de ensino do Rio Grande do Sul (SEDUC-RS). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pesquisa temas relativos à história da família, formas de união, demografia histórica e história eclesiástica nos séculos XVIII e XIX.

Fábio Kühn é professor do Departamento e Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2006), realizou estágio de pós-doutorado no King's College London (2015-2016). Desenvolve pesquisas em história do Rio Grande do Sul colonial, investigando temas como fronteira, elites locais, governadores coloniais e cartografia histórica.

Gabriel Aladrén é professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. cursou a graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui mestrado e doutorado pela Universidade Federal Fluminense. Seus estudos exploram as dimensões sociais, econômicas e políticas da escravidão atlântica entre os séculos XVII e XIX.

Gabriel Santos Berute é professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (*Campus Viamão*). Licenciado em História pela UFRGS e obteve os títulos de mestre e doutor em História na mesma instituição. Tem experiência na área de História do Brasil Colônia e Império, atuando nos seguintes temas: tráfico de escravizados, comércio e redes mercantis nos séculos XVIII e XIX.

Jaqueline Brizola é mestre em História pela UFRGS. Recebeu o prêmio de melhor dissertação de mestrado pela Sociedade Brasileira de História da Ciência no ano de 2016. Atualmente é doutoranda em regime de cotutela entre o programa de pós-graduação em História da UFRGS e o programa de doutorado em História da Ciência, Medicina e Comunicação Científica da Universidade de Valência na Espanha.

Jonathan Fachini é professor Referência na Área de Ciências Humanas na EJA EaD do SESI-RS. Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisa temas relacionados a História Social da infância, assistência e pobreza no período moderno.

José Carlos da Silva Cardozo é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em História pela UNISINOS, com pós-doutoramento na área. Seus temas de pesquisa giram em torno da História da família, História da criança e Práticas de justiça.

Luciano Costa Gomes é professor de história na rede municipal de ensino de Porto Alegre. Doutor em História pela UFRGS. Pesquisa a história social do mundo rural durante o período escravista.

Pedro von Mengden Meirelles é pesquisador autônomo, bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre e Doutor em História pela mesma Instituição. Atuante na área de Brasil Império, principalmente nos temas de irmandades religiosas, atitudes perante a morte e Santa Casa de Misericórdia.

René E. Gertz foi professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. Graduado em História pela UNISINOS, mestre pela UFRGS, e doutor pela Universidade Livre de Berlim, nestes dois casos, em Ciência Política. Suas principais áreas de pesquisa são a história da imigração e da colonização alemãs, além da história política do Rio Grande do Sul, no século XX.

PIANTA della Cidade de Porto Allegre

1833

P

Diante da efeméride dos 250 anos da fundação da freguesia de Porto Alegre, origem do núcleo urbano que mais tarde se tornaria capital da capitania e depois província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a obra que aqui se apresenta propõe uma reflexão sobre a história da cidade desde seus primórdios coloniais, passando pelas transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no século XIX. Para tanto, procurou-se trazer as contribuições da nova historiografia do século XXI.

O livro *Porto Alegre 250 anos: de uma vila escravista a uma cidade de imigrantes (séculos XVIII e XIX)* procura trazer uma amostra dos avanços da investigação histórica realizados nos anos recentes. Esperamos que a leitura dos textos aqui reunidos possa ajudar a descortinar aspectos menos conhecidos da história porto-alegrense, contribuindo também para a divulgação da pesquisa científica feita nas Universidades brasileiras. Neste sentido, os organizadores agradecem o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, que viabilizou a publicação desse livro com recursos do PROEX/CAPES.